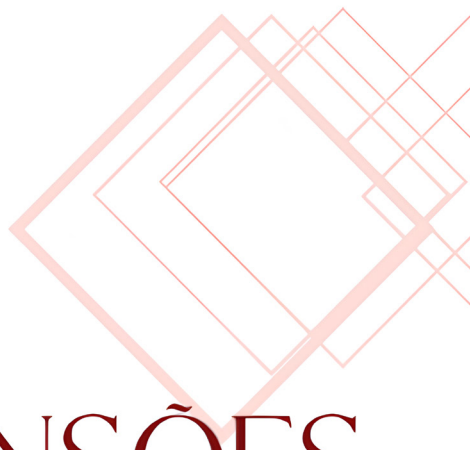




DIMENSÕES

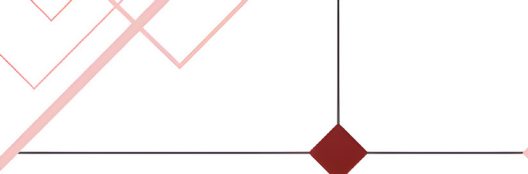
REVISTA DE HISTÓRIA DA UFES

Migração, (I)mobilidade, Transnacionalismo: a virada digital



DIMENSÕES

Revista de História da Ufes



DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

EXPEDIENTE

Editor

Pedro Ernesto Fagundes (UFES)

Assistente-Editorial

Erika Fanticelli de Oliveira (UFES)

Rhamilly Cardoso Gomes (UFES)

Coordenadores

Adélia Verônica Silva (Universidade de Lisboa/Instituto de Geografia e Território)

Maria Cristina Dadalto (UFES)

Conselho Consultivo

Ademildo Gomes (UFES), Adilson Silva Santos (IFES), Camila Escudeiro (UFRJ), Camila Grejo (UFES), Cione Marta Raasch Manske (UFES), David Mesquiati de Oliveira (PUC-Campinas), Davi Elias Rangel Santos (SEDU), Denise Cogo (ESPM), Denise Gomes de Moura (UFG), Hadriel Geovani da Silva Theodoro (ESPM), Liliane Moreira Ramos (UFES), Lohaine Jardim Barbosa (UFES), Maria Catarina Chitollina Zanini (UFES), Maria Cristina Dadalto (UFES), Mariana Moraes (ESPM), Pedro Ernesto Fagundes (UFES), Sergio Luiz Marlow (Faculdade Unida de Vitória), Virgílio César de Mello Libardi (UVV).

Editoração, revisão técnica e projeto gráfico

Lucas Onorato Braga (UFES) | Identidade Editorial

Revisão

De responsabilidade exclusiva dos autores.

Realização

Programa de Pós-Graduação em História Social das relações políticas da
Universidade Federal do Espírito Santo

Contato

Av. Fernando Ferrari, 514, CCHN - Campus de Goiabeiras, Vitória, ES. CEP: 29075-910

Tel.: 55 27 4009-2507

<https://periodicos.ufes.br/dimensoes>

E-mail: revistadimensoes@ufes.br



DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Dimensões - Revista de História da UFES. Vitória: Programa de Pós-Graduação em História. Volume 55, Dezembro, 2026, 371 p.

Semestral

ISSN 2179-8869

1.História - Periódicos

CDU 93/99

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Dossiê

Migração, (I)mobilidade, Transnacionalismo: a virada digital

- 8 **Migração, (I)mobilidade, Transnacionalismo: a virada digital**
Adélia Verônica Silva e Maria Cristina Dadalto
- 13 **Migrações e extrema direita em Portugal: percepções de ativistas brasileiros sobre os discursos anti-imigração**
Lucas Arantes Zanetti, Denise Cogo, Alana Nogueira Volpato e Ana Carolina Trindade
- 46 **“Où est le problème? Où est la frontière?”. Contestações anticoloniais e anti-imperialistas em vídeos das periferias do capitalismo**
Beatriz Greenhalgh de Melo Braun e Edmilson Alves Maia Júnior
- 76 **Memórias Migrantes de Venezuelanos/as no TikTok: afetos, performatividade e disputas de pertencimento**
Contested Belonging, Gabriel Antonio Butzen e Tereza M. Spyer Dulci
- 103 **Maternidade transnacional em rede: apoio digital entre migrantes brasileiras em um grupo do Facebook**
Franco Dani Araújo e Pinto, Bruna Rocha Diniz de Almeida, Sueli Siqueira e Raquel Paixão Rebouças Vilaça
- 134 **Psicologia Social e interfaces na migração: diáspora digital e práticas comunitárias de migrantes no Brasil**
Brunno Ewerton, Júlia Lyra, Mohammed Elhajji e Catalina Revollo Pardo
- 166 **Cultura de migração e juventude no Nordeste brasileiro: A influência das mídias digitais**
Rachel Facundo Vasconcelos de Oliveira
- 195 **Venezuelanos em Trânsito, Imagens em Conflito: Migração, Resistência e Estéticas Digitais na Era da (I)mobilidade**
Suzana Ramos Coutinho
- 214 **Likes, lutas e legados: mobilidades transnacionais de instrutores de Jiu-Jitsu e suas representações no Instagram**
João Júlio Gomes dos Santos Júnior



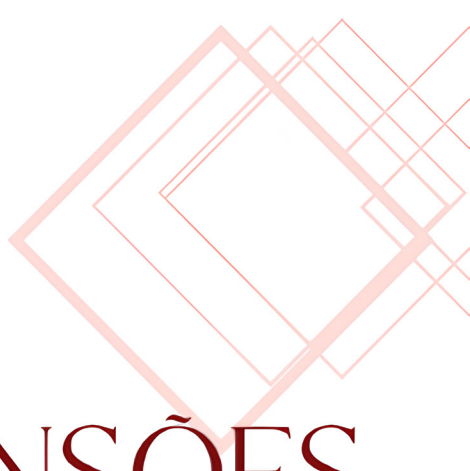
DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Artigos Livres

- 242 **AIB e PRP: considerações sobre a cultura política no Espírito Santo**
Jefferson Ferreira Alvarenga
- 269 **Artur Barrio e a visualidade da violência: da (im)possibilidade da memória do autoritarismo no Brasil**
Alan Crhistian Quadros Alvão
- 297 **Autenticidade e inovação da “voz do morro”: as bem escritas linhas da Carta do Samba (1962)**
Wilton Carlos Lima Silva
- 324 **Os arquivos médicos e sua importância para a História das Doenças: o caso do Leprosário de Itanhenga**
Maria Aparecida Stelzer Lozorio
- 344 **Investigar, publicar e reparar: a virada memorial das Comissões Universitárias da Verdade no tempo presente brasileiro (2012-2025)**
Pedro Ernesto Fagundes

DOSSIÊ
Migração, (I)mobilidade, Transnacionalismo:
a virada digital



DIMENSÕES
Revista de História da Ufes

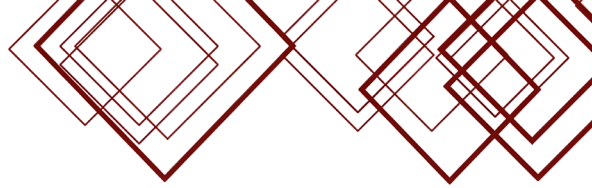
DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Migração, (I)mobilidade, Transnacionalismo: a virada digital

A intensificação das práticas de uso das tecnologias digitais nas últimas décadas tem reconfigurado profundamente as experiências migratórias, os regimes de mobilidade e as formas de pertencimento, memória e ação política no mundo contemporâneo. Plataformas digitais, redes sociais, sistemas de dados e dispositivos de vigilância tornaram-se elementos constitutivos — e não meramente acessórios — das trajetórias de migrantes, de refugiados e das diásporas transnacionais. Ainda assim, os estudos sobre migração digital permanecem fragmentados, frequentemente marcados por abordagens instrumentais, eurocêtricas ou excessivamente celebratórias do potencial tecnológico, que pouco dialogam com as desigualdades estruturais que atravessam a mobilidade no capitalismo global.

Este dossiê parte do reconhecimento de que a chamada “vira-da digital” nos estudos migratórios exige mais do que a incorporação de novos objetos empíricos ou plataformas de análise. Ela demanda uma revisão crítica das categorias analíticas tradicionais, bem como uma abordagem relacional capaz de articular mobilidade e imobilidade, agência e controle, visibilidade e silenciamento, cuidado e vigilância. Ao reunir contribuições de diferentes áreas — como comunicação, ciências sociais, estudos culturais, história e geografia — o dossiê propõe compreender o digital como espaço social, político e afetivo interdisciplinar

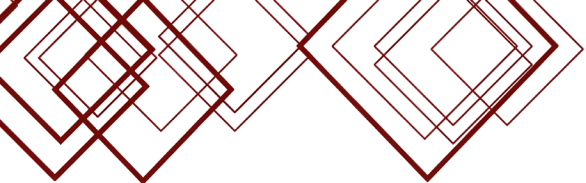


no qual se produzem disputas simbólicas, formas de resistência cotidiana e novas geometrias de poder.

Um eixo central que atravessa os artigos aqui reunidos é a recusa em tratar as tecnologias digitais como ruptura absoluta em relação às histórias migratórias anteriores. Ao contrário, o dossiê dialoga com a ideia de um continuum histórico da migração mediada, reconhecendo que práticas de comunicação, circulação de narrativas, controle e categorização sempre estiveram presentes nos processos migratórios. O que se transforma, na contemporaneidade, é a escala, a velocidade e a intensidade com que essas mediações operam, bem como os efeitos da datificação, da visualidade algorítmica e da vigilância biométrica sobre corpos racializados, generificados e hierarquizados.

Nesse sentido, as contribuições aqui apresentadas problematizam o digital simultaneamente como espaço de controle e como terreno de insurgência. As plataformas aparecem tanto como dispositivos que reforçam desigualdades — por meio da desumanização, da espetacularização da dor ou da propagação de discursos de ódio — quanto como arenas nas quais sujeitos migrantes produzem contra narrativas, constroem redes de apoio e reivindicam reconhecimento. Essa ambivalência atravessa todo o dossiê e sustenta uma reflexão crítica sobre justiça de mobilidade, entendida não apenas como o direito de se deslocar fisicamente, mas também como o acesso desigual a infraestruturas digitais, à visibilidade pública e à possibilidade de permanecer, cuidar e pertencer.

Diversos artigos do dossiê destacam o papel das imagens, da performatividade e da estética digital na experiência migratória. Ao analisar produções visuais de migrantes venezuelanos no Brasil, bem como memórias performadas no TikTok, os textos evidenciam como imagens digitais funcionam como práticas enunciativas que tensionam regimes



hegemônicos de representação. Longe de serem meros registros, essas imagens operam como atos políticos cotidianos, capazes de reconfigurar fronteiras simbólicas, disputar pertencimentos e afirmar a agência de sujeitos frequentemente reduzidos a estatísticas ou estigmas midiáticos. A dimensão afetiva — marcada por saudade, rejeição, orgulho e resistência — emerge como elemento central dessas narrativas visuais, revelando a imbricação entre memória, emoção e política no espaço digital.

10

A crítica anticolonial e anti-imperialista também ocupa lugar relevante no dossiê, especialmente nas análises que articulam cultura digital, música e circulação global de imagens. Ao examinar videocliques produzidos a partir das periferias do capitalismo, um dos artigos evidencia como o digital se torna espaço de denúncia das continuidades coloniais que estruturam o presente. As fronteiras — geográficas, raciais e simbólicas — são questionadas não apenas como linhas territoriais, mas como dispositivos históricos de exclusão que persistem na economia política global e nas plataformas digitais contemporâneas.

Outro conjunto de contribuições enfatiza as práticas de organização comunitária, cuidado e solidariedade mediada pelas redes sociais. A análise de diásporas digitais africanas no Brasil e de redes de apoio entre mães migrantes brasileiras revela como o digital possibilita formas de pertencimento coletivo, produção identitária e resistência frente a contextos excludentes. Essas experiências demonstram que, mesmo em cenários de mobilidade forçada ou imobilidade política, as plataformas digitais podem funcionar como infraestruturas de cuidado, permitindo a circulação de informações, afetos e recursos materiais. Ao mesmo tempo, os artigos mantêm uma postura crítica ao reconhecer os limites e tensões desses espaços, atravessados por desigualdades de acesso, vigilância e precarização.



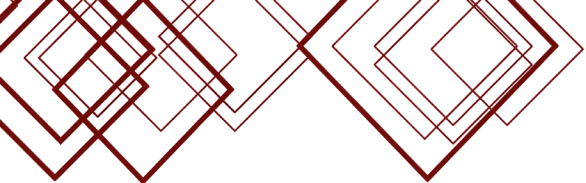
A dimensão temporal da migração digital também é problematizada a partir de análises sobre memória, história e usos do passado nas redes sociais. Ao investigar narrativas sobre migrações esportivas no Instagram, um dos textos evidencia como as plataformas digitais podem produzir apagamentos históricos, fetichizando trajetórias individuais e descontextualizando processos sociais mais amplos. Essa reflexão contribui para os debates sobre história pública digital, chamando atenção para a necessidade de narrativas mais densas, situadas e comprometidas com a complexidade histórica das mobilidades transnacionais.

O dossiê avança ainda ao incorporar a juventude como categoria analítica central para compreender a relação entre digitalização e (i) mobilidade. A partir do caso do Nordeste brasileiro, um dos artigos demonstra como as mídias digitais influenciam imaginários migratórios juvenis, redefinindo aspirações, expectativas e decisões de permanecer ou partir. Ao evidenciar a importância das redes de apoio e das cidades médias como espaços de permanência qualificada, o texto desafia leituras lineares da migração como única via de progresso, reforçando a noção de (i) mobilidade como escolha situada e relacional.

11

Por fim, o dossiê enfrenta de forma direta a dimensão política da migração digital ao analisar o crescimento de discursos anti-imigração e da extrema-direita em Portugal. A partir das percepções de ativistas brasileiros, o artigo evidencia como as plataformas digitais operam como amplificadores de xenofobia, mas também como espaços de mobilização e resistência. Essa contribuição reforça a necessidade de pensar a migração digital em articulação com processos de mediatização da política, regimes de ódio e disputas contemporâneas pelo espaço público.

Em conjunto, este dossiê oferece uma leitura crítica e interdisciplinar da migração na era digital, mostrando como as experiências



migratórias contemporâneas são atravessadas por disputas em torno da visibilidade, da memória, do cuidado e da pertença. Ao acompanhar práticas, narrativas e formas de organização mediadas por plataformas digitais, os artigos aqui apresentados indicam como mobilidade e (i) mobilidade se configuram de maneira relacional, produzindo tanto novos dispositivos de controle quanto espaços de agência e resistência cotidiana. Assim, mais do que registrar transformações em curso, o dossiê convida a repensar criticamente a migração no século XXI, evidenciando como o digital se tornou um espaço central de produção de sentidos, conflitos e possibilidades para sujeitos em movimento — e em permanência.

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Migrações e extrema direita em Portugal: percepções de ativistas brasileiros sobre os discursos anti-imigração

*Migration and the Far Right in Portugal: Perceptions of Brazilian
Activists on Anti-Immigration Discourse*

Lucas Arantes Zanetti¹

Denise Cogo²

Alana Nogueira Volpato³

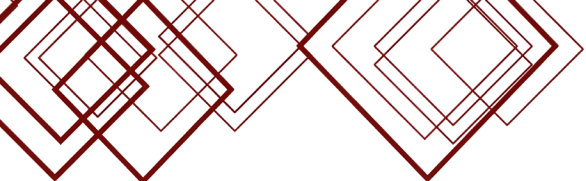
Ana Carolina Trindade⁴

1 Pesquisador de pós-doutorado na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) com bolsa do CNPq. Doutor e Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Graduado em Comunicação Social: Jornalismo pela mesma instituição. Professor do Centro Universitário Barão de Mauá e da Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP). Membro do Grupo de Pesquisa Deslocar (ESPM) e Comunicação Midiática e Movimentos Sociais – ComMov (Unesp). Pesquisa em andamento: Brasileiros em Portugal e ativismo anti-imigração: dinâmicas comunicativas em plataformas digitais. Financiamento: CNPq. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-2019-8061> E-mail: lucaszanetti66@gmail.com.

2 Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing), São Paulo, onde coordena o grupo de pesquisa Deslocar. Pesquisadora Produtividade nível 1C do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Pesquisadora associada e integrante da Cátedra Unesco de Comunicación do Instituto de la Comunicación da Universitat Autònoma de Barcelona (InCom-UAB). Pesquisa em andamento: Ativismo migrante em plataformas digitais em apoio a políticas de extrema direita e anti-imigração. Financiamento: CNPq ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4544-7335> E-mail: denise.cogo@espm.com.

3 Doutora em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Mestre em Comunicação e Bacharel em Comunicação Social – Relações Públicas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professora Assistente do Departamento de Ciências Humanas da Unesp, Campus de Bauru. Vice-líder do Grupos de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais – ComMov. Pesquisa em andamento: Lógicas de mídia digital e suas consequências para o debate público: percepções de movimentos sociais e ativistas. <https://orcid.org/0000-0002-4988-9942> E-mail: alana.volpato@unesp.br;

4 Doutora e Mestra em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Graduada em Relações Públicas pelo Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO). Professora tutora para Educação digital e a distância da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Membro do Grupo de Pesquisa ComMov (UNESP). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-6214-9343>. E-mail: carolinatrin@gmail.com



RESUMO: Este artigo investiga as percepções de ativistas brasileiros atuantes em Portugal diante do crescimento do discurso anti-imigração nas plataformas digitais e nas ruas, evidenciado por episódios de xenofobia, intolerância e violência. A partir de uma contextualização sobre a imigração no país e a ascensão da extrema-direita, propomos um debate sobre o ativismo migrante e os processos de mediação. A pesquisa qualitativa inclui revisão bibliográfica, documental e sete entrevistas em profundidade com ativistas de três organizações migrantes em Lisboa, realizadas em 2023. Os resultados apontam a apreensão desses ativistas quanto ao futuro da imigração, sobretudo diante do fortalecimento do partido Chega e das consequências desse discurso para a comunidade imigrante.

Palavras-chave: Ativismo. Portugal. Anti-imigração.

ABSTRACT: This article investigates the perceptions of Brazilian activists living in Portugal regarding the rise of anti-immigration discourse on digital platforms and in public spaces, marked by episodes of xenophobia, intolerance, and violence. Based on a contextualization of immigration in the country and the growth of the far-right, we propose a discussion on migrant activism and processes of mediation. The qualitative research includes a literature and document review, along with seven in-depth interviews with activists from three migrant organizations in Lisbon, conducted in 2023. The results reveal the activists' concerns about the future of immigration, especially in light of the strengthening of the Chega party and the consequences of such discourse for the immigrant community.

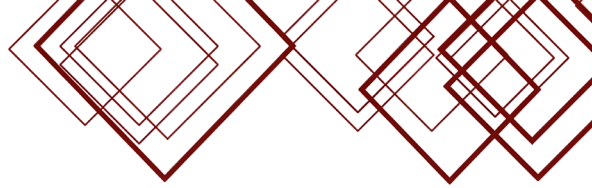
Keywords: Activism. Portugal. Anti-immigration.

14

Introdução

O cenário da imigração em Portugal revela uma dinâmica migratória em constante crescimento, conforme destacado no Relatório de Migrações e Asilo (Rma, 2023), publicado pela Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA)⁵. O relatório demonstra que o país abriga um contingente de 1.044.606 cidadãos estrangeiros detentores de título de residência válido (excluindo duplos cidadãos e imigrantes irregulares), registrando um aumento expressivo de 33,6% em relação ao ano anterior. Entre 2022 e 2023, observou-se um crescimento acen-

5 A AIMA foi criada em junho de 2023 para substituir o antigo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). É um instituto público integrado à administração indireta do Estado, responsável pela implementação e monitorização das políticas de migração e asilo em Portugal.

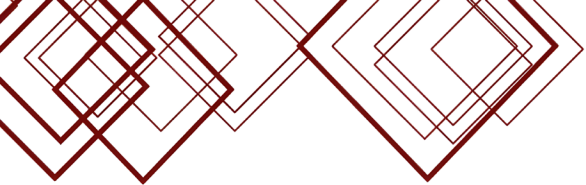


tuado no número de residências emitidas, totalizando 328.978 novas concessões de títulos. Dentre as comunidades estrangeiras que escolheram Portugal como destino, os brasileiros destacam-se com 35,3% do total, seguidos por cidadãos de Angola (5,3%), Cabo Verde (4,7%), Reino Unido (4,5%) e Índia (4,2%)⁶.

O crescimento da migração brasileira em Portugal está associado, entre outros fatores, à flexibilização da legislação migratória portuguesa, iniciada há pelo menos duas décadas (Góis; Marques, 2018). Em 2022, o Acordo sobre Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que inclui o Brasil e nações africanas, facilitou a entrada no país por meio da concessão de Autorizações de Residência para cidadãos da CPLP, as quais representaram 45,3% das novas concessões de títulos de residência em 2023. Além disso, em 2024, foi promulgada uma lei que flexibiliza as regras para a contagem do tempo de residência exigido para a aquisição da cidadania portuguesa por naturalização, simplificando o processo de regularização no país (Miranda, 2024).

Por muito tempo, Portugal foi tido como um dos países europeus com melhor convivência com os migrantes (Oliveira; Peixoto, 2022). A alternância de poder entre a centro-esquerda (PS) e a centro-direita (PSD) desde a Revolução dos Cravos, garantiu certa estabilidade política e social e blindou a região de discursos radicais, organizações e movimentos sociais extremistas e formas de conflito que atingem outras localidades no continente. Os dados do Eurobarômetro 519 (Comissão Europeia, 2022) indicam que a maioria dos entrevistados no relatório (83%) acredita que os imigrantes devem ter os mesmos direitos e de-

6 O RMA (AIMA, 2023) – não contempla os imigrantes em situação irregular, deixando de fora outras dinâmicas complexas e os impactos sociais e políticos decorrentes dessa condição, o que também tem afetado o debate público e a percepção da sociedade portuguesa sobre a presença de migrantes no país.

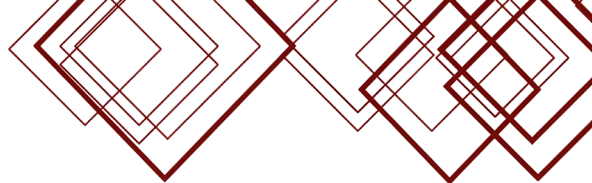


veres que os cidadãos do país de destino. Além disso, 57% consideram a discriminação contra imigrantes um problema significativo, e 70% defendem que a União Europeia adote uma política comum de migração e asilo.

16

No entanto, a realidade se mostra bastante diferente na prática, inclusive na percepção do imigrante com relação à discriminação e seus modos de manifestar no espaço público. Essa percepção é confirmada pelo relatório “Experiências de Discriminação na Imigração em Portugal” (Costa; Paula, 2020), elaborado pelo projeto MigraMyths, da Casa do Brasil de Lisboa. De acordo com o relatório, 85,6% dos entrevistados afirmam já ter sofrido algum tipo de discriminação por serem imigrantes no país, sendo que mulheres e pessoas não brancas são os alvos preferenciais. Costa e Paula (2020) afirmam que a internet corresponde ao principal canal de discriminação (31,7%), seguida pelas instituições privadas (19,3%) e públicas (18,7%), escolas e universidades (13,3%) e, por último, os meios de comunicação (12,3%). Os resultados do relatório apontam para uma esfera pública portuguesa onde o sentido que circula sobre o imigrante promove a divisão do “nós” contra “eles”, em relações em que há pouco espaço para integração da alteridade.

Por mais que os dados do Eurobarômetro (Comissão Europeia, 2022) sugiram que a boa convivência cultural com o migrante ainda é predominante na sociedade portuguesa, a parcela contrária à imigração tem se mobilizado para trazer o discurso anti-imigração ao debate público (França, 2024; Zanetti, 2024). Mais do que debater a presença do imigrante, os casos de violência e xenofobia também têm chamado atenção e estão sendo cada vez mais noticiados pela mídia portuguesa. A partir desse cenário, compreendemos que as dinâmicas de comunicação contemporâneas e os usos sociais da mídia são relevantes para compreender como o fenômeno do ativismo anti-imigra-



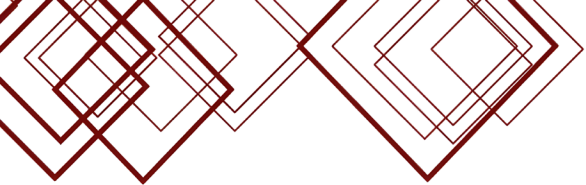
ção se manifesta em um contexto de interações midiaticizadas de caráter digital, por meio das quais circulam sentidos sobre migrações.

Outro relatório produzido pela Casa do Brasil de Lisboa, intitulado “Discurso de ódio e imigração em Portugal” (Costa, 2021), aponta a desinformação nas redes sociais como um dos elementos de perpetuação de estereótipos e representações negativas sobre o imigrante. Indica, ainda, que “as redes sociais têm sido palco de diversos tipos de discurso, inclusive discursos anti-imigração, de ódio e xenofobia” (Costa, 2021, p. 6). Os “clickbaits”, caracterizados por chamadas sensacionalistas, distorcidas e polêmicas para gerar engajamento e que reforçam estereótipos, são indicados como um dos alvos que devem ser combatidos na lógica dos fluxos de comunicação nas redes. O discurso de ódio é apontado como consequência de estratégias de captação da atenção pelo viés da “negatividade”, “medo” e “violência”, de forma a atribuir um valor maior aos elementos negativos de um acontecimento (Costa, 2021).

17

O partido Chega em Portugal é apontado como exemplo de um partido político que promove o discurso de ódio e a hostilidade contra grupos estrangeiros (Costa, 2021). Os eleitores dos partidos de extrema-direita tendem a relacionar a presença do imigrante com os problemas sociais, de forma que o ataque a essas minorias promove uma mobilização do eleitorado. Assim, o sucesso do partido nas eleições legislativas de 2024, conquistando 50 cadeiras na Assembleia da República, também concretiza uma mudança do clima social no país, que já não pode mais ser considerado como um país isento dos discursos radicais contra minorias étnicas que circulam na esfera pública europeia.⁷

7 Após o período analisado neste artigo, Portugal passou por nova eleição antecipada em maio de 2025 — a terceira em três anos — na qual o partido de extrema-direita Chega tornou-se a segunda maior força política, alcançando 60 assentos após a contagem dos votos do exterior. Meses depois, em outubro de 2025, entrou em vigor uma nova Lei dos Estrangeiros que endureceu de maneira significativa as regras de entrada, regularização e reunião familiar, concretizando diversos dos temores expressos pelos

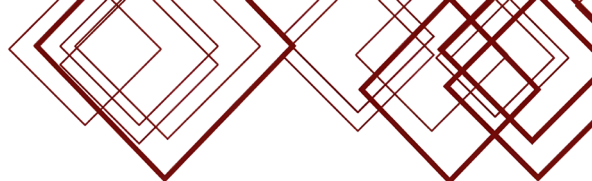


Como apontado por Prior (2022), o Chega utiliza estratégias comunicativas que exploram valores como conflito, dramatização e polarização, características típicas da comunicação populista. A cobertura midiática do partido frequentemente destaca declarações polêmicas e ações disruptivas, que ressoam com o público e amplificam sua visibilidade, evidenciando como o fenômeno populista é, em grande medida, moldado e sustentado por processos comunicativos que transcendem fronteiras nacionais, evidenciando a natureza transnacionalizada e midiaticizada desse movimento.

Essa midiaticização do discurso populista é parte de uma estratégia transnacional de mobilização da extrema-direita. França (2024) observa que ativistas portugueses anti-imigração se inspiram em movimentos europeus, como o CasaPound italiano e o PEGIDA alemão, adaptando frames e estratégias comunicativas que já se mostraram eficazes em outros contextos. Essa troca de ideias e táticas é facilitada pela internet e pelas redes sociais que permitem a rápida difusão de narrativas anti-imigração e a construção de uma identidade coletiva transnacional.

Em contrapartida, o crescimento da imigração em Portugal, bem como a intensa circulação de sentidos xenofóbicos e de hostilidade que buscam enquadrar negativamente a presença de estrangeiros no país, também provocaram a emergência de redes solidárias de imigrantes e organizações formais dedicadas à questão. Atuando em diferentes frentes por meio de projetos e iniciativas, os sujeitos articulados em torno da imigração em Portugal oferecem desde suporte jurídico para a regularização burocrática, mediando relações com o Estado português e com instâncias de países de origem dos imigrantes; produção de análises que podem embasar políticas públicas; suporte psicológico e social; promoção de atividades culturais e de lazer; bem como acolhimento em casos de racismo e xenofobia (Zanetti, 2024).

ativistas entrevistados.



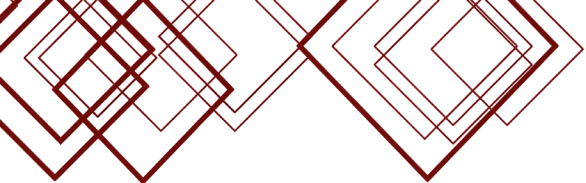
Tais organizações, além de constituírem espaços de sociabilidade, produção de territórios e identidades a partir das experiências compartilhadas por suas comunidades, também participam dos processos de ativismo migrante, como discutiremos a seguir. Por meio de variadas formas de ação coletiva, midiaticizadas ou não, buscam enfrentar a xenofobia, o racismo e os discursos de ódio, circulando sentidos que promovam os direitos humanos e a dignidade dos imigrantes no país. Levando em conta esta realidade, pretendemos analisar as percepções de ativistas brasileiros residentes em Portugal que atuam no apoio a migrantes diante do crescimento dos discursos anti-imigração no país, evidenciado em casos de xenofobia e violência contra migrantes nos últimos anos.

Ativismo migrante e extrema-direita na sociedade midiaticizada

19

Segundo a noção de esfera pública midiaticizada, as narrativas, as representações sociais e os sentidos que circulam no espaço público encontram-se em disputa, politizados por um conjunto de ideologias que têm no ativismo uma intensa produção simbólica (Zanetti *et al.*, 2023). Os ativistas recorrem a repertórios de ação característicos dos processos de midiaticização para disputar poder, influenciando outros atores de acordo com determinados objetivos, demandas e pautas, direcionadas tanto ao Estado quanto à própria sociedade (Miskolci, 2021). Nesta ambiência midiaticizada, o ativismo contempla desde ações coletivas capitaneadas por organizações de movimentos sociais estruturadas até práticas desempenhadas de forma autônoma em meios digitais, criando redes de mobilização que se conectam e reverberam nos mais diversos ambientes sociais (Zanetti *et al.*, 2023).

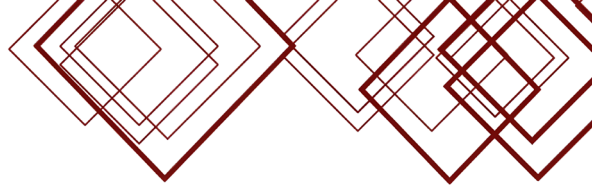
Nesse contexto, as práticas ativistas que envolvem as rei-



vindicações públicas e a mobilização social em torno de determinadas questões se desenrolam em uma arena de disputa compartilhada com outros atores e configurada por condições políticas, culturais e comunicacionais (Alcântara, 2016). Desenhando estratégias com base em suas preferências e nos recursos de que dispõem, ativistas pretendem transformar uma dada realidade pressionando a política institucional, sensibilizando a opinião pública e demandando mudanças de comportamento na sociedade (Machado, 2007).

Segundo Machado (2007), para além de um objetivo político, o ativismo possui um papel importante na formação de identidades, de criação de laços com o grupo, de mobilização de afetos e relação entre o “Eu” e o “Outro”. O ativismo, ao reivindicar, expor e produzir representações, sentidos e informações em prol de causas e pautas, cria tensionamentos, frequentemente operando em oposição a determinados elementos e, assim, gerando polos e núcleos de identificação. Nesse sentido, é fundamental compreender que o ativismo não apenas reivindica mudanças, mas também molda identidades. As interações entre ativistas vão conformando coletivos, desenvolvendo lógicas internas e externas, formas de atuação, implicações estéticas e éticas, *modus operandi*, contribuindo para a construção de uma imagem social sobre o ativismo, o ativista, a causa e o movimento social (Alcântara, 2016).

Nesse sentido, as reflexões de Gerbaudo (2012) aprofundam a compreensão da articulação entre mediatização, identidades e disputa simbólica ao demonstrar que a ação coletiva contemporânea depende de uma mediação comunicacional que antecede e organiza o engajamento político. Seu conceito de “coreografia da assembleia” descreve como plataformas digitais produzem uma infraestrutura afetiva e narrativa que orienta a formação de coletividades, oferecendo enquadramentos, símbolos e roteiros de ação que estruturam a percepção do “nós” e

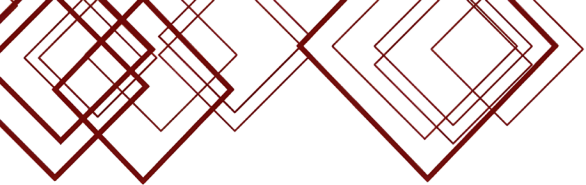


do “outro”. A liderança “suave” identificada pelo autor é exercida por administradores de páginas, influenciadores ou ativistas que condensam emoções e sugerem práticas de forma a intensificar o conflito, mobilizando indignação, ressentimentos e expectativas coletivas. Ao aplicarmos esse enquadramento ao ativismo migrante e ao ativismo anti-imigração, é possível compreender como ambos os campos constroem, por meio da circulação digital de afetos e representações, arquiteturas simbólicas que orientam suas mobilizações (Gerbaudo, 2012). Assim, é preciso considerar tanto as experiências comuns de exclusão e vulnerabilidade, coreografadas como solidariedade e resistência, quanto narrativas de ameaça e pânico moral, coreografadas como defesa identitária e reação contra um inimigo abstrato. Assim, a disputa narrativa entre ativismo migrante e ativismo anti-imigração ocorre na produção contínua de coreografias emocionais e discursivas que criam percepções públicas e estruturam antagonismos no interior da esfera pública midiaticizada.

21

Quando nos referimos ao ativismo migrante, estamos abordando um conjunto de formas de ação coletiva heterogêneas e fragmentadas, que operam a partir de lógicas variadas e são influenciadas por fatores como o contexto histórico do território de atuação, o cenário político, os instrumentos culturais e os dispositivos técnicos. O termo “ativismo migrante” é genérico e abrange todas as formas de mobilização, atuação, reivindicação pública, ações sociais e organizações relacionadas à condição de migrante, refugiado ou deslocado. Alguns de seus pontos centrais são a resposta às complexidades, desigualdades e desafios enfrentados pela população migrante em todo o mundo, como discriminação, falta de proteção legal, condições precárias de vida, conflitos, perseguições políticas, criminalização e demais violações de direitos dos seres humanos na condição de estrangeiros (Swerts; Nicholls, 2021).

No caso do ativismo migrante, a identidade compartilhada é a

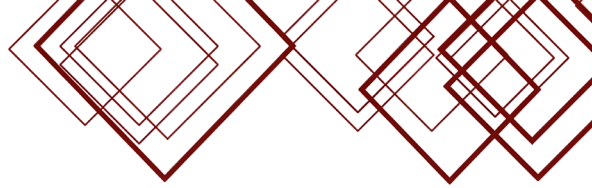


condição de imigrante, de estrangeiro, *outsider*. No entanto, uma série de categorias fragmenta esses status, produzindo grupos e ativistas com diferentes perspectivas e estratégias. Nesse sentido, vários autores dedicam-se a compreender as diversas identidades migrantes, a formação de grupos e movimentos sociais na formulação e reivindicação com base em protestos e ações ativistas individuais e coletivas (Bloch; Chimienti, 2013; Monforte; Dufor, 2013; Nicholls, 2013; Però; Solomos, 2010). No caso de imigrantes indocumentados, quando se tornam ativistas, transgridem a noção jurídica de cidadania, já que, ao exercerem direitos políticos, estão também exercendo o direito à cidadania (Ataç *et al.*, 2016). O ativismo migrante também tem a função de produzir espaços autônomos de convivência e integração e construir redes de solidariedade e resistência.

22

Enquanto ativistas migrantes lutam pela própria existência, sobrevivência e dignidade, o ativismo anti-imigração parte de valores e representações negativas contra o “Outro”, atribuindo às minorias a causa de problemas sociais complexos. Tal ativismo recorre a discursos de ódio e retórica discriminatória, frequentemente associados a elementos racistas, misóginos, xenofóbicos e, no caso europeu, islamo-fóbicos. Na Europa, onde desenvolvemos esta pesquisa, a intensidade do sentimento anti-imigração e da parcela da população que se opõe profundamente à presença do imigrante tem aumentado, tornando-se mais crítica (Heath *et al.*, 2020; Zanetti; França, 2023), intensificando a polarização e fortalecendo o ativismo anti-imigração em todo o continente. Há, ainda, uma terceira corrente ainda pouco explorada nos estudos acadêmicos sobre os ativistas migrantes em apoio a pautas de extrema-direita, inclusive, anti-imigração, como podemos observar em Portugal com a adesão de brasileiros ao partido Chega.

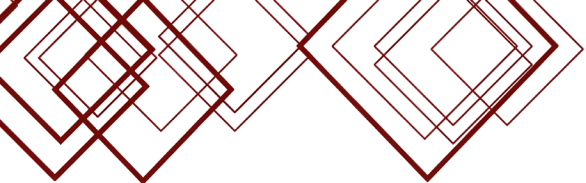
A principal característica do ativismo anti-imigração, segundo



Kristian Harpvinken (Zanetti; França, 2023), é a atribuição ao imigrante, ao “Outro”, de problemas sociais de ordem econômica, social, cultural e política que, muitas vezes, pouco têm a ver com a imigração em si. Esse fenômeno pode ser observado em países onde partidos abertamente anti-imigração ocupam o governo, como é o caso da Suécia e da Polônia. O ativismo anti-imigração na Europa deve, portanto, ser observado tanto a partir de uma perspectiva transnacional, com movimentos de extrema-direita articulados e com discurso unificado no continente, quanto a cada país, compreendendo as realidades regionais.

Trata-se de narrativas que constroem o migrante como o outro, o bárbaro, o estrangeiro, o inimigo, a ameaça (Kristeva, 2007; Levi, 1998; Todorov, 1999), com o intuito político e social de instaurar o medo ou pânico moral entre setores sociais e eleitorais. Conceito-chave para entender os discursos usados por líderes de extrema direita para criar medos e divisões na sociedade, o pânico moral pode ser definido como a reação de um grupo de pessoas a partir da falsa percepção de que o comportamento de determinado grupo, geralmente uma minoria, é perigoso e representa uma ameaça para a sociedade (Cohen, 2011). A base do fenômeno é uma divisão entre “nós” e “eles”. A criação de um inimigo abstrato, seja as elites, seja os imigrantes, ou uma ideologia específica, são as formas de acionar representações de defesa, de iminência de ataque, o que pode ser observado na retórica dos atores políticos e ativistas, como se todos devessem estar desesperados, em pânico e com medo (Halikiopoulou; Vlandas, 2019).

As práticas de ativismo migrante e anti-imigração, com suas identidades, objetivos e formas de ação variadas, se desenrolam em um terreno comum de disputas marcado pela crescente mediação de caráter digital das interações cotidianas, oferecendo uma nova arquitetura comunicacional para os processos de mobilização social e contestação



política. A internet alterou as formas de acesso à esfera de visibilidade pública antes centrada na televisão, rádio e imprensa, o que pode levar ao aumento da influência de atores coletivos e maior variedade de temas conquistando atenção pública (Barros, 2017). Se as empresas de mídia e o jornalismo controlavam, de acordo com seus critérios, boa parte do que circulava na esfera pública política, atualmente dividem espaço com políticos, movimentos sociais, influenciadores, entre outros atores que, diante de lógicas de circulação e ampliação de visibilidade típicas da ambiência digital, ameaçam a hegemonia dos meios de massa no direcionamento da atenção pública (Santos Júnior; Albuquerque, 2019).

24

No contexto da midiatização e das plataformas digitais, o ativismo ganha novas possibilidades comunicativas e formas de ação coletiva. Além das possibilidades técnicas, a intensificação do fluxo de informação e circulação de sentidos também exercem impacto sobre os arranjos e configurações ativistas. Diversos autores trataram sobre a organização dos movimentos sociais em rede (Scherer-Warren, 2006; Castells, 2013; Gohn, 2011), cuja principal característica é a apropriação da comunicação digital em rede como constitutivo de mobilizações e ações em torno de pautas, causas e demandas políticas e sociais.

No entanto, é importante destacar que, apesar dessa possibilidade aberta pela comunicação digital, a configuração da comunicação dominada pela economia política das plataformas digitais não é tão democrática quanto pode parecer. O modelo comunicativo abriu espaço para figuras como influenciadores digitais, para a criação de bolhas, para formas e modelos de comunicação que mais se assemelham à autodoutrinação (Han, 2018) do que com uma comunicação dialógica baseada na diversidade na multiplicidade de perspectivas. A lógica de exposição (Sodré, 2020) que comanda a midiatização algorítmica determinará a eficácia da comunicação, o seu valor de verdade, a sua credibilidade



e capacidade de engajamento. Nesse sentido, apesar da capacidade de comunicação de muitos para muitos, a comunicação digital criou suas próprias formas de comunicação de massa, de segregação e da concentração da comunicação de acordo com critérios socioeconômicos (Morozov, 2018).

Metodologia

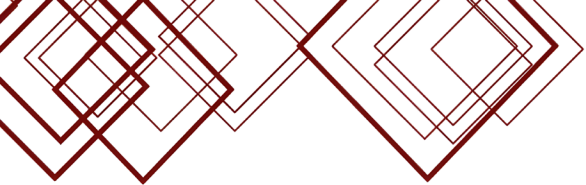
Este artigo representa um desdobramento de uma pesquisa mais ampla que se dedicou a analisar a esfera pública midiaticizada com foco específico no ativismo migrante e anti-imigração, considerando as disputas identitárias e as representações sociais relacionadas à imigração desde o ano de 2020 em Portugal (Zanetti, 2024). Durante uma etnografia em Portugal, identificamos nas entrevistas e na pesquisa documental a percepção dos ativistas migrantes sobre o aumento dos discursos anti-imigração e da ascensão da extrema-direita na sociedade portuguesa. Esse cenário motivou a elaboração deste artigo.

25

Assim, este estudo está baseado em uma metodologia qualitativa e se vale da aplicação de sete entrevistas em profundidade realizadas com ativistas brasileiros a partir das orientações de Duarte (2005). As entrevistas ocorreram de forma presencial, em Lisboa, no primeiro semestre de 2023⁸. O roteiro de questões foi elaborado de forma semiestruturada para que o entrevistador tivesse a flexibilidade necessária durante a condução da entrevista, e para que o entrevistado pudesse ficar à vontade para tecer comentários.

Os(as) entrevistados(as) foram selecionados previamente, após

8 Realizadas pelo primeiro autor durante a vigência da Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) - Processo nº 2022/10108-02, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

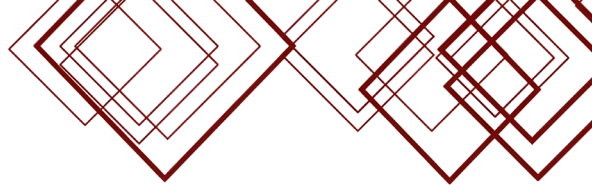


realização de pesquisa exploratória prévia através do mapeamento das organizações ativistas no ambiente online e contato direto. Para a seleção, foram considerados os seguintes critérios: atuar como ativista da causa migrante; participar de organizações migrantes; e ter nacionalidade brasileira. Os ativistas estavam vinculados a três organizações distintas, cada uma com trajetória, história e atuação política específicas:

1) Casa do Brasil de Lisboa (CBL): Fundada em 1992, a CBL é uma das organizações mais antigas e reconhecidas no apoio aos imigrantes brasileiros em Portugal. Localizada no Bairro Alto, em Lisboa, a CBL oferece serviços jurídicos, psicológicos e de integração laboral, além de promover debates sobre racismo, xenofobia e direitos migratórios. Sua atuação política inclui a defesa de políticas públicas inclusivas e a denúncia de violações de direitos. Nas redes sociais, mantém presença no Facebook (23 mil seguidores) e no Instagram (14,7 mil seguidores), onde disponibiliza agendas de mobilização e informações úteis para migrantes, além de um site oficial com detalhes sobre sua atuação, formas de contato e participação.

2) Coletivo Andorinha: Instalado em Lisboa, o Coletivo Andorinha surge como resposta à crescente politização da comunidade migrante, especialmente após o impeachment de Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro. Focado na defesa da democracia brasileira e dos direitos humanos, o coletivo organiza atividades culturais, protestos e campanhas de conscientização. Sua presença digital inclui o Instagram (4,4 mil seguidores), o X (667 seguidores) e o Facebook (11 mil seguidores), plataformas nas quais divulga seus objetivos e princípios de forma clara. Embora seu site oficial esteja fora do ar, as redes sociais servem como principais canais de comunicação e mobilização.

3) Diáspora sem Fronteiras: Sediada em Cascais desde outu-

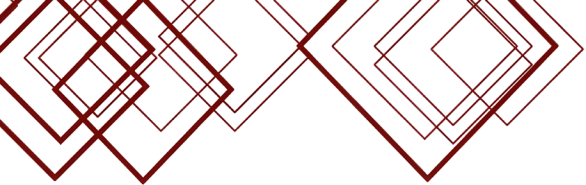


bro de 2020, esta organização destaca-se por seu trabalho voltado à integração social e laboral de imigrantes, com ênfase em mulheres e grupos vulneráveis. Com uma abordagem mais recente, a Diáspora sem Fronteiras busca combater a desinformação sobre migração e fortalecer redes de apoio. Sua presença digital é mais modesta, concentrando-se exclusivamente no Facebook (1,2 mil seguidores), onde compartilha informações sobre eventos, recursos e iniciativas voltadas à comunidade imigrante.

Essas organizações foram escolhidas por representarem perfis diversos de ativismo migrante, desde a institucionalidade consolidada da CBL até a atuação emergente e focada em causas específicas da Diáspora sem Fronteiras, passando pelo caráter político-cultural do Coletivo Andorinha. A seleção buscou abranger diferentes estratégias de comunicação e mobilização, refletindo a pluralidade da comunidade brasileira em Portugal. A combinação desses perfis permite uma análise abrangente das dinâmicas de ativismo migrante, tanto no âmbito presencial quanto no digital, destacando os desafios e oportunidades enfrentados por essas organizações no contexto português.

As sete entrevistas foram transcritas utilizando a plataforma online *AmberScript*. Os procedimentos adotados respeitaram as diretrizes éticas e contaram com o consentimento dos participantes, os quais concordaram explicitamente com a gravação em áudio das entrevistas para fins científicos. Para preservar a identidade e proteger os ativistas, optamos por anonimizar os participantes e utilizar nomes fictícios. Pelo mesmo motivo, também preferimos não mencionar na análise a organização à qual o ativista pertence, evitando possíveis identificações indiretas.

Apresentamos a análise e a discussão das entrevistas, organizadas em torno de dois eixos articuladores: 1) as percepções dos ativistas sobre o crescimento dos movimentos de extrema direita e do partido



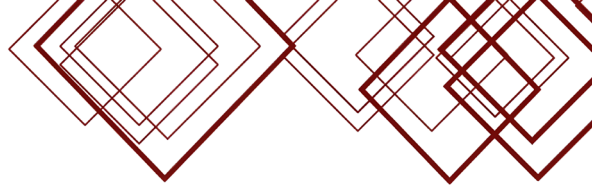
político Chega como atores políticos que enunciam e alimentam discursos anti-imigração na esfera pública; o crescimento do Chega como um ator político em Portugal que enuncia e alimenta discursos anti-imigração na esfera pública; 2) as percepções dos ativistas em torno da ambiência midiaticizada dos discursos anti-imigração em Portugal.

Crescimento dos movimentos de extrema-direita, do partido Chega e dos discursos anti-imigração

28 Na visão da ativista Marina, o discurso do Chega está ganhando espaço na sociedade portuguesa com uma retórica fortemente voltada contra a imigração, incluindo um discurso anti-brasileiro. Essa retórica anti-imigração é parte de uma estratégia transnacional de extrema-direita (França, 2024) que é adaptada a contextos locais para maximizar seu apelo. A entrevistada alerta para a possibilidade de que a situação política se agrave, mencionando a conexão entre migração e problemas sociais que estão sendo explorados pelo partido.

Há uma série de fatores que contribuem significativamente para o aumento da discriminação, do discurso de ódio contra os imigrantes e do racismo. Estamos enfrentando um período de dificuldades econômicas, o que alimenta o medo de que a imigração esteja em ascensão perante aos nacionais. Neste momento, as leis estão passando por mudanças, e tornaram-se ainda mais favoráveis à imigração. No entanto, é um momento em que não há moradia adequada para as pessoas, e isso afeta a todos, sem exceção. A situação é extremamente desafiadora. Além disso, estamos lidando com um aumento da inflação, o que leva a sociedade a buscar um bode expiatório, e mais uma vez a imigração parece ser o alvo mais fácil. Isso é evidenciado pelo discurso adotado por certos partidos políticos como o Chega. (Marina, 2023).

Joana argumenta que esse contexto, marcado pelo ressurgimento de movimentos de extrema-direita em todo o mundo, coincide com o

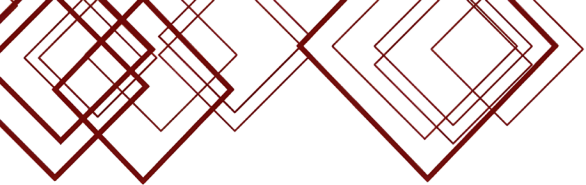


aumento da imigração brasileira em Portugal, especialmente em um período de crise econômica mundial que tem sido particularmente rígida com a Europa (Cunha, 2015). Essa conjuntura econômica e social cria um terreno fértil para a estratégia de “bode expiatório” (Halikiopoulou; Vlandas, 2019), onde imigrantes são culpabilizados por problemas estruturais. Para ela, isso tem alimentado a narrativa de que os imigrantes são responsáveis pelos problemas sociais do país, criando um clima propício para a disseminação da xenofobia. O relato de Joana se enquadra na noção de pânico moral desenvolvida por Cohen (2011), bem como o senso comum de que os nacionais precisam se defender da presença do outro.

Assistimos ao ressurgimento de uma série de movimentos de extrema direita no mundo. Ressurge a ideia do ‘outro’ como inimigo. Então, se eu não consigo alugar uma casa, a culpa é do imigrante que está vindo aqui alugar e morar lá dentro. Eu pouco me importo com quais são as condições em que essa pessoa está. A situação fica ainda pior nessa relação. Mas essa ideia do ‘outro’ como inimigo vai se criando e se implantando. (Joana, 2023).

29

Para Rafael, é possível notar discursos que apelam para a ideia de que, com os movimentos migratórios, a população do país está sendo descaracterizada. A tese de “substituição étnica” ou “substituição populacional”, difundida entre ativistas e grupos anti-imigração (Barone; Da Silva, 2023), tem se mostrado como um forte argumento nos grupos anti-imigração e, também, como uma narrativa unificadora contra a presença do Outro. Essa tese, amplamente utilizada por movimentos de extrema-direita na Europa (Halikiopoulou; Vlandas, 2019), busca criar um senso de ameaça cultural e demográfica. Esta tese parte do princípio de que os imigrantes são convidados para a Europa propositalmente para descaracterizar o Ocidente e os valores ocidentais. Em Portugal, o argumento é que os portugueses estão emigrando enquanto o país incentiva



uma política de fronteiras abertas que prejudica a cultura ocidental.

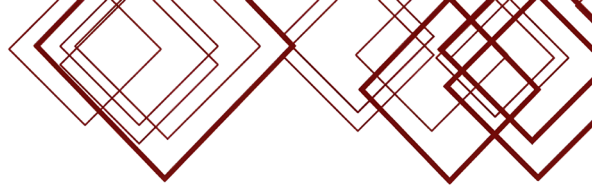
Flávia aponta o que considera uma preocupante tendência de relativização e revisionismo histórico de questões relacionadas ao colonialismo em Portugal que está ocorrendo na sociedade portuguesa. Essa tendência é parte de uma estratégia mais ampla de revisionismo histórico, como discutido por Barone e Da Silva (2023), onde se busca reescrever narrativas nacionais para justificar políticas excludentes. Para Flávia, essa tendência de relativização se manifesta também na política partidária, especialmente através de figuras como André Ventura, presidente do Chega, que negam a existência do racismo em Portugal e propagam discursos intolerantes contra imigrantes com base em sua participação na política institucional e, também, pela circulação de sentidos no espaço público midiaticizado.

30

O que eu sinto é que Portugal está passando por uma coisa que a gente passou há pouco tempo no Brasil, começa a relativizar tudo. Aí é o André Ventura com o protesto. Portugal não é racista. Você começa a criar uma narrativa paralela, um revisionismo, um irracionalismo. (Flávia, 2023).

Alguns entrevistados fazem comparações com a política brasileira para explicar a ascensão do Chega, apontando o receio de que os caminhos políticos dos dois países sejam semelhantes, a despeito de suas especificidades. Márcia sintetiza o sentimento com relação ao avanço do Chega e dos casos de intolerância.

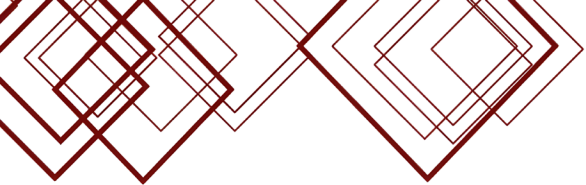
Sabe o que aconteceu no Brasil há quatro, cinco anos atrás... tá uma semente aqui plantada, sabe, com o Chega, né? Então eu acho que a impressão que dá é que a gente vai ter um problema sério para o futuro. Nas nossas redes, o que a gente vê? Muitos brasileiros bolsonaristas xingando e ofendendo... aquele discurso, aquele modus operandi clássico, né? E vejo muitos comentários de ódio, a brasileiros juntando essas duas coisas, me parece que a gente está tá espelhando o que aconteceu no Brasil. [...]. (Márcia, 2023).



Maria migrou para Portugal no contexto da eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. A ativista afirma que, apesar de notar um crescimento e uma intensificação do discurso de extrema-direita em Portugal, não acredita que ele seja tão intenso como ocorreu no Brasil em 2018, motivo pelo qual ela resolveu deixar o país. “O crescimento de partidos como o Chega é algo de se preocupar. Sim, porque é a terceira potência da política e tem crescido não só em Portugal, como em toda a Europa. Mas neste momento, à princípio, não me sinto ameaçada como me sentia no Brasil” (Maria, 2023).

O posicionamento de Maria se justifica porque, segundo ela, ao contrário de Bolsonaro, que havia sido eleito, o Chega ainda não ocupou tantos espaços institucionais de poder, o que denota uma grande diferença de contextos. Para ela, essa diferença não implica ausência de riscos ou inação por parte dos ativismos migrantes. Ao mesmo tempo, pondera que pode estar subestimando o poder de viralização nas plataformas digitais e ampliação de apoio por parte das pautas de extrema direita, o que reconhece ser um erro de avaliação.

Outros entrevistados apontam para consequências concretas do crescimento do Chega que influencia a atuação das organizações de ativismo migrante, como também as políticas públicas. A entrevistada Flávia destaca os impactos da atuação do Chega nas políticas públicas voltadas ao imigrante em Portugal, especialmente em relação à destinação de recursos para atendimentos presenciais aos migrantes realizados tanto pela Diáspora sem Fronteiras quanto pela Casa do Brasil de Lisboa na Vila de Cascais, onde atua o vereador João Rodrigues dos Santos, do Chega. Cita como exemplo um episódio ocorrido em 2022 no qual, no contexto das eleições presidenciais brasileiras, as organizações pediram verba para a contratação de um técnico de



atendimento para o gabinete da vila à Câmara do município. O pedido motivou o vereador do Chega a acusar a Casa do Brasil de ser alinhada à “extrema-esquerda”, e criticar seu apoio aberto ao então candidato Lula da Silva em oposição ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

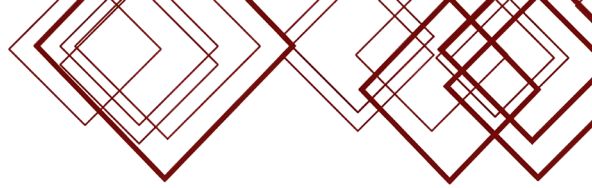
Nesse contexto de atuação do Chega, segundo o ativista Rafael, a Casa do Brasil passou a ser acusada de pedir recursos para realizar uma atuação política partidária em Portugal.

E quando ele (o vereador) diz isso, nosso financiamento fica paralisado, ou seja, ele solicita a análise [do recurso]. Então, temporariamente, tivemos o apoio suspenso, nosso financiamento para os atendimentos foi interrompido. No entanto, não deixamos de atender por isso, nem o faremos. Continuaremos a oferecer suporte às pessoas, pois entendemos que é isso que desejam, mesmo que possam interpretar de forma equivocada, sugerindo que estamos lá apenas pelo financiamento e não para auxiliar. Portanto, nossa resposta não é confrontar o vereador, mas sim continuar com os atendimentos e explicar à Câmara Municipal de Cascais sobre o trabalho da Casa. É importante lembrar que essa decisão não partiu da Câmara, mas sim de um vereador, ou seja, não houve consenso entre os vereadores. (Rafael, 2023).

32

Embora o financiamento tenha sido mantido, tendo em vista que apenas um vereador do partido Chega manifestava oposição à atuação das organizações, Flávia demonstra preocupação com o crescimento do discurso de ódio produzido pelos integrantes do Partido e direcionado à Casa do Brasil, assim como com a possibilidade de aumento da representatividade institucional do Chega no parlamento português. “No caso de haver uma presença significativa, seja de cinco ou até mesmo dez vereadores da vertente política de extrema-direita, como ficaremos?” (Flávia, 2023). Essa preocupação reflete a fragilidade das instituições democráticas diante do avanço de agendas anti-imigração, um fenômeno também observado em outros contextos europeus (Heath *et al.*, 2020).

Por outro lado, Juliana argumenta que, para que haja conse-

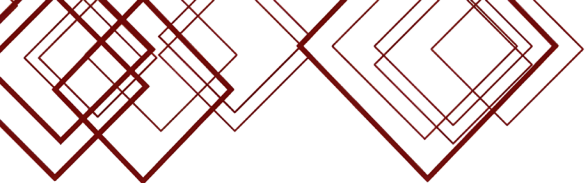


quências políticas, sociais e econômicas, não é necessário que o Chega assuma o comando do país, basta que ganhem força e adeptos. E, nesse sentido, assim como outros interlocutores, ela afirma não só que a estratégia midiática do Chega se assemelha ao bolsonarismo no Brasil, mas também compartilha a crença de que foi construída de forma eficaz. Ainda, como apontam Zanetti e França (2023), a ascensão da extrema-direita não depende necessariamente do controle do governo, mas da capacidade de influenciar o debate público na ambiência da midiática digital.

Ambiência dos discursos anti-imigração: entre mídias, plataformas e ruas

Em suas falas sobre os discursos anti-imigração e sobre o fortalecimento do Chega, os entrevistados apontam constantemente uma forma de atuação que combina a participação na política institucional e nos processos de disputa eleitoral com a disputa de sentidos na esfera pública midiática. Nestes espaços, os membros e simpatizantes do partido buscam construir uma força social e política recorrendo aos espaços físicos das ruas e às interações das plataformas digitais. Os entrevistados destacam, ainda, dificuldades da imprensa em lidar com esses discursos e com táticas da extrema-direita.

É relevante destacar que o partido contribui para a circulação de discursos anti-imigração de diferentes formas, como mostra Rafael ao contar sobre *outdoors* espalhados pelas ruas de Lisboa com a imagem de André Ventura, líder do Chega, reforçando teorias de substituição étnica. Ele diz ter um sentimento ambíguo, um misto de medo e de força para atuar politicamente, diante da presença desse discurso materializada pelos *outdoors*.



Aquilo me impactou, porque aquilo para nós, que somos imigrantes, quando a gente vê acontecendo, é muito forte. Estar ali, na frente da Assembleia da República, um outdoor de um partido abertamente preconceituoso e que diz atuar contra a presença dos imigrantes é impactante. (Rafael, 2023).

No trabalho de campo realizado em Lisboa, foi possível observar a presença de outdoors agressivos no espaço público com narrativas agressivas, alguns deles, inclusive alvo de disputas políticas em torno da retirada ou da manutenção da publicidade (Figuras 1 e 2).

Figura 1 — Cartaz do Chega espalhado pelas ruas de Lisboa

34



Fonte: Marques (2023).

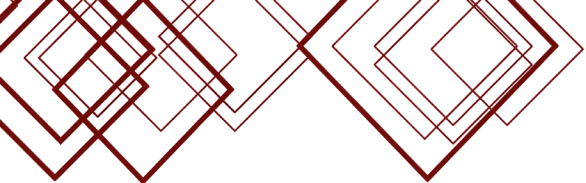
Figura 2 — Cartaz anti-imigração do grupo Identidade e Futuro, corrente interna do Chega



Fonte: Identidade e Futuro (2024).

No entanto, as plataformas digitais ocupam lugar central na fala dos entrevistados por amplificar esses discursos que, não sendo dominantes na sociedade, encontram barreiras em outros espaços de visibilidade midiática. Para Marina, embora promovam a livre circulação de ideias, as plataformas digitais têm se constituído também como ambientes que permitem que discursos de ódio e xenofobia se amplifiquem sem mecanismos efetivos de regulação. Essa dinâmica corrobora a análise de Han (2018) que aponta que a lógica econômica das plataformas prioriza conteúdos com alto potencial de viralização - muitas vezes pautados por polêmicas e conflitos - em detrimento de debates qualificados e compromissos sociais democráticos. Nesse ecossistema, partidos como o Chega encontram terreno fértil para sua estratégia comunicacional, explorando deliberadamente o sensacionalismo e a polarização, já que posturas radicais e controvérsias geram maior visibilidade e engajamento junto ao público.

Há um pensamento um pouco mais liberal de que talvez o dis-

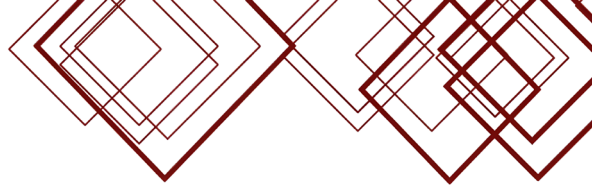


curso vai se regular por ele mesmo. Por outro lado, também vende, dá acesso, clique, visibilidade. Então, casos polêmicos são mais noticiados, eles têm mais relevância, e o Chega é especialista em criar polêmica nas plataformas e na Comunicação Social. O André Ventura trabalhou muitos anos na televisão. Ele é especialista em criar polêmica e isso chama bastante atenção. (Marina, 2023).

36 No caso citado anteriormente, do questionamento sobre as verbas solicitadas pela Casa do Brasil por um vereador do Chega, é o recorte do vídeo com o discurso do político nos perfis do partido em plataformas digitais que viraliza, reforçando a perspectiva de Hepp (2014) de que a lógica política tem se moldado à lógica comunicativa das redes, agregando valor de exposição (Sodré, 2020). Para Marina, é particularmente desafiador silenciar os discursos anti-imigração do Chega em virtude da combinação entre poder político institucional e midiático, com representação parlamentar que mobiliza estrategicamente discursos anti-imigração nas redes sociais a fim de atrair a atenção da mídia e da sociedade. Flávia complementa que esse cenário é agravado pela falta de reação das instituições, que deixa impunes tais figuras políticas, as quais se permite proferir discursos de ódio sem sofrer as devidas consequências legais.

A própria imprensa é apontada como um espaço de visibilidade para esses discursos, em virtude da maneira como lida com a exposição conquistada pelo partido em plataformas digitais. Juliana lembra do texto “Um enredo previsível, um futuro evitável”⁹, publicado pelas mulheres do Coletivo Andorinha, na edição portuguesa de fevereiro de 2021 no *Le Monde Diplomatique*, após o Chega tornar-se a terceira maior força política nas eleições daquele ano. Ela afirma que, assim como aponta no texto referido, a excessiva cobertura midiática de falas polêmicas, de espetáculos midiáticos, discursos de ódio e ataques a minorias étnicas e sociais

9 Disponível em: <https://pt.mondediplo.com/2021/02/um-enredo-previsivel-um-futuro-evitavel.html>



alavancaram a visibilidade do partido, trazendo consequências nefastas.

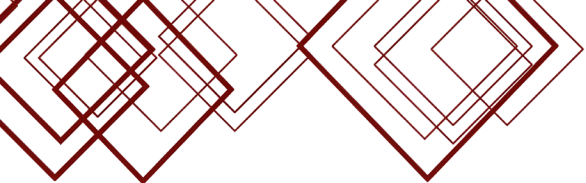
Marina, de forma complementar, sugere que a cobertura midiática muitas vezes alimenta a dinâmica dos discursos anti-imigração em plataformas digitais ao dar mais espaço e visibilidade a narrativas extremistas e controversas. Ou seja, para ela, o próprio André Ventura, líder do Chega, é um produto midiático, assim como foi o Jair Bolsonaro no Brasil. Essa crítica ecoa com as reflexões de Prior (2022) quando destaca que, ao priorizar o conflito e a dramatização, a mídia tradicional amplifica o populismo de extrema-direita.

Flávia menciona o que chama de estratégia de vitimização adotada por grupos como o Chega, que se colocam como vítimas de suposta censura quando confrontados por suas declarações discriminatórias. Ela observa que essa tática é similar àquela utilizada no Brasil durante o surgimento do bolsonarismo, em que, segundo ela, a esquerda inicialmente não soube lidar de forma eficaz com a ascensão desse movimento político.

37

Nesse sentido, a percepção dos ativistas brasileiros se alinha às perspectivas teóricas que apontam os processos de midiaticização e a lógica atual das plataformas digitais como ambiências favoráveis ao surgimento e à propagação dos discursos que dão força ao crescimento de partidos como o Chega. Embora proporcionem um espaço para a divulgação de informações sobre as experiências vivenciadas pelos imigrantes e para a discussão de questões relacionadas à discriminação, as plataformas também têm sido palco para a disseminação e organização dos discursos extremistas e intolerantes. Se anteriormente, na visão da entrevista, esses discursos eram contidos pela vergonha social, agora possuem ampla circulação e adesão, especialmente em camadas sociais da juventude.

A ativista Joana observa que as plataformas digitais têm desempenhado um papel ambíguo no contexto de crescimento migratório em Portugal. Essa ambiguidade reflete a dualidade da midiaticização (Sodré,



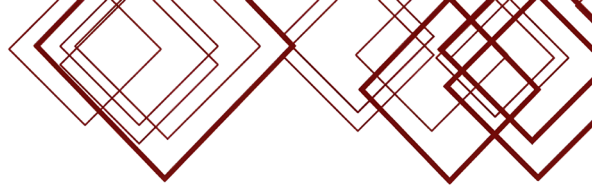
2020), que tanto amplifica vozes marginalizadas quanto facilita a disseminação de discursos extremistas.

Nas redes, nosso grande desafio é furar a bolha. Nós estamos a falar para nós mesmos e essas transformações também vão ficando aqui dentro. Em relação às redes sociais, acho isso também, mais a hipótese de contra discurso. (Joana, 2023).

38 Diante da percepção da rápida disseminação dos discursos anti-imigração e da dificuldade de articular uma resposta eficaz em um contexto desafiador, alguns caminhos de enfrentamento apontados pelos entrevistados destacam a importância do fortalecimento das instituições e organizações voltadas para a causa migrante, bem como a realização de projetos educativos e iniciativas de debate sobre questões relevantes para a sociedade portuguesa. Essas estratégias refletem a abordagem proposta por Swerts e Nicholls (2021), que enfatizam a necessidade de construir redes de solidariedade e resistência em contextos adversos. Além disso, ressaltaram a necessidade de adotar um diálogo responsivo, fundamentado no respeito mútuo, na disseminação de informações e na promoção de uma abordagem humanizada e sensível. De forma semelhante ao que tem sido observado em outros contextos nacionais e internacionais, os ativistas expressaram a expectativa de que o crescimento da influência da extrema-direita possa ser desacelerado ao longo do tempo.

Considerações finais

A análise da percepção dos ativistas brasileiros em Portugal em relação ao crescimento da extrema-direita representada pelo partido Chega, bem como ao discurso anti-imigração, proporcionou uma re-

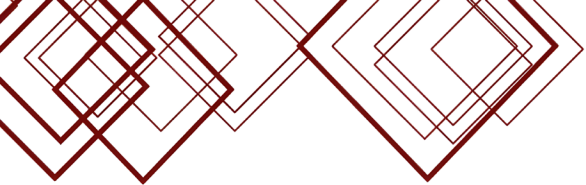


flexão sobre as potencialidades e as limitações do ativismo migrante diante de um cenário politicamente adverso. Notamos como o fenômeno do ativismo anti-imigração impõe reordenamentos às próprias dinâmicas comunicativas contemporâneas do ativismo, que, em favor dos direitos dos migrantes, tendo em vista as disputas de sentidos sobre as migrações e a circulação de discursos de ódio que alimentam as redes de ativismo anti-imigração online. Além disso, o capital acumulado pelos movimentos anti-imigração nas redes digitais tem sido, muitas vezes, convertido em poder político institucional, como é o caso do partido político Chega em Portugal, impactando a própria implantação das políticas públicas destinadas às pessoas migrantes. Trata-se de um processo que se inscreve nas dinâmicas crescentes de mediatização da esfera pública que incluem também o debate e a circulação de sentidos sobre o imigrante e a imigração.

39

Os resultados da análise desenvolvida neste artigo revelam um sentimento de apreensão dos ativistas diante do avanço de uma agenda anti-imigração. Após as eleições de março de 2024, a análise da resposta dos ativistas migrantes frente ao avanço do conservadorismo ganha uma considerável relevância no âmbito do debate público. Diante do aumento dos fluxos migratórios para o país nos últimos anos, o avanço das pautas conservadoras no parlamento português se coloca como um obstáculo à consolidação de políticas migratórias inclusivas e favoráveis ao imigrante.

Esse cenário de temor é justificado pelos posicionamentos do Chega e de seus militantes sobre questões anti-imigração, as quais, conforme observado em outra pesquisa, têm crescido e se fortalecido na esfera pública. Esse fortalecimento tem levado alguns ativistas a adotarem posturas radicais contra a presença do imigrante, especialmente não ocidentais e racializados (Zanetti, 2024). Por outro lado, esse temor



se justifica pelo aumento na frequência de casos de violência física e simbólica. De 2018 a 2023, as denúncias de violência física aumentaram 433% no país, de acordo com dados da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (Cicdr, 2024). Exemplos reais ilustram essa escalada, como o caso de Olhão, envolvendo um jovem nepalês em fevereiro de 2023 (Cogo; Zanetti, 2024); o do casal brasileiro homossexual em maio de 2023; e o do pernambucano Saulo Jucá, em junho de 2024, entre outros. Frente a esse cenário desafiador, redes de solidariedade e resistência desempenham um papel fundamental no fortalecimento do ativismo migrante.

Referências

40

- Alcântara, Livia Moreira de. Ciberativismo e a dimensão comunicativa dos movimentos sociais: Repertórios, organização e difusão. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 15, n. 34, p. 315-342, 2016. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15n34p315>
- Ataç, Ilker; Rygiel, Kim; Stierl, Maurice. Introduction: The Contentious Politics of Refugee and Migrant Protest and Solidarity Movements: Remaking Citizenship from the Margins. *Citizenship Studies*, v. 20, n. 5, p. 527-544, 2016. <https://doi.org/10.1080/13621025.2016.1182681>
- Barone, Victor; Da Silva, Glaydson José. A Grande Substituição, o colonialismo projetado e os usos do passado. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, v. 41, p. 192-212, 2023. <https://doi.org/10.36661/2238-9717.2023n41.13174>
- Barros, Samuel A. R. *Consultas online e democracia digital: um estudo comparativo da participação no Brasil e nos Estados Unidos*. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contempo-



- râneas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- Bloch, Alice; Chimienti, Milena. *Irregular migrants: Policy, politics, motives and everyday lives*. Londres: Routledge, 2012.
- Castells, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- Cicdr. *Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial*. Portugal, 2024. Disponível em: <https://eportugal.gov.pt/entidades/comissao-para-a-igualdade-e-contra-a-discriminacao-racial>. Acesso em: 28 de março de 2025.
- Cogo, Denise; Zanetti, Lucas. Imigrantes brasileiros e o crescimento dos discursos anti-imigração em Portugal. *Latinoamerica21*, 12 nov. 2024. Disponível em: <https://latinoamerica21.com/pt-br/imigrantes-brasileiros-e-o-crescimento-dos-discursos-anti-imigracao-em-portugal/>. Acesso em: 30 de março de 2025.
- Cohen, Stanley. *Folk devils and moral panics*. Londres: Routledge, 2011.
- Costa, Ana Paula. *Discurso de ódio e imigração em Portugal*. Lisboa: Casa do Brasil de Lisboa, 2021.
- Cplp. *Promulgado acordo sobre a mobilidade entre estados membros da comunidade dos países de Língua Portuguesa*. Secretaria-Geral, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2022/agosto/promulgado-acordo-sobre-a-mobilidade-entre-os-estados-membros-da-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa-cplp>. Acesso em: 30 de março de 2025.
- Cunha, Isabel Ferin. Da ‘desdemocratização’ da Europa: democracia, media e corrupção política. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 38, n. 1, p. 37–63, 2015.
- Duarte, Jorge. Entrevista em profundidade. In: Barros, Antonio; Duarte, Jorge. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São



Paulo: Atlas, 2005. p. 62-83.

European Commission. Eurobarómetro 519. European Union, 2022. Disponível em: https://migrant-integration.ec.europa.eu/system/files/2022-06/Integration%20of%20Immigrants%20in%20the%20European%20Union_Report_EN.pdf. Acesso em: 28 de março de 2025.

França, Thaís. Transnational diffusion and far-right latent social movements: Unveiling the survival of anti-immigration mobilisation in Portugal. *Journal of Contemporary European Studies*, p. 1–14, 2024. <https://doi.org/10.1080/14782804.2024.2389452>

Gerbaudo, Paolo. *Tweets and the streets: Social media and contemporary activism*. London: Pluto Press, 2012.

Gohn, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, p. 333–361, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>

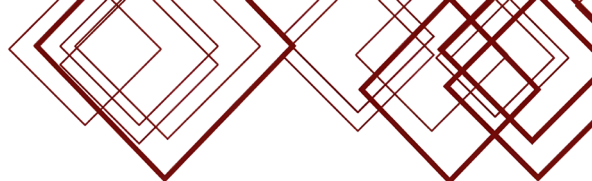
42

Góis, Pedro; Marques, José Carlos. Retrato de um Portugal migrante: A evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos. *e-cadernos CES*, n. 29, 2018. <https://doi.org/10.4000/eces.3307>

Halikiopoulou, D.; Vlandas, T. What is new and what is nationalist about Europe's new nationalism? Explaining the rise of the far right in Europe. *Nations and Nationalism*, v. 25, n. 2, p. 409–434, 2019. <https://doi.org/10.1111/nana.12515>

Han, Byung-Chul. *Infocracia: Digitalização e a crise da democracia*. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

Heath, Anthony *et al.* Contested terrain: Explaining divergent patterns of public opinion towards immigration within Europe. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 46, n. 3, p. 475–488, 2020. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2019.1550145>



Hepp, Andreas. As configurações comunicativas de mundos midiati-
zados: pesquisa da mediação na era da “mediação de tudo”.
Matrizes, v. 8, n. 1, p. 45-64, 2014.

Identidade e Futuro. Sorria ... Está a ser substituído! Lisboa, 22 jan.
2024. *Facebook: Identidade e Futuro*. Disponível em: https://web.facebook.com/identidadeefuturo/posts/sorria-est%C3%A1-a-ser-substitu%C3%ADdoo-cartaz-que-a-identidade-e-futuro-colocou-hoje-em-/122143587914038196/?_rdc=1&_rdr#.
Acesso em: 30 de março de 2025.

Kristeva, Julia. *Étrangers à nous-mêmes*. Paris: Gallimard, 2007.

Levi, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

Machado, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitá-
rias: Novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociolo-
gias*, v. 18, p. 248–285, 2007. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000200012>

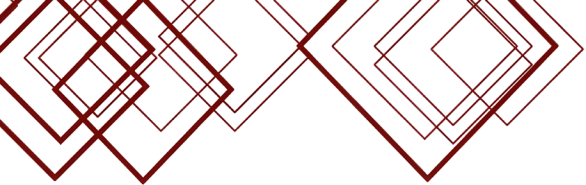
43

Marques, Ana Isabel. *#vergonha.do.estado.a.que.a.política.chegou*. Pú-
blico, 25 maio 2023. Disponível em: <https://www.publico.pt/2023/05/25/opiniao/opiniao/vergonhadoestadoaqueapoliticachegou-2050658>. Acesso em: 30 de março de 2025.

Miranda, Giuliana. *Portugal flexibiliza lei para obtenção de nacionalida-
de; mudança pode ajudar brasileiros*. Folha de S. Paulo, 2024. Dis-
ponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/02/portugal-flexibiliza-lei-para-obtencao-de-nacionalidade-mudan-ca-pode-ajudar-brasileiros.shtml>. Acesso em: 30 de março de 2025.

Miskolci, Richard. *Batalhas morais*: Política identitária na esfera pública
técnico-midiatizada. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

Monforte, Pierre; Dufour, Pascale. Comparing the protests of undo-
cumented migrants beyond contexts: Collective actions as acts



of emancipation. *European Political Science Review*, v. 5, n. 1, p. 83–104, 2013. <https://doi.org/10.1017/S1755773912000045>

Morozov, Evgeny. *Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política*. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

Nichols, Walter J. *The DREAMers: How the undocumented youth movement transformed the immigrant rights debate*. Stanford: Stanford University Press, 2013.

Oliveira, Catarina Reis; Peixoto, João. Why choose the inclusionary path? Social policy in a recent welfare and immigration country: the case of Portugal. In: Koning, Edward A. (Ed.). *The Exclusion of Immigrants from Welfare Programs: cross-national analysis and contemporary developments*. Toronto: University of Toronto Press, 2022. p. 195–225. <https://doi.org/10.3138/9781487544355-012>

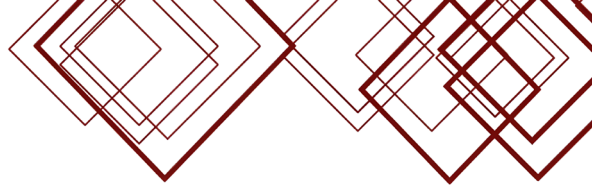
44 Però, Davide; Solomos, John. *Migrant politics and mobilisation: Exclusion, engagements, incorporation*. Londres: Routledge, 2011.

Prior, Helder. Populismo de Direita radical em Portugal: enquadramentos informativos nas Eleições Presidenciais de 2021. *Media & Journalism*, v. 22, n. 40, p. 161–177, 2022.

Rma. *Relatório de Migrações e Asilo*. Agência para a Integração, Migrações e Asilo, 2023. Disponível em: <https://aima.gov.pt/pt/a-aima/relatorios-de-migracoes-e-asilo>. Acesso em: 30 de março de 2025.

Santos Júnior, Marcelo Alves dos; Albuquerque, Afonso de. Perda da hegemonia da imprensa - a disputa pela visibilidade na eleição de 2018. *Lumina*, v. 13, n. 3, p. 5–28, 2019. <https://doi.org/10.34019/1981-4070.2019.v13.28668>

Scherer-Warren, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, v. 21, n. 1, p. 109–130, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0101-402X2006000100006>



org/10.1590/S0102-69922006000100007

Sodré, Muniz. Midiatização do jornalismo. In: Ferreira, Jairo *et al.* *Redes, sociedade e pólis: Recortes epistemológicos na midiatização*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2020. p. 45-54

Swerts, Thomas; Nichols, Walter. Undocumented Immigrant Activism and the Political: Disrupting the Order or Reproducing the Status Quo? *Antipode*, v. 53, n. 2, p. 319–330, 2021. <https://doi.org/10.1111/anti.12678>

Todorov, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Zanetti, Lucas Arantes. *Esfera pública midiatizada, ativismo migrante e anti-imigração: representações sociais e disputas identitárias em Portugal*. 2024. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2024.

45

Zanetti, Lucas Arantes; Silva, Thaís França da. Ativismo anti-imigração e extrema-direita na Europa: Entrevista com Kristian Berg Harpviken. *Tempo Social*, v. 35, n. 3, p. 215–226, 2023. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2023.212428>

Zanetti, Lucas Arantes *et al.* Mediatized Public Sphere and Journalism in Times of Algorithms, Polarization and Crisis of Democracy in Brazil. *Social Sciences*, v. 12, n. 4, p. 143-151, 2023. <https://doi.org/10.11648/j.ss.20231204.1>

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

“Où est le problème? Où est la frontière?” Contestações anticoloniais e anti-imperialistas em videoclipes das periferias do capitalismo

“Où est le problème? Où est la frontière?” Anticolonial and anti-imperialist contestations in music videos from capitalism’s peripheries

Beatriz Greenhalgh de Melo Braun¹

Edmilson Alves Maia Júnior²

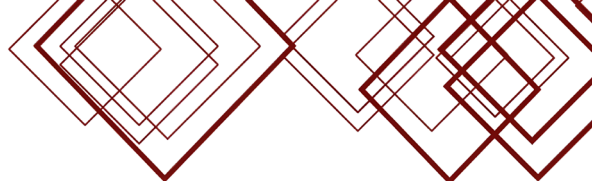
Resumo: Este artigo discute possibilidades para expressões anticoloniais em videoclipes de música, centralizando discussões de raça, classe e gênero numa perspectiva global e transdisciplinar, apontando para dissidências narrativas e seus usos. As artistas escolhidas para a investigação são a cantora M.I.A. (Sri Lanka/Reino Unido) e Ana Tijoux (Chile), cujas obras refletem a temporalidade e espacialidade do século XXI, marcadas pela cultura digital e circulação cultural em redes. A análise prioriza a compreensão de elementos artísticos e comunicativos nos videoclipes, articulando-os a uma abordagem histórica anticolonial. Essa perspectiva confronta questões não resolvidas do presente, entendendo o colonialismo como estrutura viva que sustenta o capitalismo. O referencial teórico inclui as ideias de Aimé Césaire, Beatriz Nascimento, bell hooks, Frantz Fanon, Thiago Soares e Sandro Mezzadra.

Palavras-chave: Videoclipes; Anticolonialismo; Fronteiras

Abstract: This article explores anticolonial expressions in music videos, centering dis-

1 Mestra em Mestrado Profissional em Ensino de História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em História do Brasil pela Universidade Vale do Acaraú (UVA) - Instituto Dom José (IDJ) (2021.1). Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal do Ceará (2021.1). Graduada em História Bacharelado pela Universidade Federal do Ceará (2019.1). Tem experiência na área de História do Brasil, com ênfase em História Contemporânea, História Social da Música e do Audiovisual no Brasil, Relações étnico-raciais e Ensino de História. Atualmente é professora de História em uma instituição privada de Fortaleza. Desde agosto de 2024, participa do Grupo de Estudos Ecos - Mundo, vinculado ao Laboratório de Estudos da Conflitualidade e Violência (COVIO) e ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS/UECE). ORCID ID: <https://orcid.org/0009-0007-9505-5395>. E-mail: beatrizbraun0@gmail.com.

2 Professor doutor pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Parte do Corpo Docente do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Ceará desde 2020. Professor do programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Ceará situado na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC) na cidade de Quixadá. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-8568-6448>. E-mail: edmilson.junior@uece.br.



cussions on race, class, and gender from a global and transdisciplinary perspective, highlighting narrative dissidence and its uses. The artists examined—M.I.A. (Sri Lanka/United Kingdom) and Ana Tijoux (Chile)—produce works that reflect 21st-century temporality and spatiality, shaped by digital culture and online cultural circulation. The analysis focuses on the artistic and communicative elements of their videos, framing them within an anticolonial historical approach. This perspective confronts unresolved contemporary issues, treating colonialism as a living structure that sustains present-day capitalism. The theoretical framework draws on ideas from Aimé Césaire, Beatriz Nascimento, bell hooks, Frantz Fanon, Thiago Soares, and Sandro Mezzadra.

Keywords: Music videos; Anticolonialism; Borders

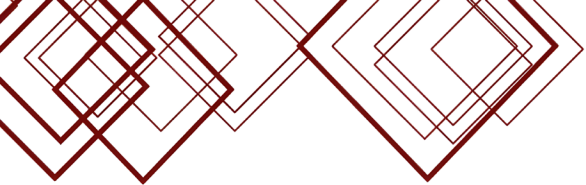
Introdução

O mundo que se torna conectado a partir da Modernidade, chegando à denominação de *globalizado* no século XX, é, contraditoriamente, um mundo de fronteiras (MBEMBE, 2018). A mesma globalização da integração entre territórios distantes a partir da economia, dos meios de transporte e da comunicação também significa a atualização de violências de exploração, de segregação, do afloramento de tensões internas e externas e de questões do passado não resolvidas no presente.

47

No século XXI, fronteiras territoriais são reafirmadas e controladas em um conjuntura político-econômica de ascensão de governos e fortalecimento de movimentos de ultradireita em diversas partes do globo, em meio a uma circulação massiva de discursos de ódio e desinformação a partir das redes sociais. Colonialismo e o imperialismo convivem com a atual fase do capitalismo na qual nos encontramos, e falar em realidades pós-coloniais não significa constatar a superação do colonialismo e de seus rastros (JESUS, 2013).

Porto Rico, Martinica, Havaí, terras dos povos originários nas Américas e a Palestina são exemplos de territórios não reconhecidos em suas independências político-econômicas. Neste momento, destacamos, está em curso uma tentativa de aniquilação do povo palestino em

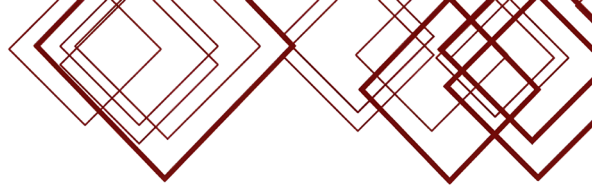


seu próprio território ancestral, sem represálias reais da chamada comunidade internacional ao atual Estado colonizador israelense, hegemonizado pelo sionismo. Esse massacre vem sendo gravado, compartilhado e transmitido ao vivo em redes sociais e batalhas simbólicas que buscam legitimar a ação genocida colonizadora sionista (SANBAR, 2024).

48

Igualmente, temos questões migratórias em curso que são consequências diretas do colonialismo que, no século XIX e XX, retalhou o continente africano e saqueou a Ásia, após ter feito o mesmo com a América nos séculos anteriores. Daí ressaltarmos que os movimentos anticoloniais do século XX redesenharam o mapa do mundo e a imaginação política de povos que haviam sido oprimidos e explorados por países e povos do Ocidente (PRASHAD, 2022). Esses novos países em África e Ásia, com o passar das décadas da metade do século passado em diante, tiveram que lidar com problemas como guerras civis, crise de abastecimento, dívidas externas, asfixia econômica, fundamentalismo religioso, entre outros, bem como enfrentaram o desafio de (re)construir identidades e narrativas históricas, reconfigurar imaginários sociais e lidar com as disputas internas e externas sobre seus projetos nacionais (PRASHAD, 2022).

No âmbito dessas problemáticas, este artigo pretende analisar a arte enquanto fazer político e como parte de uma abordagem educativa, que mobiliza sensibilidades através de linguagens poéticas, em diálogo com um público que dela se apropria a partir de suas próprias vivências, inserido em suas próprias sociedades. A arte aqui selecionada e investigada é a música e sua possibilidade audiovisual em videocliques que narram e representam temas como fronteiras, imigração e diásporas, em discursos contra-hegemônicos, anti-imperialistas e anticoloniais, a partir de artistas que se posicionam politicamente e trazem seus lugares e identidades de maneira centralizada em suas poéticas.



Entende-se que o século XXI intensifica a circulação da produção artístico-musical a partir das redes sociais digitais. Nesse panorama, áudio-imagens, como são os videoclipes de música, fazem parte do nosso cotidiano e se espraiam em possibilidades a partir da sua circulação massiva em plataformas como o *Youtube*, *Instagram* e *Tik Tok*, entre outras.

Estamos imersas/os, globalmente e de maneira desigual, em uma cultura do audiovisual, esta que faz parte do atual estágio do sistema capitalista do qual nós, os autores, encontramos-nos em sua periferia. Nossas percepções, nossos olhares, sentidos e sentimentos estão voltados para telas, que se multiplicam para todos os lados desde o século passado, em tecnologias e dispositivos que se sobrepõem. Televisores, painéis de LED com propagandas, *smartphones*, *tablets*, *notebooks*, óculos de realidade virtual coexistem. A intimidade com o áudio-ver, conceito de Michel Chion (SOARES, 2009 *apud* DIAS, 2021), que diz respeito à integração dos sentidos para a compreensão de uma produção audiovisual, não só é possibilidade, mas se estabelece como regra. Somos imersas e compelidas ao audiovisual.

49

Desse modo, é fundamental discutir como as fronteiras do mundo contemporâneo são representadas e discutidas pelas artistas analisadas, e como as próprias fronteiras da circulação da arte se alargam através das possibilidades das redes, além das próprias interlocuções com outras/os artistas do provenientes Sul global, ressaltando uma solidariedade Sul-Sul em suas canções.

É traçado, por fim, um caminho para o entendimento da indústria cultural relacionando linguagem, representações e poder. Para isso, são postas em diálogo as ideias de Walter Benjamin em leitura de Jesús Martín-Barbero (1997), aliadas às de bell hooks (2019), acerca da his-



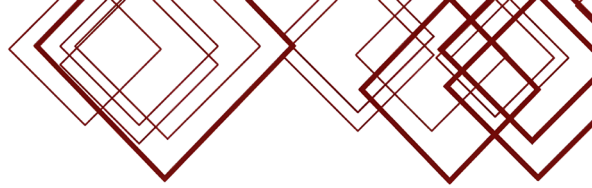
tória da recepção na cultura de massas. Com essas leituras, percebemos o papel ativo daquelas/es que consomem as produções culturais (ver é também produzir imagens), a relação dessas produções enquanto experiências das coletividades, e de que maneira as transformações sociais também são expressas em mudanças das sensibilidades no ver-ler-ouvir, como coloca Martín-Barbero (1997).

Fronteiras e migrações a partir da Modernidade: violências e recusas

50 Se considerarmos que fronteiras são essas linhas separativas de poder e território, quem tentou defini-las são aqueles que semearam a Modernidade e colheram seus frutos, deixando as e os demais às margens. Os Estados-Nação, os tratados como Tordesilhas. A Conferência de Berlim e o esquadramento do continente africano, a criação do Estado israelense com a expropriação do território e o genocídio em curso do povo palestino. Nesse compasso de construção de Mundo, com suas mudanças e permanências, as imigrações, como também as recusas em sair de determinados territórios, tornam-se fenômeno central em nosso tempo.

Como traz Édouard Glissant (2021), houve um deslocamento entre mundos na Modernidade que ocorreu de maneira diversa: os povos europeus ao colonizar, por exemplo, agiram em movimento por ele chamado de flecha, com ideias lineares de conquista de outros povos e territórios. Levaram seus pertences, objetos materiais e simbólicos, sua religião e seu Estado.

Diversos povos africanos, ao contrário, deslocaram-se neste contexto moderno de maneira forçada. A escravidão moderna lhes aconteceu enquanto quebra de mundos que, mesmo com o enorme despontar de violências, conseguiram se comunicar graças às agências de pessoas e



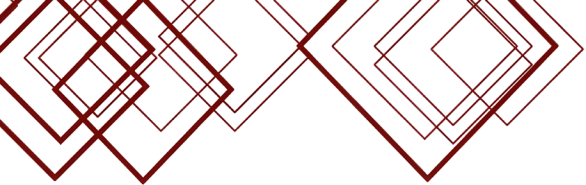
grupos, em recombinações diaspóricas. Pessoas essas, que não levaram pertences e tiveram famílias e comunidades separadas. Porém, levaram as línguas com suas formas de ver o mundo, em uma miscelânea de idiomas de pessoas tratadas como coisa, como *commodity*, para usar termo de Fred Moten e Stefano Harney (2024), por outras pessoas.

Os povos originários do continente americano que permanecem em seus territórios, os viram e veem ainda hoje sendo expropriados, assim como suas existências também são violentadas em um processo não findo. Eles viram o fim do mundo tal qual o conheciam, como aponta Krenak (2019). Eis os grandes dramas e as máculas nos palcos do mundo moderno, os quais precisamos encarar quando pensamos em fronteiras no globo.

Aqui, o desafio está em tentar entender o conceito de *fronteira* a partir de vídeos com poéticas anticoloniais que elaborem sobre o anticolonialismo no mundo hoje, em um passado que não se encerra. De um lado ou de outro das bordas do globo, escutamos, assistimos artistas em confluência de pensamento, percebendo a linguagem da música e do audiovisual enquanto território propício para entendimentos acerca do tema aqui abordado.

Segundo Prashad (2022, p. 32), em diálogo com Aimé Césaire, após a experiência do nazismo na Alemanha, nos anos 30 e 40 do século XX, e dos campos de concentração, a Europa tentou culpar Hitler - e os altos membros da SS, a polícia de Estado - enquanto indivíduos que cometeram crimes, e o nazismo enquanto partido ou ideologia distorcida, categorizado enquanto experiência única de horror na Europa contemporânea. Césaire (2020, p. 18) já havia afirmado, entretanto, que o que o humanista ocidental do século XX não perdoa no nazismo não é:

[...] a humilhação do homem em si, é o crime contra o homem branco, é de haver aplicado à Europa os procedimentos colo-



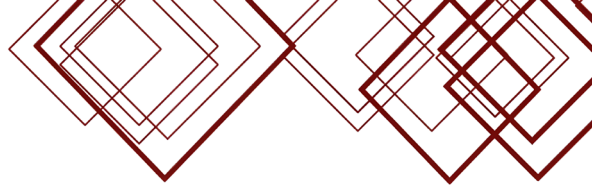
nialistas que atingiam até então apenas os árabes da Argélia, os *coolies* da Índia e os negros da África.

“Veneno inculcado nas veias da Europa” (CÉSAIRE, 2020, p. 17), temos a ideologia colonial que, antes do tempo de Hitler, já circulava em mente e ação, que desembocou nas atrocidades coloniais, na desumanização de povos através da construção da ideia de raça, na expropriação do trabalho e da terra de povos. Suas violências causaram inúmeros danos materiais e simbólicos à vida de povos e territórios, afetando a forma como (ex) colonizadores e (ex) colonizados vêm a si e aos Outros (CÉSAIRE, 2020). Essa dinâmica opera em múltiplas temporalidades, posto que o colonialismo se volta ao passado do povo oprimido para distorcê-lo, desfigurá-lo (FANON, 2022).

52

A partir da ideia de Direitos Humanos, promulgada em declaração pela Organização das Nações Unidas em 1948, temos uma resposta às duas grandes guerras mundiais, onde se promove um caráter universal para os ditos seres humanos, em diálogo com o que é posto nas ideias da Revolução Francesa. Entretanto, seguimos em um mundo regido pelo capitalismo racial no qual os Direitos Humanos não funcionam para todas as pessoas, pois não foram feitos pensando em todas elas (SILVA, 2024). Com isso, no pensamento que se inaugura na Modernidade e depois se reforça com o Iluminismo europeu, existem aquelas/es que não se encaixam na categoria de Sujeitos (universais, transparentes) (SILVA, 2024).

Se Frantz Fanon (1961 *apud* MEZZADRA, 2020) fala da descoberta da igualdade como motor das revoltas anticoloniais, Sandro Mezzadra (2020) defende que essa mesma descoberta aparece em ambivalências nos movimentos migratórios. Já segundo Tavia Nyong'o em



suas Onze Teses sobre Civilidade³ (2018, paginação livre), a pretensa civilidade - ocidental, fundada nas bases dos Direitos Humanos - não é cuidado, mas finge ser. É a “forma afetiva da violência”, sendo uma “luva de veludo ao redor de uma garra de ferro”.

Nessa lógica, a civilidade acusa de incivilizadas/os aquelas/os que respondem às violências cotidianas de viver em um mundo sob a égide do capitalismo. Essa civilidade busca fugitivos do sistema. Esses fugitivos, segundo Fred Moten e Stefano Harney e Denise Ferreira da Silva (2024), fogem no sentido de recusa. Procuram as *quebras*, que podem estar entre fronteiras, as quais riscam terra e carne. As fronteiras e quem as controla

“se arrastam em direção ao movimento das coisas, batem em contêineres, chutam albergues, perturbam acampamentos, gritam para os fugitivos, buscando o tempo todo canalizar esse movimento das coisas [...]” (MOTEN & HARNEY, 2024, p. 105).

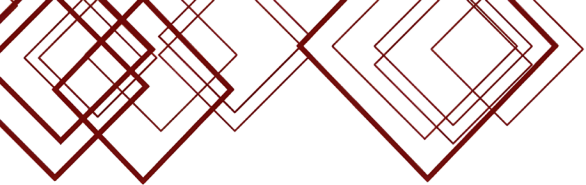
53

Assim, as migrações contemporâneas acontecem também enquanto recusa. Recusa a permanecer em países que foram vilipendiados pelo colonialismo e de buscar o que também lhes pertence no sentido de produção de riqueza. Por outro lado, ficar em seu próprio território é também escolha-recusa de ter que deixar os seus e seu lugar, ainda que em meio a tudo que envolve viver na periferia do mundo.

Com os videoclipes aqui trabalhados, vemos, escutamos e interagimos com pessoas que estão representando o ficar, o ir, o transitar, o transformar lugares a partir de múltiplas recusas ao sistema capitalista racial.

Videoclipes nas bordas coloniais do mundo capitalista

3 Texto ainda não traduzido oficialmente. Disponível no blog: <https://socialtextjournal.org/eleven-theses-on-civility/>. Acesso em: 9 de fev de 2025.



Produções artísticas trazem consigo discursos, estéticas, sentimentos e elaboração de pensamentos de sujeitos e da sociedade e dos grupos aos quais pertencem. Entretanto, como coloca Davis (2017), a estética burguesa procura circunscrever a arte no transcendental e no individual: é feita a partir das virtudes da/do artista. A coletividade nessa leitura, portanto, deixa de ser considerada.

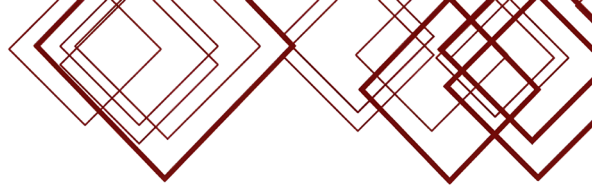
Nesta abordagem, há um esforço de entender a arte musical e audiovisual, contrariamente à lógica burguesa, enquanto trajetória que considera as experiências coletiva dos sujeitos que a produzem, inseridas em um ecossistema sonoro que inclui referências de mundo e linguagem de todas/os aquelas/es que, direta ou indiretamente, compõem a produção, edição e circulação dessas obras que são, também, em nosso sistema, produtos.

54

Combinação de sensibilidade e linguagens, Vygotsky (1998, p. 315) entende a arte enquanto “técnica social do sentimento”, o que pode nos ajudar a compreender contextos históricos nos quais determinadas obras são elaboradas, e assim travar diálogos com outros tempos e espaços, sem deixar de lado a dimensão do sentir, nem de quem produz nem de quem consome.

Nesse sentido, a música e a arte de maneira mais ampla resultam dos diálogos entre as subjetividades das/os artistas, os contextos dos grupos nos quais se inserem e as múltiplas experiências de ser relacionadas às suas próprias épocas e territórios onde se originam. Elas são, portanto, atravessadas tanto pela ideologia dominante, por aceitação e por subversão, quanto pelas culturas populares, que são dinâmicas e estão em constante negociação e transformação (CANCLINI, 1995 *apud* BRAUN, 2024, p. 66).

De acordo com Stuart Hall (2016), as produções culturais estão



sujeitas a usos diversos, sendo veículos para expressão e afirmação ou negação de narrativas e identidades. Essas são constantemente disputadas e negociadas com outras existentes. Desta maneira, através da música, pessoas se expressam, protestam, confirmam valores, socializam, constroem e fortalecem laços, em um fazer político do cotidiano.

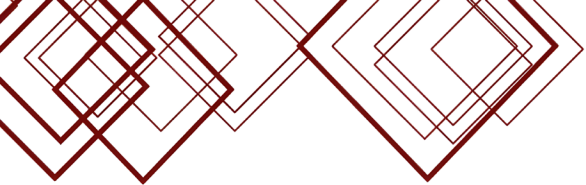
A música é fonte histórica, portanto, que traz especificidades em relação à sua linguagem e à ordem do sensível, essa que envolve a fruição e a capacidade de mobilizar sentimentos, podendo gerar pensamentos - nos quais se incluem aqueles da ordem da imaginação -, sensações e inquietações.

Aqui, versamos com a ideia de que o videoclipe é arte audiovisual e comunicação midiática e publicitária das próprias artistas e, surgido no século XX, insere-se na lógica da cultura de massas e da indústria cultural. Para isso, partimos da perspectiva adotada por Thiago Soares (2013), de que o videoclipe é uma produção que se fundamenta em sua relação com a música e a indústria fonográfica. Faz-se fundamental, pois, entender o contexto histórico de seu surgimento, com quem e com o quê os clipes escolhidos para análise neste trabalho dialogam e quais as tensões, concessões e conflitos que lhes são próprios.

55

Somos de uma geração, os autores, entendendo-a como experiência não homogênea no tempo e espaço, que conviveu fortemente com os videoclipes de música desde a infância. Primeiro, em programas de televisão, seja em canais por assinatura, seja em canais abertos, como a emissora que passa a ter sua matriz em Fortaleza nos anos 2000, TV União⁴. A MTV, maior canal televisivo relacionado à cultura dos vi-

⁴ Fonte para a informação pode ser encontrada no site de notícias do Senado Brasileiro. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/08/10/tv-uniao-e-a-unica-do-ceara-presente-em-outros-estados-diz-adelmir=-santana#:~:text=Fundada%20em%201988%20em%20Rio,um%20espa%C3%A7o%20democr%C3%A1tico%20no%20setor>. Acesso em 14 de fev de 2025.



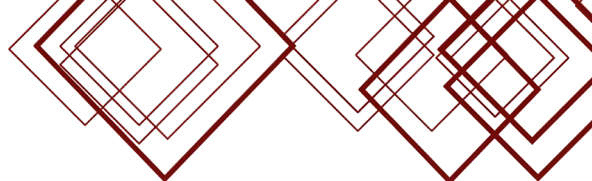
deoclipes de maneira global, passou poucos anos sendo transmitida de maneira aberta no nosso estado, Ceará.

Em memórias compartilhadas, recordamo-nos de assistir na televisão aos clipes, quase todos de origem estrangeira, principalmente estadunidense. Posteriormente, já em frente a computadores de mesa, usando fones de ouvido, começamos a acessar videoclipes veiculados na internet, através do *Youtube*. Hoje, podemos assistí-los através de *smartphones*.

56 Um videoclipe, segundo Soares (2013, p. 76), é a “escrita imagética sobre a canção, conforme um conjunto de regras que permite a sua codificação e constituição”. Citamos, assim, *Thriller* (1982), o disco e, sobretudo, a canção de Michael Jackson, fortemente atrelada ao peso das imagens de seu clipe. São fortes marcas visuais desta produção o cenário, o figurino, a maquiagem e a coreografia (performance), mesmo para pessoas que, à ocasião do lançamento dessa produção audiovisual, ainda não eram nascidas. Tornou-se parte da chamada “cultura pop” ocidental.

Também lembramos de *Toxic* (2003), de Britney Spears, e da já clássica cena da cantora vestida de aeromoça, de trajes azuis, e utilizando o interfone do avião enquanto cantava. Assim como lembramos da coreografia de *Single Ladies* (2008), de Beyoncé, já na era Youtube. Todas essas são marcas visuais da indústria fonográfica do final do século XX e primeiros anos do século XXI.

Estudamos, portanto, que um videoclipe é um vídeo musical que depende de tecnologias de captação, edição e difusão, produzidas por sujeitos e sociedades em relações de poder. Pensando em uma trajetória do vídeo musical, dos musicais da Broadway, passamos aos filmes promocionais de canções e artistas. Depois, aos vídeos experimentais e/ou



caseiros, até chegarmos ao videoclipe gravado e televisionado e, por fim (até agora), ao clipe que circula em plataformas digitais.

No Norte global, é considerado um marco desta linguagem o clipe da canção “Bohemian Rhapsody”, de Queen (1975), gravado pela Warner e enviado pela gravadora da banda, EMI, para ser exibido no programa britânico da BBC “*Top of The Pops*”, em vez de ser apresentada ao vivo (SOARES, 2013, p. 59).

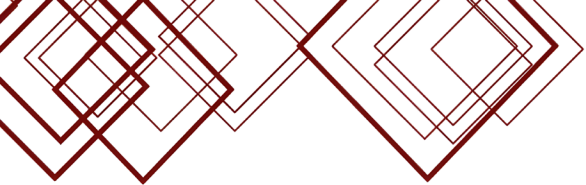
Em 1981, surge a Music Television (MTV) nos Estados Unidos, canal de televisão a cabo com programação exclusivamente musical. Esse canal se expandiu para outros lugares do mundo, incluindo o Brasil, onde chega em 1990⁵ (SOARES, 2013). A MTV, assim:

nasceu de braços dados com o mercado: fruto da expansão da TV a cabo nos Estados Unidos, da associação direta de corporações do mercado financeiro (American Express) e do mundo do entretenimento (Warner e suas variações), a emissora serviu, sobretudo, como terreno para o lançamento de produtos das indústrias fonográfica e cinematográfica. Estando atrelada ao mercado, no entanto, a MTV usou como principal estratégia discursiva a filiação a matrizes estéticas de uma suposta vanguarda do vídeo. (SOARES, 2013, p. 62)

57

Dessa maneira, ao passo que estava inteiramente imerso na lógica mercadológica, o canal buscava inovações estéticas e sonoras, tendo, ainda, a preocupação de possuir uma linguagem jovem e de vanguarda (SOARES, 2013). A partir desse, com suas filiais, e de outros canais e programas voltados à exibição de videoclipes ao redor do mundo, o clipe vai se consolidando enquanto gênero televisivo, fortemente relacionado às juventudes e às culturas urbanas, ao Rock, ao que conven-

5 Cabe ressaltar que no Brasil, antes do surgimento da MTV nos Estados Unidos, videoclipes já eram veiculados no programa Fantástico, da Rede Globo, desde a primeira metade dos anos 70.



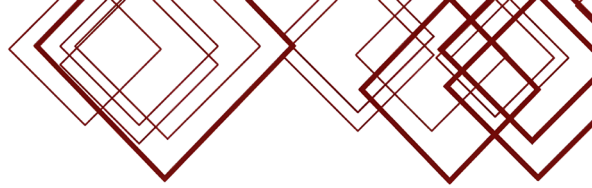
cionou se chamar de Pop e, posteriormente, à cultura do Hip Hop.

Havia uma preocupação dicotômica na MTV de que, ainda que o canal veiculasse videoclipes de outros países, deveria haver uma *universalidade* na linguagem que estava sendo trazida, ao passo que, ocasionalmente se exibia clipes que fugissem a esse padrão quando lhe era economicamente conveniente e atrativo (SOARES, 2013).

É importante realçar que o processo de surgimento das indústrias do entretenimento no século XX é atrelado ao desenvolvimento de tecnologias de captação, produção e circulação provenientes da revolução tecnocientífica que se intensifica a partir do século XIX no Norte global, onde estão povos e territórios que primeiro foram detentores dos meios de produção próprios das indústrias culturais.

58 Tal dinâmica integra o desigual processo de industrialização mundial, na qual há concentração de tecnologias em poucos territórios - que se desenvolvem justamente a partir da exploração de outros territórios, em uma lógica imperialista que se transforma, mas segue viva na contemporaneidade. É desse modo, segundo Milton Santos (2003), que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja por não dispor totalmente dos novos meios de produção, seja porque escapa a possibilidade de controle.

Entretanto, ainda que em meio às desigualdades do sistema capitalista, os países de sua periferia foram se apropriando dessas tecnologias e utilizando-as de acordo com seus próprios objetivos, ainda que em meio a dinâmicas assimétricas de representação e poder (HALL, 2016). Assim, na periferia global, fomos produzindo música e videoclipes. Dentro desses países, grupos marginalizados, tendo em vista as lógicas operantes da branquitude e do patriarcado, vêm buscando brechas e criando mecanismos para colocarem o que é seu no mundo, com



suas estéticas, discursos e referências, abrindo espaço, também, para o coletivo e o radical, usando a linguagem audiovisual para transformá-la em arma de insurgência.

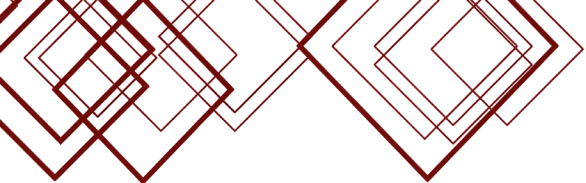
Entendemos que a internet não é democrática, sendo, em grande medida, um território tecido, vigiado e mobilizado por grandes empresas digitais monopolistas que concentram poder nas últimas décadas de forma progressiva. No entanto, compreendemos, também, que usos rebeldes e inventivos da internet permitiram a maior circulação de produções que fugissem (recusa) às estéticas e discursos hegemônicos na música, pensando de maneira global. Essas produções circulam *online*, descentralizadas, e fazem parte da busca por uma outra internet, que possa romper com fronteiras digitais construídas por algoritmos, assim como traçar diálogos e caminhos artístico-epistemológicos entre povos do Sul global.

59

As duas canções a seguir, apropriadas e reinventadas como representações audiovisuais, reconfiguradas em uma nova linguagem, os videoclipes, foram escolhidas por ampliarem sentidos, engendrarem debates sobre fronteiras e muros e versarem sobre articulações estratégicas contra opressões seculares atualizadas no tempo presente.

***“Boat people (what’s up with that?)”*: M.I.A e o clipe de música “Borders” (2015)**

Em 2015, M.I.A, Mathangi “Maya” Arulpragasam, lançou o videoclipe “Borders” para a canção homônima de seu quinto disco, com letra e melodia de sua autoria, juntamente com Levi Lennox e Amish Patel. A cantora nasceu em Londres, mas passou a infância no Sri Lanka, filha de um militante do movimento separatista tâmil no Sri Lanka, *Liberation Tigers of Tamil Eelam*, no contexto de uma guerra civil que co-



meçou em 1983 e durou até 2009 (SCREAM & YELL, 2005). Aos 11 anos, retorna para Londres com mãe e irmãos na condição de refugiada.

O clipe, dirigido por M.I.A, começa com jovens homens não brancos em multidão, correndo em fileiras no deserto, e representa cenas de travessias de fronteiras em rotas de refugiados contemporâneos, seja o escalar de muros farpados, seja o atravessar desertos, seja o embarcar em pequenas navegações no oceano, repletas de corpos amontoados.

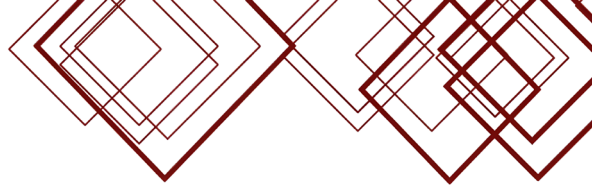
Figura 1 - Frame do clipe “Borders” (2016) - M.I.A



Fonte: canal oficial da cantora no *Youtube*. Acesso em: 12 fev 2025.

Pedro Paulo Cunha Bocayuva (2013, p. 47), em diálogo com Sandro Mezzadra, traz que: “O período atual do grande ajuste espacial e das grandes migrações é marcado pelo sofrimento pessoal e coletivo, pelas grandes perdas humanas que se dão ao longo dos percursos da mobilidade mais ou menos forçada.”.

Em determinado momento, a cantora traja uma camisa de futebol que faz analogia ao time de futebol e empresa “Paris Saint-Germain”, cujo patrocinador é a companhia “Fly Emirates”, modificada para os dizeres “*Fly Pirates*” (VICE, 2016). Time-empresa esse, assim



como vários grandes times europeus, composto por uma grande quantidade de jogadores imigrantes ou descendentes daqueles que migraram.

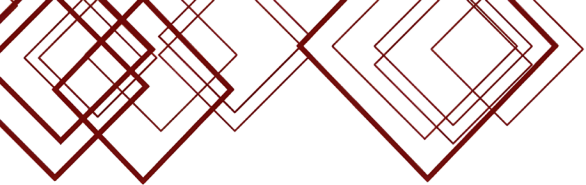
M.I.A, enquanto artista refugiada que cresce e estuda em Londres, traz uma representação artística de populações em movimento, em condições de sofrimento, mas que, ao mesmo tempo, vêm de um lugar de recusa às fronteiras, de ultrapassagens que são também um rompimento com “represas físicas, policiais, jurídicas e imagéticas” de territórios guardados em dispositivos de controle e violência (BOCAYUVA, 2013, p. 48).

Na imigração contemporânea, portanto, esses sujeitos *hackeiam* fronteiras, essas que são classificadas por Mezzadra (*apud* BOCAYUVA, 2013, p. 48) enquanto:

conjunto de lugares de exercício intensificado de tensões derivadas do poder de controle das soberanias em crise pressionadas pelo movimento necessário do chamado “trabalho da multidão”, com seus efeitos produtivos.

61

É importante ressaltar que essa transposição de linhas-território ou ação nessa direção, ainda que ocorra a partir da agência das pessoas e grupos, situa-se em meio a crises em diversos lugares do mundo geradas pelo próprio capitalismo, com sequelas do colonialismo que ainda nos afetam. Ou seja, embora exista um panorama que inclui as agências de sujeitos imigrantes a partir da chegada em espaços que também lhes dizem respeito, como é o caso de imigrantes de territórios outrora colonizados por países europeus, a imigração contemporânea vem do difícil: não ter mais como permanecer nesse lugar. É tão insuportável e inviável permanecer, que me submeto a essas condições de não-gente da travessia, para chegar em um novo lugar onde haja esperança de, às vezes nem vida melhor, mas de, simplesmente, vida.



Em 1 minuto e 32 segundos do videoclipe, aparece, na praia, uma disposição de pessoas em posição que, juntas, formam um barco. Barco feito de gente. Gente que é barco. Segundo Soares (2013), o clipe é, também, performance. O que nos lembrou d'O Barco, performance de Grada Kilomba⁶, sobre o qual ela diz, em entrevista para a BoCA Bienal: "Acima de tudo, interessa-me contar histórias ou rever a forma como nós contamos histórias. Que histórias é que são contadas, onde são contadas, como são contadas e contadas por quem." (BoCA, 2021).

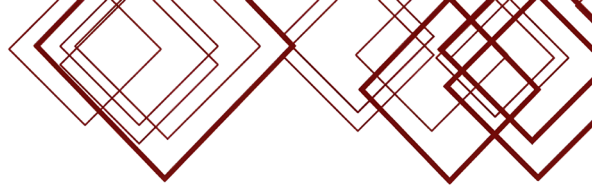
62

Em 2015, que histórias M.I.A representa em seu clipe? Como sua visão política sobre questões migratórias a partir da perspectiva refugiada aparece em imagem e som? Por que ele incomoda a equipe-empresa de futebol francesa a ponto de escreverem uma carta ameaçando-a de tomar medidas legais por conta da camisa "*Fly Pirates*"? Utilizar-se do rap, dentre outros gêneros pelos quais ela transita, para denúncia, da palavra em música, em que lugares pode chegar? Um videoclipe de mais de 30 milhões de visualizações, como é recebido pelas diversas pessoas que o assistem?

bell hooks (2019), citando fala da cineasta Pratibha Parmar (2012), apresenta a afirmação de que:

[...] as imagens desempenham um papel crucial na definição e no controle do poder político e social a que têm acesso indivíduos e grupos sociais marginalizados. A natureza profundamente ideológica das imagens determina não só como outras pessoas pensam a nosso respeito, mas como nós pensamos a nosso respeito." (HOOKS, 2019, p. 33).

6 Segundo descrição no canal do Youtube da Bienal BoCA: "O Barco / The Boat" da artista Grada Kilomba é uma instalação composta por 140 blocos, que formam a silhueta do fundo de uma nau e desenharam minuciosamente o espaço criado para acomodar os corpos de milhões de africanos, escravizados pelos impérios europeus. Inaugurada na bienal BoCA, a instalação estende-se ao longo de 32 metros, junto ao Rio Tejo, na Praça do Carvão do MAAT." Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D7vSm5DLgDs&t=16s> . Acesso em: 12 de fev de 2025.



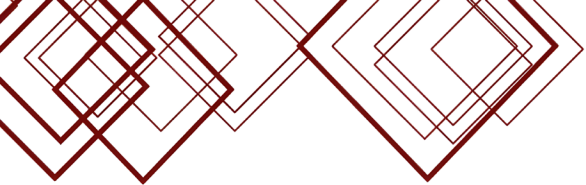
Assim, é artística e politicamente significativo que uma pessoa imigrante proveniente do fluxo Sul-Norte Global faça circular no seu canal no *Youtube* este videoclipe, visto por milhões de pessoas, que com ele podem interagir. Essa narrativa audiovisual representa uma poética que trabalha uma realidade difícil, sem cair, entretanto, simplesmente na estética da fetichização da violência, e é importante lembrar: se imagens podem trazer consigo representação e poder, é crucial que, contra a lógica da branquitude ocidental, circulem produções que a desafiem, que a refutem, ironizem, que lhe apresentem problemas com os quais ela deve lidar, questões as quais devem assumir e responsabilidades que são suas.

Também nos lembramos da barca de Glissant (2021, p. 26) que, ao falar da experiência da diáspora forçada africana para as Américas, diz:

63

[...] Essa barca é uma matriz, o abismo-matriz. Que gera o teu clamor. Que também gera toda unanimidade futura. Pois se você está sozinho nesse sofrimento, você compartilha o desconhecido com algumas pessoas que você ainda não conhece. Essa barca é tua matriz, um molde, que, no entanto, te expulsa. Grávida de tantos mortos quanto de vivos em suspenso.

Perto do final do clipe, anoitece. M.I.A e os migrantes estão nas grades farpadas de uma fronteira. Logo após, um novo dia parece despontar: homens no mar, com água na cintura e nos joelhos, parecem comemorar a chegada a seu destino. Vivendo dias, meses, em suspenso, sozinhos e juntos em seus próprios sofrimentos, essas pessoas, cantadas por Mathangi “Maya” Arulpragasam, chegam ao incerto, mas saem da suspensão de não saber se chegarão.



***“Todos los callados, todos los sometidos, todos los invisibles”*: Ana Tijoux e Shadia Mansour pela solidariedade entre povos do Sul global**

Em uma profusão de cores, roupas tradicionais andinas e palestinas, fitas, tecidos, com a Cordilheira dos Andes ao fundo, aparecem pessoas brincantes, em festa, enquanto, em primeiro plano, Ana ou Anita Tijoux, canta, em Somos Sur (2014): *“Tú nos dices que debemos sentarnos/pero las ideas solo pueden levantarnos”*. Esse plural de quem fala Tijoux vai sendo revelado ao longo da canção e do clipe, por ela e pela também rapper palestina Shadia Mansour.

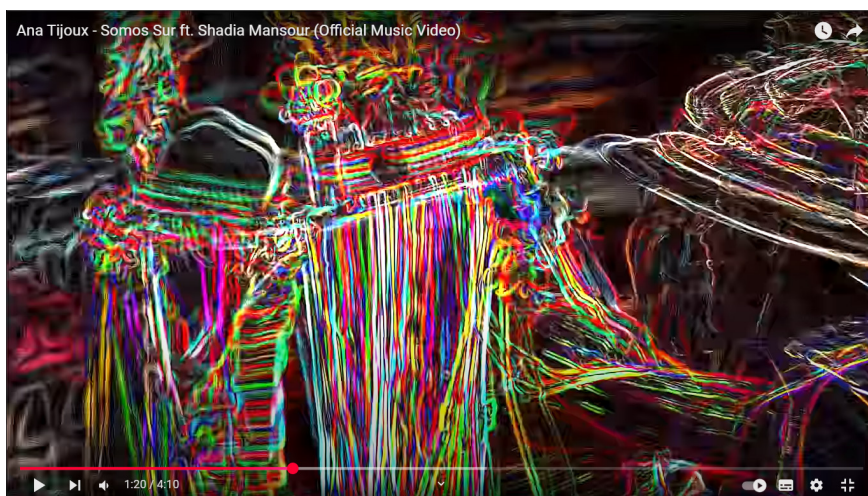
64 Imagens com efeito de fotografia negativa, coloridas, transição rápida de cenas, troca de figurinos, pessoas, muitas pessoas. Tijoux cantando em meio a crianças. Esse ritmo frenético é uma possibilidade audiovisual do videoclipe, nascido em meio à aceleração das coisas humanas a partir do século XX e, ainda mais, do XXI.

Canclini (2005 *apud* MOREIRA, 2020, p. 5) constata que “o videoclipe impõe uma forma de aceleração de imagens e representações através da articulação melódica.”, em um ritmo próprio do nosso tempo. Enquanto Soares (2004 *apud* MOREIRA, 2020), aponta para a etimologia da palavra “videoclipe” para entender que ela tem a ver com recortes, junções. Se hoje temos produções ainda mais aceleradas, recortadas, sobrepostas, com as quais temos contato diariamente - tendo em vista o *Instagram* e *Tik Tok*, para além do *Youtube* -, podemos entendê-las como parte de um processo que já havia sido iniciado com os vídeos e com outras produções audiovisuais, que ganha novos contornos, impactos e possibilidades (BRAUN, 2024).

No caso de Tijoux, a artista parece brincar com as possibilidades do videoclipe em cores, sons e texturas. Enquanto isso, segue cantando:

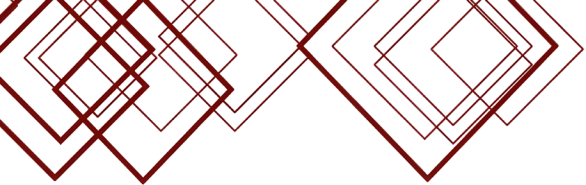
“*Todo es para todo, todos para nosotros es*”. É o *caos-mundo* de Glissant em imagem, melodia e letra. Caos-mundo esse, que se traduz como: “[...] o choque, o entrelaçamento, as repulsões, as atrações, as convivências, as oposições, os conflitos entre as culturas dos povos na totalidade-mundo contemporânea.” (GLISSANT, 2005, p. 97)

Figura 2 - Frame do videoclipe “Somos sur” (2014)



Fonte: canal no *Youtube* oficial de *Nacional Records*. Acesso em 12 de fev de 2025.

Todo es para nosotros. Essa ideia aparece ao longo do clipe e também em outras canções da rapper que nasceu na França porque seus pais foram exilados políticos no período da ditadura de Augusto Pinochet. Tijoux, ao retornar para o Chile aos 16 anos, começa a fazer parte da cena do rap chileno e, desde então, tem produzido músicas e vídeos e feito shows, com parcerias de várias partes do globo (PANIKO, 2014).



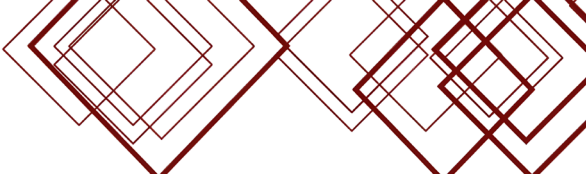
Após mencionar diversos países do Sul global, dos continentes americano e africano, sendo eles: Nigéria, Bolívia, Chile, Guatemala, Porto Rico, Tunísia, Argélia, Venezuela, Guatemala, Nicarágua, Moçambique, Costa Rica, Camarões, Congo, Somália, México, República Dominicana, Tanzânia, ela menciona o Oriente Médio com: “*Yo te quiero libre, Palestina*”.

A partir desse momento no clipe, Shadia Mansour começa a versar em árabe dizendo, em tradução livre para o português: “Aqui estou com os que sofrem, não com os que te venderam/Aqui estou com a resistência cultural/Desde o começo até a vitória sempre”.

66 Shadia Mansour, conhecida como “Primeira-dama do Hip Hop Árabe”, faz parte da diáspora palestina, sendo nascida e criada em Londres, filha de pais palestinos cristãos da região de Haifa e Nazaré. Em breve biografia da cantora encontrada na página *She Thought It*, encontramos que a cantora ainda criança acompanhava os pais em manifestações pró-Palestina, nas quais as pessoas entoavam canções de protesto. Em 2003, ela começou a fazer rap como forma de falar (e denunciar) das experiências do povo palestino, começando a trabalhar com diversos artistas, a maioria pertencente à diáspora árabe (*SHE THOUGHT IT*, 2022).

Espanhol e árabe tecendo narrativas que se complementam. Solidariedade internacional em clipe que é gesto político e ultrapassagem de fronteiras. A festa e a dança enquanto política, em uma postura anti-colonial e anti-imperialista das artistas que, com palavras e performances combativas, próprias do rap, dizem o que também conta Tijoux em entrevista à Revista Rolling Stone (*THE CLINIC*, 2014):

“Esa fuerza que nos une y nos afirma como pueblos, cuyas demandas se cruzan y se reconocen bajo una visión altermundialista. Los movimientos de resistencia global, tanto en Lati-



noamérica como en África o Medio Oriente, luchan contra los mismos tipos de violencia que se han repetido a lo largo de la historia, ya que se trata del mismo tipo de demandas. Pedimos una Palestina libre tanto como un Wallmapu independiente en Chile, sin control policial”.

A artista, portanto, traça paralelos entre as lutas históricas de povos contra as violências coloniais. É importante ressaltar que o que aconteceu em Wallmapu, território de grupos mapuche no Chile, no século XIX, tem semelhanças com o que ocorreu com o território Palestino ao longo dos séculos XX e XXI, com ocupação dos territórios por colonos, a conquista militar e os diversos usos de violência, mas também a resistência daqueles que permanecem em suas próprias terras (SEIXLACK, 2022).

No espaço de comentários do *Youtube* no canal onde está veiculado o videoclipe desta canção, chamado *Nacional Records*, aparece uma quantidade significativa de dizeres a respeito da questão do genocídio palestino, em diversos idiomas. Temos, então, comentários como:

67

@victorgonzalezadame

há 1 ano

Libertad, justicia y paz para Palestina.. un fuerte abrazo fraterno desde México

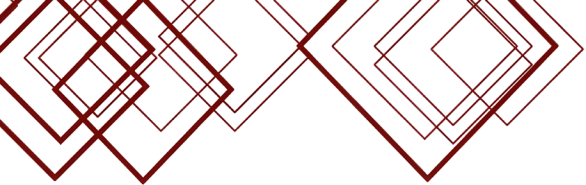
@Amir.Farooqps

há 1 ano

I'm palestinian-iranian, i just want to say, thank you so much 🙏

Fonte: Canal do Youtube Nacional Records, acesso em 12 de fev de 2025

Essa canção e videoclipe, portanto, atravessam fronteiras, tanto pelas próprias artistas de lugares distintos que performam e cantam en-



contrando denominadores comuns, quanto pelas pessoas que assistem ao clipe e podem interagir a partir dos comentários na plataforma do *Youtube*. As pessoas são incitadas, a partir das interpretações de Tijoux-Mansour. Assim, vemos a criação de uma rede de solidariedade artístico-social possível em meio a mecanismos autoritários e monopolistas de empresas digitais, o que aponta para a possibilidade de concebermos esses vídeos musicais como vetores audiovisuais que possam fomentar diálogos sobre as diversas diásporas em curso no mundo hoje, dialogando com ideia trabalhada por Beatriz Nascimento no texto “Culturas em Diálogo” ao pensar o vídeo também “como instrumento de solidariedade entre os povos” (NASCIMENTO, 2022, p. 87).

Enfatizamos, então, que a música e a imagem evocam sentimentos e suscitam pensamentos. São troca entre artistas e público. Ao escutar “Somos Sur” e assistir ao seu videoclipe, muita coisa pode ser mobilizada. Raiva, esperança, amor. E é partindo dessas inquietações que nos propusemos a escrever e debater este videoclipe, em diálogo com outras produções.

Ao longo dos últimos anos pesquisando sobre áudio-imagens, tentamos refletir sobre como a arte pode funcionar como catalisadora de envolvimento das pessoas com o mundo ao seu redor. Tais preocupações com os diálogos entre arte, política e educação nos levaram a criar, em 2023, uma disciplina eletiva de Ensino Médio em uma escola da educação básica de nossa cidade chamada “História do Tempo Presente: vídeos e os países da periferia do capitalismo”, como parte do trabalho desenvolvido no Mestrado Profissional em Ensino de História (UFC). Nela, trabalhamos vídeos de música enquanto fontes históricas e arte, mobilizando o estudo com clipes de artistas provenientes de diversos países do Sul Global que contestassem a lógica capitalista, o mundo colonial e pós colonial, que fossem antirracistas,



antissexistas, e que trouxessem diversas questões de nosso tempo a partir desses olhares.

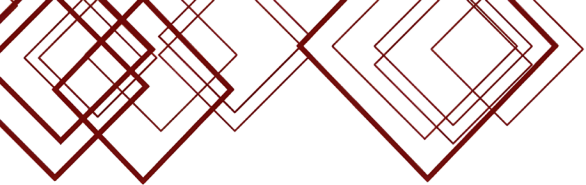
Ambos os clipes aqui apresentados foram trazidos nesta disciplina. As/os estudantes analisaram os vídeos musicais e pesquisaram sobre as artistas, buscando biografias e entrevistas e tentando relacionar os elementos dos clipes a elementos biográficos e questões históricas.

O processo resultou em um rico compartilhamento de leituras e saberes, permeado por inquietações, dúvidas, estranhamentos e aberturas a novas perspectivas. Afinal, não estamos habituados a nos enxergarmos mutuamente - nós, que partilhamos realidades atravessadas pela colonização -, em produções audiovisuais. Daí a importância de dirigirmos o olhar para nós mesmos e os demais que conosco compartilham a experiências de mundos colonizados - ou que tentaram colonizar - através de lentes que ofereçam representações contranarrativas.

69

Considerações finais

Como aponta Amílcar Cabral (1972), a arte é parte da realidade material de um povo. A escolha do videoclipe para esse estudo se justifica pelo seu potencial enquanto documento do tempo presente capaz de mobilizar sentimentos e sensibilidades, em um período histórico que se caracteriza pela centralidade da imagem em suas múltiplas formas. Buscamos, assim, analisar clipes musicais que pudessem representar formas de viver e de ser contestatórias a lógicas da ocidentalidade “civilizadora”, e que fossem produzidos por sujeitos provenientes de países e grupos sociais que buscam por reparações históricas em relação a séculos de exclusões. Essas reparações envolvem, também, a reivindicação por autorrepresentações (BRAUN, 2024).



M.I.A, Ana Tijoux e Shadia Mansour são artistas que trazem em suas produções as trocas que tiveram com outros lugares do mundo bem como releituras sobre seus próprios lugares e identidades, em uma profusão de ritmos, idiomas e referências, enfatizando alianças político-estéticas possíveis entre povos e territórios do Sul. Assim, ter contato com essas representações artísticas contribui para a construção de outras ideias, inclusive de futuro. Trazido por Nascimento (2022, p. 87), “o cinema, a TV e o vídeo podem mexer com o imaginário social, podem servir para reforçar imagens, assim como para mudanças [...]”

Aqui, é importante que apontemos que essas modificações nas combinações de desejo, das quais fala Nascimento, têm a ver com o *desaprender*, conceito trabalhado por Peterson e Midori (2021) e Azoulay (2024), como gesto de desobediência às imagens e áudio-imagens ainda dominantes que nos são impostas de diversas maneiras pela indústria cultural ocidental.

Desaprender. Verbo transitivo que, com alguns dicionaristas, entendemos, por exemplo, como deixar de saber o que já era sabido; esquecer aquilo que havia aprendido. É possível desaprender o aprendido? Como deixar para trás os saberes dominantes (hegemônicos e excludentes) que atravessaram nossas formações? (PETERSON; MIDORI, 2021, p. 84)

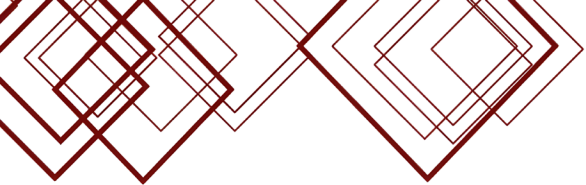
Esse desaprender não é fácil, e requer que assumamos nossas posições no mundo e nas sociedades desiguais nas quais vivemos, saindo do território do conhecido, que traz consigo estereótipos, ausências, silêncios e silenciamentos. Azoulay (2024) atenta para a importância de desaprender o imperialismo enquanto exercício constante de recusa às histórias contadas e capturadas a partir das lentes imperiais. Desaprendendo, podemos partir para a fabulação de outros mundos que passe também pela construção de outros olhares, outras escutas, outros diálo-



gos, novas fronteiras, a partir de uma imaginação radical.

REFERÊNCIAS

- AZOULAY, A. A. *História potencial: desaprender o imperialismo*. Tradução de Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu, 2024.
- BOCAYUVA, P. A fronteira como método e como “lugar” de lutas segundo Sandro Mezzadra. *Lugar Comum*, n. 39, p. 45-67, 2012. Disponível em: <https://pergamum.casperlibero.edu.br/acervo/51152>; Acesso em: 22 de mai de 2025.
- BRAUN, B. G. de M. “*Eu vou seguir cantarolando pra poder contra-atacar*”: videocliques do baianasystem e o ensino de História do Brasil em representações anticoloniais. 2024. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) - Mestrado Profissional em Ensino de História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.
- BULHÕES, L. S.; SAMPAIO, L. G. A História, a pós-colônia e os “novos” sujeitos na produção dos conhecimentos: reflexões com Achille Mbembe. *Revista Cadernos De Ciências Sociais Da UFRPE*, Recife, Vol. II, N. 11, 2017. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciasociais/article/view/1726>. Acesso em: 22 de mai de 2025.
- CABRAL, A. O papel da cultura na luta pela independência. In: *Textos Políticos de Amílcar Cabral*. Lisboa: Distribuidora Livraria Ler, 1972.
- CÉSAIRE, A. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.
- CETTOLIN, F. *Musicando a história e historiando a música em escolas de Caxias do Sul: 2008 - 2014*. Dissertação de Mestrado, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 2015. Disponível em:



<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/57014>. Acesso em: 22 de mai de 2025.

DAVIS, A. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DIAS, E. N. B. *Feitiços audiovisuais de uma travesti preta: a estética-política (en)cantada dos videoclipes de Linn da Quebrada*. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/63173>. Acesso em: 10 de mar de 2025.

FANON, F. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GLISSANT, É. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GLISSANT, É. *Poética da relação*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

72

HALL, S. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

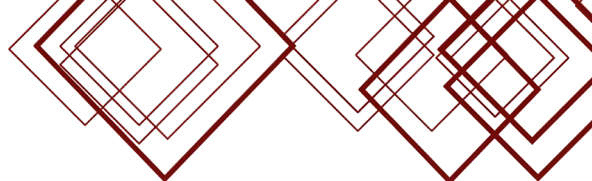
HOOKS, b. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Boitempo, 2019.

JESUS, L. S. B. de. *Imagens em Angola, imagens da memória: cinemas, marcas e descobertas (tempos das lutas anticoloniais, tempo das independências)*. 2013. 344 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/17050>. Acesso em: 1 de out de 2025.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.



MEZZADRA, S. Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. *REMHU - Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana*, Brasília, n. 44, p. 11-30, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/rGrHpRZ4QGG5GsHgRd7zwHw/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 de fev de 2025.

MEZZADRA, S. *A condição pós-colonial: história e política no presente global*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2020.

M.I.A. *Borders*. Youtube, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r-Nw7HbaeWY>. Acesso em: 10 de mai de 2025.

MOREIRA, I. L. O videoclipe como fonte na história do tempo presente: questões sobre as representações latino-americanas. In: XVIII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: DIREITOS HUMANOS, SENSIBILIDADES E RESISTÊNCIA. Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2020.

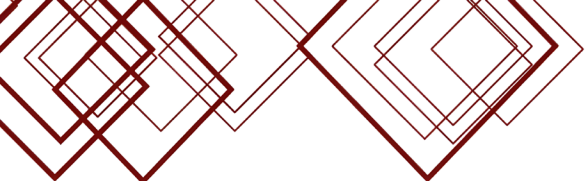
MOTEN, F.; HARNEY, S. *Sobcomuns: planejamento fugitivo e estudo negro*. São Paulo: Ubu Editora, 2024. 73

NASCIMENTO, M. B. *O negro visto por ele mesmo*. Org: Alex Ratts. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

NYONG'O, T. *Eleven Theses on Civility*, 2025. Disponível em: <https://socialtextjournal.org/eleven-theses-on-civility/>. Acesso em: 20 de abr de 2025.

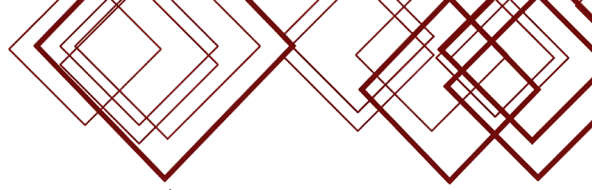
PANIKO. *Ana Tijoux: “la única herramienta de resistencia son los niños”*, 2014. Disponível em: <https://paniko.cl/ana-tijoux-vengo/>. Acesso em: 10 de mai de 2025.

PETERSON, S.; MIDORI, A. *O ensino artístico que temos e o que queremos: posturas, histórias e experiências no Brasil e em Portugal*. Universidade do Porto, Porto, 2021. Disponível em: https://i2ads.up.pt/wp-content/uploads/2021/09/dialogos-livro_F.pdf. Acesso em: 15 de mai de 2025.



74

- PRASHAD, V. *Uma história popular do terceiro mundo*. São Paulo: Expressão popular, 2022.
- SANBAR, E. *A última guerra?* Trad.: Flávio Taam. Éditions GALLIMARD, 2024.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SCREAM & YELL. *Entrevista: M.I.A*, 2005. Disponível em: <https://screamyell.com.br/site/2005/06/20/entrevista-m-i-a>. Acesso em: 10 de mai de 2025.
- SEIXLACK, A. G. C. “Pelejar hasta vencer los huincas”: a conquista do Wallmapu e a resistência mapuche no século XIX. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, nº 33, pp. 114-139, Jan./Jun., 2022. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/4062>. Acesso em: 10 de mai de 2025.
- SILVA, D. F. da. *A Dívida Impagável*. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.
- SHE THOUGHT IT. *Shadia Mansour*, 2022. Disponível em: <https://shethoughtit.ilcml.com/biography/shadia-mansour/>. Acesso em: 10 de mai de 2025.
- SOARES, T. *A estética do videoclipe*. João Pessoa: Editora UFPB, 2013.
- THE CLINIC. *Música chilena: Ana Tijoux lanza nuevo videoclip para la canción “Somos sur”*, 2014. Disponível em: <https://www.theclinic.cl/2014/06/10/musica-chilena-ana-tijoux-lanza-nuevo-videoclip-para-la-cancion-somos-sur/>. Acesso em: 10 de mai de 2025.
- TIJOUX, A. *Somos sur ft. Shadia Mansour*. Youtube, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EKGUJXzxNqc>. Acesso em: 10 de mai de 2025.
- VICE. *Trocamos uma ideia com M.I.A sobre o clipe de Borders*, 2016. Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/mia-entrevista-2016/>. Acesso em: 10 de mai de 2025.



VYGOTSKY, L. S. *Psicologia da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Memórias Migrantes de Venezuelanos/as no TikTok: afetos, performatividade e disputas de pertencimento

Venezuelan Migrant Memories on TikTok: Affection, Performativity, and Contested Belonging

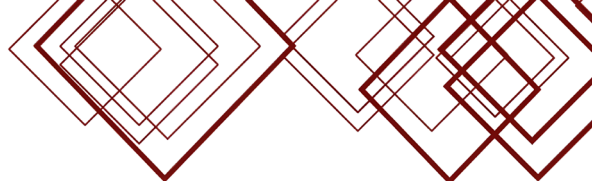
Gabriel Antonio Butzen¹

Tereza M. Spyer Dulci²

Resumo: Este artigo investiga como memórias migrantes de venezuelanos/as são produzidas, performatizadas e disputadas no TikTok, entendendo a memória como prática social situada, atravessada por afetos, desigualdades e fronteiras simbólicas. A pesquisa adota abordagem netnográfica, com análise de dez vídeos selecionados por palavras-chave, incluindo seus comentários e modos de circulação. Identificaram-se três formas narrativas: relatos diretos, performances estéticas e reaproveitamento de entrevistas. Os resultados indicam que fome, saudade, trabalho precarizado, racismo,

1 Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre em História pelo PPGHIS da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), onde também concluiu a graduação em História (Licenciatura) e a especialização em Ensino de História da América Latina. É graduado ainda em Filosofia (modalidade a distância) pelo Centro Universitário Internacional UNINTER. Também é associado a Associação Nacional de História (ANPUH) e a Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9009-4757>. E-mail: gabrielantoniobutzen@gmail.com.

2 Bacharel e licenciada em História pela Universidade de São Paulo (USP), com mestrado e doutorado em História Social pela mesma instituição. Possui especializações em: (1) Epistemologias do Sul, (2) Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos, e (3) Memórias Coletivas, Direitos Humanos e Resistência, todas pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Pós-doutorado realizado no Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe (CIALC), da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Entre 2011 e 2023, foi professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Segue vinculada a esta universidade, atuando na Especialização em Ensino de História e América Latina (EHAL), no Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL) e no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS). Atualmente é professora Associada do Departamento de História (DEHIS) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Editora-chefe da Revista Espirales (UNILA - Qualis A1) e da Revista Laje (UFBA). Integra a Associação Nacional de História (ANPUH) e a Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC), tendo sido presidente desta última entre 2020 e 2022. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3891-2577>. E-mail: terezaspyer@gmail.com



xenofobia e pertencimentos transnacionais estruturam essas narrativas como performances de dor, resistência e afirmação de dignidade. Conclui-se que o TikTok opera como espaço digital de disputa de sentidos sobre a migração venezuelana, convertendo registros cotidianos em expressões afetivas e políticas de memória.

Palavras-chave: Memórias migrantes; TikTok; performatividade; fronteiras simbólicas; venezuelanos/as.

Abstract: This article investigates how migrant memories of Venezuelans are produced, performed and contested on TikTok, understanding memory as a situated social practice shaped by affects, inequalities and symbolic borders. The study adopts a netnographic approach, analyzing ten videos selected through keyword searches, along with their comments and circulation patterns. Three narrative forms were identified: direct testimonies, aesthetic performances and repurposed media interviews. The results show that hunger, longing, precarious work, racism, xenophobia and transnational belongings structure these narratives as performances of pain, resistance and claims to dignity. The article concludes that TikTok operates as a digital arena for the negotiation of meanings about Venezuelan migration, turning everyday records into affective and political expressions of memory.

Keywords: Migrant memories; TikTok; performativity; symbolic borders; Venezuelans.

Introdução

77

No TikTok, vídeos sobre migração viralizam entre risos, lágrimas e disputas. A fronteira torna-se menos um marco territorial e mais uma batalha simbólica. É nesse ambiente que se insere este artigo, dedicado às memórias migrantes de venezuelanos/as em circulação na plataforma. Destaca-se o TikTok por ser a segunda rede social mais utilizada na Venezuela, com 13,8 milhões de usuários acima de 18 anos, atrás apenas do Facebook (DATAREPORTAL, 2025).

A crise migratória venezuelana, uma das maiores do mundo, já levou cerca de 8 milhões de pessoas a deixarem o país desde 2014, das quais 6,5 milhões se estabeleceram no próprio continente. Os principais países de acolhimento, em ordem de volume recebido, são Colômbia, Peru, Brasil, Estados Unidos e Chile. Nesses contextos, os/as migrantes enfrentam desafios como sistemas de asilo lentos e, em alguns casos, de-



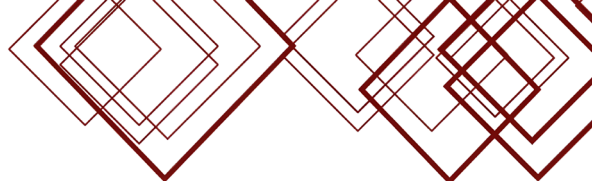
portações sem o devido processo legal (HRW, 2025; UNICEF, 2024).

Abordar essas trajetórias pelo viés da memória, especialmente no TikTok, desloca o olhar da explicação estrutural para formas de agência, afeto e pertencimento elaboradas pelos/as próprios/as migrantes. Assim, o estudo contribui para o campo das memórias migrantes ao analisar as dimensões performativas e afetivas de produção de sentidos em uma plataforma ainda pouco explorada nos estudos sobre migração. O objetivo é examinar como essas memórias são acionadas, contestadas e ressignificadas, reconhecendo a centralidade do TikTok na comunicação juvenil e popular, marcada pela brevidade, pela viralidade e pela performatividade. Nos vídeos analisados observam-se tanto estigmas quanto reações críticas baseadas em memórias compartilhadas, trajetórias de vida e vínculos transfronteiriços.

78

Longe de ser mero repositório de conteúdos, o TikTok constitui um espaço em disputa para o ensino e aprendizado de história (Butzen; Dulci, 2024a) e para a construção de memórias relacionadas a passados sensíveis (Butzen; Dulci, 2024b). Ao concentrar formas expressivas próprias de juventudes e de grupos historicamente marginalizados, a plataforma opera como território de criação de sentidos que desafiam cânones narrativos e formatos tradicionais de representação. Essa disputa é fundamental para compreender como as memórias migrantes circulam no ambiente digital. Elas aparecem por meio de performances audiovisuais marcadas por ironia, emoção, denúncia e afetos compartilhados, revelando formas de narrar que escapam às linguagens institucional, documental ou jornalística e que tensionam modos hegemônicos de contar, ver e lembrar.

O artigo ancora-se no campo dos estudos da memória e no giro memorial, que entendem a memória como arena de conflitos e ativação



seletiva do passado. Jelin (2002) destaca seu caráter situado e disputado, sobretudo entre atores com diferentes acessos ao poder. As memórias migrantes, compreendidas como práticas sociais transnacionais, tensionam fronteiras institucionais, culturais e epistêmicas (ASSMANN, 2008; 2011). Perguntas como “quem tem o direito de lembrar?”, “com quais meios?” e “com quais efeitos?” orientam a reflexão. No TikTok, emergem tanto discursos oficiais quanto contra-memórias populares, compondo uma arena pública digital da memória.

Como destacam Creet e Kitmann (2011) e Palmberger e Tosić (2016), as memórias migrantes são narrativas móveis que questionam a hegemonia de narrativas nacionais. No TikTok, essas memórias são ativadas por sujeitos frequentemente excluídos da memória oficial, que produzem sentidos alternativos sobre pertencimento, cidadania e justiça. São performances situadas, moldadas por desigualdades de classe, gênero e raça, elementos centrais para compreender processos de exclusão e reconhecimento.

79

Metodologicamente, adota-se a netnografia, voltada para a observação de práticas culturais e sociabilidades digitais. Adaptada da etnografia tradicional, ela privilegia imersão, análise de discursos, imagens e interações, bem como das performances que compõem os ecossistemas das plataformas (KOZINETTS, 2019). Nesta pesquisa, analisam-se doze vídeos publicados entre janeiro de 2023 e março de 2024, selecionados por palavras-chave e níveis de engajamento. A análise articula netnografia e análise de conteúdo (CAVALCANTE et al., 2014), identificando padrões temáticos e sentidos atribuídos à figura do migrante.

Nesses vídeos, mais que informar, os/as usuários/as performam memórias e disputam regimes de visibilidade. Elementos visuais, trilhas sonoras e estratégias narrativas intensificam afetos e criam alianças e



antagonismos. Como afirmam Jelin e Vinyes (2021), lembrar é interpelar o presente e projetar futuros, prática evidente no TikTok, onde se tensionam os sentidos de fronteira e identidade migrante. Assim, a plataforma se configura como espaço de elaboração e embate de memórias, onde fronteiras simbólicas são negociadas e reconfiguradas. Sua circulação também evidencia o que Erll (2011) denomina “memórias em trânsito”, narrativas que atravessam territórios, línguas e comunidades e atualizam repertórios em meio à migração.

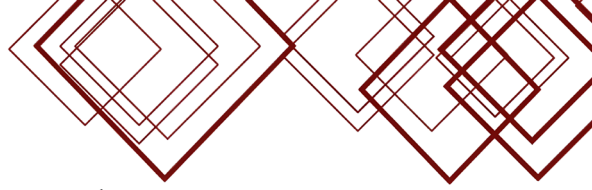
O artigo organiza-se em três seções, além da introdução e das considerações finais: a primeira apresenta o marco teórico; a segunda discute a metodologia e analisa o conjunto de vídeos; a terceira reflete sobre os sentidos políticos dessas memórias e o papel das plataformas digitais como arenas de disputa simbólica e reivindicação por reconhecimento.

80

Marco teórico: memória, migração e plataformas digitais

A compreensão das memórias migrantes no TikTok exige recuperar, ainda que brevemente, os aportes clássicos da memória social. Halbwachs (2006) concebe a memória como fenômeno coletivo, apoiado nos quadros sociais que moldam o que pode ser lembrado; Nora (1984), ao discutir a ruptura moderna entre memória e história, propõe os lugares de memória como cristalizações simbólicas desses conflitos. Esses referenciais inauguram o entendimento da memória como campo marcado por disputas, seleções e silenciamentos, fundamento sobre o qual o giro memorial se consolida.

Autores/as desse giro, como Jelin e Vinyes (2021), deslocam o foco da autenticidade do passado para seus usos sociais, entendendo a memória como prática política situada em contextos desiguais de enun-



ciação. Jelin destaca as lutas por reconhecimento que atravessam sua produção, enquanto Vinyes sublinha a disputa entre Estado, sociedade civil e sujeitos subalternos, bem como os riscos de a institucionalização neutralizar a potência insurgente dessas narrativas.

A emergência das memórias migrantes conecta esse campo conceitual às dinâmicas da mobilidade. Creet e Kitzmann (2011) apontam que o deslocamento produz e é produzido por narrativas que configuram pertencimentos e subjetivações. Palmberger e Tosić (2016) ampliam essa discussão ao propor a noção de memória em movimento, marcada pelo trânsito transnacional, pela hibridez e pela circulação contínua de significados na reconfiguração identitária.

Essas elaborações ganham novas camadas no ambiente digital. Plataformas como o TikTok funcionam como arenas de visibilidade, estigma e resistência, onde memórias fragmentadas, afetivas e performativas se tornam compartilháveis, contestáveis e ressignificáveis. As memórias migrantes não apenas narram experiências passadas, mas intervêm no presente, projetam futuros e operam como formas de resistência simbólica diante de regimes de racialização e controle da mobilidade (ANTHIAS, 2012; PIPER, 2009). A circulação digital transforma eventos isolados em narrativas partilhadas que atravessam comunidades e países, gerando repertórios comuns. Esse campo permite também uma leitura crítica das fronteiras. Brah (2005) argumenta que a fronteira é simultaneamente geopolítica, simbólica e afetiva, e os relatos migrantes tensionam sentidos fixos de nacionalidade e origem.

As memórias migrantes são igualmente práticas afetivas. Ahmed (2004) mostra que afetos circulam entre corpos, moldando pertencimentos, exclusões e solidariedades. Expressões de saudade, dor, rejeição ou orgulho, recorrentes nos vídeos analisados, funcionam como vetores



de enunciação política, fazendo do TikTok um espaço de intensificação afetiva. Rivera Cusicanqui (2010) reforça que corpos são arquivos vivos da memória: marcas, gestos e silêncios resistentes à homogeneização das narrativas nacionais. A presença dos corpos migrantes diante da câmera evidencia essa dimensão encarnada.

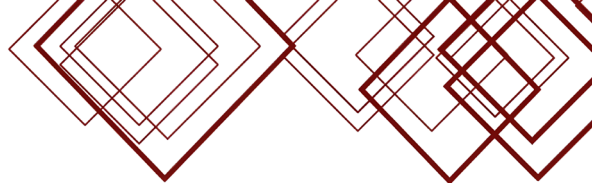
Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer a ambivalência da plataforma. A lógica da viralização e da economia da atenção pode espetacularizar dores e transformar vulnerabilidades em objetos de consumo afetivo, como alerta Sibilia (2015). Essa tensão entre visibilidade e coisificação atravessa o material analisado.

82 Em conjunto, esses aportes sustentam a análise proposta: as memórias migrantes são práticas sociais e políticas em disputa, atualizadas nos circuitos digitais e capazes de desestabilizar discursos hegemônicos sobre fronteiras, pertencimentos e identidades. Ao articular o marco teórico às dinâmicas das plataformas digitais, buscamos compreender como essas memórias circulam, se performam e se tornam politicamente significativas no TikTok.

Netnografia e análise de conteúdo no TikTok

A netnografia constitui uma das principais metodologias para compreender o TikTok como espaço comunicacional e de produção de sentidos. Como propõe Kozinets (2019), trata-se de uma abordagem qualitativa baseada na imersão sistemática do/a pesquisador/a nos ambientes digitais investigados. Essa imersão é indispensável para analisar as dinâmicas próprias da plataforma, como já indicado por Butzen e Dulci (2025) em estudos sobre práticas narrativas no TikTok.

Embora originalmente associada a vídeos curtos de dança, a pla-



taforma consolidou-se como rede social central para entretenimento, circulação de informações e expressão pública de posicionamentos. Seu algoritmo, altamente responsivo, impulsiona conteúdos a partir das interações dos/as usuários/as. Curtidas, salvamentos, compartilhamentos, republicações e comentários constituem métricas fundamentais para ampliar a visibilidade dos vídeos, ao passo que conteúdos pouco engajados tendem ao desaparecimento. Chamadas de ação são frequentemente utilizadas pelos/as criadores/as para estimular essas interações, permitindo observar como ideias e narrativas são apropriadas, contestadas ou ressignificadas no ambiente digital.

Entre essas métricas, o número de curtidas destaca-se como uma das variáveis de maior impacto na visibilidade, razão pela qual foi considerado na análise. Contudo, o foco não está em mensurar alcance, mas em compreender sentidos atribuídos ao compartilhamento de memórias, afetos e experiências. Os comentários também se configuram como espaços privilegiados de troca, ativação de lembranças e elaboração coletiva de narrativas. Dado o volume e a natureza efêmera dessas interações, não foi possível computá-las integralmente. Sua análise completa demandaria um estudo de recepção específico. Ainda assim, reconhecemos que o ato de rememorar no TikTok opera dentro de lógicas de atenção e visibilidade que podem envolver expectativas de fama, monetização e socialização temática, como assinalam Santos Neto e Bressan Júnior (2024).

83

A netnografia no TikTok foi conduzida entre novembro de 2024 e maio de 2025, período em que se buscou compreender padrões de uso, circulação e engajamento na plataforma. A seleção dos vídeos ocorreu especificamente nos dias 9 e 10 de maio de 2025, utilizando a aba de busca da versão para computador. Em vez de *hashtags*, que tendem a ser instáveis e dispersas, foram empregadas palavras-chave como

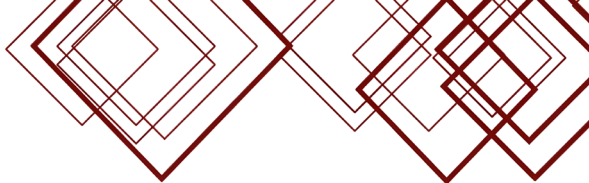


“recuerdo”, “migrantes” e “venezolanos”. A aba de busca reúne cinco categorias (melhores, usuários, vídeos, live e fotos); entre elas, foi utilizada apenas a seção “vídeos”, que apresenta conteúdos variados e não necessariamente vinculados a perfis específicos. Essa opção possibilitou incluir produções de usuários/as com pouca visibilidade, ampliando a diversidade de narrativas, estéticas e formas de memória presentes no *corpus*. Nessa mesma aba os critérios de apresentação dos vídeos não são somente as métricas de engajamento - como as curtidas - mas também uma relação com o tema pesquisado.

84

Esse critério decorre da própria imersão netnográfica (Kozinets, 2019; Butzen; Dulci, 2025), exigindo ajustes contínuos, dada a fluidez e a instabilidade do ambiente digital. Após a primeira filtragem, os vídeos foram assistidos integralmente, selecionando-se aqueles nos quais o perfil era reconhecidamente venezuelano e que acionavam algum tipo de relato (oral, performático ou derivado de entrevistas). Como é comum que um mesmo conteúdo seja repostado por diferentes perfis, procurou-se priorizar vídeos distintos entre si. Definiu-se, de forma arbitrária, o número de dez vídeos, dada a limitação analítica deste artigo. Não se pretendeu formar amostragem exaustiva, o que seria inviável diante da constante atualização da plataforma. Assim, priorizou-se uma seleção que refletisse a pluralidade de formatos e experiências.

A análise das tipologias e dos comentários combinou netnografia e análise de conteúdo, conforme Cavalcante et al. (2014). A partir desse cruzamento, foram identificadas três categorias: (1) Relato de Memórias (RM), marcado pela narração direta das experiências; (2) Memória em Performance (MP), que mobiliza recursos estéticos característicos da plataforma; e (3) Relato de Memória em Entrevista (RE), formado por trechos de entrevistas de mídias tradicionais que são editados e republicados no TikTok. Essas categorias são híbridas e podem se sobre-



por, como argumenta Adriaansen (2021), uma vez que a multimodalidade típica das redes sociais se expressa na combinação de texto escrito, narração, imagem, música e diferentes formatos reunidos em um único vídeo.

A tabela apresentada na seção seguinte reúne os perfis analisados (com *hiperlinks*), número de curtidas e a tipologia correspondente. Os dados refletem o momento da coleta (9 de maio de 2025) e podem sofrer variações, dada a dinâmica acelerada da plataforma. Como observam Araújo e Pereira (2019), a busca por atualizações permanentes é parte intrínseca do ambiente digital, mas desafia qualquer tentativa de monitoramento contínuo no contexto da pesquisa acadêmica.

Por fim, seguimos a diretriz ética de Kozinets (2019): ainda que o TikTok seja um ambiente público, os nomes de usuários/as que comentaram não serão divulgados. Apenas o conteúdo textual será citado, evitando exposições indevidas e preservando a privacidade das pessoas envolvidas.

Disputas simbólicas e performatividade migrante no TikTok

Tabela 1 – Vídeos analisados

Nome do perfil	Curtidas	Categoria	Data de publicação
@georg3342	262000	Relato de memórias	04/07/2024
@ruthuzcategui4	73400	Relato de memórias	20/02/2025
@abitiktokconsejos	22	Memória em performance	07/05/2025
@remesadaniel	216	Relato de memória em entrevista	21/01/2024
@mariita_012	4293	Memória em performance	16/01/2024
@suaaaaave	62600	Memória em performance	11/02/2025
@laparejamasaburrida	102900	Relato de memória em entrevista	27/02/2025
@victorcastillonews	6918	Relato de memória em entrevista	30/10/2023
@naodreman	151	Memória em performance	19/12/2024
@latinanoticias	25500	Relato de memória em entrevista	11/05/2023

Fonte: Elaborado pelos autores

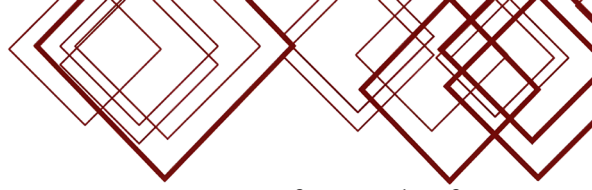


No *corpus* observado, as narrativas analisadas sugerem que as memórias migrantes venezuelanas, ao circularem no TikTok, não apenas documentam experiências de deslocamento, mas constroem sentidos coletivos marcados por afeto, dor, resistência e pertencimento. A partir da netnografia realizada e da análise dos vídeos e comentários identificados no TikTok, é possível identificar alguns indícios localizados tanto no campo das migrações cotidianas na América Latina, especialmente aquelas intensificadas pelo agravamento da crise venezuelana entre 2016 e 2018, quanto na forma como essas experiências são narradas, lembradas e compartilhadas no ambiente digital. Esse período foi marcado pela hiperinflação, pela falta generalizada de alimentos e medicamentos e pelo recrudescimento do isolamento político após a reeleição de Nicolás Maduro, o que contribuiu para ampliar significativamente os fluxos migratórios na região (HRW, 2025).

86

Essas memórias não são apenas registros do passado, mas práticas que interpelam o presente e projetam futuros possíveis. Elas se manifestam em diferentes registros e tons, que vão da saudade à denúncia, da ironia à esperança, e expressam as múltiplas posições dos sujeitos migrantes: aqueles/as que permanecem fora de seu país de origem, os/as que estão em trânsito e os/as que decidiram retornar à Venezuela. A seguir, examinaremos as estratégias de produção e circulação dessas memórias, atentando para suas dimensões afetivas, políticas e performativas no ecossistema digital do TikTok.

A primeira tipologia observada, que chamamos de Relato de Memórias (RM), é marcada pela oralidade direta e pela aparente espontaneidade. Nestes vídeos, os/as migrantes venezuelanos/as acionam a câmera para contar episódios de suas trajetórias: a fome sentida durante a travessia, a saudade da família, o preconceito enfrentado nos países de destino ou as estratégias de sobrevivência cotidiana. Em geral, são



vídeos com poucos cortes e recursos visuais, mas com forte apelo afetivo. O alto número de curtidas em casos como os perfis @georg3342 (262.000) e @ruthuzcategui4 (73.400) indica uma ressonância significativa dessas narrativas com o público da plataforma. Esses relatos funcionam como formas de legitimação da experiência migrante e produzem um campo de empatia e reconhecimento entre usuários/as que compartilham vivências semelhantes.

A segunda categoria, Memória em Performance (MP), envolve vídeos com maior elaboração estética, com uso de trilhas sonoras, legendas, filtros e efeitos visuais. Nesses casos, a memória é performada, encenada e editada como parte de uma narrativa construída para circular no ambiente da plataforma. Perfis como @suaaaaave_ e @mariita_012 exemplificam esse uso criativo dos recursos do TikTok para dramatizar momentos de ruptura, despedida ou reencontro. Embora alguns desses vídeos tenham baixo número de curtidas, seu conteúdo revela a complexidade dos afetos mobilizados: o orgulho pela resiliência, a tristeza pela separação e a esperança de retorno. A estética da performance, nesses casos, não reduz a densidade da memória, mas a reinscreve em um formato capaz de dialogar com os códigos da cultura digital.

87

A terceira tipologia identificada, Relato de Memória em Entrevista (RE), corresponde a vídeos nos quais migrantes aparecem em trechos de entrevistas para jornais, podcasts ou canais de notícias que foram editados e repostados no TikTok. Perfis como @laparejamasaburrida, @victorcastillonews e @latinanoticias operam como vetores de republicação, muitas vezes sem autoria clara, mas com forte apelo narrativo. Esses vídeos contribuem para a circulação ampliada de testemunhos, ainda que, em alguns casos, descontextualizem ou resignifiquem os conteúdos originais. A transposição desses fragmentos para o TikTok sugere uma “popularização” das memórias institucionais e aponta para



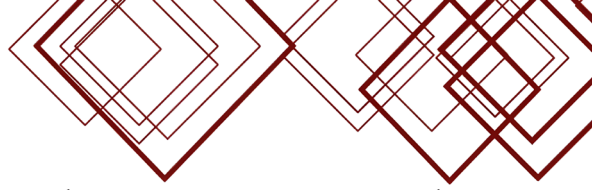
a fluidez entre registros jornalísticos e performativos.

Nos comentários dos vídeos, observam-se disputas simbólicas em torno do que deve ou não ser lembrado, de quem tem legitimidade para narrar e de como a migração venezuelana deve ser interpretada. Há respostas que expressam solidariedade, relatos de experiências semelhantes, conselhos, mas também comentários agressivos ou xenofóbicos, sobretudo quando os vídeos viralizam. A memória, nesse contexto, torna-se objeto de negociação pública: o TikTok funciona como arena em que discursos oficiais e contra-memórias se entrelaçam, revelando tensões políticas, étnicas e de classe. O engajamento (curtidas, comentários e compartilhamentos) não apenas amplia a visibilidade dos conteúdos, mas também ativa debates sobre pertencimento, cidadania e reconhecimento.

88

Por fim, é importante destacar que, embora essas memórias sejam ativadas por sujeitos migrantes específicos, seu alcance é transnacional. Muitos vídeos analisados receberam comentários de usuários/as residentes em outros países latino-americanos, sobretudo oriundos de Argentina, Brasil, Colômbia e Peru; países que, além de estarem entre os principais destinos da migração venezuelana na região, também concentram episódios recorrentes de xenofobia contra migrantes. Isso reforça o caráter regional das disputas em torno da migração venezuelana. Esses conteúdos desafiam a ideia de que a memória é local ou nacional, evidenciando sua condição transfronteiriça, digital e política. O TikTok, nesse sentido, não é apenas uma plataforma de entretenimento, mas um espaço de enunciação e confronto de sentidos, onde migrar é também lembrar e fazê-lo em público.

Como indica Gloria Anzaldúa (1987), viver na fronteira (geográfica, cultural ou simbólica) implica em habitar contradições, negociar



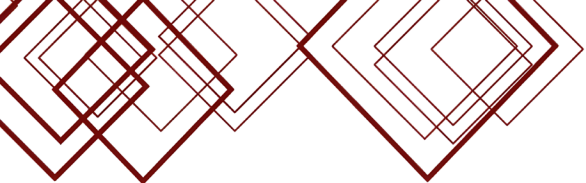
identidades e resistir a classificações binárias. Essa perspectiva ajuda a compreender os conteúdos analisados, em que migrantes venezuelanos/as expressam simultaneamente saudade, revolta, pertencimento e deslocamento. A fronteira, nesses vídeos, aparece como um espaço fluido, atravessado por múltiplas camadas de sentido, onde o ato de lembrar é também um ato de afirmar existência e dignidade.

Afetos e pertencimento alimentar: memórias migrantes em performance

Como mostra o giro memorial, memórias individuais ativadas no TikTok estão sempre ancoradas em contextos histórico-políticos amplos. No caso venezuelano, essas narrativas digitais articulam vivências íntimas com processos estruturais como crise econômica, carência de recursos, deslocamentos forçados e disputas de legitimidade política. A memória aparece, assim, como prática social situada, construída a partir da experiência migrante, mas também moldada pelas condições materiais, pelas desigualdades e pelos enquadramentos que atravessam a diáspora. Essa perspectiva permite compreender por que relatos cotidianos, vídeos curtos e performances visuais concentram camadas densas de afeto, dor e reivindicação, atuando como formas públicas de elaboração da experiência migratória.

89

Um dos temas centrais associados à emigração venezuelana desde 2015, com crescimento expressivo a partir de 2016, é a profunda crise vivida no país e a percepção amplamente disseminada de sua intensificação. Desde 2015, os Estados Unidos impuseram uma série de sanções econômicas à Venezuela, justificadas pela Casa Branca com base em denúncias de corrupção, violações de direitos humanos e erosão da democracia. Diversas organizações internacionais e analistas apontam que

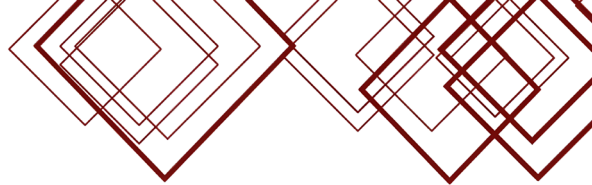


tais medidas agravaram a crise econômica e humanitária, contribuindo para a escassez de alimentos, medicamentos e insumos básicos (HRW, 2025).

Essa combinação de fatores, somada às dificuldades estruturais internas, intensificou a emigração venezuelana e aparece reativada em diversos vídeos analisados, muitos dos quais associam diretamente a figura de Maduro a um imaginário de privação e pobreza. Entre os conteúdos, destaca-se a recorrência de comentários sobre as eleições de 28 de julho de 2024, data em que Maduro foi reeleito em meio a denúncias de irregularidades. Nos vídeos e nos comentários, nota-se uma ambiguidade afetiva: apesar da rejeição ao governo e à sua política econômica, muitos/as migrantes expressam forte saudade da Venezuela.

90 O vídeo com maior alcance da amostra analisada é o carrossel publicado pelo perfil @georg3342. A primeira imagem mostra um manifestante venezuelano enfrentando a Guarda Nacional Bolivariana, vestido com um pano com os dizeres “no hay comida”. O vídeo é acompanhado da legenda “y como era Venezuela en 2016/2017” e de uma música melancólica, que reforça o tom de tristeza. Em sequência, aparece uma mensagem de uma migrante, cuja localização atual não é identificada, dizendo: “yo me acostaba sin comer embarazada y mi hija pequeña sufre de bajo peso y talla debido a eso y todavía hay gente que cree en ese gobierno por amor a mis hijos es q aun sigo fuera del país”. A última imagem do carrossel mostra manifestantes enfrentando o exército. Um dos comentários de destaque, com 1306 curtidas, afirma: “y aun hay gente que se burla de eso y lo usan como insulto, no saben cuantas veces escuche la palabra ‘hambre’ cada que decía mi nacionalidad. Solo me río porque si ellos realmente entendieran lo que es+”.

A memória da fome emerge nesse vídeo não apenas como tes-



temunho individual, mas como uma narrativa coletiva enraizada no trauma social vivido por milhões de venezuelanos/as durante os anos de colapso econômico. A fome, nesse contexto, torna-se marcador identitário para aqueles/as que migraram, sendo evocada como símbolo incontornável da diáspora forçada. O comentário destacado, que menciona a frequência com que a palavra “fome” era usada de forma pejorativa ao se identificar como venezuelano/a, revela como a experiência da fome ultrapassa o plano biológico ou material, sendo transfigurada em estigma social nos países de acolhimento. A evocação da fome, nesse vídeo, articula memória, dor e resistência, reconfigurando-a como uma ferida compartilhada que também exige reconhecimento. Nesse sentido, o TikTok funciona como uma arena onde os/as migrantes não apenas reconstroem narrativas pessoais, mas disputam os sentidos políticos e morais associados ao sofrimento vivido.

91

Em meio a relatos comoventes e denúncias explícitas, observa-se também o uso de ironia e humor como estratégias de enfrentamento. Comentários que brincam com os estigmas ou que ridicularizam insultos sofridos mostram que o riso, longe de neutralizar o sofrimento, pode funcionar como mecanismo de reapropriação narrativa. Essa comicidade ambígua é frequente no TikTok, plataforma em que a leveza aparente muitas vezes abriga camadas densas de crítica social. Ao rir da própria condição, os sujeitos migrantes resistem à posição de vítimas passivas, afirmando sua agência por meio da performance.

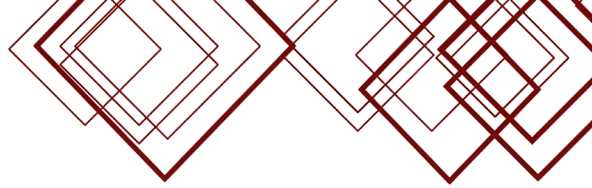
Outro exemplo importante é o vídeo do perfil @ruthuzcategui4, que dramatiza o relato anônimo de uma seguidora sobre sua experiência migratória no Peru e sua decisão de retornar à Venezuela. A narradora destaca os problemas estruturais no país de origem, como a constante falta d'água, mas também relata as dificuldades de adaptação em um país estrangeiro. Diz ter crescido em um “lugar maravilhoso” e que



já não reconhece a Venezuela atual. O perfil que publica o vídeo, de uma migrante residente nos Estados Unidos, se especializa em encenar histórias enviadas por seguidores/as. Nos comentários, emergem vozes que reafirmam o pertencimento à Venezuela, mas também a recusa ao retorno enquanto Maduro estiver no poder: “yo tengo siete años fuera de Venezuela y gracias a Dios me siento bien dónde estoy y si extraño a Venezuela pero no volveré mientras que maduro estés en el gobierno. Espero por Dios” (21/02/2025). Outro comentário reforça a ideia de que o que se sente falta não é exatamente do país, mas do tempo vivido: “siempre se lo digo a mi familia, no voy a regresar, ahora soy madre, mis hijos serían extranjeros y menos hablan español, y siempre lo digo no se extraña Venezuela se extrañan los momentos que vivimos y las situaciones. Siempre será mi país de nacimiento. Ya tengo 6 años por fuera, conseguí sacar a mi mamá y hermano, estamos bien donde estamos” (13/04/2025).

Essas narrativas ecoam também entre migrantes de outros países. Em dois comentários, bolivianos que vivem no Brasil compartilham suas experiências. Um deles afirma: “no es solo una venezolana en Perú... aquí como boliviana estoy en Brasil [B][R] extraño mucho mi Bolivia [B][O] que era... pero amo Brasil porque me dio la oportunidad de salir adelante, de cambiar mi forma de pensar” (20/04/2025). Outro escreve: “yo soy de Bolivia [B][O] y tengo 2 hijos nacidos en Brasil [B][R] y estoy bien. No pienso regresar a mi país... extraño mucho donde crecí, pero por la situación que pasa hoy mi país, no pienso volver. He ido a pasear, ver a mi papá... vivo hace 10 años en Brasil” (10/04/2025).

Os comentários nos vídeos funcionam como um segundo nível narrativo, no qual as memórias individuais se transformam em experiências compartilhadas. Ao relatarem situações semelhantes, outros/as migrantes/as venezuelanos/as e até de outras nacionalidades, ampliam o

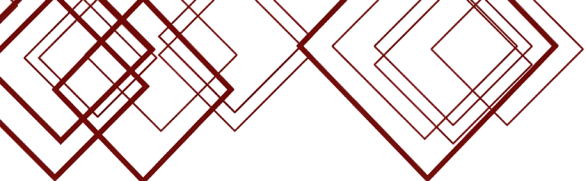


alcance simbólico da postagem. Esses comentários não apenas reforçam a identificação emocional, mas também transformam o TikTok em um arquivo colaborativo de memórias. A memória, aqui, não está contida no vídeo original: ela se estende, se modifica e se enriquece nos diálogos que ele provoca.

O vídeo publicado por @abitiktokconsejos também dramatiza uma história anônima, desta vez sobre uma mãe venezuelana e seu filho tentando cruzar a fronteira com o Chile. O governo chileno não autorizou a entrada da família, que acabou acolhida por moradores locais. No vídeo, uma mesma pessoa interpreta diversos papéis, respondendo a perguntas e justificando a migração. A personagem afirma ter deixado a Venezuela por falta de comida, trabalho e perspectiva de futuro, motivos que reaparecem em diversos outros relatos analisados.

O vídeo de @remesadaniel, perfil de uma empresa de remessas internacionais, apresenta uma entrevista com uma migrante venezuelana que conta como sustentou sua família nos Estados Unidos vendendo arepas. Um dos comentários se destaca pela crítica à política governamental: “👉👉👉 ATENCIÓN ATENCIÓN 👉👉👉 TÚ PAISANO VENEZOLANO ‘NACIDO EN REVOLUCIÓN’ CÁMBIATE EL CHIP 🗳️🗳️🗳️🗳️🗳️🗳️🗳️🗳️🗳️🗳️ POR TU BIEN 🙏🗳️” (17/12/2024). O usuário também republica o vídeo com a legenda: “tu paisano venezolano nacido en revolución, sácate el chip”.

A questão da alimentação aparece de forma marcante como gatilho de memórias. No vídeo de @mariita_012, a usuária retorna à Venezuela e mostra que o quarto de infância foi mantido intacto pela mãe. Ao fundo, a música “Fantasmas”, de HUMBE, intensifica o tom nostálgico. A legenda no vídeo diz: “emigré y a pesar de los años mi mamá mantuvo mi cuarto intacto 🥹”. Um comentário com 80 curtidas diz:



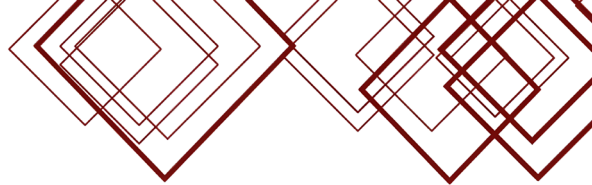
“dichosa tú porque cuando yo regresé después de 4 años no tenía nada de mis cosas, unas las regalaron, otras se dañaron”.

As escolhas estéticas feitas nos vídeos, trilhas sonoras, enquadramentos, uso de filtros e legendas, cumprem papel fundamental na ativação emocional das memórias. A música “Fantasmas”, usada no vídeo de @mariita_012 sobre o retorno ao quarto de infância, por exemplo, intensifica o sentimento de ausência e deslocamento. Da mesma forma, a combinação entre imagens em tom sépia, textos sobrepostos e *close-ups* de rostos chorosos ou alimentos típicos ativa uma gramática visual da saudade e da denúncia. Esses recursos reforçam o caráter performativo da memória no TikTok, onde a forma importa tanto quanto o conteúdo.

94

O vídeo de @suaaaaave_ tem apenas 10 segundos e mostra a autora comendo algo enquanto o texto diz: “cuando recuerdo lo que comíamos en Venezuela en 2016/2017 y veo lo que como en la actualidad **V[E]**”. A descrição inclui as *hashtags* #venezuelalibre #dictadura #venezolanosporelmundo. Embora curto e sem comentários ativados, o vídeo sintetiza a relação entre memória alimentar e crítica política.

O conteúdo publicado por @laparejamasaburrida, um podcast sediado em Miami, apresenta o relato de um migrante venezuelano com diploma acadêmico que, ao trabalhar cozinhando hambúrgueres, sofreu xenofobia e foi chamado de “veneco”. Um dos apresentadores comenta: “Nadie sale de Venezuela porque quiere, sino porque el país se volvió un narcogobierno”. Nos comentários, vários migrantes relatam experiências semelhantes de desqualificação profissional. Uma usuária escreveu: “Yo he emigrado 4 veces. Mi primer trabajo en Perú fue limpiando baños. En una oportunidad, una señora pasó al baño y se lavó las manos. Procedió a secárselas con papel, me miró y me lo tiró encima



🥹” (27/02/2025, 220 curtidas).

Nesse vídeo, o trabalho precário aparece como experiência comum da migração, mas também como lugar de desqualificação simbólica. O ato de cozinhar, atividade ligada à nutrição mas desvalorizada socialmente no contexto apresentado, torna-se marcador de desigualdade e xenofobia. Ao relatar o episódio de humilhação no local de trabalho, migrantes encenam memórias coletivas de perda de status e identidade profissional, ao mesmo tempo em que denunciam a xenofobia e o racismo estrutural que opera nos países de destino.

No vídeo de @victorcastillonews, uma migrante venezuelana recebe um pacote de Harina Pan, marca popular para fazer arepas. Ela chora e diz que se lembra muito do seu país. A legenda do vídeo diz: “lágrimas y nostalgia al recibir Harina PAN 🥹” e “porque le recuerda mucho a su país”. Um comentário afirma: “así reaccioné yo después de 5 años y logré conseguirla aquí donde vivo. Cuando mi esposo llegó con ella, casi lloro” (25/01/2024). Outro usuário comenta: “solo los venezolanos sabemos lo importante que es para nosotros tener un paquete de Harina Pan en casa, y más si estamos en otro país 🥹” (06/11/2023, 154 curtidas).

95

O alimento, neste caso, a Harina PAN, funciona como marcador afetivo de pertencimento nacional. Sua presença simbólica reativa memórias vinculadas à intimidade doméstica, ao cuidado e à cultura material da Venezuela, tornando-se um elo emocional entre o passado e o presente, entre o “lá” e o “aquí”. Em contextos de desterritorialização, o gesto de cozinhar ou receber esse alimento não é apenas prática de sobrevivência, mas de reinscrição subjetiva no mundo, de ancoragem identitária diante da ruptura migratória.

O vídeo de @naodreman é curto e mostra a usuária dizendo “ten-

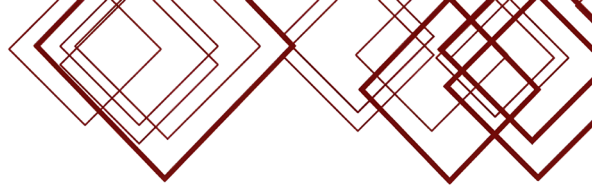


go el refri relleno” enquanto abre o refrigerador, cheio de *hallacas* congeladas, prato tradicional venezuelano, geralmente consumido no Natal. Na legenda, lê-se: “Solita en el extranjero pero con el refri lleno de recuerdos con mamá 🥺💗🎄👉💗”.

Assim como a Harina PAN, a *hallaca* carrega consigo densas camadas de memória afetiva e coletiva. A preparação desse prato típico, especialmente associada ao Natal, atualiza uma temporalidade cultural que resiste à dispersão migratória. Ao mostrar o freezer com as *hallacas* e a legenda que remete à mãe, a usuária constrói uma narrativa de continuidade emocional e territorial, mesmo na ausência física. Trata-se de uma performance doméstica da memória, na qual o alimento age como ponte entre mundos e temporalidades.

96 A presença dos corpos nos vídeos é central para a elaboração das memórias migrantes. Em diversas postagens, a comunicação ocorre não pela fala, mas por meio de gestos e enquadramentos que enfatizam a corporalidade migrante: o rosto emocionado, a mão que abre o freezer, os olhos marejados, etc. Esses elementos não apenas ilustram, mas performam a experiência da ausência, da precariedade ou do reencontro. Como sugere Rivera Cusicanqui (2010), o corpo atua como arquivo: ele lembra, denuncia e resiste. Essa linguagem não verbal ganha potência particular no TikTok, onde a imagem tem primazia sobre a explicação discursiva.

O último vídeo da amostra é do perfil @latinanoticias, e mostra um menino venezuelano migrante sendo entrevistado a caminho da fronteira com o México. O texto do vídeo diz: “niño sorprende al hablar sobre la situación migratoria de venezolanos”. Ele afirma: “somos más pobres que la pobreza”. Embora os comentários tragam mensagens de apoio, como “Mi niño bello 🥺🥺 no tiene por qué pasar por eso”



(11/03/2023, 576 curtidas), também aparecem críticas e suspeitas sobre a veracidade do relato com base nas roupas e óculos usados pela criança: “¿con gafas y corte a la moda?” (28/07/2024, 37 curtidas); “ese niño es buen actor 🤔🤔🤔🤔” (14/05/2023, 39 curtidas); “aún recuerdo a los niños de Puno sin ropa, con los zapatos rotos, pero la prensa prefiere entrevistar a un niño que dice ser pobre con polera y lentes” (11/05/2023, 615 curtidas). Um outro comentário oferece uma leitura alternativa: “El problema no es Maduro. El problema son los Estados Unidos con el montón de sanciones que le mete & todo porque Venezuela es aliada de C|N & R|U” (14/05/2023).

A comparação entre o que se comia na Venezuela em 2016/2017 e o presente configura uma narrativa de deslocamento material e simbólico. A alimentação é utilizada aqui como régua do tempo e da dignidade: o corpo que antes passava fome é agora capaz de escolher, comer e mostrar. A estética breve e impactante do TikTok permite condensar uma crítica política à escassez vivida no passado e afirmar, por contraste, um presente de autonomia, ainda que precária. A *hashtag* #venezuela-libre aponta para essa memória como denúncia, mas também como expectativa de transformação.

As narrativas analisadas revelam que as memórias migrantes venezuelanas, ao circularem no TikTok, não apenas documentam experiências de deslocamento, mas constroem sentidos coletivos marcados por afeto, dor, resistência e pertencimento. O alimento, o trabalho, a infância e a maternidade tornam-se vetores de enunciação política, transformando situações cotidianas em performances de memória. Nessa paisagem digital, os vídeos não apenas informam: eles interpelam, emocionam, polarizam e reconfiguram fronteiras identitárias.



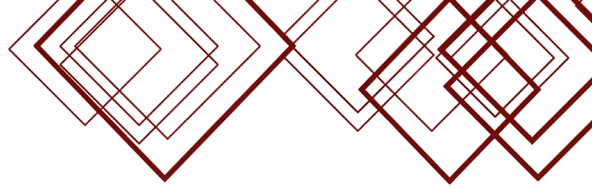
Considerações finais

A análise do *corpus* selecionado permite identificar como as memórias migrantes venezuelanas, ao circularem no TikTok, são produzidas em registros afetivos, políticos e estéticos que articulam dimensões individuais e coletivas da experiência. Recuperar brevemente o legado da memória social, que sublinha o caráter coletivo, situacional e compartilhado das lembranças, permite compreender como essas narrativas se inscrevem em matrizes históricas mais amplas. Ao mesmo tempo, a perspectiva do giro memorial reforça que tais lembranças não são apenas representações do passado, mas práticas sociais performadas em meio a desigualdades, disputas e fronteiras simbólicas que atravessam a migração venezuelana contemporânea.

98

A abordagem netnográfica empregada possibilitou acompanhar de modo sistemático não apenas os conteúdos publicados, mas também a forma como foram recebidos, narrados e atualizados por usuários/as da plataforma. Essa observação prolongada permitiu mapear interações, estéticas, sequências narrativas, usos de trilhas sonoras e padrões de circulação, compondo um quadro qualitativo que ilumina a gramática afetiva e política dessas memórias digitais. Trata-se de um recorte intencionalmente reduzido, que não pretende generalizar dinâmicas mais amplas do TikTok, mas que oferece indícios sobre como a plataforma tem sido mobilizada por migrantes venezuelanos/as para significar experiências de deslocamento.

Os vídeos analisados evidenciam que fome, saudade, precariedade laboral, xenofobia, afetos familiares e marcadores culinários de pertencimento constituem eixos centrais de elaboração memorial. Nessas narrativas, recordar a crise, performar o cotidiano e reencenar práticas alimentares se transformam em modos de afirmar dignidade, reivindi-



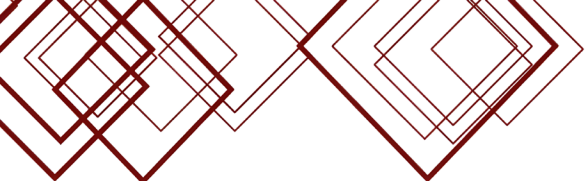
car reconhecimento e disputar sentidos sobre a migração. Ao tensionarem fronteiras entre o íntimo e o público, esses conteúdos revelam que a memória, mediada pelo ambiente digital, opera como prática política situada.

Embora o estudo não permita conclusões generalizantes sobre a circulação de memórias migrantes no TikTok, o conjunto observado sugere que a plataforma funciona, nesse contexto específico, como um espaço relevante de enunciação e disputa de significados. Nessa paisagem digital, registros cotidianos se convertem em performances afetivas que atualizam desigualdades, reafirmam vínculos transnacionais e elaboram feridas sociais. Assim, mais do que representar a experiência migratória, os vídeos analisados mostram como migrar é também lembrar e fazê-lo em público, produzindo memórias que se projetam entre territórios, temporalidades e formas de existir no mundo.

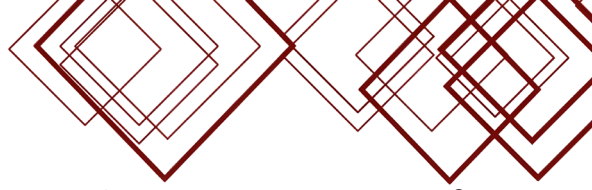
99

Referências

- ADRIAANSEN, R.-J. Social Media and Multimodal Historical Representation: depicting auschwitz on instagram. In: BERGER, S.; BRAUCH, N.; LORENZ, C.(ed.). *Analysing Historical Narratives: on academic, popular and educational framings of the past*. Oxford: Berghahn Books, 2021. p. 191-208.
- AHMED, S. *The Cultural Politics of Emotion*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.
- ANZALDÚA, G. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.
- ARAUJO, V. L. de; PEREIRA, M. H. de F. *Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI*. 2. ed. Vitória/Mariana: Milfontes/Editora da Sbthh, 2019.



- ASSMANN, A. Canon and Archive. In: ERLI, A.; NÜNNING, A. (Orgs.). *Cultural Memory Studies: An International and Interdisciplinary Handbook*. Berlim: Walter de Gruyter, 2008. p. 97–108.
- ASSMANN, A. *Cultural Memory and Western Civilization: Functions, Media, Archives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- ANTHIAS, F. Transnational mobilities, migration research and intersectionality. *Nordic Journal of Migration Research*, v. 2, n. 2, p. 102–110, 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2307/48711216>. Acesso em: 8 maio 2025.
- BRAH, A. *Cartographies of diaspora: Contesting identities*. London: Routledge, 2005.
- BUTZEN, G. A.; DULCI, T. M. S.. É POSSÍVEL APRENDER HISTÓRIA NO TIKTOK?. *Horizontes Históricos*, [S. L.], v. 9, n. 2, p. 236–255, 2024a. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/HORIZONTES/article/view/22099>. Acesso em: 15 fev. 2025.
- BUTZEN, G. A.; DULCI, T. M. S. 60 ANOS DO GOLPE MILITAR: memórias e controvérsias no TikTok. *Sillogés*, [S. L.], v. 7, n. 2, p. 507–534, 31 jul./dez. 2024b. Disponível em: <https://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/156>. Acesso em: 01 abr. 2025.
- CAVALCANTE, R. B.; *et al.* Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Informação & Sociedade*, [S. l.], v. 24, n. 1, 2014.
- CREET, J.; KITZMANN, A. (Org.). *Memory and migration: multi-disciplinary approaches to memory studies*. Toronto: University of Toronto Press, 2011.
- DATAREPORTAL. *Digital 2025: Venezuela*. 2025. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2025-venezuela>. Acesso em: 27 nov. 2025.



- BUTZEN, Gabriel Antonio; DULCI, Tereza M. Spyer. Netnografia como metodologia científica para pesquisa histórica nas redes sociais: o TikTok como estudo de caso. *Revista Hominum*, [S.I.], v. 11, n. 28, p. 65-72, maio 2025. Disponível em: <https://www.revistahominum.com/2025/05/edicao-28-edicao-de-maio-2025/>. Acesso em: 01 dez. 2025.
- ERLL, A. *Memory in Culture*. Londres: Palgrave Macmillan, 2021.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HUMAN RIGHTS WATCH. *World Report 2025: Venezuela*. 2025. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2025/country-chapters/venezuela>. Acesso em: 8 maio 2025.
- JELIN, E. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2002.
- JELIN, E.; VINYES, R. *Cómo será el pasado: Una conversación sobre el giro memorial*. Barcelona: Ned Ediciones, 2021. 101
- KOZINETTS, R. *Netnography: the essential guide to qualitative social media research*. Los Angeles: SAGE, 2019.
- LUCCHESI, A. Condições de produção da História em tempos de interferências digitais: a contribuição da hermenêutica da prática. In: MONTEIRO, J. H.; QUEIROZ, T.; FERREIRA, R. (org.). *História: teorias, metodologias e itinerários contemporâneos*. Teresina: Cancioneiro, 2024. p. 255-279.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 30 nov. 2025.
- PALMBERGER, M.; TOSIĆ, J. (org.). *Memories on the move: experiencing mobility, rethinking the past*. London: Palgrave Macmillan,



2016.

PEREIRA, M. H. de F.. *Lembrança do presente: ensaios sobre a condição histórica na era da internet*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

PIPER, N. The complex interconnections of the migration–development nexus: a social perspective. *Population, Space and Place*, v. 15, n. 2, p. 93–101, 2009. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/psp.535>. Acesso em: 8 mai. 2025.

RIVERA CUSICANQUI, S. El cuerpo como archivo. In: OXFAM BOLIVIA (Org.). *Mujeres en movimiento: cuerpo y territorio*. La Paz: Oxfam Bolivia, 2010. p. 10–15.

SANTOS NETO, V. S. dos; BRESSAN JÚNIOR, M. A. A tiktokização das narrativas orais: discutindo práticas caseiras de produção de memória em plataformas digitais. *História Oral*, [S.L.], v. 27, n. 01, p. 136-158, 1 maio 2024.

102 SIBILIA, P. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Maternidade transnacional em rede: apoio digital entre migrantes brasileiras em um grupo do Facebook

Transnational Motherhood in Networked Spaces: Digital Support among Brazilian Migrant Women in a Facebook Group

Franco Dani Araújo e Pinto¹

Bruna Rocha Diniz de Almeida²

Sueli Siqueira³

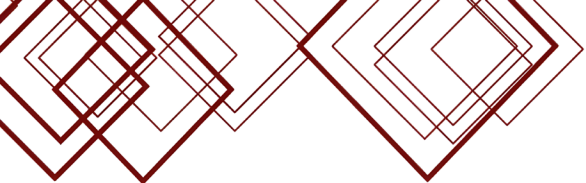
Raquel Paixão Rebouças Vilaça⁴

1 É jornalista e publicitário (Univale); Mestre em Gestão do Território (Univale) com ênfase em migrações, territórios midiáticos e mídia étnica; e Doutor em Ciências Humanas (UFSC) com ênfase em migrações internacionais. É professor dos cursos de Jornalismo e de Publicidade e Propaganda (Univale). Desde 2020 ocupa a função de diretor regional Sudeste da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Desde 2022 é professor do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território (Univale), atuando nas disciplinas Estudos Territoriais I e II; Migrações, Mídia e Famílias Transnacionais; Pós-modernidade e Trabalho: globalização, flexibilização e precarização; Estado e Trabalho na Contemporaneidade. É integrante do Núcleo de Estudos Sobre Desenvolvimento Regional (NEDER) da Univale. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6556-9113>. E-mail: franco-drd@hotmail.com.

2 Graduada em Psicologia pela UFMG. Mestra e Doutora em Psicologia pela UFJF. Pós-doutoranda em Psicologia Clínica e Cultura pela UnB. Membro do NEFID (Núcleo de Estudos sobre Família, Inclusão e Deficiência - UFJF). Membro do LabNEDER (Laboratório do Núcleo de Estudos sobre Desenvolvimento Regional da Universidade Vale do Rio Doce). Membro no NEFIES (Núcleo de Estudos sobre Famílias e Instituições Educativas e Sociais - UFRGS). Realiza estudos nas áreas de Família e Desenvolvimento Humano. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9291-9046>. E-mail: bruna.r.almeida@gmail.com

3 Pós doutorado no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa - CIES-IUL (2012). Doutorado em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006). Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1998). É professora titular da Universidade Vale do Rio Doce. Coordena o Núcleo de Estudos Multidisciplinar Sobre Desenvolvimento Regional - NEDER - UNIVALE. Desenvolve estudos nas áreas da Sociologia Urbana com ênfase em Estudo Sobre Migração Internacional, além das temáticas Trabalho, violência e meio ambiente. Autora e Organizadora dos livros Trabalho e violência (2012), O trabalho e pesquisa científica na construção do conhecimento (2005), Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno (2009), Ligações Migratórias Contemporâneas. Brasil, Estados Unidos e Portugal (2018). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1802-4751>. E-mail: suelisiqueira.gv@gmail.com.

4 Mestra em Comunicação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pelo Centro Universitário de Belo Ho-



Resumo: Este artigo investiga como redes sociais digitais funcionam como espaços de apoio para mulheres em situação de maternidade transnacional. Com base em uma netnografia realizada em um grupo fechado do Facebook, composto majoritariamente por brasileiras migrantes nos Estados Unidos, foram analisadas 1.348 postagens publicadas entre maio e outubro de 2023. A análise identificou três dimensões de suporte: emocional, informacional e material, evidenciando como essas mulheres elaboram respostas coletivas aos desafios da adaptação em território estrangeiro. Os resultados mostram que, mesmo diante da fragmentação das redes familiares tradicionais, o ambiente digital reconfigura práticas de cuidado e pertencimento, constituindo formas de resistência cotidiana em contextos de mobilidade forçada e de (i)mobilidade política, aqui tratada como lente complementar de análise.

Palavras-chave: Maternidade transnacional; Migração feminina; Redes sociais digitais; Facebook.

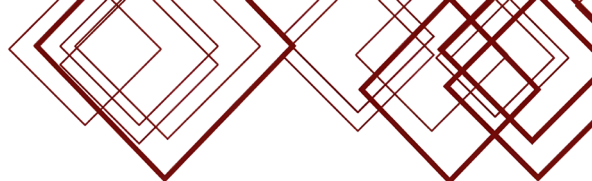
Abstract: This article investigates how digital social networks function as support spaces for women experiencing transnational motherhood. Based on a netnography conducted in a closed Facebook group, composed primarily of Brazilian migrant women in the United States, 1,348 posts published between May and October 2023 were analyzed. The analysis identified three key dimensions of support: emotional, informational, and material, revealing how these women collectively develop responses to the challenges of adaptation in a foreign context. Findings show that, despite the fragmentation of traditional family networks, the digital environment reshapes practices of care and belonging, constituting everyday forms of resistance in contexts of forced mobility and political (im)mobility, the latter used here as a complementary analytical lens.

Keywords: Transnational motherhood; Female migration; Digital social networks; Facebook.

Introdução

Tradicionalmente, os estudos sobre maternidade transnacional concentram-se nas mulheres que migram e deixam os filhos aos cuidados de terceiros em seu país de origem. Para Bertoldo (2018), esse fluxo feminino é impulsionado por fatores como a escassez de oportunidades no mercado de trabalho, a busca por melhores condições de vida para

rizonte (UNIBH). Atualmente, é estudante de Psicologia na Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Profissionalmente, atua como redatora, produtora de conteúdo e ministra oficinas de fotografia para públicos diversos. Possui experiência na área de Artes, com ênfase em Fotografia, mais especificamente em imagens do cotidiano, estúdio e produtos. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4276-858X>. E-mail: raquel.vilaca@univale.br.



sustentar e educar os filhos e o apoio de redes sociais e familiares. Em diálogo com essa perspectiva, Carpenedo e Nardi (2017) acrescentam que, entre mulheres de países periféricos, a migração responde também à crescente demanda por cuidado e serviço doméstico no Norte Global. Assim, a literatura converge ao apontar que além do componente econômico, muitas migrantes veem no país de destino chances inéditas de lazer, consumo e sociabilidade, configurando novas formas de desfrutar a vida.

Diante dessas abordagens, coloca-se a necessidade de compreender como tais dinâmicas migratórias afetam não apenas a estrutura familiar, mas também as formas de cuidado e sociabilidade no país de destino. Embora os estudos mencionados descrevam amplamente os fatores que impulsionam a migração materna, ainda resta a pergunta: como essas mulheres recriam redes de apoio quando estão fisicamente distantes de seus ambientes culturais e relacionais de referência? Além disso, quais estratégias emergem quando o suporte tradicional, como família, vizinhança e serviços públicos, é substituído por interações mediadas digitalmente? São essas questões que orientam o presente artigo ao examinar as práticas de apoio no ambiente virtual.

105

Mesmo distantes geograficamente dos filhos e submetidas a jornadas extenuantes, essas mulheres permanecem responsáveis pelo cuidado financeiro e emocional da prole. Não raro, sofrem sentimentos de inadequação, vergonha e desesperança (Carpenedo & Nardi, 2017). Há, contudo, mães que migram com os filhos. Silva, Pinto e Assis (2024) observam que esse fenômeno se intensificou nos últimos anos, sobretudo entre brasileiras. Exemplo emblemático é o esquema chamado, no Brasil, de “cai-cai”. Usado antes por latino-americanos de outras nacionalidades, consiste em cruzar a fronteira México-EUA acompanhado de criança ou adolescente, entregar-se à polícia, solicitar asilo e aguardar

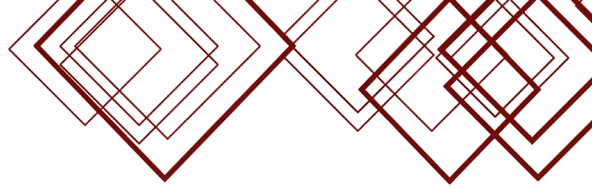


liberação. Desde o primeiro governo de Barack Obama (2009)⁵, as famílias não podem ser separadas; crianças e adolescentes não permanecem mais de 20 dias detidos nem são liberados sem um adulto responsável. Assim, a família aguarda em liberdade até a decisão do processo.

Apesar da relevância crescente desses fluxos e das transformações que imprimem à experiência da maternidade, observa-se uma lacuna na literatura quanto à compreensão das redes digitais como dispositivos de suporte cotidiano entre mulheres migrantes em situação de vulnerabilidade. Os estudos sobre maternidade transnacional tendem a priorizar dimensões macroestruturais (políticas migratórias, trabalho, cuidado a distância), mas ainda exploram pouco como o ambiente digital reconfigura práticas de apoio, pertencimento e enfrentamento emocional. Ao focalizar um grupo virtual de mães brasileiras nos Estados Unidos, este artigo contribui para suprir essa lacuna, articulando migração, maternidade e mediação tecnológica em diálogo direto com a experiência vivida das participantes.

Esse cenário evidencia o que tem sido discutido na literatura como (i) mobilidade política, conceito que remete não apenas às limitações físicas dos deslocamentos, mas, sobretudo, às restrições impostas por políticas migratórias, sistemas jurídicos seletivos e mecanismos de

5 Em 2001, foi apresentado ao Senado dos Estados Unidos o *Development, Relief and Education for Alien Minors Act* (DREAM Act), que pretendia criar um caminho de regularização para jovens levados ao país antes dos 16 anos e formados no ensino médio, desde que mantivessem “boa conduta”. Esses potenciais beneficiários passaram a ser chamados de DREAMers. Como o projeto nunca foi aprovado, o presidente Barack Obama instituiu, em 2012, a DACA (*Deferred Action for Childhood Arrivals*), concedendo suspensão temporária de deportação e autorização de trabalho renovável a quem comprovasse presença contínua nos EUA desde junho de 2007. Embora nem o DREAM Act nem a DACA beneficiem recém-chegados, o foco na proteção de menores reforçou a percepção – difundida por atravessadores e pela mídia – de que famílias acompanhadas de crianças seriam libertadas após a detenção inicial, alimentando o esquema de “cai-cai” entre os imigrantes que pretendiam entrar nos Estados Unidos.



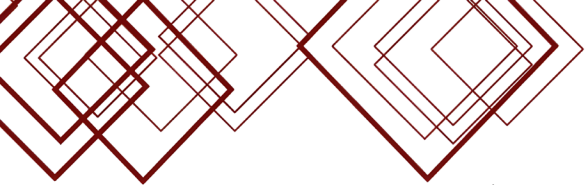
controle que comprometem o direito de permanecer, circular e se integrar socialmente. No caso do “cai-cai”, observa-se uma mobilidade permitida sob condições precárias e provisórias, especialmente para mulheres acompanhadas de filhos. Essa entrada, no entanto, não garante permanência segura nem acesso pleno a direitos. Ao contrário, essas mulheres enfrentam obstáculos estruturais como a ausência de políticas de acolhimento, a instabilidade jurídica e o abandono institucional, elementos que as colocam em situação de mobilidade física associada à imobilidade social e política.

A percepção de que mulheres com filhos obtêm autorização mais facilmente reforça o protagonismo feminino nesse tipo de migração (Ramos e Filho, 2023). Contudo, a permanência nos EUA impõe novos desafios. Nesse sentido, Rios (2012) destaca que isolamento social, falta de referências e apoio, insegurança emocional e financeira, xenofobia e discriminação afetam o bem-estar das mães e podem comprometer sua saúde mental, a qualidade do cuidado parental e a relação mãe-filho.

107

Quando a gestação ocorre fora do país de origem, o afastamento de familiares e grupos sociais priva as mulheres de trocas culturais e transgeracionais essenciais à construção de significados sobre a maternidade (Rios, 2012). Essa privação pode gerar sintomas psicossomáticos, distúrbios do sono e da alimentação e menor atenção ao pré-natal, especialmente entre mães de primeira viagem. Consequentemente, surgem sentimentos de incapacidade, tristeza e insegurança quanto aos cuidados e à interação com os filhos.

Sem rede de apoio presencial, muitas recorrem às redes sociais digitais para dialogar com outras mulheres em situação semelhante. No ambiente virtual, identificam-se, compartilham experiências e formam grupos que aliviam o cotidiano, desde dúvidas rotineiras até suporte em



vulnerabilidades emocionais. É o caso de um grupo fechado do Facebook, objeto deste estudo, cujo nome não será divulgado para preservar a identidade das participantes, que, em abril de 2025, reunia mais de 9.000 seguidoras, a maioria mães migrantes brasileiras, residentes nos EUA. Nesse espaço, as mulheres trocam informações sobre cuidados infantis, saúde, educação e procedimentos administrativos, burocráticos e jurídicos no país de destino.

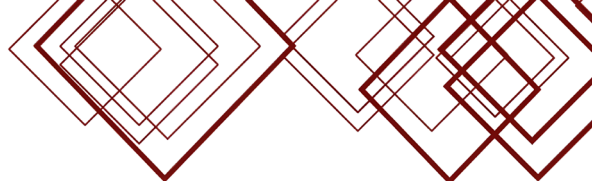
As redes sociais, portanto, funcionam como arenas de troca, apoio e socialização (Martino, 2014; Mahon, 2021). No contexto migratório, tornam-se cruciais para grupos vulneráveis, como as mães brasileiras em maternidade transnacional. O grupo do Facebook em questão, composto por mães migrantes brasileiras, ilustra essa dinâmica ao oferecer apoio emocional, informacional e, por vezes, material.

108

Compreender a influência das redes digitais na experiência migratória é imperativo: “para entender a sociedade é preciso seguir as atividades e interações on-line” (Kozinets, 2014, p. 9). Assim, este estudo investiga como as redes sociais digitais operam no apoio à maternidade transnacional, considerando os desafios de mulheres que vivem, criam laços e exercem a parentalidade longe do Brasil.

Caracterização do grupo estudado

Criado em 15 de fevereiro de 2013, o grupo do Facebook objeto deste estudo é composto por mulheres brasileiras migrantes, documentadas e indocumentadas, a maioria residente nos Estados Unidos. O grupo tem como objetivo discutir aspectos da maternidade, com ênfase no cuidado e na educação dos filhos, e apresenta alto engajamento, com postagens e discussões diárias. Somente em março de 2023, mês em que



o projeto de pesquisa⁶ deste estudo foi delineado, foram registradas 360 novas publicações.

Dentre essas postagens, destacam-se questionamentos sobre onde e quando comprar ou alugar objetos para crianças, indicações de profissionais e clínicas para tratamentos infantis, depoimentos sobre situações estressoras relacionadas à maternidade e à migração, além de alertas sobre riscos à segurança das crianças. Saúde, educação, alimentação, lazer e questões migratórias constituem, assim, os principais temas discutidos. As participantes podem solicitar auxílio informacional ou material, propor debates, responder a postagens e interagir livremente. Não são permitidas propagandas, vendas, autopromoções ou mensagens discriminatórias.

A escolha do grupo em questão como objeto deste estudo se justifica por características que o diferenciam de outros grupos no Facebook: seu conteúdo é voltado exclusivamente para mulheres brasileiras, o que favorece um espaço de identificação cultural e compartilhamento de experiências comuns; a maioria das participantes reside nos Estados Unidos, país com significativa presença de imigrantes brasileiros; e o elevado volume de postagens oferece uma base empírica rica para a análise das interações e do suporte proporcionado pelo grupo.

A coleta de dados utilizou a metodologia proposta por Kozinets (2014), denominada netnografia, entendida como uma forma especializada de etnografia adaptada aos contextos mediados por computador. Ao acompanhar de maneira sistemática uma comunidade online, a netnografia permite observar como os participantes constroem significados, organizam práticas e estabelecem relações por meio das interações digitais. Neste estudo, essa abordagem foi empregada para compreender

6 Projeto de Pesquisa “Migração, redes sociais digitais e maternidade transnacional” (Univale, 2023-2025).



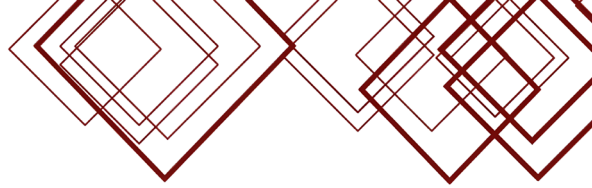
as dinâmicas de apoio e sociabilidade entre mães brasileiras migrantes por meio de suas comunicações no Facebook.

Realizar uma netnografia implica engajar-se de forma imersiva com o grupo investigado, observando interações e significados produzidos em seu contexto cultural específico. Kozinets (2014) propõe um conjunto de etapas para orientar esse processo. Adaptaram-se, neste trabalho, cinco fases: (1) planejamento do estudo; (2) entrada no grupo estudado; (3) observação participante e coleta de dados; (4) análise e interpretação do material; (5) apresentação e discussão dos resultados.

110 Na Etapa 1, foram definidos o problema de pesquisa, o grupo virtual e os tópicos a investigar. Optou-se pelo grupo do Facebook em questão, fundado por mulheres residentes em Nova Iorque, com base em quatro critérios: (1) conteúdo voltado exclusivamente para mulheres brasileiras; (2) maioria das participantes residente nos EUA; (3) postagens centradas na maternidade e na adaptação ao território de imigração; (4) volume significativo de postagens e discussões.

A Etapa 2 consistiu na entrada de duas pesquisadoras no grupo virtual, após apresentação às moderadoras, com explicitação dos objetivos e procedimentos do estudo. Por se tratar de um grupo fechado, o acesso dependeu de autorização prévia. As pesquisadoras não estabeleceram qualquer contato direto referente à pesquisa netnográfica com as demais participantes do grupo, e não se sabe se as moderadoras informaram sobre o estudo às integrantes. Em respeito à dinâmica interna e à natureza do campo, o pesquisador do sexo masculino não acessou diretamente a página, analisando apenas as postagens transcritas após a Etapa 3.

Na Etapa 3, as pesquisadoras realizaram observação participante e coleta de dados. Foram feitas capturas de tela (*prints*) de todas as



postagens publicadas entre maio e outubro de 2023, incluindo textos, imagens, número de curtidas e comentários registrados no momento da coleta. Para garantir maior estabilidade das interações, a coleta ocorreu com, no mínimo, um mês de intervalo após a publicação original, evitando que mudanças posteriores alterassem substancialmente o conteúdo analisado.

Na Etapa 4, todas as postagens foram transcritas integralmente para uma planilha do Excel, acompanhadas dos números de curtidas e comentários. Em seguida, procedeu-se à análise de conteúdo conforme a proposta de Dessen e Da Silva (2009), complementada pelo modelo de Bardin (2011). O processo envolveu: (a) pré-análise; (b) codificação; (c) agrupamento dos temas; (d) formação das categorias-síntese; (e) classificação dos temas; (f) definição das categorias. Dessen e Da Silva (2009) ainda sugerem: (g) revisão do sistema preliminar e elaboração do sistema integrado de categorias; (h) validação do sistema por juízes, etapas também contempladas neste estudo.

111

O sistema de categorias elaborado por uma das pesquisadoras foi revisado por membros do laboratório de pesquisa em migração ao qual pertencem os autores, que avaliaram tanto as definições quanto os conteúdos associados. As categorias que geraram dúvidas foram discutidas entre os pesquisadores e reformuladas. Em seguida, o sistema foi submetido a pesquisadores experientes em estudos sobre migração e em análise de conteúdo, cujas sugestões foram incorporadas, resultando na versão final do sistema. As categorias foram estabelecidas como mutuamente excludentes, e cada postagem foi atribuída a apenas uma categoria.

Após a categorização das 1.348 postagens, foi realizada análise de concordância entre juízes para verificar a consistência da classificação.



Um segundo pesquisador analisou as postagens do mês de julho (185 postagens, 13,7% da amostra), mês escolhido por concentrar publicações sobre preparação para o ingresso escolar. O índice foi calculado com base na fórmula proposta por Fagundes (2002): $IC = \text{Concordâncias} / (\text{Concordâncias} + \text{Discordâncias}) \times 100$. Considerou-se concordância a correspondência exata entre as categorias atribuídas pelos dois pesquisadores. O índice obtido foi de 98,4%, considerado altamente satisfatório.

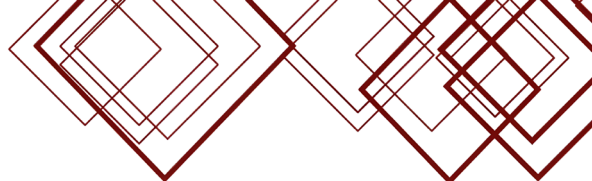
A Etapa 5, referente à apresentação e discussão dos resultados, é desenvolvida nas seções seguintes, em diálogo com o referencial teórico sobre migração, maternidade transnacional e redes sociais digitais.

Resultados

112

Ao todo, foram analisadas 1.348 postagens publicadas entre os meses de maio e outubro de 2023 (maio: $n = 225$; junho: $n = 241$; julho: $n = 185$; agosto: $n = 243$; setembro: $n = 219$; outubro: $n = 235$). A análise de conteúdo dessas postagens resultou na identificação de 20 categorias, conforme apresentado na Tabela 1. Dentre elas, destaca-se a categoria “Apoio Emocional”, que contabilizou 38 postagens e foi a que mais recebeu comentários, evidenciando um elevado nível de engajamento das participantes diante de demandas relacionadas ao suporte emocional em situações desafiadoras do cotidiano, tais como relações familiares disfuncionais, violência doméstica e questões de saúde mental.

Os exemplos de postagens apresentados na Tabela 1, bem como os trechos utilizados para ilustrar as subcategorias descritas posteriormente, correspondem a transcrições literais das publicações realizadas no grupo do Facebook. Para resguardar a identidade das autoras, seus

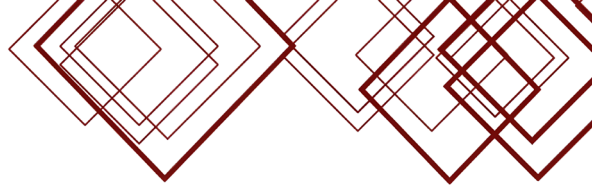


nomes foram removidos dos dados brutos e dos resultados deste estudo, e nenhum exemplo que pudesse permitir a identificação das participantes foi incluído no texto.

Tabela 1 – Lista das categorias de análise das postagens do grupo de Facebook composto por mães migrantes brasileiras entre os meses de maio e outubro de 2023.

Categorias	Número de postagens	Média do número de comentários	Média do número de reações	Exemplo de postagem
Alerta sobre Golpes ou Situações Perigosas	8	3,5	-7,25	Mães, boa tarde. Escutei hoje no canal de notícias (NJ 12) e achei melhor compartilhar aqui. Devido aos acontecimentos brutais em Israel. Cuidado com os pequenos na Internet. Há um Alerta da possibilidade de que o grupo terrorista libere imagens horríveis nas redes sociais nos próximos dias. Nossos filhos não precisam ver essas barbaridades. Psicólogos pedem que estejamos atentos com uso de rede sociais e que se possível até delete os aplicativos dos telefones das crianças. Então fica aqui o Alerta. Deus abençoe a todos.
Apoio Emocional	38	25,4	17,7	Mamães queria saber se alguém passou por isso. Estou com bebê recém nascido. Ele tem 13 dias. Desde o dia 8 dele que eu comecei com uma sensação estranha e chorando por tudo. Choro o tempo inteiro. Dia e noite. Li sobre e vi que posso estar no momento baby blues. E hoje foi na médica e estou descartada de depressão. Meu choro não tem motivo e não precisa de um. Tudo me sensibiliza demais. Quero muito que isso passe pq odeio tristeza. Sou uma pessoa extremamente alto astral e positiva. Hoje chorei com a médica a consulta toda rsrs. Eu só quero parar de querer chorar o tempo todo sem motivo aparente. Se alguém teve e passou por isso me conta aqui. Obg.
Aspectos Legais e Burocráticos	239	9,8	1,6	Olá meninas gostaria de saber como faço o pedido do passaporte do meu filho americano. Ele tem 4 anos.
Convite para Participação em Entrevista	3	1	2,3	Oi Mães, Tem alguém que esteja sofrendo com esse ar poluído dos incêndios florestais do Canadá e tope gravar um depoimento para TV contando o que está passando? Eu trabalho para a Record Américas. Temos um telejornal chamado Américas no Ar. Vou deixar o link aqui para vocês conhecerem o programa: https://m.youtube.com/watch?v=_BhctK4768Y
Doação	176	4,6	3,6	Obrigada! Alguém mamãe por aí precisando de roupas + sapatos de meninos 3/4 anos? Tenho uma sacola para doação. Em ótimo estado. Retirar em South Harlem.

Educação para Adultos	5	4,8	2,6	Bom Dia Meninas Alguém já fez graduação aqui nos EUA online sabe como funciona e valores? Se souberem podem me contar como foi se gostaram ou gostam?
Envio de Remessas	18	5	1,3	Oi meninas. Eu preciso de alguém que possa levar esses livros pro Brasil. Vou em julho/agosto, porém minha nora precisa antes.
Espiritualidade/Religiosidade	8	3,3	2,3	Ola mãães ! Tudo bem ? Estou passando por aqui para indicar um canal para jovens chamado The Rec Podcast. É um canal cristão com testemunhos de jovens que se reconectaram com Cristo . Os integrantes são Nick e Anninha , jovens comprometidos em falar do amor de Deus . Se vc tiver interesse acesse as plataformas digitais deles no Instagram, Facebook, TikTok e YouTube.
Estética	9	10,4	1,7	Meninas preciso fazer limpeza de pele. Alguma indicação,lugar que faça igual no Brasil.,remova os cravos ,e menos massagem.
Filhos	203	13,9	4,9	Obrigada Gostaria da opinião das mãães que deixaram seus filhos com 1 ano no daycare como foi ? Como é ? Vocês acham que o contato com outras crianças foi válido ?
Humor	10	3,8	13,9	Olha a dica!! [Postagem de cômico sobre maternidade]
Informações da Administradora sobre o Funcionamento do Grupo	3	13	43,6	ATENÇÃO! # Propagandas, Vendas e Promoções serão deletados. Usem os classificados. # Qualquer tipo de arrecadação monetária sem prévia autorização da administração, não é permitido. # Esse espaço é somente para assuntos maternos! Por favor leiam e respeitem as regras!!!!
Lazer	117	8,6	3,3	Olá meninas, gostaria de indicações de hotéis na Flórida legal para crianças, que se possível tivesse cozinha, para passar o Natal, seriam 3 adultos e 2 kids. Obrigada
Lojas, Bens de Consumo e Serviços em Geral	61	10,4	2,3	Maes que tudo sabem..... vocês tem indicação de quem faz esse trabalho das fotos?! Mas que seja um preço justo e não os 2 rins.....newark
Mensagem Motivacional	16	1,4	6,4	Vi que temos muitas mães aqui que criam seus filhos sozinhas ,vou compartilhar com vocês uma música que meu irmão lançou hoje pra todas essas guerreiras ,que Deus as abençoe.
Mercado de Trabalho	154	9,6	5	Mamães acabei de pegar meu greencard ,e estou doida para deixar a Faxina,vocês me indica algum trabalho ? Tenho drive e tenho carro também.
Moradia	32	8,8	4,7	Alguém sabe de alguma casa para alugar em Greenwich ou região com dois quartos?
Pets	5	6,6	4	Quero compra um animalzinho, alguém indica um lugar que poderia ir olhar para comprar?
Saúde	221	12,2	2,6	Alguém conhece um pediatra bom na região de Hillside, Union, Elizabeth que fale português e aceite o seguro Horizon NJ Family Care???
Outros	22	8,8	11,5	Alguém aqui já fez feijão na slow cooker? Quanto tempo leva pra cozinhar? Como temperou? Fica gostoso?



Fonte: Pesquisa, 2025.

Conforme demonstrado na Tabela 1, postagens relacionadas a Aspectos legais e burocráticos, Saúde, Filhos, Doação, Mercado de trabalho e Lazer foram as mais frequentes. As postagens classificadas nessas categorias, juntamente com aquelas pertencentes à categoria Moradia, foram organizadas em 40 subcategorias, conforme demonstrado nas Figuras 1, 2, 3 e 4. Essa estruturação permite uma análise mais detalhada e abrangente dos conteúdos abordados, facilitando a identificação de padrões e tendências nas publicações das participantes do grupo do Facebook.

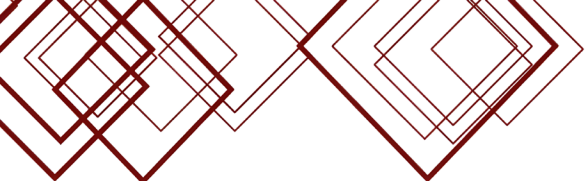
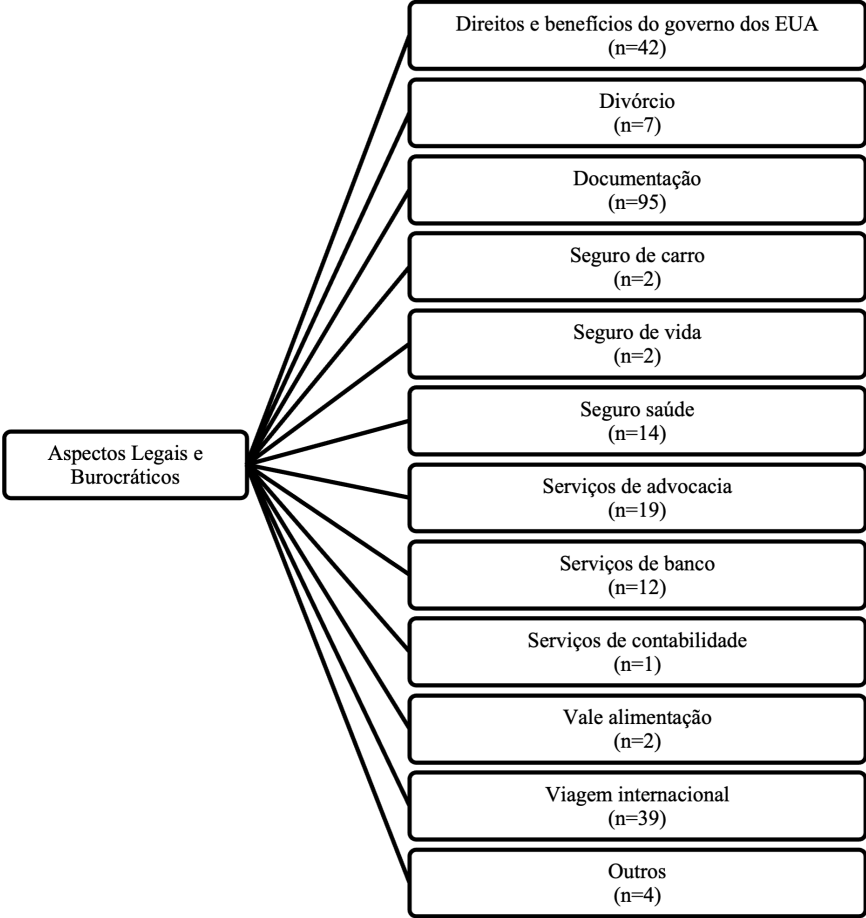


Figura 1: Subcategorias da categoria Aspectos Legais e Burocráticos.



116

Fonte: Pesquisa, 2025.

A fim de exemplificar as subcategorias de Aspectos Legais e Burocráticos, são apresentados a seguir exemplos de postagens das três subcategorias mais frequentes:

a) Documentação: “Boa tarde mamães, a certidão de nascimento americano do meu filho veio com o meu nome de solteira, sendo que foi apresentado todos os documentos corretos com nome de casada, no



caso está faltando um sobrenome. Isso é normal eles fazerem ou tenho que mudar? Obrigada.”

b) Direitos e benefícios do governo dos EUA: “Minha amiga está grávida e mora em basement. Queria saber se ela tem direito a pedir uma ajuda pra mudar para uma casa, e quais benefícios ela pode obter.”

c) Viagem internacional: “Oi, tenho uma bebê de 2 anos e vou viajar para o Brasil com ela, ela nasceu aqui, vocês sabem me informar se preciso de autorização do pai para ela viajar?”

A segunda categoria mais frequente das postagens foi Saúde, que se ramificou em oito subcategorias, conforme apresentado na Figura 2.

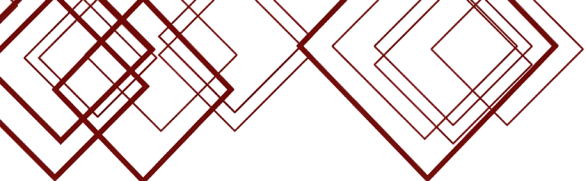
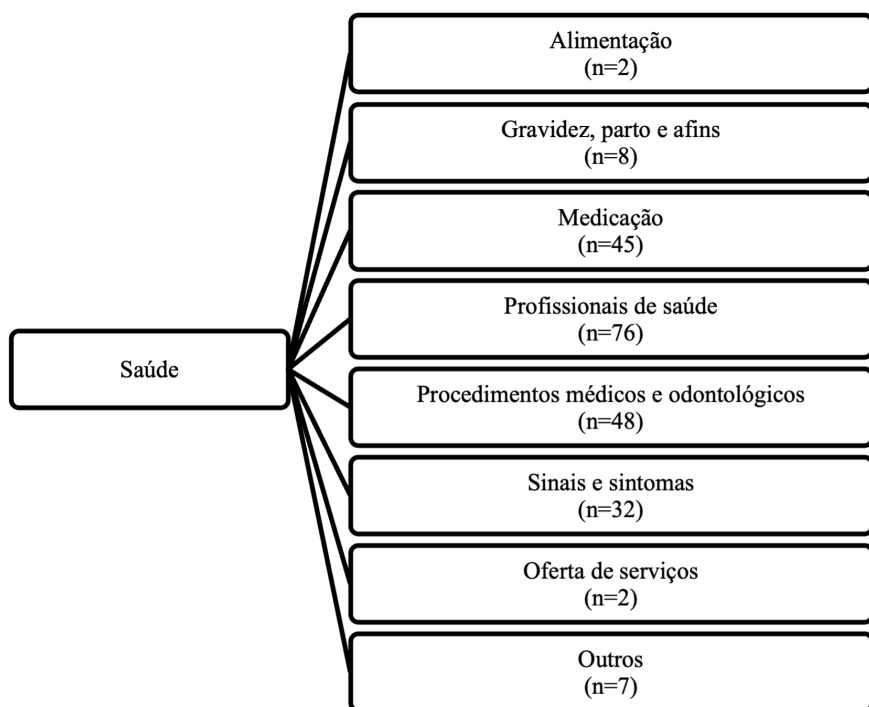


Figura 2: Subcategorias da categoria Saúde.



Fonte: Pesquisa, 2025.

Abaixo se observam exemplos de publicações das três subcategorias mais frequentes sobre Saúde.

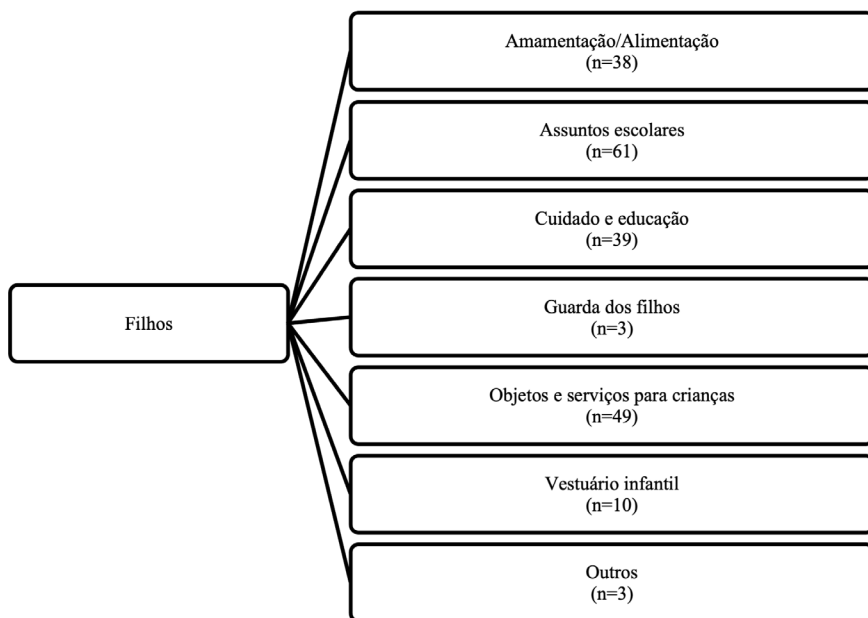
a) **Profissionais de saúde:** “Oi mães, alguém conhece alguma nutricionista e Psicóloga infantil para indicar perto de Newark ?Desde já obrigada ”

b) **Procedimentos médicos e odontológicos:** “Mães que já passaram por processo de bariatric aqui, poderiam tirar dúvidas de valor, indicar algum lugar e como é o pós cirúrgico....”

c) **Medicação:** “Mamães ta nascendo os dentes da minha bebê e ela ta com muita assadura... alguma pomada pra indicar? Já tentei algumas mas nada ajuda!”

A terceira categoria mais frequente das postagens das participantes do grupo de mães migrantes brasileiras, que se subdividiu em sete subcategorias, conforme apresentado na Figura 3.

Figura 3: Subcategorias da categoria Filhos.



119

Fonte: Pesquisa, 2025.

Seguem abaixo exemplos de postagens das três subcategorias mais frequentes do assunto Filhos:



a) **Assuntos escolares:** “Olá mãães, minha filha foi selecionada para essa escola, eu não fiz aplicação então não entendo se isso é bom ou ruim. Alguma mããe pode me dar a dica se vale a pena colocar minha filha nessa escola ou alguma mããe com filho nessa escola para me falar se é boa. Ela estuda atualmente na escola 18 Elizabeth”.

b) **Objetos e serviços para crianças:** “Bom dia mãães! Vcs sabem onde tem aula de basquete e baseball para crianças em newark e cidades próximas?? obrigada e ótimo final de semana”.

c) **Cuidado e educação:** “Minha menina tem 2anos e meio. Preciso ajuda. Em sítios públicos ela está sempre a fugir de mim achando que é brincadeira.. Problema é que tenho um Baby pequeno e é muito perigoso ela ficar correndo de mim e eu tenho que correr atrás dela para a ir buscar! Alguma recomendação do que posso fazer para evitar isso??

120 PLEASE estou desesperada!”

A quarta categoria mais frequente nas postagens das mães foi “Doação”, que se dividiu em duas subcategorias: ‘Oferta de doação’ (n=93) e ‘Solicitação de doação’ (n=83), que são exemplificadas nos relatos a seguir:

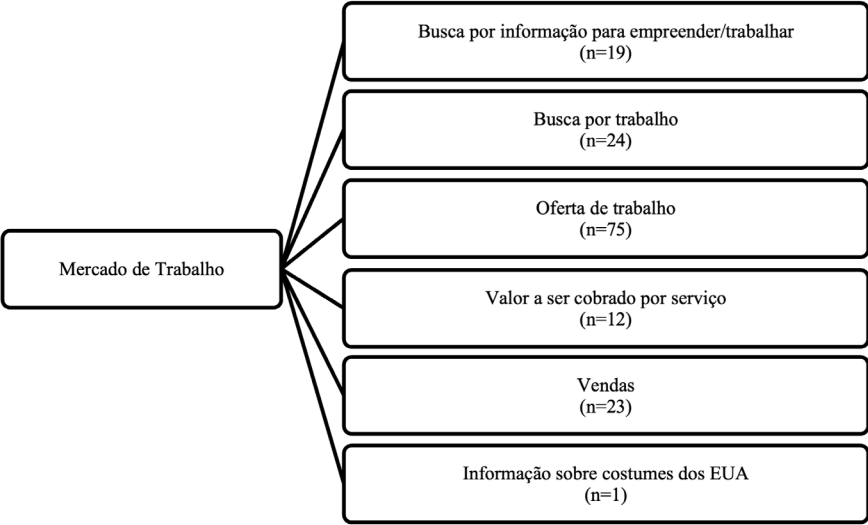
a) **Oferta de doação:** “Boa tarde mãães! Estou doando estes utensílios de cozinha. Interessados retirar em Roselle. Obrigada!”

b) **Solicitação de doação:** “Gente, boa tarde, alguém doando roupinhas de baby Newborn e 3 meses? É p uma garota que está grávida. obrigada.”

Mercado de Trabalho foi a quinta categoria mais frequente nas postagens analisadas. Essa categoria se ramificou em cinco subcatego-

rias, apresentadas na Figura 4.

Figura 4: Subcategorias da categoria Mercado de Trabalho.



Fonte: Pesquisa, 2025.

Abaixo se observam exemplos das publicações das três subcategorias mais frequentes da categoria Mercado de Trabalho.

- a) **Oferta de trabalho:** “Procuro uma babá pra minha filha de 6 meses. Preciso de alguém full time, de segunda a sexta-feira e que tenha carro próprio. Estamos em Stamford, CT.”
- b) **Busca por trabalho:** “Mamães, tenho uma prima de 33 anos procurando trabalho para cuidar de crianças ou então cuidar de casa, se você estiver alguma ou algum trabalho por favor avisa. Muito obrigado!!!”
- c) **Vendas:** “Tenho bastante brinquedos de menino menina Para



vender barato. Todos novo na Caixa. Chamar no inbox fotos. Retirar em east Rutherford. Para entregar é extra. obgd.”

A sexta categoria mais frequente nas publicações foi Lazer. Esta categoria foi subdivida em três subcategorias: Solicitação de informação (n=63); Indicação de serviços e locais para festas (n=28); e Divulgação de informação (n=26). A seguir são apresentados exemplos das postagens relacionadas às subcategorias.

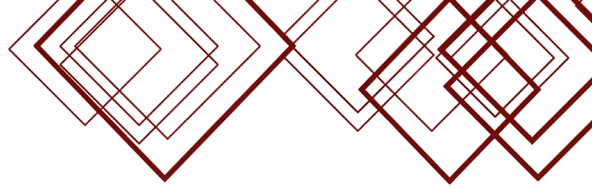
a) **Solicitação de informação:** “Oi meninas. Gostaria de levar minha filha para acampar mas nunca fui e não sei nada sobre. Vcs tem algum lugar legal pra me indicar? Algum camping bom para ir com família? Não tenho barraca, consigo alugar? Obrigada.”

122

b) **Indicação de serviços e locais para festas:** “Bom dia! Alguma mamãe tem indicação de mágico para festa infantil (Newark e região)? Desde já, obg.”

c) **Divulgação de informação:** “Bom dia meninas! Super recomendo este capitão para um passeio de veleiro em Long Island! O barco é simplesmente fantástico, novo, grande e limpo e tem tudo que precisamos (banheiro limpinho e cheiroso – o que para mim é importantíssimo!) fica a dica!!”

Além das seis categorias mais frequentes nas postagens das mães participantes do grupo, já descritas a acima, a categoria Moradia também se ramificou em três subcategorias: Cuidado com a casa (n=8); Informações sobre cidade, bairro e moradia (n=23); e Reforma da casa (n=1).



a) **Cuidado com a casa:** “Alguma recomendação de como consigo tirar essa mancha da minha pia? Não sei o que causou mas com detergente não sai... help!!!”

b) **Informações sobre cidade, bairro e moradia:** “Vocês sabem me informar como está a situação de shelters em CT? Família de refugiados precisando de um lugar decente para eles e as crianças. Em NY está um caos.”

c) **Reforma da casa:** “Alguém conhece um grafiteiro, tenho uma parede na minha casa que quero fazer um grafite da minha família, não real, assim em forma de desenho.”

Discussão

Diante dos dados apresentados, é possível reconhecer que as experiências vividas pelas mulheres participantes do grupo do Facebook composto por mães migrantes brasileiras ocorrem em um contexto que pode ser interpretado, como uma lente complementar à análise, à luz do conceito de (i)mobilidade política, o qual expressa deslocamentos humanos condicionados por estruturas desiguais de poder, políticas migratórias restritivas e mecanismos seletivos de pertencimento (Sassen, 2014; De Genova, 2017). Trata-se de uma mobilidade física que não garante integração, estabilidade ou acesso pleno a direitos, resultando, muitas vezes, em uma permanência precária e vulnerável. Embora fisicamente presentes nos Estados Unidos, essas mulheres enfrentam exclusões simbólicas e institucionais que as mantêm em uma posição liminar, sem garantias de pertencimento jurídico, econômico ou social. Como observa Sassen (2014), o sistema global de migrações tem operado não apenas para permitir entradas controladas, mas também para expulsar e invisibilizar sujeitos por meio da negação de sua agência plena. A



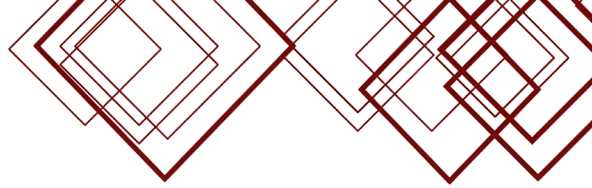
ausência de políticas públicas voltadas para o acolhimento dessas mulheres, somada à fragmentação das redes tradicionais de apoio, reforça a condição de imobilidade política, compensada, em parte, pela criação de espaços de suporte, pertencimento e resistência no ambiente digital.

É importante esclarecer que a noção de vulnerabilidade empregada neste artigo não sugere que todas as mulheres-mães sejam, por definição, vulneráveis. A vulnerabilidade observada entre as participantes do estudo é situacional e relacional, resultando das condições específicas da migração: precariedade jurídica, barreiras linguísticas, ausência de políticas de acolhimento, instabilidade laboral, xenofobia e fragmentação das redes tradicionais de suporte. Assim, não se trata de uma característica inerente à maternidade, mas de um efeito estrutural produzido pelo contexto migratório no qual essas mulheres exercem o cuidado materno.

124

É nesse contexto de vulnerabilidade e de ausência de políticas públicas adequadas que surgem estratégias alternativas de acolhimento e apoio mútuo entre migrantes, como o grupo do Facebook, objeto deste estudo. Considerando as trocas estabelecidas nesse ambiente digital, torna-se possível observar como as mães migrantes articulam soluções para os múltiplos desafios do cotidiano, especialmente no exercício da maternidade em território estrangeiro. A migração impõe desafios que vão além das questões burocráticas e da adaptação cultural. Para mulheres que são mães, esse processo envolve reorganizar a vida familiar, lidar com novas formas de socialização e, frequentemente, criar os filhos sem o suporte presencial da família extensa.

Assim, o grupo do Facebook composto por mães migrantes brasileiras surge como uma resposta a essa necessidade, oferecendo um ambiente no qual essas mulheres podem compartilhar experiências, fazer

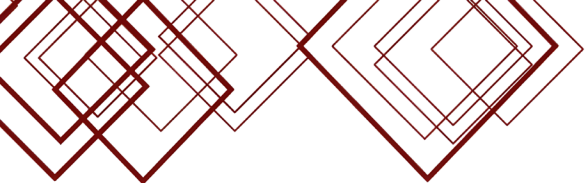


perguntas e encontrar apoio entre outras mães que vivenciam situações semelhantes. Conforme destaca Martino (2014, p. 55), “redes sociais podem ser entendidas como um tipo de relação entre seres humanos pautada pela flexibilidade de sua estrutura e pela dinâmica entre seus participantes”. Essa característica é evidente no grupo, no qual as conexões se formam por meio de interesses comuns e se mantêm de maneira fluida, permitindo que as participantes entrem e saiam conforme suas necessidades e nível de engajamento.

O suporte oferecido pelo grupo, conforme descrito na própria página do Facebook, pode ser analisado em três dimensões principais: apoio emocional, informacional e material. O apoio emocional se manifesta nas interações que reforçam o senso de pertencimento e acolhimento. Em um ambiente virtual que permite às mães expressarem suas dificuldades e receberem palavras de encorajamento, forma-se um espaço de identificação mútua. Muitas participantes utilizam o grupo para desabafar sobre os desafios da maternidade e da adaptação ao novo território, encontrando nas respostas das outras mães uma forma de validação e suporte emocional. Tal dinâmica encontra respaldo em Mahon (2021), que explora como a psicologia das mídias sociais envolve mecanismos de pertencimento e validação, os quais impulsionam a interação digital. Nesse sentido, o Facebook funciona como uma extensão da rede de apoio que muitas dessas mulheres deixaram no Brasil.

125

Além do suporte emocional, o grupo também se destaca como uma fonte essencial de informação. As postagens diárias abordam questões sobre acesso à saúde, sistemas educacionais, burocracia migratória e direitos. Essas interações refletem o que Martino (2014) afirma sobre as redes sociais online: elas permitem a formação de agrupamentos voltados à troca de informações e ao engajamento em questões sociais. No grupo, as participantes compartilham experiências pessoais sobre

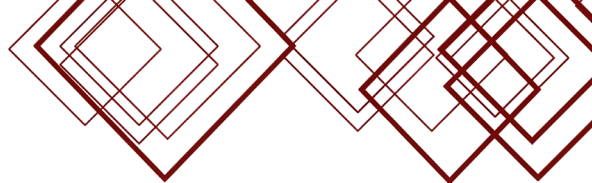


como lidar com a documentação infantil e a burocracia de vistos, além de dicas sobre onde encontrar médicos que falem português ou como matricular os filhos na escola. O acesso rápido a esse tipo de informação reduz a incerteza enfrentada por muitas mães migrantes e facilita sua adaptação ao país de destino.

Outro aspecto relevante do grupo é o suporte material, que ocorre principalmente por meio da doação e troca de itens infantis. Muitas mães utilizam o espaço para oferecer roupas, brinquedos e acessórios para bebês, enquanto outras solicitam ajuda em momentos de necessidade financeira. Com base na teoria das conexões em grupo de Clay Shirky, Martino (2014, p. 143) argumenta que “a facilidade de encontrar pessoas com interesses semelhantes na internet faz com que a formação de grupos seja fácil e rápida”. Essa característica das redes sociais digitais é crucial para a mobilização e organização do apoio material no grupo analisado neste estudo, permitindo que mães estabeleçam laços solidários baseados em necessidades compartilhadas.

Ellison et al. (2007) discutem o conceito de capital social no contexto digital, destacando que as redes sociais permitem ampliar o número de contatos, embora não garantam profundidade nas conexões. Mahon (2021) retoma essa discussão ao afirmar que a qualidade das interações pode variar conforme o grau de engajamento dos participantes. No grupo do Facebook em questão, embora os laços sejam flexíveis, eles criam um ambiente de apoio e reciprocidade entre mães que compartilham desafios semelhantes. A experiência do grupo sugere que, mesmo sendo conexões muitas vezes temporárias, elas desempenham um papel importante na mitigação das dificuldades enfrentadas pela maternidade transnacional.

A relação entre redes sociais e apoio comunitário não é um fenô-



meno recente, mas sua amplificação no ambiente digital é um aspecto central a ser considerado. Martino (2014, p. 57) observa que “nas redes, conexões são criadas, mantidas e/ou abandonadas a qualquer instante, sem maiores problemas”. No caso do grupo do Facebook estudado, essa flexibilidade permite que as participantes se envolvam conforme suas necessidades, tornando o grupo um espaço dinâmico e acessível para suporte imediato.

Os dados deste estudo reforçam a ideia de que as redes sociais digitais, ao propiciarem um ambiente de interação contínua, transcendem a função meramente informacional e se consolidam como espaços de construção de vínculos e suporte mútuo. No grupo analisado, a interseção entre comunicação e psicologia revela como a mediação digital pode preencher lacunas deixadas pela distância geográfica e pela fragmentação dos laços tradicionais. Assim, a experiência dessas mães migrantes reafirma o papel das mídias sociais na criação de redes de apoio, contribuindo diretamente para sua adaptação e bem-estar no país de destino.

127

Ao situar essas práticas de apoio no campo mais amplo das relações entre gênero, tecnologia e subjetividade, torna-se possível compreender o grupo do Facebook como um espaço no qual a maternidade transnacional é constantemente (re)configurada por mediações digitais. Como discute Lupton (2016), as práticas de cuidado, busca por informação e apoio emocional durante a gravidez e os primeiros anos da maternidade são cada vez mais mediadas por plataformas digitais, aplicativos e dispositivos conectados. Esse cenário compõe formas contemporâneas de exercer e experienciar o materno, articulando corpo, afeto e tecnologia. Trata-se daquilo que Gibson e Hanson (2013) denominam “maternidade digital”, marcada pela incorporação cotidiana de recursos digitais na produção de saberes, decisões e vínculos que

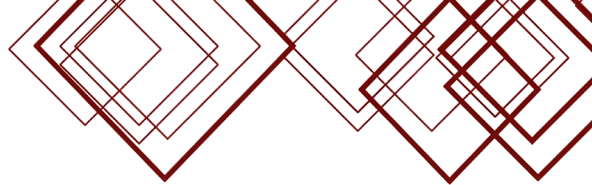


atravessam a experiência materna.

Em uma perspectiva mais ampla, Haraway (1991) propõe a figura do ciborgue para pensar a indissociabilidade entre corpos, tecnologias e relações de poder, sugerindo que identidades e experiências são produzidas em fronteiras híbridas, como as vividas por mães migrantes que articulam afetos, rotinas e decisões por meio das plataformas digitais. Papacharissi (2015), por sua vez, argumenta que as redes digitais estruturam “arquiteturas de sociabilidade afetiva”, nas quais emoções circulam, ganham forma política e organizam modos de pertencimento. No grupo analisado, essas dimensões se articulam ao revelar que o cuidado materno é distribuído, compartilhado e negociado em rede, compondo subjetividades atravessadas simultaneamente pela experiência migratória e pela gramática tecnológica que organiza as interações online.

128

Nesse sentido, os achados sugerem que a maternidade transnacional mediada por redes sociais não se reduz à gestão individual da distância, mas se constitui como uma prática relacional e coletivamente negociada. As trocas de conselhos, doações, desabafos e informações não apenas aliviam desafios imediatos, mas reconfiguram a política do cuidado em contexto migratório, deslocando parte das funções tradicionalmente atribuídas à família extensa, ao Estado ou às instituições de saúde para um coletivo digital autogerido. Essa rede, ainda que não elimine assimetrias estruturais, como xenofobia, precariedade jurídica e falta de políticas de acolhimento, cria microformas de resistência que permitem às participantes elaborar afetos, tomar decisões informadas e construir sentidos para sua experiência em meio à (i)mobilidade política. A maternidade aparece, assim, como um ponto de articulação entre gênero, tecnologia e território, no qual o cuidado se converte em ato de agência e reinvenção subjetiva mediado pelas plataformas digitais.



Considerações finais

Este estudo partiu do interesse em compreender como as redes sociais digitais podem oferecer suporte à maternidade transnacional, considerando os desafios enfrentados por mulheres migrantes brasileiras que exercem a parentalidade fora do país de origem. A pesquisa teve como problema central investigar de que forma os ambientes digitais contribuem para mitigar os efeitos da distância física e da ausência de redes de apoio presenciais entre mães brasileiras que vivem nos Estados Unidos, em contextos de mobilidade transnacional.

A metodologia adotada, com base na netnografia proposta por Kozinets (2014), permitiu uma imersão qualitativa e sistemática no grupo do Facebook composto por mães migrantes brasileiras. A escolha desse grupo se deu por sua especificidade: trata-se de uma comunidade online composta majoritariamente por mulheres brasileiras residentes nos EUA, com elevada frequência de postagens e engajamento, o que garantiu a densidade e a riqueza dos dados. Ao longo de seis meses, foram analisadas 1.348 postagens, classificadas em 20 categorias e 40 subcategorias, por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) e complementada pelo modelo de Dessen e Da Silva (2009).

129

Os resultados confirmam a hipótese de que as redes sociais digitais funcionam como espaços de acolhimento e construção coletiva de soluções para as múltiplas demandas da maternidade em contextos migratórios. As postagens analisadas revelaram uma tríade fundamental de suporte: emocional, informacional e material. O apoio emocional manifesta-se nas trocas empáticas, na escuta e na validação dos sentimentos, especialmente em temas sensíveis. O apoio informacional é evidenciado na circulação de conhecimentos práticos e específicos sobre documentação, direitos, saúde, escolarização e lazer, todos contextua-



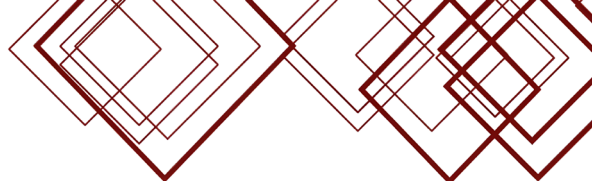
lizados à realidade das mães brasileiras nos EUA. Já o apoio material aparece sobretudo nas doações e trocas solidárias, mostrando que mesmo a mediação digital é capaz de ativar redes de cuidado concreto entre mulheres que, muitas vezes, não se conhecem pessoalmente.

Além de confirmar os objetivos inicialmente propostos, a pesquisa revelou aspectos adicionais do fenômeno. A análise das postagens apontou que o grupo funciona como uma forma de resistência simbólica e prática diante dos efeitos da xenofobia e da fragilidade das políticas públicas de acolhimento a imigrantes. A mediação tecnológica, especialmente em um ambiente como o Facebook, não apenas amplia o acesso à informação, mas reconfigura os modos de sociabilidade, cuidado e pertencimento em um território que, muitas vezes, desconsidera as especificidades de ser mulher, mãe e imigrante ao mesmo tempo.

130

O estudo também evidenciou que o fenômeno da migração materna contemporânea é atravessado por políticas como a do “cai-cai”, mencionada no Brasil para designar o fluxo de mulheres que cruzam a fronteira com filhos, amparadas por legislações norte-americanas. Tal cenário reforça a centralidade da figura feminina na condução dos projetos migratórios familiares e amplia a complexidade da maternidade transnacional, exigindo cada vez mais espaços de troca e suporte, como o grupo analisado.

Em conclusão, a pesquisa contribui de maneira interdisciplinar, ao evidenciar como a virada digital transforma práticas sociais, ressignifica vínculos e reconfigura os modos de cuidado, pertencimento e solidariedade entre mulheres migrantes. Ao iluminar as dinâmicas do grupo do Facebook, este artigo demonstra como as redes sociais digitais operam não apenas como espaços de troca de informação, mas também como territórios simbólicos de acolhimento emocional e enfrentamento



coletivo dos desafios da maternidade em contextos transnacionais. Dessa forma, reafirma-se o papel das plataformas digitais como mediadoras de suporte e resistência em situações de (i) mobilidade e desamparo institucional, especialmente quando se trata da experiência subjetiva de ser mulher, mãe e imigrante em um cenário marcado por deslocamentos forçados e fragilidades estruturais.

Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CARPENEDO, Manoela; NARDI, Henrique. Maternidade transnacional e produção de subjetividade: as experiências de mulheres brasileiras imigrantes vivendo em Londres. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 49, p. 80–114, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8648435>. Acesso em: 21 abr. 2025. 131
- BERTOLDO, Jaqueline. Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. *Revista Katálisis*, Florianópolis, SC, v. 21, n. 2, p. 313–323, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n2p313/36975>. Acesso em: 21 abr. 2025.
- DE GENOVA, Nicholas. *The Borders of “Europe”: Autonomy of Migration, Tactics of Bordering*. Durham: Duke University Press, 2017.
- DESSEN, Maria Auxiliadora; DA SILVA, Simone Cerqueira. Desenvolvendo sistemas de categorias com dados de entrevistas. In: WEBER, Lídia; DESSEN, Maria Auxiliadora (Orgs.). *Pesquisando a Família: Instrumentos para coleta e análise de dados*. Curitiba:



ba: Juruá, 2009, p. 43-56.

ELLISON, Nicole. B.; STEINFELD, Charles; LAMPE, Cliff. The benefits of Facebook “Friends”: Social capital and college students’ Use of online social network sites. *Journal of Computer-Mediated Communication*, v. 12(4), July 2007, p. 1143-1168. Disponível em: <https://academic.oup.com/jcmc/article/12/4/1143/4582961>.

Acesso em: 21 abr. 2025.

FAGUNDES, Antônio Jayro Da Fonseca Motta. *Descrição, definição e registro de comportamento*. São Paulo: Edicon, 2002.

GIBSON, Lorna; HANSON, Vicki. Digital motherhood: how does technology help new mothers? In: *Proceedings of the SIGCHI Conference on Human Factors in Computing Systems (CHI ‘13)*. Paris: ACM Press; 2013. p. 313–22. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.1145/2470654.2470700>. Acesso em: 23 nov. 2025.

132 HARAWAY, Donna. *Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature*. New York: Routledge, 1991.

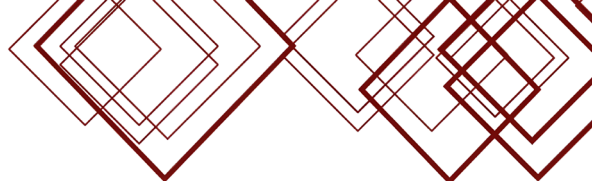
KOZINETTS, Robert. V. *Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso, 2014.

LUPTON, Deborah. The use and value of digital media information for pregnancy and early motherhood: a focus group study. *BMC Pregnancy and Childbirth*, v. 16, n. 171, 2016. Disponível em: <https://bmcpregnancychildbirth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12884-016-0971-3>. Acesso em: 23 nov. 2025.

MAHON, Ciarán Mc. *A psicologia da mídia social*. São Paulo: Blucher, 2021.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PAPACHARISSI, Zizi. *Affective Publics: Sentiment, Technology, and Politics*. New York: Oxford University Press, 2015.



RAMOS, Crísila Cristina; FILHO, Roberto Fragale. De Valadares para os EUA: migração feminina e trabalho doméstico através da história de vida de uma brasileira. *Ideias*, Campinas, SP, v. 14, n. 00, p. e023021, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8672022>. Acesso em: 21 abr. 2025.

RIOS, João Tadeu de Oliveira. Migração, Maternidade e Saúde. *Repertório*, [S. l.], p. 84–93, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revteatro/article/view/6406>. Acesso em: 21 abr. 2025.

SASSEN, Saskia. *Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2014.

SILVA, Adélia Verônica; PINTO, Franco Dani Araújo e; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Narrativas conectadas: explorando a migração brasileira indocumentada on-line e off-line. *Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social “Disertaciones”*, [S. l.], v. 18, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revistas.urosario.edu.co/index.php/disertaciones/article/view/14137>. Acesso em: 21 abr. 2025.

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Psicologia Social e interfaces na migração: diáspora digital e práticas comunitárias de migrantes no Brasil

Social Psychology and interfaces in migration: digital diaspora and community practices of migrants in Brazil

Brunno Ewerton¹

Júlia Lyra²

Mohammed Elhajji³

Catalina Revollo Pardo⁴

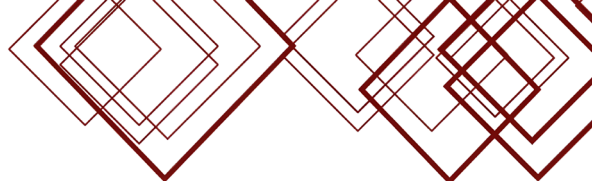
Resumo: Este trabalho visa compreender os sentidos comunitários atribuídos por um grupo de migrantes africanos(as), atuantes como produtores(as) de conteúdo no Brasil, aos usos que fazem de seus perfis nas redes sociais. A investigação esteve baseada na Análise Crítica do Discurso, com um conjunto de seis entrevistas semiestruturadas

1 Psicólogo, doutorando e mestre no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP/UFRJ). Docente do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IP/UERJ). Pesquisador bolsista CAPES, pesquisador do Grupo de Pesquisa em Migrações Transnacionais e Comunicação Intercultural (DIASPOTICS/CNPq-UFRJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6530-8290> E-mail: brunnoewerton1@gmail.com

2 Doutoranda em Comunicação e Cultura (UFRJ). Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM-UFPE) e graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela mesma instituição. Pesquisadora DIASPOTICS/CNPq-UFRJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8493-3921> E-mail: juulialyra@gmail.com

3 Professor Titular da UFRJ. Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Pós-doutorado pela UNISINOS (Mídia e Migrações). Professor nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (POS-ECO/UFRJ) e Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/UFRJ). Coordenador geral do DIASPOTICS/CNPq-UFRJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8699-8200> E-mail: mohahajji@gmail.com

4 Professora do IP/UFRJ. Professora do PPG-EICOS/UFRJ. Doutora e pós-doutorado em Psicossociologia (EICOS/UFRJ). Vice coordenadora do DIASPOTICS/CNPq-UFRJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1469-4456> E-mail: carevollo@gmail.com



concedidas pelos participantes. Identificamos que tal atuação se insere em uma disputa simbólica pertinente à construção identitária e às possibilidades de resistência de migrantes racializados frente a uma conjuntura excludente. Nesse sentido, as estratégias de enunciação da experiência e de organização comunitária on-line, por meio da mobilização de parcerias e perfis compartilhados, buscam se contrapor às estruturas de discriminação que os acometem e, ao mesmo tempo, afirmar um sentido de pertencimento comum.

Palavras-chave: Psicologia Social; Psicologia Intercultural; Comunicação Intercultural; Migrações Transnacionais; Plataformas Digitais.

Abstract: This study aims to understand the community meanings attributed by a group of African migrants, who act as content producers in Brazil, to the uses they make of their profiles on social media. The research was based on Critical Discourse Analysis, with a set of six semi-structured interviews given by the participants. We identified that such action is part of a symbolic dispute pertinent to the construction of identity and the possibilities of resistance of racialized migrants in the face of an exclusionary situation. In this sense, the strategies of enunciation of experience and online community organization, through the mobilization of partnerships and shared profiles, seek to counter the structures of discrimination that affect them and, at the same time, affirm a sense of common belonging.

Keywords: Social Psychology; Intercultural Psychology; Intercultural Communication; Transnational Migration; Digital Platforms.

135

Introdução

Segundo dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMIGRA, 2022), aproximadamente 15% da população migrante que hoje reside no Brasil é oriunda de países africanos, com destaque para nacionalidades como Nigéria, Senegal, Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Para além da dimensão quantitativa, tal movimento adquire relevância simbólica ao evidenciar o crescimento dos fluxos migratórios provenientes de países do Sul Global, sobretudo a partir da década de 2010, que tem o Brasil como lugar de trânsito e/ou destino (ELHAJJ, 2023). Nesse cenário, migrantes racializados têm sido afetados por uma sobreposição de marcadores sociais de exclusão. Como observa Chade (2020), aqueles de origem africana figuram entre os principais alvos de violações de direitos no país, enfrentando obstáculos seme-



lhantes aos vivenciados pela população negra brasileira no que tange ao acesso à cidadania, porém, agravados pela marca da estrangeiridade.

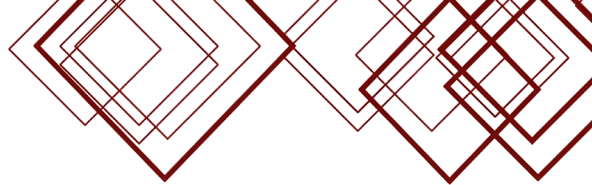
Atualmente, diferentes autores (COGO, 2015; 2019; BRIGNOL, 2021; ÁVILA, 2022; ELHAJJI, 2023; LYRA, 2023; EWERTON et al., 2024), evidenciam que as migrações transnacionais no Brasil não se limitam mais a deslocamentos físicos ou a fronteiras territoriais, mas se articulam também por meio dos dispositivos tecnológicos acessados pelos sujeitos em mobilidade. As plataformas digitais⁵, em especial, as de redes sociais, emergem como territórios existenciais de expressão subjetiva, reformulação identitária e trocas interculturais, em que múltiplos referenciais são compartilhados e negociados.

136 Contraditoriamente, as mesmas mídias que podem servir como pontes de inclusão também reforçam preconceitos. As experiências migrantes, com seus hábitos, projetos, relacionamentos e mecanismos de inserção, passam a ser moldadas pelas mídias, como demonstra a narrativa de um dos participantes:

Sempre falo que só fui entender o que é racismo aqui no Brasil. Quando comecei a discutir isso na internet recebi muito discurso de ódio, mas ao mesmo tempo, foi um local de encontro com outros migrantes e brasileiros que passavam por essas discriminações. A internet na minha experiência foi um local de agressão, mas ao mesmo tempo, possibilitou o encontro de um grupo de pessoas que criei uma rede de apoio (Entrevistado Wole Soyinka, migrante da Nigéria).

A narrativa de do participante ilustra a dualidade da internet. Lugar onde preconceitos já enraizados na sociedade brasileira podem ser potencializados e, ao mesmo tempo, onde a resistência e a organização

5 Adotamos aqui o conceito de Van Dijck (2013) que entende cada plataforma como um microsistema dotado de características particulares, porém cuja interdependência dá origem a uma infraestrutura on-line mais ampla, que é o ecossistema.



coletiva também se fazem presentes. Partindo deste cenário, o presente trabalho tem como objetivo compreender que sentidos comunitários podem ser atrelados aos usos que um grupo de migrantes africanos(as) que atuam como produtores(as) de conteúdo no Brasil fazem de seus perfis nas redes sociais.

Trata-se de um recorte da pesquisa de mestrado de um dos autores Ewerton (2025), cujo objetivo principal era compreender de que maneira os algoritmos das plataformas digitais afetavam a visibilidade dos criadores(as) africanos(as), reproduzindo dinâmicas de xenorracismo (SIVANANDAN, 1976) no ambiente digital. O interesse era, portanto, elucidar como a visibilidade digital desses sujeitos era mediada por padrões coloniais que interseccionam marcadores de raça e nacionalidade, com ênfase nas suas vivências e percepções.

A referida investigação, de abordagem qualitativa de caráter exploratório-descritivo, esteve baseada na Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2013) de um conjunto de seis entrevistas feitas com migrantes africanos(as) residentes no país. Para este artigo, buscamos discutir especialmente as estratégias de enfrentamento de viés comunitário, enxergando nelas uma potência de resgate da cidadania, questionamento das exclusões e, ao mesmo tempo, construção de vínculos e solidariedades na diáspora digital.

137

Neste sentido, esta proposta se justifica pela necessidade de visibilizar as maneiras pelas quais migrantes marginalizados pelas estruturas sociais e midiáticas hegemônicas constroem caminhos discursivos e organizativos alternativos. Tratam-se de narrativas e práticas contestatórias que se materializam no exercício de ampliação de vozes, no compartilhamento de vivências comuns e, por fim, na criação de formas de ação conjunta. Resistências essas que assumem uma carga coletiva na

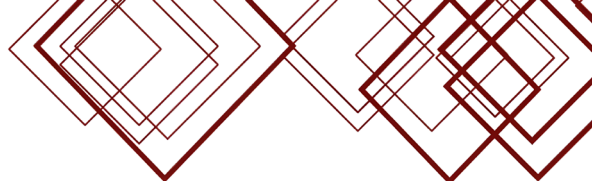


medida em desestabilizam representações estigmatizantes que os acometem enquanto grupo minorizado e, em paralelo, fortalecem redes de apoio cujo alcance tende a extrapolar as telas. A seguir será apresentado o arcabouço teórico que sustenta esta pesquisa.

Diáspora Digital, visibilidade e comunidade em disputa

138 Debater as formas de organização e resistência comunitárias dos migrantes africanos no meio digital traz para o centro um conceito crucial: diáspora. O termo deriva da palavra grega “ $\delta\delta\delta\delta\pi\delta\delta\delta$ ” que significa dispersão, tendo suas raízes historicamente associadas ao processo de fuga do povo hebreu da Babilônia para o Egito em 586 a.C. (ELHAJJI, 2023). No cenário atual, segundo o supracitado autor, a diáspora digital tem sido amplamente debatida nos estudos migratórios, referindo-se à dispersão e à conexão de comunidades ou grupos étnicos por meio das plataformas digitais, o que desafia as fronteiras tanto geográficas quanto culturais. Na literatura da área, termos correlatos como *e-diaspora*, *diaspora networks*, *digital diaspora* e, no cenário nacional, *webdiáspora*, são adotados desde os anos 1990 (ELHAJJI; ESCUDERO, 2016, p. 22) para dar conta da diversidade de usos e significados que as apropriações tecnológicas feitas por migrantes assumem nesses contextos.

Diversas abordagens teóricas exploram como indivíduos e coletividades, ao se estabelecerem em locais distintos daqueles de origem, preservam vínculos significativos por meio da internet. Além de sustentarem os elos com a terra natal, por meio de interações com amigos e familiares, consumo de notícias e produtos culturais, as mídias online são também de grande serventia para o trajeto migratório e a inserção no local de destino. Esse fenômeno é intensificado pela digitalização da sociedade, em um processo no qual a multiplicação de blogs, sites e, mais



recentemente, páginas e perfis de redes sociais se tornaram essenciais à construção diaspórica, favorecendo novas formas de expressão cultural, mobilização política e interação transcultural (ELHAJJI, 2023). Nesse sentido, pesquisadores assinalam como as tecnologias transformam os fluxos migratórios, as narrativas dos imigrantes, suas práticas interculturais, subjetividades e os impactos psicossociais no ambiente digital (APPADURAI, 1996; ELHAJJI, 2023).

A trajetória do conceito de diáspora digital na literatura acadêmica evidencia um processo contínuo de adaptação às transformações tecnológicas e socioculturais (APPADURAI, 1996). Historicamente, a noção de diáspora no contexto dos fluxos migratórios humanos tem sido amplamente debatida e reformulada, convergindo para a compreensão desse fenômeno como um processo psicossocial complexo que envolve aspectos de subsistência, perseguição, além de fatores políticos, econômicos, étnicos, religiosos, de gênero, sexualidade e motivações subjetivas (ELHAJJI, 2023). Nesse sentido, Stuart Hall (2006) define a experiência diaspórica a partir da diferença:

139

A experiência da diáspora como a entendo aqui é definida, não pela essência ou pureza, mas pelo reconhecimento de uma heterogeneidade e diversidade necessárias, por uma concepção de “identidade” que vive com e pela diferença, e não apesar dela, por hibridismo. As identidades da diáspora são aquelas que jamais deixam de se ir produzindo e reproduzindo pela transformação e pela diferença (HALL, 2006, p. 33).

A perspectiva de Hall (2006) é também adotada por Ponzanesi (2020), que entende a diáspora como um fenômeno atravessado pelas tecnologias, cada vez mais enraizadas no cotidiano das comunidades dispersas. Para Appadurai (1996), a diáspora na modernidade passou a incluir não apenas a experiência da distância física, mas também a

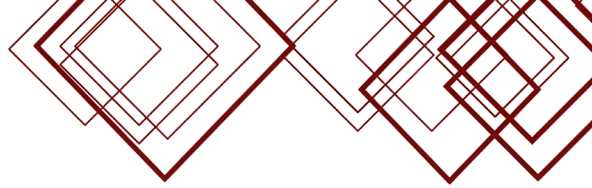


proximidade online, que permite às comunidades migrantes manterem seus laços culturais, linguísticos e sociais originários. Nesse sentido, o autor propõe a ideia de “esferas públicas de diáspora” para definir as esferas de trocas cuja interação transcende os territórios nacionais de origem e destino, por meio da difusão de imagens, textos e sensações midiaticizadas. São, portanto, espaços de compartilhamento de ideias, produção de memória e disputa política dos grupos em deslocamento, em que a própria identificação nacional é constantemente recriada e negociada (Anderson, 2008).

140

Em uma revisão das pesquisas sobre diáspora digital no contexto brasileiro de Ewerton et al. (2024), é traçado um panorama que evidencia o uso das plataformas digitais por migrantes como ferramentas para a produção de conteúdo, ampliando a visibilidade de suas pautas identitárias e abordando temas relevantes para suas comunidades. Neste sentido, os resultados indicam que esses espaços digitais permitem que grupos historicamente marginalizados, como os migrantes, expressem suas vozes, compartilhem experiências e construam narrativas que desafiam representações hegemônicas. Além disso, os autores destacam que, ao recorrerem às redes sociais e outras mídias digitais, os migrantes não apenas reafirmam suas identidades, mas também fomentam debates sobre questões sociais, culturais, econômicas e políticas que os afetam, contribuindo para uma maior conscientização e inclusão social por meio da visibilidade proporcionada pelas plataformas digitais (EWERTON et al., 2024).

A aquisição de influência digital levanta o debate conceitual sobre como denominar os usuários cuja atuação tende a se profissionalizar à medida que ganham notoriedade (PRIMO et al., 2021, p. 9). Influenciadores digitais, produtores de conteúdo, *creators* e etc, são alguns dos termos adotados na academia e no mercado publicitário, ora enfatizan-



do a dimensão da fama e da celebridade, ora a monetização e precarização do trabalho (DUFFY, 2017, 2020). Neste artigo, consideramos a influência não apenas como um fenômeno do marketing, mas também um terreno de disputa simbólica a partir do qual frequentemente se entrelaçam ativismo e entretenimento, letramento social e preocupações estéticas, tudo isso podendo vir a constituir, sem se limitar, a um negócio. No Brasil, as pesquisas de Ávila (2022) e Lyra (2023), inovam ao apresentar o surgimento de indivíduos migrantes que se apropriam de espaços online como o *Youtube* e o *Instagram* para falar sobre suas experiências e trajetórias de mobilidade.

Em estudo de Cogo (2015), são analisadas diversas iniciativas de uso da internet por parte de migrantes portugueses, haitianos e espanhóis no Brasil, através da criação e ocupação de sites, blogs, redes sociais, etc. A autora demonstra como eles criam estratégias tanto para o enfrentamento dos desafios próprios ao processo migratório, regulamentação de documentos, acesso à informação, controle da mobilidade, etc, quanto para a recriação de experiências vinculadas ao país de origem. É como se a internet exacerbasse o fenômeno já observado por Anderson (2008) ao conceber a nação enquanto “comunidade imaginada”: a importância dos meios de comunicação massivos, à época, impressos; hoje, digitais, na costura de pertencimentos que prescindem do convívio face a face.

Trazendo a discussão da autora sobre como as TICs podem viabilizar uma visibilidade transnacional, mais recentemente adentra aos estudos diaspóricos o conceito de capital social, discutido aqui na perspectiva de Recuero (2012). Segundo a autora, o capital social nas plataformas digitais é pautado na capacidade de monetização de métricas de engajamento nos perfis de redes sociais. Esse conceito surge como uma ferramenta importante para entender como as redes digitais fortalecem

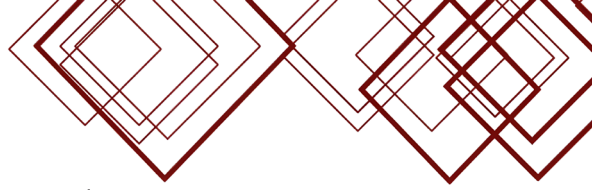


os laços sociais e culturais pautados na capacidade de visibilidade das comunidades diaspóricas na internet, a qual se entrelaça diretamente às suas demandas por reconhecimento e legitimação. Aliado a isso, Brignol (2021) aponta, através de estudo com a comunidade senegalesa no Brasil, como as redes sociais são utilizadas para estabelecer conexões interpessoais e interculturais com seus países de origem, tendo como ponto de convergência imigrantes que atuam como figuras de influência transnacional.

142

Logo, os estudos supracitados demonstram como o rápido desenvolvimento das tecnologias e sua crescente incorporação social fazem com que o campo da diáspora digital continue a se desenvolver, criando novas possibilidades de ocupação e capitalização. Há que se destacar, à vista disso, o duplo papel que as plataformas de redes sociais assumem nesses contextos. De um lado, elas possuem um potencial pluralizante no sentido de terem permitido formas de expressão e participação por parte de sujeitos minorizados a quem historicamente foi negado o direito à fala. Essas possibilidades inauguradas pelas tecnologias surtem efeitos desde o reconhecimento grupal às sociabilidades que passam a ser constituídas on-line. Do outro, a atuação mediada por essas ferramentas revela-se, cada vez mais, um aspecto crucial para a sobrevivência de migrantes que vivem no Brasil e delas dependem como instrumento de trabalho e inserção econômica individualizada (LYRA, 2023).

Em todo caso, ainda que não se possa ignorar que a visibilidade se tornou um recurso inserido na lógica da economia da atenção (ZUBOFF, 2015), não nos parece desprezível observar a constituição de espaços de enunciação e organização comunitária que buscam valorizar as singularidades e questionar as opressões que acometem os migrantes africanos. Antes de prosseguir ao debate sobre como esses enfrentamentos se desenvolvem desde uma perspectiva comunitária, detalhamos, a

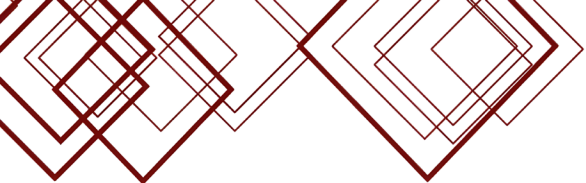


seguir, a metodologia que guiou as análises.

Metodologia

As discussões do presente artigo são fruto de uma pesquisa mais ampla de natureza exploratória e descritiva que visava responder como a mediação algorítmica afetava a visibilidade digital de migrantes africanos em diáspora no Brasil (EWERTON, 2025). A investigação optou por uma abordagem qualitativa interpretativa, centrada na análise dos aspectos semióticos e linguísticos contidos nas falas dos participantes. Buscamos, dessa forma, levantar hipóteses e compreender de maneira ilustrativa as percepções e experiências individuais, explorando construtos humanos e fenômenos psicossociais a partir das narrativas fornecidas (GIL, 2008).

Os instrumentos e procedimentos utilizados iniciaram-se com o método de inserção no campo *snowball* (bola de neve), de acordo com o prisma de Parker et al. (2019). Este método serviu para ampliar os participantes com base na rede dos próprios migrantes, conforme discute Gil (2008), mostrando-se eficaz em estudos qualitativos ao explorar as conexões que cada indivíduo cria com sua comunidade. A pesquisa começou com dois migrantes africanos(as) abordados no Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes do Rio de Janeiro (CRAI-Rio), que, após as entrevistas, indicaram novos participantes. Tais indicações foram filtradas a partir dos seguintes critérios: 1) ser migrante transnacional negro(a) e africano(a); 2) ter 18 anos ou mais; 3) residir no Brasil; 4) residir no país há mais de um ano. Com base neles, chegamos a um total de seis interlocutores, sendo três migrantes auto identificados como cis gênero masculinos e três migrantes cis gênero femininas. Atualmente, a maioria deles(as) reside em estados diferentes

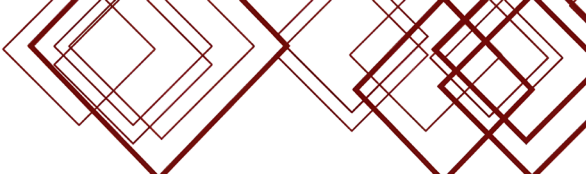


dos que chegaram (Quadro 1).

Vale destacar que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob o CAEE: 81317924.7.0000.5582. Assim, com o consentimento dos participantes, foi enviado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, depois, um questionário sociodemográfico on-line. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas via plataforma *Zoom*, sendo posteriormente gravadas e transcritas e apresentando uma duração média de 45 minutos. Tanto o questionário sociodemográfico quanto o roteiro de entrevistas, com um total de onze perguntas, foram fundamentais para categorizar os perfis e explorar percepções acerca dos fenômenos psicossociais em questão, seguindo-se as recomendações de Gil (2008). Após as entrevistas, cada participante escolheu um nome fictício para garantir o anonimato de suas identidades e histórias. Essa escolha buscou refletir uma conexão com figuras proeminentes de seus países de origem em uma perspectiva de reconhecer aquelas que representam para si tal identidade.

QUADRO 1 - Dados sociodemográficos dos participantes da pesquisa.

Variáveis	Participantes da Pesquisa					
	Wole Soyinka	Amílcar Cabral	Aminata Touré	Yvette Umuhuza	Djaima Almeida	David Himbara
Idade	32 anos	35 anos	27 anos	36 anos	30 anos	50 anos
Gênero	Homem cis	Homem cis	Mulher cis	Mulher cis	Mulher cis	Homem cis
Nível Escolar	Pós-Graduação em Economia	Pós-Graduando em Letras	Bacharel em Comunicação Social	Bacharel em Marketing	Licenciatura em Letras	Licenciatura em Pedagogia
País de Origem	Nigéria	Guiné-Bissau	Senegal	Ruanda	Cabo Verde	Ruanda
Ocupação e Renda	Pesquisador Três Salários	Pesquisador e Professor Três Salários	Jornalista Três Salários	Empresária Dez Salários	Professora Três salários	Professor Dois Salários



Ano/Motivo da Migração	2012- Intercâmbio Acadêmico	2010 - Intercâmbio Acadêmico	2022 - Intercâmbio Acadêmico	2022 - Trabalho no ramo de Roupas São Paulo, SP-BR	2019- Intercâmbio Acadêmico	2003 - Refúgio
Reside	Curitiba, PR - BR	São Paulo, SP - BR	Salvador, BA- BR	São Paulo, SP-BR	Belo Horizonte, MG-BR	São Paulo-SP, BR
Plataformas e Perfis	Instagram: @temini.official 124 mil seguidores TikTok: @temine.official 29,7 mil seguidores (18/03/2025)	Instagram: @masnevalai 10,5 mil seguidores (18/03/2025)	Instagram	Instagram, TikTok e Facebook	Instagram e TikTok	Instagram e Facebook

Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo pesquisador.

A análise da renda indica uma variação significativa, com a maioria dos participantes recebendo cerca de três salários mínimos, enquanto uma empresária da moda alcança uma remuneração maior e outra recebe apenas dois salários mínimos. Essas diferenças refletem desigualdades estruturais que impactam o acesso a melhores condições de trabalho, mesmo entre migrantes extremamente qualificados. Além disso, os motivos para a migração são uniformes: a maioria veio ao Brasil por razões acadêmicas.

O uso das plataformas digitais é uma ferramenta central para a construção da visibilidade para esses migrantes, sendo o *Instagram* a rede mais utilizada, seguido por *TikTok* e *Facebook*. Cabe ressaltar que apenas dois migrantes permitiram a divulgação dos seus perfis para esta pesquisa, o que traz questões de como, mesmo atuando no campo da visibilidade digital, é sensível para esses migrantes trazerem relatos que vão na ordem de denúncia e crítica ao país que residem, explicitando a posição do imigrante como alguém em constante vigilância e que, cada



vez mais, sofre com perseguições e hostilidades mundo afora.

146

Do ponto de vista analítico, as entrevistas transcritas foram interpretadas com base na Análise Crítica do Discurso (ACD), conforme proposto por Fairclough (2013). Essa abordagem não se limita ao conteúdo explícito das falas, mas também considera os contextos sociais, históricos e políticos que influenciam e são moldados pelos discursos. Incorporando a perspectiva de Fairclough (2013), o primeiro passo consistiu na transcrição completa das falas dos participantes, incluindo pausas e elementos não verbais relevantes. Em seguida, a análise textual focou na escolha de palavras, estruturas gramaticais e metáforas utilizadas pelos interlocutores, buscando identificar padrões que revelassem suas identidades e posições sociais. O terceiro estágio envolveu a análise das práticas socioculturais, onde as entrevistas são contextualizadas em relação às dinâmicas de poder e ideologias predominantes, considerando o contexto intercultural, político e institucional que moldou as narrativas apresentadas. Na quarta fase, identificamos padrões e contradições nos discursos, observando tanto aqueles que reforçam normas sociais e ideológicas quanto às contradições que podem indicar tensões nas práticas discursivas. Por fim, a interpretação crítica e reflexiva dos resultados se deu à luz das teorias sociais, organizando as falas dos participantes em categorias discursivas que agruparam seus significados.

Resultados e discussões

Seguindo o prisma da ACD de Fairclough (2013), às Categorias agrupam as diferentes temáticas emergentes dos relatos dos participantes, enquanto os Eixos Discursivos detalham as formas como as narrativas foram construídas nos discursos dos entrevistados, conforme apresentado no Quadro 2.

QUADRO 2 - Análise das Entrevistas seguindo o prisma da ACD de Fairclough (2013).

Categoria	Eixos Discursivos
1 - Atuação nas Plataformas Digitais;	1.1 Compartilhamento de experiências 1.2 Usos comunitários

Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelos pesquisadores(as).

Na Categoria 1 - *Atuação nas Plataformas Digitais*, os migrantes africanos(as) demonstram uma atuação significativa nas redes sociais, articulada pelos eixos discursivos 1.1 - *Compartilhamento de experiências*, que destaca a valorização das vivências pessoais e coletivas, acompanhada da denúncia frequente de discriminações e 1.2 - *Usos comunitários*, abordando as estratégias de organização e solidariedade coletivas, tais como parcerias e perfis conjuntos. A seguir, serão apresentados a categoria e os eixos discursivos em tópicos para melhor discussão e compreensão do leitor(a).

147

1 - Atuação nas Plataformas Digitais

A categoria reúne narrativas fornecidas pelos(as) participantes da pesquisa quando questionados(as), sobre os motivos que os(as) levaram a atuar nas plataformas digitais, evidenciando um propósito comum entre eles(as): visibilizar a diversidade dos modos de ser africano no Brasil. Ao examinar essas práticas digitais, busca-se compreender as estratégias que esses sujeitos adotam para navegar e contestar estigmas sociais, raciais e linguísticos, contribuindo para uma discussão mais ampla sobre as implicações sociais e políticas da migração contemporânea no contexto do Sul Global. Para além de complexificar os modos de ver os



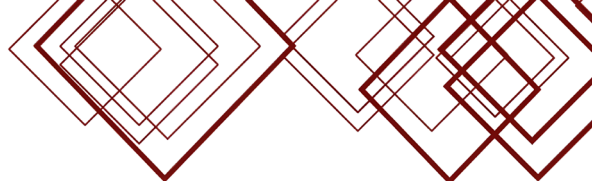
migrantes e as suas experiências, os participantes Wole Soyinka, Amílcar Cabral e Yvette Umuhoza também demonstraram uma preocupação em informar sobre o continente que eles indiretamente representam, majoritariamente conhecido por suas mazelas.

Comecei a atuar nas redes sociais em 2020, durante a pandemia, com o **objetivo de disseminar a cultura africana e quebrar estereótipos negativos associados ao continente**. Inicialmente, eu e meus colegas da faculdade realizamos palestras e seminários em universidades e escolas públicas desde 2011, abordando diversos aspectos dos países africanos. No entanto, (...) as redes sociais se tornaram uma plataforma crucial para expandir nossa audiência e **promover uma visão mais rica e diversificada da cultura africana**, superando as limitações do espaço físico e aproveitando as oportunidades oferecidas pela visibilidade digital. (Entrevistado Wole Soyinka, migrante da Nigéria).

148

Foi em 2019 que comecei a atuar de forma mais ativa, especialmente em relação às causas que defendo. **Sempre tento falar sobre a nossa causa africana, conectando-a com a história dos nossos irmãos brasileiros** que nasceram aqui. (...) Então, esse é o problema: **acham que estamos aqui para roubar o trabalho dos outros e dizem que devemos voltar para a África e tudo mais**. Foram esses motivos que me fizeram lutar e levantar essa bandeira. Além disso, **há um desconhecimento gigantesco sobre o próprio tema da imigração**. (Entrevistado Amílcar Cabral, migrante de Guiné-Bissau).

A partir do momento em que comecei a trabalhar no comércio de peças africanas, percebi que as redes sociais seriam uma ótima ferramenta para divulgar meu negócio. Comecei a postar fotos e vídeos dos produtos, **compartilhar histórias sobre cada peça e explicar um pouco da cultura por trás delas**. (...) Em geral, gosto de compartilhar fotos e vídeos das peças que vendo, **mostrando não só os produtos, mas também contando as histórias e significados** por trás de cada um deles. (...) Crio conteúdos que falam sobre a cultura africana e **as tradições que elas representam**. (Entrevistada Yvette Umuhoza, migrante de Ruanda).



Por suas origens, os migrantes se sentem no dever de divulgar os costumes, hábitos, estéticas e tudo o mais o que compõe o mosaico cultural africano para um público que ignora muitas dessas nuances, combatendo a visão monolítica predominante na mídia tradicional. A informação contextualizada e a quebra de estereótipos aparecem como caminhos para promover uma aproximação entre africanos e brasileiros, revelando o interesse na promoção de um diálogo intercultural. Autores como Elhajji (2023) utilizam o prisma da Comunicação Intercultural para compreender a importância das plataformas digitais na construção de uma identidade coletiva e na reapropriação de narrativas históricas, como um movimento de diáspora digital. A comunicação se apresenta como um meio estratégico de disputa pelos discursos circulantes na sociedade, particularmente aqueles que interferem nas representações dos grupos em deslocamento nos contextos de recepção.

149

Essa capacidade de transformação social é evidenciada nas pesquisas de Cogo (2019), que argumenta como o ativismo digital pode proporcionar uma nova forma de capital cultural, promovendo a interculturalidade por meio da participação de migrantes nas plataformas. Nesse sentido, a atuação nas redes sociais não só fortalece a comunidade, mas também contribui para a descolonização das narrativas sobre a África, promovendo um espaço de educação. O ambiente digital torna-se, assim, um palco essencial para negociar um pertencimento ao novo território, inclusive ao permitir estabelecer conexões com a história e as lutas dos povos afro-brasileiros, denominados por Amílcar Cabral como “nossos irmãos”. Na prática, Cabral está reconfigurando sua identidade que, embora “enraizada” em experiências culturais coletivas, como destaca Hall (1990), se torna móvel quando atravessada pela diáspora e pelo trânsito transnacional.

As falas de Aminata Touré, Djaima Almeida e David Himbara,



por sua vez, ressaltam tanto a necessidade de se conectar a públicos mais abrangentes, para modificar as visões externadas lançadas sobre si mesmos, quanto de construir vínculos com aqueles que enfrentam situações semelhantes.

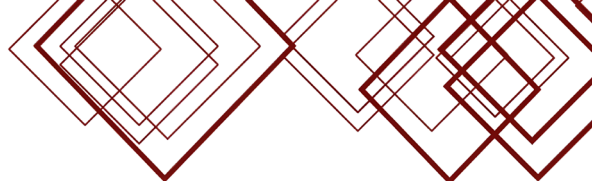
A princípio, **foi uma forma de compartilhar minha experiência como imigrante e também falar sobre a minha cultura, que muitas vezes é desconhecida ou mal interpretada aqui no Brasil.** Eu sempre gostei de me comunicar, e as redes sociais me deram um espaço onde pude me expressar livremente, tanto sobre temas pessoais quanto sobre questões que eu achava importantes, como a luta contra o racismo e a xenofobia. (...). **É uma forma de conectar minha vivência como mulher negra e imigrante com um público diverso,** além de ser uma ferramenta poderosa para alcançar mais pessoas **e desconstruir preconceitos.** (Entrevistada Aminata Touré, migrante de Senegal).

150

No início, era uma maneira de **compartilhar conteúdos relacionados à educação e à cultura africana,** além de dicas de leitura e reflexões sobre questões sociais. Mas, com o tempo, percebi que as redes poderiam ser uma plataforma para **dar visibilidade às minhas vivências como imigrante e mulher negra no Brasil.** Na verdade, **foi uma forma de me expressar, compartilhar minha história e me conectar com outras pessoas que estavam passando por experiências semelhantes.** (Entrevistada Djaima Almeida, migrante de Cabo Verde).

Inicialmente, era uma maneira de me conectar com amigos e familiares que ficaram em Ruanda, mas com o tempo, as redes sociais se tornaram um espaço onde eu podia **falar sobre minhas experiências como migrante negro e gay aqui no Brasil.** Eu percebi que havia muitas pessoas vivendo histórias semelhantes às minhas, mas que não tinham voz ou espaço para falar sobre isso. As redes me deram essa chance de **compartilhar minha perspectiva e, ao mesmo tempo, encontrar uma comunidade.** Foi um jeito de **tentar mudar a narrativa sobre o que significa ser migrante e negro no Brasil, desafiando estereótipos** que são ignorados. (Entrevistado David Himbara, migrante de Ruanda).

As justificativas de Touré, Almeida e Himbara para atuar nas re-



des sociais dão centralidade às noções de experiência e vivência, logo, aos contornos particulares que a migração assume na vida desses sujeitos. A origem nacional se combina aos demarcadores raciais e de gênero, nos casos de Aminata e Djaima, e de raça e sexualidade, para Himbara, como elementos privilegiados em suas formas de enunciação identitária. Essa construção remete à noção de “autoapresentação digital” utilizada por Ávila (2022) para descrever como os migrantes se posicionam em ambientes online, utilizando as redes sociais para moldar uma imagem de si que dialogue com suas experiências e contextos de deslocamento. Ganha destaque, portanto, a dimensão testemunhal das histórias contadas com o objetivo de gerar empatia e reconhecimento. Por meio desses testemunhos digitais, os participantes não só afirmam suas subjetividades, mas também se tornam parte de um movimento maior de construção diaspórica em rede, onde múltiplas histórias de migração se entrecruzam.

151

1.1 - Compartilhamento de experiências

A partilha de histórias de vida semelhantes ou, pelo menos, com determinados pontos de convergência, fornece uma das bases para a formação de um senso comunitário entre os produtores de conteúdo de origem africana e entre eles e os seus seguidores. Segundo Appadurai (1996), a importância das mídias digitais reside na capacidade dos migrantes poderem construir novas subjetividades, narrativas e formas de pertencimento. Enquanto Appadurai (1996) enfatiza os fluxos globais que moldam essas experiências, Ávila (2022) foca na performatividade e no testemunho que caracterizam as práticas de autoapresentação dos migrantes online. Juntas, essas abordagens da Comunicação Intercultural ajudam a entender como o referenciamento das “dores e delícias”



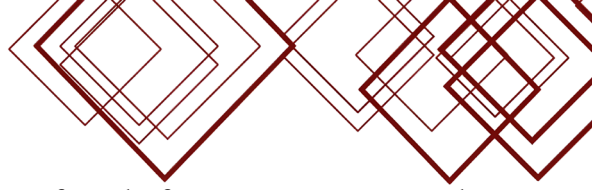
que marcam o cotidiano dos participantes abre margem para a elaboração de vínculos e sentidos de pertencimento.

Nas entrevistas de David Himbara e Yvette Umuhoza, estes aspectos se sobressaem como aqueles que ambos qualificam como mais significativos para o público migrante.

Uma das temáticas que surgem com frequência nas minhas interações é a questão da identidade e pertencimento. **Muitos imigrantes, especialmente os negros, compartilham experiências de se sentirem deslocados e invisíveis**, mesmo em uma nova terra que promete oportunidades. É uma conversa que vai além da simples adaptação cultural; **trata-se de encontrar um espaço onde possamos ser aceitos, valorizados e ouvidos.** (...) Muitas vezes, no direct ou grupos de WhatsApp **ficamos conversando sobre como lidar com a discriminação, a saudade da família e as expectativas que temos em relação a nós mesmos. Nesses momentos, é reconfortante mesmo que online ver que não estamos sozinhos** nessa jornada, e isso que me encoraja a seguir. (Entrevistado David Himbara, migrante de Ruanda).

Há uma questão que sempre aparece nas minhas interações com a comunidade de imigrantes: a sensação de pertencimento. Muitos de nós, ao migrar, acabamos ficando entre dois mundos — o que deixamos para trás e o novo em que estamos tentando nos encaixar. **Quando comecei a usar as redes sociais notei que muitos imigrantes se identificavam com esse sentimento de não pertencimento, essa constante busca por um espaço onde a gente seja aceito pelas suas características.** Por exemplo, aqui no Brasil tem uma coisa da mulher com cabelo afro alisar, de afinar o nariz. É como se você ter características de preta faz você uma mulher menos bonita e as mulheres falam muito comigo no direct sobre isso, a valorização da estética africana. (Entrevistada Yvette, migrante de Ruanda).

A narrativa de Yvette evidencia como as plataformas digitais se tornam espaços fundamentais para a expressão das experiências migratórias atravessadas pela tensão entre pertencimento e exclusão, aceitação e desencaixe. Isso reverbera na necessidade de encontrar espaços de



escuta e valorização de si mesmos, fazendo frente aos sentimentos de invisibilidade e deslocamento, como evidencia David. Ao afirmar que muitos(as) imigrantes vivem “entre dois mundos”, o de origem e o de destino, Yvette reforça a sensação comum de deslocamento e atravessamento identitário, compartilhado nas interações com os seus seguidores nas redes sociais. Nesse cenário, o sentimento de não pertencimento é ressignificado coletivamente a partir de trocas que criam um senso de comunidade entre migrantes racializados que enfrentam desafios similares, especialmente em relação às pressões de assimilação cultural e estética no Brasil.

A interlocução com mulheres migrantes no espaço do “*direct*” (chat privado) aponta para uma dimensão de intimidade digital onde se compartilham não apenas dores, mas também formas de resistência. A crítica à imposição de padrões estéticos embranquecidos, como o alisamento do cabelo afro e o desejo de afinar o nariz, se entrelaça com a valorização da estética africana como ato político e afirmativo. Nesse sentido, as plataformas digitais operam como lugares de denúncia do racismo estético e, ao mesmo tempo, como dispositivos de construção de autoestima coletiva, especialmente entre mulheres negras e migrantes. A fala de Yvette ilustra como os usos comunitários dessas mídias fortalecem laços identitários e promovem uma contra-narrativa aos ideais hegemônicos de beleza.

153

O relato de David, por sua vez, também revela como as interações feitas nas publicações das redes sociais podem se desdobrar em outras formas de contato, como o *direct* e os grupos de *Whatsapp*. Essas ferramentas complementam o trabalho discursivo mais amplo de politização e pluralização de vozes africanas ao criar espaços onde é possível debater sobre os preconceitos vivenciados, a saudade e os projetos futuros. A expressão desses anseios cria, ao mesmo tempo, uma identificação



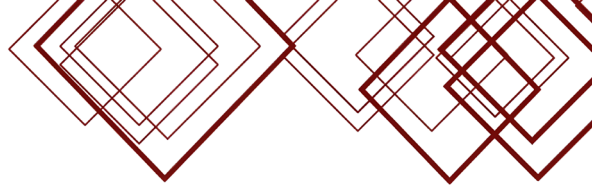
mútua e um elo emocional que se traduzem na sensação reconfortante de que “não estamos sozinhos”. Apesar de envolverem temas espinhosos, o simples ato de narrar e ser ouvido perante a comunidade permite aliviar o sofrimento e seguir em frente, constituindo-se enquanto um espaço de cura.

A esse respeito, a denúncia da discriminação xenorracista e os seus impactos na autoestima dos migrantes africanos foi o tema destacado por Djaima Almeida como aquele de maior impacto na sua atuação.

Uma experiência marcante que eu posso compartilhar foi uma live que organizei sobre as dificuldades de se afirmar como um imigrante negro no Brasil. Durante a conversa, **várias pessoas comentaram sobre como, mesmo tendo qualificações e experiência, sentem que são subestimadas ou colocadas em segundo plano por causa de sua cor de pele e origem.** Esse sentimento de não ser visto como alguém “capaz” ou “adequado” para certas oportunidades. (Entrevistado Djaima Almeida, migrante de Cabo Verde).

154

A experiência de ser subestimado em suas habilidades e visto como inadequado em certos espaços de trabalho unifica aqueles colocados “em segundo plano por causa de sua cor de pele e origem”. O estatuto que os qualifica como minoria, por outro lado, também é aquilo que leva à necessidade de construir pautas conjuntas na diáspora, extrapolando a origem nacional. Isso se materializa na prioridade dada por Djalma às “reflexões sobre identidade, sobre como é ser uma pessoa negra em um país diferente, e também falo bastante sobre racismo e xenofobia, tanto no meu dia a dia quanto no mundo digital”. Ser um migrante negro, independente de qual país africano ele seja proveniente, no caso deste estudo, gera um repertório comum de práticas de exclusão, desvalorização e silenciamento. O que, contudo, é combatido por meio do esforço dos produtores de conteúdo em criar redes de apoio no



universo online, conforme expressa Aminata.

Era difícil ver que, mesmo colocando energia em vídeos que falavam sobre questões tão importantes, como racismo e xenofobia, as pessoas pareciam ignorar. Essa sensação de invisibilidade foi pesada; me deixava pensando se eu realmente fazia diferença ou se meu trabalho tinha valor. É uma luta interna que muitos de nós enfrentamos, e eu me sentia muito sozinha às vezes. (...) **Comecei a me conectar com outros criadores que compartilham experiências parecidas. Trocar histórias, apoiar uns aos outros e simplesmente saber que não estou sozinha** nessa luta foi um alívio enorme. **Encontrar uma comunidade que entende e valoriza as mesmas coisas me deu força.** (Entrevistada Aminata Touré, migrante de Senegal).

Em sua essência comunitária, a diáspora digital africana se particulariza por ter como centro gravitacional os múltiplos desafios que marcam a vida de seus membros no Brasil. Os relatos dão conta de como o xenorracismo (SIVANANDAN, 1976) molda a inserção dos produtores de conteúdo e de seus seguidores no país, como trata estudo de Ewerton (2025). De um lado, há a subjugação que impacta no âmbito da saúde mental e do bem-estar psicossocial desses sujeitos, fragilizando a autoestima. Do outro, esta mesma experiência de discriminação também é um elo que os aproxima e gera um sentimento de comunhão, motivando o suporte emocional. Mesmo não encontrando a esperada receptividade da sociedade local, percebe-se a busca pela ressignificação de suas realidades através da união de forças e da afirmação do orgulho coletivo. Pertencimento e vinculação comunitária que, para fazer frente aos preconceitos transpostos ao ambiente digital, encontram nas relações de colaboração e parceria entre perfis uma estratégia fértil de enfrentamento.



1.2 Usos comunitários

156

As discriminações sofridas pelos migrantes africanos, no ambiente digital, se materializam não apenas nos discursos de ódio que os têm como alvo, mas também nas próprias dinâmicas de (in)visibilidade geridas por algoritmos. Segundo Nobre (2018), os algoritmos, enquanto artefatos sociotécnicos, não são neutros: eles reproduzem o poder hegemônico, invisibilizando narrativas dissidentes e reforçando hierarquias. Os algoritmos apresentam, assim, vieses que resultam de preconceitos incorporados aos códigos das máquinas (BURRELL, 2016), afetando significativamente quais conteúdos são priorizados, promovidos ou marginalizados nas plataformas digitais. Considerando que tais infraestruturas são programadas a partir de um montante de dados que refletem realidades históricas, a tendência é a de que discursos discriminatórios sejam favorecidos em detrimento de considerações éticas sobre grupos minorizados.

Nesse contexto, as tecnologias são majoritariamente controladas por *Big Techs* do Norte Global, cujos vieses influenciam a construção de identidades, representações e discursos nas plataformas digitais. Essas infraestruturas refletem as visões de mundo das corporações que as programam, articulando regras de funcionamento pretensamente técnicas a classificações raciais de matriz colonial. O conceito de colonialismo digital, proposto por Faustino e Lippold (2015), dá conta de como o colonialismo se reproduz tecnologicamente desde o extrativismo de dados à imposição de valores ocidentais embutidos nas plataformas. Entre os imaginários que se perpetuam, segundo os autores, está a branquitude como padrão de beleza desejável. Em consonância, o estudo de Silva (2020) denuncia como filtros de embelezamento facial no *FaceApp* e no *Instagram* clareiam a pele de pessoas negras, revelando um racismo sutil, mas evidente, que afeta a estética e a subjetividade negra.

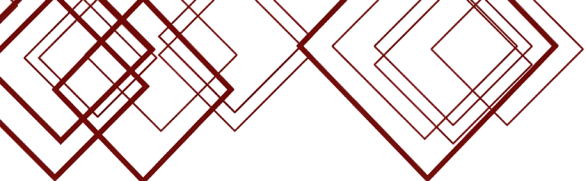


No desenvolvimento da pesquisa com os produtores de conteúdo de origem africana, identificamos que o fenômeno do xenorrascismo digital se materializa de múltiplas formas em suas atuações, como o silenciamento e a marginalização digital, o enviesamento na categorização da escrita e o enviesamento estético. O que, contudo, buscamos demonstrar nesta seção são as maneiras pelas quais os migrantes reagem a tais limitações. Isto é, que tipos de estratégias eles lançam mão para driblar os efeitos perversos dos algoritmos no sentido de censurar as suas vozes e formas legítimas de expressão? Guardadas as formas de resistência mais individualizadas, que extrapolam os objetivos deste trabalho, destacamos a seguir como as discriminações que afetam o grupo se tornam, novamente, combustível para a criação de estratégias de organização e solidariedade coletivas. Em especial, as parcerias e a gestão de perfis compartilhados são apontadas como caminhos alternativos nessa construção.

157

Formar parcerias com outros influenciadores e criadores de conteúdo tem sido uma estratégia eficaz. **Colaborar com outros migrantes africanos e influenciadores permite aumentar a visibilidade dos nossos conteúdos e criar uma rede de apoio mútuo.** (Entrevistado Wole Soyinka, migrante da Nigéria).

A estratégia de formar parcerias com outros influenciadores que são também migrantes africanos, mencionada por Soyinka, surge como uma resposta à invisibilidade provocada pelo xenorracismo algorítmico. Em ambientes digitais onde os algoritmos tendem a marginalizar vozes minoritárias, a colaboração com outros criadores torna-se um meio eficaz para aumentar a visibilidade e fortalecer narrativas que resistem à exclusão. Essa tática é destacada em uma pesquisa de Shirky (2010), que aponta como migrantes utilizam plataformas digitais, como grupos do *Facebook* e outros aplicativos, para colaboração e empoderamento



digital, construindo, assim, seu próprio capital social dentro da comunidade migrante. Nesse sentido, a mesma estratégia é adotada pela criadora Djaima Almeida:

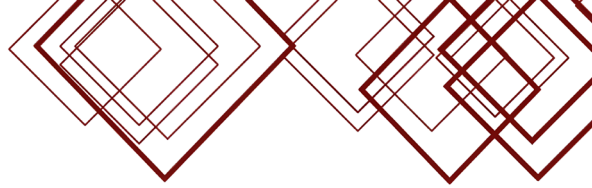
Uma das minhas estratégias foi me conectar mais com outras pessoas da minha comunidade online. **Essa parceria com outros influenciadores que têm mais seguidores ajuda a quebrar essa bolha e ter mais engajamento.** Comecei a mudar um pouco a forma como produzo conteúdo. (Entrevistada Djaima Almeida, migrante de Cabo Verde).

158

O relato de Djaima ilustra o movimento diaspórico de busca por apoio entre outros migrantes, destacando a formação de redes de suporte. No caso dos migrantes africanos que enfrentam barreiras digitais e sociais, parcerias com outros criadores de conteúdo, que compartilham histórias e desafios semelhantes, proporcionam um senso de pertencimento e suporte emocional, além de ampliar o alcance de suas vozes. Ao se unirem a outros influenciadores que enfrentam dificuldades comuns, esses migrantes constroem o que Nancy Fraser (2000) descreve como “contra-públicos subalternos”, ou seja, espaços onde grupos marginalizados criam suas próprias narrativas em contraponto às exclusões sistêmicas. Segundo Fraser, esses espaços discursivos permitem que os excluídos da esfera pública tradicional expressem seus interesses e, ao mesmo tempo, criem estratégias de intervenção para serem ouvidos em círculos mais amplos, conforme demonstram nossos interlocutores.

Em um ambiente digital onde algoritmos reforçam desigualdades raciais e hierarquias de visibilidade, as parcerias entre criadores atuam como um meio de reequilibrar essa disputa, tornando as vivências de migrantes africanos mais visíveis e legítimas, como relata Himbara:

Também **criei uma rede de apoio com outros influenciado-**



res que compartilham experiências semelhantes, a gente fez mais publicações de parcerias para ter maior alcance. Outra estratégia que adotei foi diversificar o conteúdo que produzo. Procuro abordar questões de identidade de maneiras diferentes, como por meio de *reels* mais curtos. Aprendi a não desanimar com as baixas visualizações e a entender que cada interação conta. (Entrevistado David Himbara, migrante de Ruanda).

A dinâmica descrita por David Himbara, essa configuração evidencia a construção de espaços de criação de conteúdo comunitário, nos quais diferentes migrantes colaboram na produção de materiais sobre temas variados, com foco na identidade de migrantes africanos(as) no Brasil. A formação dessas redes representa, essencialmente, uma forma de resistência ativa, que utiliza a própria estrutura das plataformas digitais para criar espaços de acolhimento e reconhecimento.

Essas estratégias colaborativas também representam uma forma de contestação direta ao que Ahmed (2012) chama de “políticas da visibilidade”, ou seja, o uso do poder de ser visto e reconhecido dentro de uma comunidade para desafiar uma sociedade em que este recurso, tal qual a legitimidade, é desigualmente distribuído. Dessa forma, mesmo diante da limitação imposta pelo xenorracismo algorítmico, a essência da diáspora manifesta-se por meio da união comunitária on-line.

159

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo compreender os sentidos comunitários atribuídos por um grupo de migrantes africanos(as), atuantes como produtores(as) de conteúdo no Brasil, aos usos que fazem de seus perfis nas redes sociais. Nos resultados, o primeiro eixo discursivo, centrado no compartilhamento de experiências e denúncias de discriminações, observou-se que as redes sociais são ressignificadas como es-

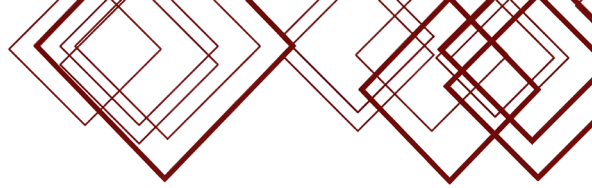


paços de empoderamento digital, nos quais os participantes relatam vivências marcadas pelo xenorracismo, mas também por reconhecimento e escuta mútua. Já no segundo eixo, relacionado aos usos comunitários, as colaborações entre criadores(as) marginalizados(as) despontam como práticas de fortalecimento coletivo e enraizamento cultural, contribuindo para a criação de redes de apoio, pertencimento transnacional e valorização identitária.

160

Acerca disto, para os(as) migrantes africanos(as), essas plataformas funcionam simultaneamente como suporte emocional e arena de resistência cultural, oferecendo alternativas ao isolamento e à invisibilidade frequentemente impostas por mecanismos de discriminação algorítmica. Nesse sentido, as parcerias estabelecidas com outros criadores(as) não visam apenas ampliar a visibilidade digital, mas integram uma luta mais ampla contra estruturas opressoras, então combatidas por meio da solidariedade e do associativismo comunitário.

Reconhecendo suas limitações metodológicas, especialmente quanto ao número reduzido de participantes e ao recorte sociodemográfico específico, este estudo sugere a realização de futuras pesquisas com amostragens mais amplas e diversas. Assim, esta pesquisa contribui, no entendimento que pode dar subsídios a pesquisadores(as) e na elaboração de políticas públicas a comunidades de migrantes, sobre os usos e modos de habitar e disputar o digital por sujeitos historicamente subalternizados. Portanto, a diáspora como um fenômeno psicossocial dinâmico, no qual no contemporâneo as plataformas digitais potencializam criação de uma rede de apoio e troca intercultural entre migrantes, possibilitam uma nova reorganização comunitária da diáspora agora no meio digital.



Agradecimentos: Esta pesquisa foi realizada com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências:

AHMED, S. **On Being Included:** Racism and Diversity in Institutional Life. Durham: Duke University Press, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/9780822395324>. Acesso em: 07 out. 2024.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

APPADURAI, A. **Modernity at large:** Cultural dimensions of globalization. Minnesota: University of Minnesota Press, 1996.

161

ÁVILA, O. Webdiáspora e a Decisão de Migrar: Relatos Haitianos no Brasil. **Espaço Aberto**, v. 9, n. 1, p. 43-59, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7879930>. Acesso em: 13 jul. 2023.

ÁVILA, O. Autoapresentação, performatividade e testemunho na internet: A webdiáspora deslocada para a visibilidade do self migrante. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=23. Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL. **Senado Federal. PL 2338/2023.** Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/157233>. Acesso em: 21 abr. 2023.

BRIGNOL, L. D. Techniques and Migrant Identities in the Social Uses



of the Media: An Approach to the Senegalese Diaspora in Southern Brazil. **Dados rev. ciênc. sociais**, v. 64, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/dados.2021.64.2.233>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BURRELL, J. How the Machine ‘Thinks’: Understanding Opacity in Machine Learning Algorithms. **Big Data & Society**, v. 3, n. 1, p. 1-12, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2053951715622512>. Acesso em: 10 jul. 2024.

COGO, D. Internet e redes migratórias transnacionais: narrativas da diáspora sobre o Brasil como país de imigração. **Novos Olhares**, v. 4, n. 1, p. 91-104, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2015.102224>. Acesso em: 13 jul. 2023.

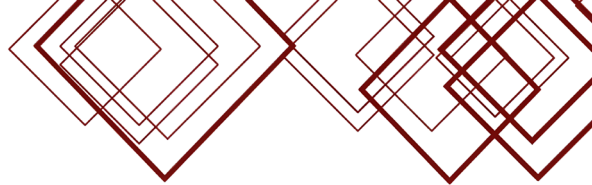
162

COGO, D. Communication, migrant activism and counter-hegemonic narratives of Haitian diaspora in Brazil. **Journal of Alternative & Community Media**, v. 4, n. 3, p. 71-85, 2019. DOI: https://doi.org/10.1386/joacm_00059_1. Acesso em: 17 fev. 2024.

CHADE, Jamil. ONU: imigrante vive xenofobia no Brasil e desmonta mito de país acolhedor. UOL, 28 jun. 2022 [04h00]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamilchade/2022/06/28/onu-estrangeiro-vive-xenofobia-no-brasil-e-desmonta-mito-de-paisacolhedor.htm-media/>. Acesso em: 16 ago. 2023

CRENSHAW, K. Race, gender, and sexual harassment. s. Cal. l. **Rev. Hein Online**, v. 65, p. 1467, 1991. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/scal65&div=70&id=&page=>. Acesso em: 15 mar. 2024. Acesso em: 16.feb.2024.

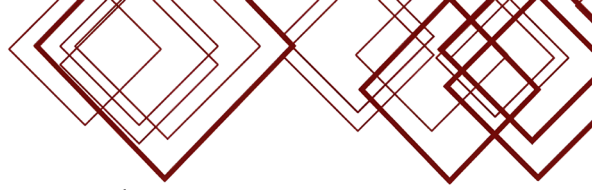
DUFFY, B. **(Not) getting paid to do what you love**: Gender, social



- media, and aspirational work. New Haven: Yale University Press, 2017.
- DUFFY, B. Algorithmic precarity in cultural work. **Communication and the Public**, v. 5, n. 3-4, p. 103-107, 2020.
- ELHAJJI, M.; ESCUDERO, C. Webdiáspora: migrações, TICs e memória coletiva. **Observatório, Palmas**, v. 2, n. 5, p. 334-363, set./dez. 2016
- ELHAJJI, M. **O Intercultural Migrante: Teorias & Análises**. Porto Alegre: Editora Fi. Disponível em: <https://doi.org/10.22350/9786559176830>. Acesso em: 20 out. 2023.
- EWERTON, B.; VILLALÓN, C.; ELHAJJI, M. Diáspora nas plataformas digitais no Brasil: pesquisas sobre TIC's e migrações. **Lumina**, v. 18, n. 1, p. 128-145, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1981-4070.2024.v18.42910>. Acesso em: 30 ago. 2024.
- EWERTON, B. **Diáspora Digital e Visibilidade: Afetações do Xenoracismo Algorítmico para Migrantes Africanos(as)**, 2024. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://minerva.ufrj.br> Acesso em: 10 set. 2025.
- FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis: The critical study of language**. London: Routledge, 2013.
- FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. **Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.
- FRASER, N. Rethinking recognition. **New left review**, v. 3, p. 107, 2000. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/dc128bd9c0ce00f0938e02614e60397f/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1819646>. Acesso em: 14 out. 2024.



- GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Barueri: Editora Atlas SA, 2008.
- HALL, S. Identidade cultural e diáspora. **Comunicação & Cultura**, n. 1, v. 34, p. 21-35, 2006. Disponível em: journals.ucp.pt. Acesso em: 30 ago. 2023.
- LYRA, J. **Ser migrante, tornar-se influencer**: visibilidade, inspiração e estratégias de pertencimento da migração venezuelana no Brasil. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49580>. Acesso em 27 ago. 2023.
- OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (OB-Migra). **Relatório Anual de Migrações Internacionais 2022**: Perfil dos migrantes no Brasil e inserção socioeconômica. Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília, 2022. Disponível em: <http://obmigra.mj.gov.br>. Acesso em: 07 out. 2024.
- NOBLE, S. **Algorithms of Oppression**: How Search Engines Reinforce Racism. New York: NYU Press, 2018.
- PARKER, C.; SCOTT, S.; GEDDES, A. **Snowball sampling**. SAGE research methods foundations, 2019.
- PONZANESI, S. Digital diasporas: Postcoloniality, media and affect. **Interventions**, v. 22, n. 8, p. 977-993, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369801X.2020.1718537>. Acesso em: 07 set. 2023.
- PRIMO, A.; MATOS, L.; MONTEIRO, M. **Dimensões para o estudo dos influenciadores digitais**. Salvador: Edufba, 2021.
- RECUERO, R. O Capital Social em Rede: Como as redes sociais na Internet estão gerando novas formas de capital social. **Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura**, v. 10, n. 3, p. 597-617, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/contempo->



[ranea.v10i3.6295](#). Acesso em: 20 abr. 2023.

SHIRKY, C. **Cognitive Surplus**: Creativity and Generosity in a Connected Age. New York: Penguin Press, 2010.

SIVANANDAN, A. Race, class and the state: the black experience in Britain: For Wesley Dick—poet and prisoner in some answer to his questions. **Race & Class**, v. 17, n. 4, p. 347-368, 1976. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/030639687601700401>. Acesso em: 20 out. 2023.

SILVA, T. Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: Microagressões e Discriminação em Código. In: **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares Afrodiaspóricos**, v. 3, n. 3, p. 121-135, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile>. Acesso em: 20 abr. 2023.

VAN DIJCK, J. **The Culture of Connectivity**: A critical history of social media. Oxford: Oxford University Press, 2013.

ZUBOFF, S. **The age of surveillance capitalism**. In: **Social Theory Re-Wired**. Abingdon: Routledge, 2023.

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Cultura de migração e juventude no Nordeste brasileiro: A influência das mídias digitais

Migration culture and youth in Northeastern Brazil: The influence of digital media

Rachel Facundo Vasconcelos de Oliveira¹

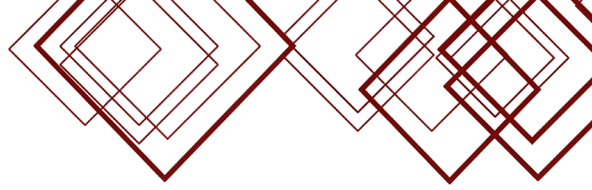
Resumo: Este artigo analisa como as redes digitais influenciam a cultura de migração entre jovens do Nordeste brasileiro, ampliando o fenômeno para além do deslocamento físico, ao incorporar dimensões culturais, simbólicas e midiáticas. A pesquisa adota abordagem interdisciplinar e metodologia mista, obtendo dados dos Censos do IBGE (2000, 2010, 2022), *Google Trends* e um questionário aplicado a 306 estudantes dos Institutos Federais dos campi Sobral-CE, Mossoró-RN e Caruaru-PE. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFES (Parecer nº 6.547.501/2023). Os resultados evidenciam a importância das plataformas digitais na formação de imaginários migratórios juvenis e apontam cidades de porte médio como espaços de permanência qualificada. As decisões de migrar, permanecer ou retornar são fortemente mediadas por diversas redes.

Palavras-chave: cultura de migração, juventude, redes sociais.

Abstract: This article examines how digital networks shape the migration culture among young people in Northeastern Brazil, expanding the phenomenon beyond physical mobility, to include cultural, symbolic, and media dimensions. The study adopts an interdisciplinary and mixed-methods approach, drawing on IBGE Census data (2000, 2010, 2022), *Google Trends*, and a survey of 306 students from Federal Institutes in Sobral-CE, Mossoró, and Caruaru. The research was approved by the UFES Research Ethics Committee (Approval No. 6.547.501/2023). Findings highlight the central role of digital platforms in producing youth migratory imaginaries and identify medium-sized cities as emerging spaces of qualified permanence. Decisions to migrate, stay, or return are strongly mediated by multiple networks.

Keywords: migratory culture, youth, social networks.

1 Bacharel (2012) e licenciada (2019) em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestra em Geografia (2015) pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA) e doutora (2025) em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atualmente é professora da Educação Básica do Ceará e tutora da UAB/UECE. E-mail: rachelfacundo29@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3029-4084>



Introdução

A migração interna ocupa papel central na formação do território brasileiro, e o Nordeste historicamente se destaca como uma das principais regiões emissoras de população para os grandes centros do Sudeste (Albuquerque Júnior, 2015). Nas últimas décadas, observa-se uma inflexão nesse padrão: cidades de porte médio nordestinas têm se consolidado como espaços de permanência, atração e até de retorno migratório, sobretudo entre jovens (Fazito, 2010). Dados demográficos mostram que, entre 2005 e 2010, Sobral e Mossoró registraram taxas líquidas de migração positivas, enquanto Caruaru apresentou significativo crescimento da população jovem.

Neste artigo, investigamos como os espaços digitais influenciam a formulação de projetos migratórios entre jovens do Nordeste, deslocando a análise para além da dualidade tradicional entre migrar e permanecer. Partimos da hipótese de que a cultura de migração é, hoje, coproduzida pelas redes digitais, que funcionam não apenas como fontes de informação, mas também como ambientes de construção identitária, produção de aspirações e elaboração de pertencimentos simbólicos. A relevância do estudo reside justamente em iluminar dimensões pouco exploradas nas pesquisas sobre migração interna, ainda fortemente centradas nas grandes metrópoles.

167

Neste trabalho, cultura de migração é entendida, em diálogo com Sayad (1998) e De Haas (2008), como o conjunto de crenças, memórias e práticas que naturalizam o deslocamento. Já ‘redes digitais’, conforme Castells (1999), Boyd (2010), Lévy (1999) e D’Andrea (2020), referem-se às plataformas e infraestruturas sociais e tecnológicas que mediam fluxos de informação, afetos e representações.



Discussão teórica

Durante boa parte do século XX, o Nordeste consolidou-se como principal região emissora de migrantes em direção ao Sudeste industrializado. A urbanização acelerada e a expansão do parque industrial do eixo Rio–São Paulo atraíram grandes contingentes de nordestinos em busca de trabalho, renda e mobilidade social, produzindo uma cultura migratória profundamente enraizada na memória coletiva da região. Nas últimas décadas, contudo, esse padrão tem se transformado em razão de mudanças estruturais no território, na dinâmica urbana e nas próprias expectativas juvenis.

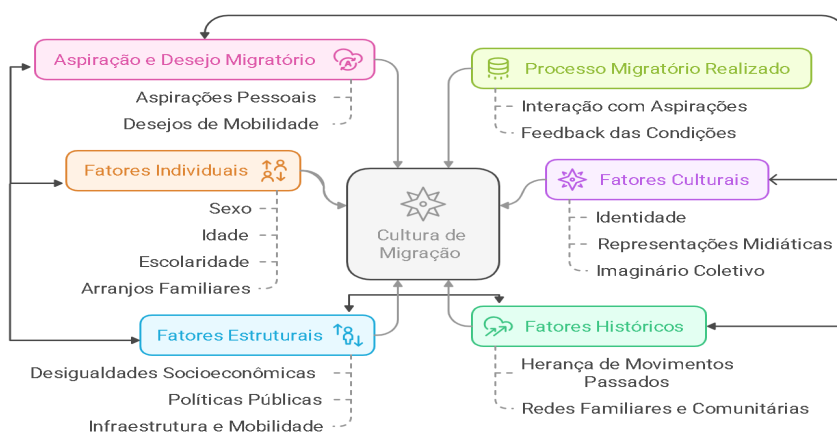
168 No debate contemporâneo, diversos estudos mostram que a cultura de migração ultrapassa explicações exclusivamente econômicas. Sayad (1998) destaca que migrar tornou-se uma prática social naturalizada, inscrita em histórias familiares e projetos de vida. De Haas (2008) e Fazito (2010) acrescentam que decisões migratórias são moldadas por processos históricos, redes sociais e representações simbólicas que conferem legitimidade ao deslocamento. Entre jovens nordestinos, essa dimensão cultural se articula a transformações recentes, como a expansão do ensino, a interiorização de serviços públicos e a circulação ampliada de informações no ambiente digital.

Esses processos assumem sentidos particulares em um contexto marcado por desigualdades regionais, estigmas midiáticos e uma longa tradição migratória (Bourdieu, 1983; Hall, 2006; Brasil, 2009). Assim, ao nos referirmos a “jovens nordestinos”, consideramos sujeitos cujas experiências territoriais moldam imaginários, expectativas e projetos de deslocamento.

Com o intuito de organizar os elementos que compõem essa cultura migratória juvenil, a Figura 1 apresenta um esquema síntese dos

fatores que influenciam as decisões de migrar, permanecer ou retornar

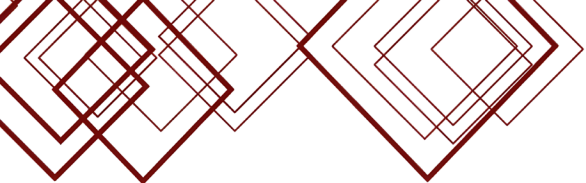
Figura1 – Síntese da cultura de migração: interações entre fatores, aspirações e processos migratórios



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados da pesquisa de campo.

O esquema baseia-se na triangulação entre os dados quantitativos do questionário, e a literatura especializada (Fazito, 2010; Melo, Braga e Santana, 2020; Carling; Collins, 2018). Ao integrar esses planos, evidencia-se que as decisões juvenis não derivam de determinismos econômicos isolados, mas resultam de negociações cotidianas entre condições materiais, vínculos afetivos e narrativas de futuro.

A literatura recente também mostra que, embora a migração continue sendo percebida como estratégia de ascensão social, a permanência tem ganhado novo valor simbólico. No caso das áreas rurais norteadinas, Melo, Braga e Santana (2020) observam que muitos jovens ainda



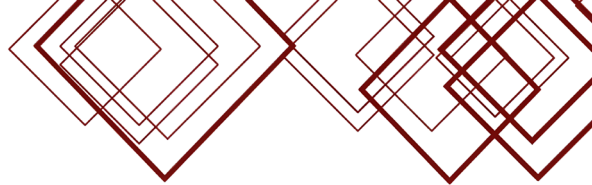
veem na migração uma possibilidade de continuidade dos estudos e melhoria das condições de vida. No entanto, quando há infraestrutura local, políticas públicas e oportunidades educacionais, a permanência pode se tornar um projeto de vida legítimo, associado à conquista de autonomia, reconhecimento e enraizamento territorial.

170

Os dados desta pesquisa reforçam essa ambivalência. Entre os jovens entrevistados, 42% consideram a possibilidade de retornar às cidades de origem caso encontrem condições adequadas de vida, como acesso à educação, saúde e trabalho. Esse resultado indica um deslocamento importante: migrar deixa de ser vista como a única alternativa e passa a ser uma entre várias formas possíveis de mobilidade. Permanecer, por sua vez, emerge como escolha consciente, sustentada por novas políticas urbanas, redes de apoio e expectativas de realização pessoal. Como discutido anteriormente, as cidades analisadas aparecem, assim, como alternativas viáveis à migração para grandes centros urbanos.

A noção de aspiração, conforme Carling e Collins (2018), ajuda a entender como expectativas de mobilidade são culturalmente produzidas a partir da combinação entre repertórios familiares, experiências subjetivas e mediações digitais. Trata-se de um processo imaginativo, como destaca Appadurai (2004), no qual desejos, emoções e percepções de oportunidade se articulam. No contexto nordestino, essas aspirações resultam da interação entre trajetórias familiares, conteúdos midiáticos digitais e avaliações sobre as possibilidades locais, configurando um campo simbólico central para compreender as decisões de migrar, permanecer ou retornar.

A cultura migratória juvenil articula condições estruturais, vínculos afetivos e narrativas de futuro. A triangulação entre literatura especializada (Fazito, 2010; Melo, Braga e Santana, 2020; Carling; Collins,



2018) e dados empíricos demonstra que as decisões de migrar ou permanecer não derivam de determinismos econômicos, mas emergem de negociações cotidianas.

Do ponto de vista conceitual, compreendemos a juventude como uma construção social marcada por transições específicas, como a entrada no mercado de trabalho, o prolongamento da escolarização e as experimentações subjetivas e a formulação de projetos de vida e mobilidade.

Na seção seguinte, aprofundam-se os aspectos simbólicos, midiáticos e tecnológicos que compõem o imaginário migratório juvenil, examinando como plataformas digitais influenciam diretamente as percepções, aspirações e decisões de migrar, permanecer ou retornar.

Metodologia

171

Esta pesquisa adota uma abordagem interdisciplinar e utiliza métodos mistos. Inicialmente, foram analisados dados secundários provenientes dos Censos Demográficos do IBGE (2000, 2010 e 2022), com o objetivo de compreender a dinâmica dos fluxos migratórios regionais e identificar tendências recentes de permanência, atração e retorno em cidades de porte médio do Nordeste. Como etapa complementar, realizou-se uma análise exploratória no *Google Trends*² (2004–2024), buscando identificar os termos mais pesquisados por jovens, relacionados à intenção migratória, à mobilidade acadêmica e às oportunidades de estudo e trabalho em outras regiões.

A pesquisa de campo concentrou-se em jovens de 18 a 29 anos,

2 Google Trends é uma ferramenta do Google que permite acompanhar a frequência de buscas por termos específicos ao longo do tempo, indicando tendências de interesse público em diferentes regiões e períodos.

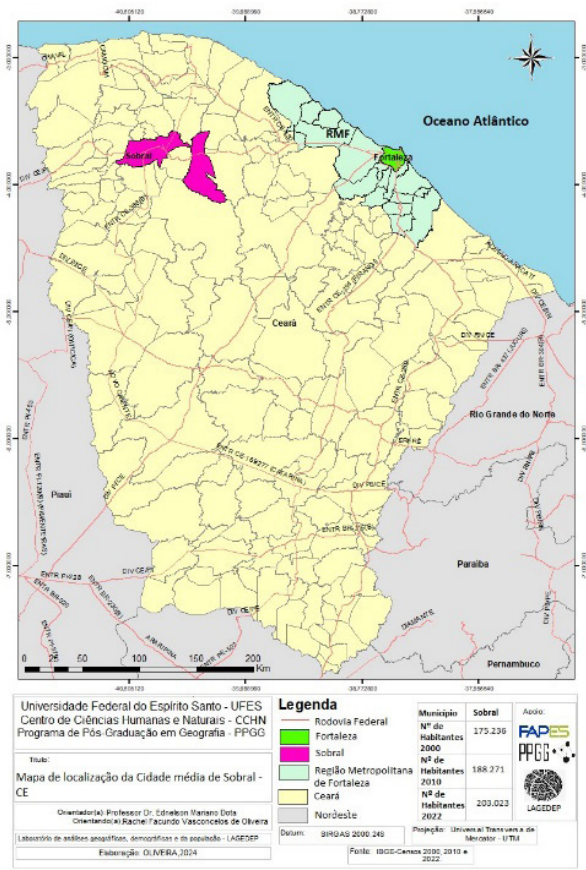


faixa etária adotada com base nos estudos do Ipea (2011) sobre migração juvenil e nas diretrizes das políticas públicas nacionais para esse segmento. Foram aplicados questionários semiestruturados a 306 estudantes dos Institutos Federais dos campi Sobral (CE), Mossoró (RN) e Caruaru (PE), matriculados em cursos superiores e tecnológicos de diferentes áreas. O instrumento reuniu questões fechadas e abertas sobre perfil socioeconômico, aspirações migratórias, uso de mídias digitais, vínculos familiares e expectativas profissionais.

A triangulação entre dados estatísticos, análises de tendências e percepções subjetivas possibilitou integrar escalas macro e micro de interpretação, garantindo maior profundidade analítica e robustez aos resultados.

172 Para contextualizar territorialmente o universo da pesquisa, as Figuras 2, 3 e 4 apresentam mapas de Sobral, Mossoró e Caruaru, destacando principais rodovias, áreas urbanizadas e populações, com base nos Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022. A leitura desses mapas evidencia o papel estratégico das três cidades nas redes regionais de serviços: Sobral articula o norte do Ceará com Fortaleza; Mossoró conecta o oeste potiguar ao Ceará; e Caruaru integra o agreste pernambucano ao Recife e ao interior do estado.

Figura 2 – Localização da cidade de porte médio de Sobral-CE e suas principais vias



Fonte: Elaboração própria (2024) a partir de dados do IBGE dos Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022.

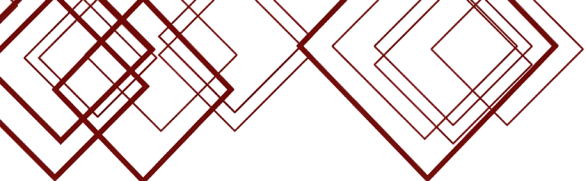
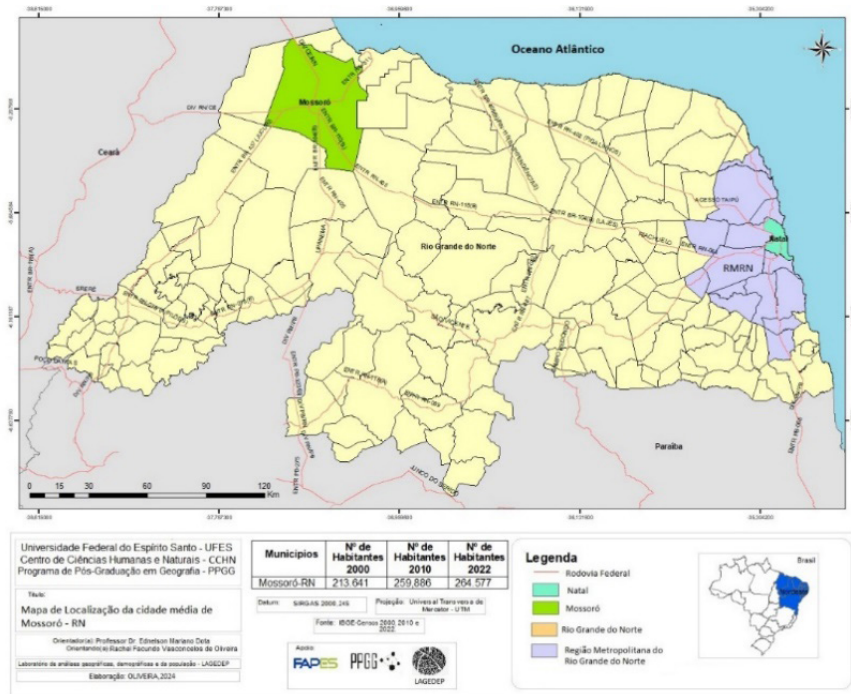
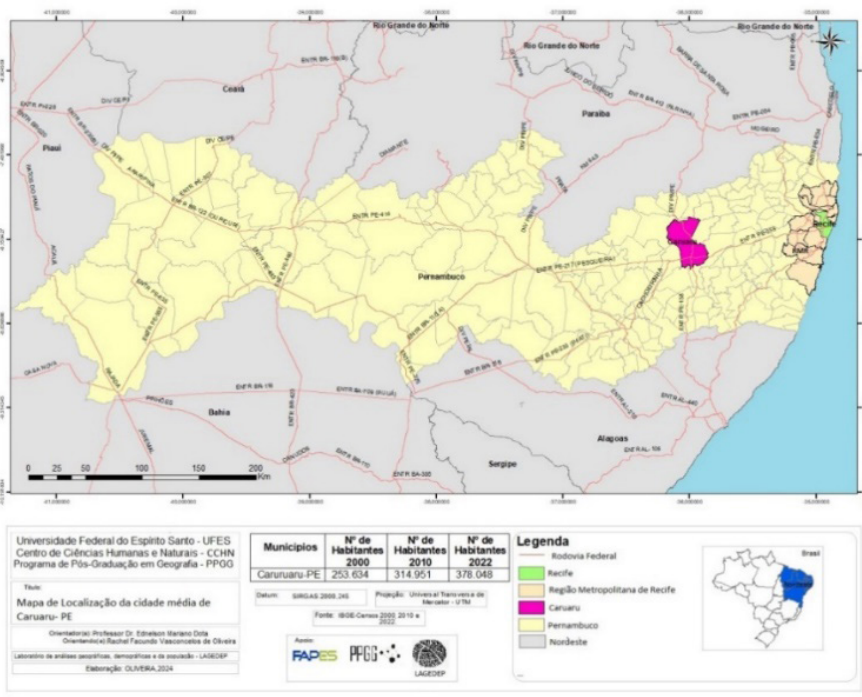


Figura 3 – Localização da cidade de porte médio de Mossoró-RN e suas principais vias



Fonte: Elaboração própria (2024) a partir de dados do IBGE dos Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022.

Figura 4 – Localização das cidades de porte médio Caruaru-PE e suas principais vias



Fonte: Elaboração própria (2024) a partir de dados do IBGE dos Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022.

A leitura dos mapas evidencia que Sobral (CE), Mossoró (RN) e Caruaru (PE) ocupam posições estratégicas nas redes rodoviárias e de serviços, atuando como polos intermediários entre capitais estaduais e municípios menores do seu entorno. Em Sobral, por exemplo, a conexão com Fortaleza e com o norte do Ceará evidencia seu papel de centralidade regional; Mossoró se destaca como eixo entre o oeste potiguar e o Ceará; já Caruaru integra um corredor que articula o agreste pernambucano ao Recife e ao interior do estado.



A escolha dessas três cidades, localizadas em unidades federativas distintas, justifica-se por sua condição de cidades médias multifuncionais, marcadas por expansão urbana recente, presença de instituições federais de ensino e circulação intensa de jovens. Analisar contextos estaduais diferentes, mas comparáveis em porte populacional e relevância regional, permite compreender como a cultura de migração juvenil se reconfigura em territórios que combinam oportunidades locais, redes de apoio e uma tradição histórica de deslocamentos.

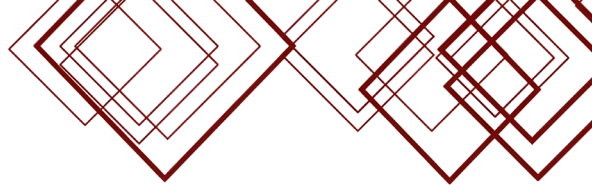
Resultados e Discussão

Políticas de interiorização e novas oportunidades para a juventude

176

Historicamente, o Nordeste constituiu-se como uma das principais regiões emissoras de migrantes para o Sudeste industrializado. Desde a década de 1930, o avanço da industrialização e da urbanização nas metrópoles atraiu grandes contingentes de nordestinos em busca de melhores condições de vida e trabalho (Albuquerque Júnior, 2021), consolidando uma cultura de migração profundamente enraizada no imaginário regional. Neste artigo, o termo “imaginário” refere-se ao conjunto de narrativas, percepções e expectativas socialmente compartilhadas que orientam como os jovens percebem seus lugares de origem e os destinos desejados (Hall, 2006; Appadurai, 2004). Já o caráter “aspiracional” da migração remete às expectativas de mobilidade e reconhecimento que estruturam projetos de futuro, mesmo quando não se concretizam de imediato, articulando-se à noção de mobilidade aspiracional proposta por Carling e Collins (2018) e retomada por Bernard (2022).

Neste texto, juventude é entendida como uma etapa marcada por transições específicas, como a entrada no trabalho, o prolongamento da



escolarização e a formulação de projetos de mobilidade que assumem contornos particulares no Nordeste em razão das desigualdades regionais e de uma forte cultura migratória (Bourdieu, 1983; Hall, 2006). Assim, ao tratarmos de “jovens nordestinos”, referimo-nos a sujeitos cujas experiências são moldadas por trajetórias familiares, estigmas midiáticos e repertórios socioculturais próprios da região.

Embora a histórica desigualdade regional tenha alimentado fluxos contínuos de saída, esse quadro passou a se reconfigurar com políticas de desenvolvimento e interiorização, como o Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica³ (2008) e incentivos à instalação de indústrias em cidades médias (Andrade, 2014). A criação de institutos federais e universidades públicas ampliou oportunidades de estudo e trabalho, contribuindo para a democratização do acesso à educação nas regiões Norte e Nordeste e fortalecendo dinâmicas de permanência (Carmo, Almeida e Queiroz, 2023).

177

Apesar desses avanços, a migração juvenil permanece significativa. Muitos jovens continuam a perceber o deslocamento como estratégia de ascensão social, sobretudo diante dos custos e desigualdades de acesso ao ensino: 35% dos estudantes migrantes estão em instituições públicas e 65% em privadas; entre estes, 42% financiam os estudos com recursos próprios, 29% utilizam o FIES e 19% dependem de bolsas como o ProUni (Ipea, 2022). Esses dados reforçam que, mesmo com a ampliação da oferta de ensino público, muitos jovens ainda enfrentam barreiras econômicas significativas, o que mantém a migração como estratégia para financiar os estudos.

No meio rural nordestino, a migração segue como caminho

3 Política federal de criação e interiorização de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, voltada à ampliação da oferta de cursos técnicos e superiores, especialmente em regiões historicamente pouco atendidas pelo ensino público



para continuidade dos estudos e apoio familiar (Melo, Braga e Santana, 2020), evidenciando a persistente tensão entre permanecer e partir que marca as trajetórias juvenis contemporâneas.

Cultura migratória e as plataformas digitais: uma nova configuração da mobilidade

A cultura de migração é compreendida como o conjunto de práticas, representações e memórias que naturalizam o deslocamento como parte legítima dos projetos de vida, conforme aponta Sayad (1998). No contexto digital contemporâneo, esses sentidos passam a ser reconfigurados pelas interações mediadas por tecnologias de comunicação.

178

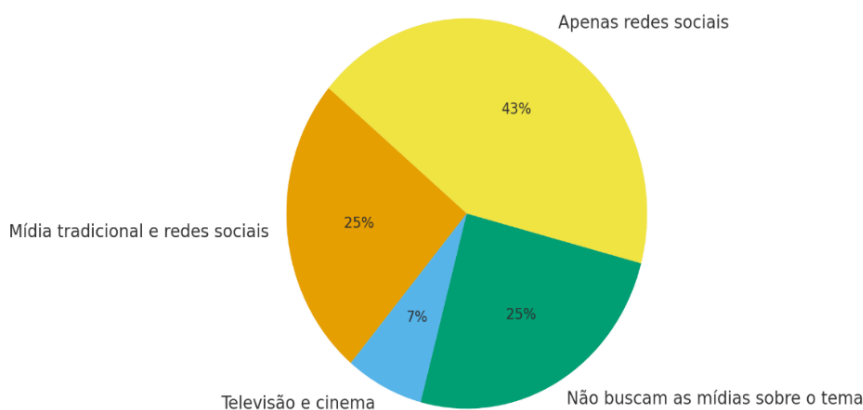
Do ponto de vista conceitual, é essencial distinguir “plataformas digitais” de “redes sociais”. As plataformas correspondem a infraestruturas sociotécnicas geridas por empresas e sustentadas por algoritmos de recomendação, monetização e coleta de dados (D’Andrea, 2020). As redes sociais, por sua vez, referem-se às relações entre sujeitos familiares, amigos, vizinhos, colegas que podem ou não se apoiar nessas plataformas. Assim, usamos “plataformas digitais” para destacar a lógica econômica e tecnológica de ambientes como *TikTok*, *YouTube*, *Instagram* e *WhatsApp*; e “redes sociais” para nos referirmos às sociabilidades que se constroem nesses espaços.

Embora mídias tradicionais como televisão, rádio e jornais continuem relevantes, grande parte de seu consumo hoje ocorre em formatos digitais, sobretudo entre jovens. Produções de migrantes, influenciadores e criadores de conteúdo local, ainda que contestem narrativas hegemônicas, também se inserem na economia da atenção e na lógica algorítmica que regula visibilidade e circulação (Braga, 2010; Teixeira, 2012). Por isso, conteúdos considerados “alternativos” nem sempre

rompem desigualdades simbólicas.

Para jovens nordestinos, a migração é atravessada por heranças familiares, vínculos inter-regionais e, cada vez mais, por interações mediadas por plataformas digitais transnacionais, esses ambientes ampliam os repertórios informacionais e emocionais, moldando expectativas de mobilidade. A Figura 5 evidencia que as mídias digitais são a principal fonte de informação sobre possíveis destinos, superando órgãos oficiais e meios tradicionais.

Figura 5 – Frequência de uso das mídias para obter informações sobre possíveis destinos de migração – 2024



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa (2024).

A Figura 5 mostra que 43% dos jovens se informam apenas pelas redes sociais, enquanto 25% não buscam mídias sobre o tema e outros 25% combinam mídia tradicional e redes sociais. Apenas 7% recorrem exclusivamente à televisão e ao cinema, indicando a baixa centralidade



desses meios na construção das percepções sobre migração.

Os jovens passam a acessar narrativas filtradas por lógicas de visibilidade, engajamento e monetização, o que produz imaginários seletivos sobre determinados destinos. Assim, suas expectativas migratórias não se formam apenas em redes familiares, mas também em ecossistemas digitais que hierarquizam lugares, estilos de vida e modos de “vencer na vida”.

Essa “virada digital” também redefine subjetividades migrantes: as redes não apenas informam, mas produzem desejos, pertencimentos e projeções identitárias, muitas vezes antes de qualquer deslocamento efetivo. A noção de “mobilidade aspiracional” (Carling; Schewel, 2018) contribui para compreender como esses conteúdos alimentam vontades de partir que nem sempre se realizam, mas influenciam decisões e trajetórias.

180

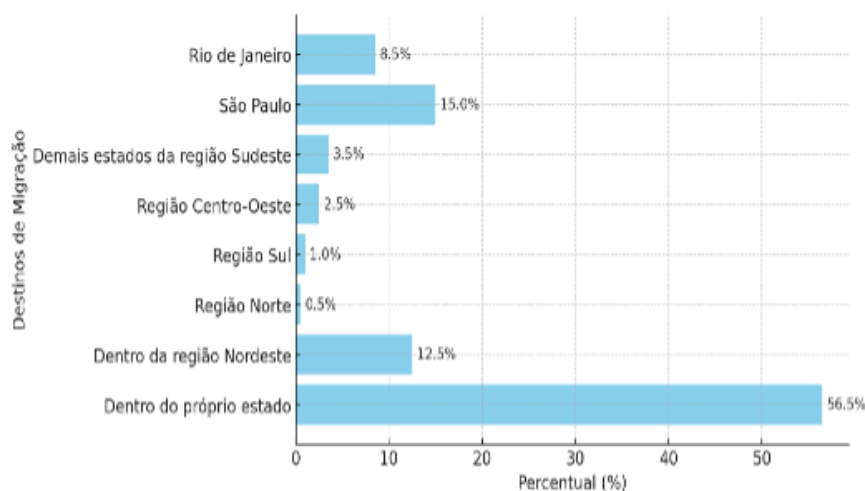
Embora mídias tradicionais continuem a reforçar estereótipos históricos que associam o migrante nordestino à pobreza ou marginalidade (Dáu, 2009; Marcelino, 2019), produções digitais elaboradas por migrantes e influenciadores têm contestado essas representações, ampliando sua agência e presença simbólica no debate público.

No contexto do Sul Global, a digitalização não elimina desigualdades: acesso precário à internet, letramento digital limitado e algoritmos de visibilidade regulam quem pode narrar e circular socialmente (Braga, 2010). A cibercultura, conforme Lévy (1999), molda identidades e pertencimentos, articulando imaginários midiáticos, vínculos familiares e aspirações transnacionais. Assim, a cultura migratória contemporânea é continuamente disputada e (re)produzida nos ambientes digitais

Aspirações juvenis e o imaginário midiático da mobilidade

As migrações internas no Brasil têm forte participação juvenil: entre 2003 e 2008, 45,6% dos migrantes tinham entre 18 e 29 anos, e 62,9% dos deslocamentos do Nordeste para o Sudeste eram realizados por pessoas dessa faixa etária (Ipea, 2011). Entre os jovens, migrar é frequentemente associado à busca por qualificação, reconhecimento e novas experiências, compondo uma etapa valorizada de construção identitária (Ferrari *et al.*, 2004). A seguir a Figura 6:

Figura 6 – Principais destinos migratórios de jovens estudantes: IFs de Sobral, Mossoró e Caruaru – 2024



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa (2024).

A Figura 6 evidencia que, embora Sudeste e Sul apareçam como regiões desejadas, o Nordeste permanece como principal referência espacial para permanência e retorno, com 56,5% das escolhas dos estudantes.

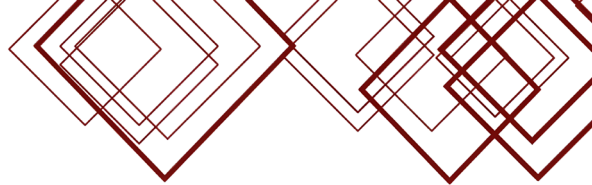


O retorno, como lembra Sayad (2000), não é um evento posterior à migração, mas parte constitutiva do próprio projeto migratório. Nos dados coletados, 42% dos jovens afirmam considerar retornar caso encontrem condições adequadas. O retorno aparece, assim, não como fracasso, mas como etapa prevista nos ciclos de mobilidade juvenil, articulada a vínculos familiares, afetivos e simbólicos

As cidades de porte médio do Nordeste despontam como alternativas viáveis às metrópoles por oferecerem oportunidades de estudo, serviços públicos e certo dinamismo econômico. Contudo, o “mito do sucesso” associado aos grandes centros segue exercendo forte atração, alimentado por representações midiáticas que reforçam estereótipos sobre o Nordeste e idealizam cidades como São Paulo, Rio de Janeiro ou Curitiba (Gomes, 2016; Oliveira, 2025). Dados da pesquisa indicam que 35% dos jovens reconhecem influência direta de produtos audiovisuais como: novelas, séries e filmes, em seus desejos de mobilidade.

As redes sociais amplificam ainda mais esse processo: 73% dos participantes utilizam plataformas digitais como Instagram, *TikTok*, *YouTube* e *Twitter* como principal fonte de informação sobre destinos migratórios. Esses ambientes difundem conteúdos sobre oportunidades, custo de vida e estilos de vida idealizados, ao mesmo tempo em que produzem tensões e frustrações. Muitos jovens relataram sentir inadequação diante do distanciamento entre a vida real e os padrões de sucesso exibidos online, evidenciando o que Bernard (2022) denomina “descompasso aspiracional”.

Apesar disso, redes familiares e sociais continuam decisivas. Para 67% dos entrevistados, o apoio de familiares ou conhecidos, seja financeiro, emocional ou informativo, influencia diretamente a possibilidade de migrar. Assim, as aspirações juvenis resultam da interação entre ima-



ginários midiáticos, vínculos familiares, oportunidades locais e percepções subjetivas de futuro, mostrando que a mobilidade não se reduz ao deslocamento físico, mas envolve negociações simbólicas e afetivas em múltiplas escalas.

Decisão de permanecer: entre redes de apoio e perspectivas locais

Apesar de muitos jovens desejarem migrar em busca de melhores oportunidades, pesquisas mostram que permanecer ou retornar também se configura como escolha significativa quando há condições locais favoráveis. Em estudo com assentamentos rurais na Paraíba, Lima *et al.* (2013) identificaram que 74,5% dos jovens não pretendiam deixar suas comunidades, indicando que a oferta de serviços, emprego e infraestrutura pode fortalecer o vínculo territorial.

As redes de apoio exercem papel central nesse processo. Como afirmam Faria, Ferreira e Paula (2017), vínculos familiares, comunitários e profissionais facilitam a inserção no mercado de trabalho, reduzem o desgaste emocional associado ao deslocamento e sustentam a continuidade de projetos de vida no lugar de origem.

Nesse contexto, políticas públicas voltadas à juventude, como o ProJovem Campo⁴, que eleva a escolaridade e oferece formação profissional a jovens da agricultura familiar, contribuem para ampliar as possibilidades de permanência e reduzir a migração por necessidade (Brasil, 2009)

A permanência territorial, portanto, não deve ser entendida como imobilidade imposta, mas como decisão ativa e situada. Ela resulta de

⁴ Programa Federal voltado a jovens da agricultura familiar, com foco na elevação da escolaridade e na formação profissional, buscando articular permanência no campo, desenvolvimento local e fortalecimento de vínculos comunitários.



fatores como pertencimento, laços afetivos, menor custo de vida e reconhecimento das oportunidades locais. Como argumenta Fazito (2005), vínculos comunitários fortes e a possibilidade de circular periodicamente entre diferentes espaços ampliam o repertório de estratégias juvenis.

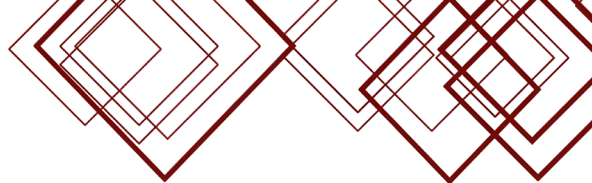
Na Geografia Humana, autores como Massey (1994) reforçam que permanecer é também expressão de agência territorial. Assim, a decisão de ficar constitui resposta legítima às pressões migratórias e parte integrante dos modos de vida de muitos jovens nordestinos.

Nesse cenário, os jovens se tornam sujeitos multiterritoriais, conectados simultaneamente a diferentes espaços por meio das mídias digitais, memórias familiares e expectativas compartilhadas.

184 Além do mais, esse fenômeno dialoga com o conceito de “diáspora conectada” proposto por Brinkerhoff (2009), segundo o qual as mídias digitais criam comunidades simbólicas que, apesar de geograficamente dispersas, mantêm-se unidas por laços emocionais, culturais e políticos. Nesse sentido, as redes sociais emergem como territórios privilegiados para a construção identitária, o fortalecimento dos vínculos sociais e o engajamento coletivo, redefinindo as formas contemporâneas de pertencimento social.

A vida em rede: juventude, tecnologias e negociações de pertencimento

A intensificação das tecnologias da informação transforma as experiências juvenis de mobilidade. A vida em rede envolve vínculos afetivos, projeções identitárias e narrativas que constroem o “estar no mundo”, mesmo antes ou independentemente do deslocamento efetivo. Pelas plataformas digitais, jovens conhecem cidades, acompanham



influenciadores e acessam oportunidades educacionais e profissionais, produzem vínculos simbólicos com lugares que ainda não conheceram fisicamente (Fazito, 2010). Esse processo interfere diretamente na escolha de migrar, permanecer ou retornar.

Os dados da pesquisa confirmam essa centralidade digital: 73% dos pesquisados utilizam redes sociais como principal fonte de informação sobre destinos migratórios, 65% desejam migrar em algum momento; e 67% reconhecem o apoio familiar, inclusive mediado por chamadas e grupos virtuais, como decisivo nas possibilidades de mobilidade. Além disso, o acompanhamento cotidiano de influenciadores, parentes e conhecidos que vivem em outras cidades produz pertencimentos múltiplos e a sensação de “estar em trânsito”, mesmo sem deslocamento.

Essa experiência também pode anteceder ou substituir a migração. Appadurai (2004) argumenta que “paisagens de mídia” moldam aspirações locais, tornando a migração um projeto estético e afetivo alimentado por narrativas digitais.

185

Segundo Urry (2007), os vínculos com os territórios de origem não desaparecem, mas passam a ser negociados entre o físico e o virtual, entre o “aqui” e o “lá”. Nesse contexto, muitos jovens relatam sentir-se “em trânsito” mesmo sem deixar suas cidades, enquanto outros, ao migrar, mantêm rotinas digitais que os conectam intensamente aos seus contextos de origem (Dota; Martins, 2022). Essa ambivalência gera formas híbridas de habitar o espaço, tornando a noção de “casa” múltipla, fragmentada e conectada

As redes sociais funcionam, assim, como pontes simbólicas entre territórios, viabilizando manutenção de relações, construção identitária (Hall, 2006) e redes de cuidado que influenciam diretamente a decisão de partir ou ficar (Chatti Iorio; Fonseca, 2017). Ao mesmo tempo, a



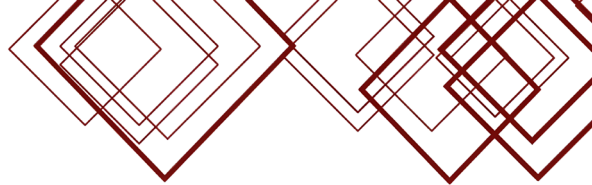
cultura digital intensifica disputas simbólicas: se, por um lado, amplia visibilidade e autonomia dos jovens, por outro, gera pressões por sucesso, consumo e mobilidade, provocando frustrações e afetando a saúde mental (Cogo, 2015; Faria, 2020).

Valorizar cidades médias como espaços de permanência qualificada contribui para romper a lógica binária entre “migrar para vencer” e “ficar para estagnar”, favorecendo a construção de um imaginário territorial onde o futuro pode ser projetado sem abandonar o pertencimento local (Alencar; Justo, 2022). Desse modo, a juventude nordestina emerge como protagonista na produção de sentidos sobre mobilidade e território, articulando tecnologias, afetos e múltiplas formas de habitar o mundo.

186 **Considerações finais**

Os resultados desta pesquisa mostram que a cultura migratória juvenil no Nordeste é fortemente mediada pelas plataformas digitais, que se consolidam como principal fonte de informação e inspiração para projetos de mobilidade. A análise combinada dos Censos do IBGE, *Google Trends* e questionários aplicados a 306 jovens revela que 73% utilizam redes sociais para consultar possíveis destinos, 65% manifestam desejo de migrar e 42% consideram retornar às cidades de origem caso encontrem condições adequadas. Esses achados evidenciam que migrar, permanecer ou retornar são decisões atravessadas por fatores simbólicos, afetivos e tecnológicos, e não apenas econômicos.

O estudo contribui para ampliar o debate sobre migração interna ao demonstrar que cidades médias nordestinas vêm se consolidando como espaços de permanência qualificada, articulando oportuni-



des locais, redes de apoio e reconfigurações culturais produzidas pela mediação digital. As plataformas digitais não apenas informam, mas também moldam expectativas e pertencimentos, produzindo imaginários que influenciam decisões antes mesmo do deslocamento físico.

Ao reconhecer a centralidade desses novos mediadores, torna-se evidente a necessidade de políticas públicas que considerem a mobilidade como fenômeno multidimensional, envolvendo tantas condições materiais quanto dinâmicas simbólicas e digitais. Investimentos em educação, conectividade e oportunidades locais podem fortalecer territórios e reduzir migrações por necessidade. Sugere-se, ainda, que pesquisas futuras explorem de forma mais aprofundada como algoritmos, influenciadores e economias digitais participam da construção de expectativas migratórias entre jovens brasileiros.

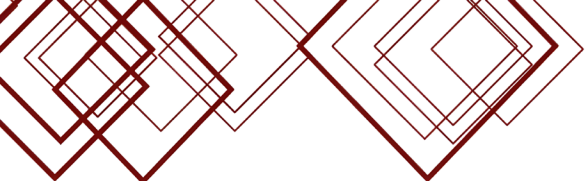
Ao evidenciar que a mobilidade resulta de interações entre estruturas materiais e mediações digitais, este estudo contribui para repositonar a juventude nordestina como agente ativo na produção de sentidos sobre território, pertencimento e futuro.

187

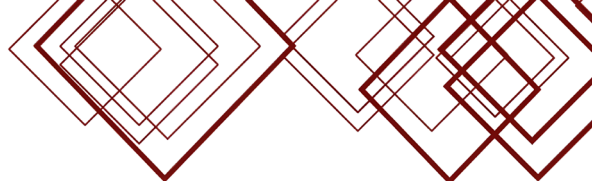
Em síntese, compreender a mobilidade juvenil no Nordeste exige integrar dimensões estruturais, simbólicas e digitais, reconhecendo que as decisões de migrar, permanecer ou retornar resultam de negociações complexas entre oportunidades materiais, imaginários midiáticos e redes de apoio.

Referências

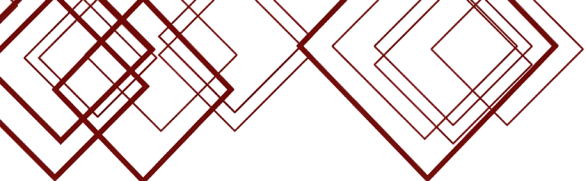
ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/dkv37>. Acesso em: 19 maio 2023.



- ALENCAR, N. S.; JUSTO, W. R. Dinâmica de crescimento das cidades médias do Nordeste: 1991 a 2016. *Geosul*, Florianópolis, v. 37, n. 84, p. 256-281, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3p6n-QzG>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- ALMEIDA, P.; ALVES, J.; SILVA, D. Cinedemografia: migração no cinema brasileiro. *Revista Plural*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 168-190, jan.-jul. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/43GITZO>. Acesso em: 6 jul. 2022.
- ANDRADE, A. de F. B. *Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise de sua institucionalidade*. 2014. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3IEXLhK>. Acesso em: 3 abr. 2023.
- APPADURAI, A. Dimensões culturais da globalização. Lisboa: Teorema, 2004.
- BERNARD, A. *Internal migration as a life-course trajectory: concepts, methods and empirical applications*. Durham: Duke University, 2022. (The Springer Series on Demographic Methods and Population Analysis, v. 53). Disponível em: <https://bit.ly/3C0pZ2W>. Acesso em: 8 abr. 2023.
- BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121. Disponível em: <https://encurtador.com.br/mpvAG>. Acesso em: 18 dez. 2023.
- BOYD, danah. *Social Network Sites as Networked Publics: Affordances, Dynamics, and Implications*. In: Papacharissi, Z. (ed.). *A Networked Self*. New York: Routledge, 2010.
- BRAGA, D. B. *Tecnologia e participação social no processo de produção e consumo de bens culturais: novas possibilidades trazidas pelas práticas letradas digitais mediadas pela internet*. Trabalhos em Linguís-



- tica Aplicada, Campinas, v. 49, p. 373391, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3qJIIs17>. Acesso em: 20 maio 2023.
- BRASIL. Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: <https://encurtador.com.br/kAhIA>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- BRINKERHOFF, J. M. *Digital Diasporas: Identity and Transnational Engagement*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- CARLING, J.; COLLINS, F. *Aspiration, desire and drivers of migration*. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 44, n. 6, p. 909-926, 2018.
- CARLING, J.; SCHEWEL, K. Revisiting aspiration and ability in international migration. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Abingdon, v. 44, n. 6, p.945-963, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3Cyusdh>. Acesso em: 8 maio 2023
- CARMO, A. F.; ALMEIDA, J. E.; QUEIROZ, D. K. Interiorização do ensino superior e o desenvolvimento regional brasileiro: uma revisão de literatura. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, Sobral, v. 24, p. 607-624, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.35701/rcgs.v24.895>. Acesso em: 03 abr. 2025.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHATTI IORI, J.; FONSECA, M. L. O papel da internet na constituição de redes sociais transnacionais de sociabilidade e mobilização dos estudantes brasileiros no ensino superior em Portugal. *Interin*, Curitiba, v. 1, n. 22, p. 5-22, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/40314>. Acesso em: 5 jun. 2024.
- COGO, D. M. Internet e redes migratórias transnacionais: narrativas da diáspora sobre o Brasil como país de imigração. *Novos Olhares*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 91 104, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3NbDCkQ>. Acesso em: 20 maio 2023.



- DÁU, P. C. *O estereótipo do nordestino na televisão brasileira*. 2009. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação – Habilitação em Jornalismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://encurtador.com.br/MU027>. Acesso em: 21 nov. 2023.
- DE HAAS, H.. *Migration and development: a theoretical perspective*. International Migration Institute Working Paper 9, 2008.
- D’ANDREA, C. F. B. *Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos*. Salvador: EDUFBA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32043>. . Acesso em: 27 nov. 2025.
- DOTA, E. M.; MARTINS, I. do M. Aspiração por migração em grandes aglomerações: entre a mobilidade residencial e a mobilidade social. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2022. **Anais** eletrônicos [...]. [S. l.]: ABEP, 2022. p. 1-15. Disponível em: <https://encurtador.com.br/FF-QiZ>. Acesso em: 29 jun. 2024.
- FARIA, G. J. A. de; FERREIRA, M. da L. A.; PAULA, A. M. N. R. de. “Nós, as meninas da minha família, sempre vamos muito cedo para lá”: trajetórias migracionais, redes sociais e espaços de vida das domésticas migrantes. *Cidades*, v. 14, n. 23, p. 63-80, 2017. Disponível em: <https://encurtador.com.br/4CTQ6>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- FARIA, G. J.A. de. Redes sociais das/nas migrações tecidas em contexto de vida e trabalho de domésticas migrantes. *Cidades*, v. 17, n. 29, p. 109–132, 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/xZf2d>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- FAZITO, D. A configuração estrutural dos arranjos familiares nos processos migratórios: a força dos laços fortes para a intermediação. SEMINÁRIO AS FAMILIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS



NO BRASIL, 2005, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: ABEP, 2005a. Disponível em: <https://encr.pw/QYiwS>. Acesso em: 16 jun. 2024.

FAZITO, D. Análise de redes sociais e migração: dois aspectos fundamentais do “retorno”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 89 100, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3q3x8wr>. Acesso em: 4 abr. 2023.

FERRARI, D. *et al.* Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, [S. l.], v. 2, n. 12, p. 237-271, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/43RmSqo>. Acesso em: 14 maio 2023

GOMES, S. de C. Uma inserção dos migrantes nordestinos em São Paulo: o comércio de retalhos. *Imaginário*, São Paulo, v. 12, n. 13, p. 143-169, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/454drnJ>. Acesso em: 1 jul. 2023.

191

GOOGLE TRENDS. *Mudar para + Sudeste - Turismo*. Categoria Emprego e Educação (2004 a 23/12/2024). Disponível em: <https://acesse.one/zI9Cq>. Acesso em: 23 dez. 2024.

GOOGLE TRENDS. *Mudar para cidade + São Paulo – Turismo*. Categoria Pessoas e Sociedade (2004 a 23/12/2024). Disponível em: <https://acesse.one/UTVab>. Acesso em: 23 dez. 2024.

GOOGLE TRENDS. *Mudar para cidade + São Paulo – Turismo*. Categoria Emprego e Educação (2004 a 23/12/2024). Dis-



ponível em: <https://l1nk.dev/D5UKW>.
Acesso em: 23 dez. 2024.

GOOGLE TRENDS. *Sair do Nordeste, vida no sudeste*. Categoria Pessoas e Sociedade (2004 a 23/12/2024). Disponível em: <https://encurtador.com.br/InXjq>.
Acesso em: 23 dez. 2024.

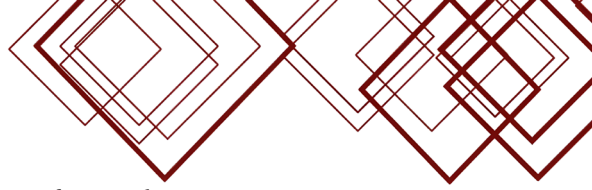
HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/42d4Uxq>.
Acesso em: 10 fev. 2023.

IBGE. *Censo Demográfico 2000: Sinopse Preliminar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2021.
IBGE. *Notas metodológicas do Censo 2010*, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3LBomNv>. Acesso em: 14 maio 2022.

IBGE. *Censo Demográfico 2022: Resultados preliminares – características da população e dos domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 jun. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Migração estudantil no Brasil: análise do financiamento dos estudos e dos perfis socioeconômicos dos estudantes migrantes*. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: <https://acesse.one/hEYdnA>. Acesso em: 03 abr. 2025

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA).



- Migração e Juventude: Notas sobre os Fluxos Migratórios Internos no Brasil*. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/43QaFSD>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- MARCELINO, B. C. A. (org.). *Dossiê cultura em foco: identidade cultural na diáspora afro-latino-americana e caribenha*. Foz do Iguaçu: Claec, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3NA75X2>. Acesso em: 15 maio 2023.
- MARTINS, I. M. M. *Por uma geografia das migrações: estratégias de mobilidade e permanência em migrantes haitianos*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.
- MELO, S. P.; BRAGA, O. R.; SANTANA, J. F. Juventude rural e ensino superior público : trajetórias de estudantes de um campus universitário público do nordeste do Brasil. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, SP, v. 6, p.1-21, 2020. DOI: 10.20396/riesup.v6i0.8654480. Disponível em: <https://encr.pw/Q8GAI>. Acesso em: 3 abr. 2025.
- OLIVEIRA, Rachel Facundo. *Entre idas e vindas: um estudo sobre a cultura de migração e a circulação de jovens em cidades de porte médio da região Nordeste*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2025..
- SILVA SOBRINHO, H. F. da; RAMIRES, L. Discursos dispersos e articulados: a região Nordeste e os sentidos de evidência reproduzidos na mídia. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 25, n. 50, p. 145-165, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3CA-fnrC>. Acesso em: 19 maio 2023.
- LIMA, S. M. V. et al. *Juventude rural e as políticas e programas de acesso à terra no Brasil: recomendações para políticas de desenvolvimento*



para o jovem rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013, 184p. Disponível em: <https://l1nk.dev/Uu4xj>. Acesso em: 31 mar. 2025.

SILVA, M. B. Mobilidade digital na era da imobilidade urbana: um debate acerca das TICs na resolução dos problemas de adensamento das grandes cidades. *Comunicação e Sociedade*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 220-257, 2016. Disponível em: <https://encurtador.com.br/wkW6a>. Acesso em: 12 dez. 2022.

TEIXEIRA, E. P. *Influência da televisão no telespectador*: os meios de comunicação social como formadores da opinião pública. 2012. 117 f. Tese (Doutorado em Jornalismo) – Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, Vila Real, 2012. Disponível em: <https://tinyurl.com/5fxcstd3>. Acesso em: 18 maio 2023.

URRY, J. *Mobilities*. Cambridge: Polity Press, 2007

194 ZELINSKY, W. *The hypothesis of the mobility transition*. *Geographical Review*, v. 61, n. 2, p. 219-249, 1971.

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Venezuelanos em Trânsito, Imagens em Conflito: Migração, Resistência e Estéticas Digitais na Era da (I) mobilidade

*Venezuelans in Transit, Images in Conflict: Migration, Resistance, and
Digital Aesthetics in the Age of (Im)mobility*

Suzana Ramos Coutinho¹

Resumo: Este artigo analisa criticamente o papel das imagens produzidas por migrantes venezuelanos residentes no Brasil como dispositivos de resistência estética e política, em especial no contexto das redes sociais digitais, como TikTok e Instagram. A pesquisa parte da hipótese de que tais imagens não constituem meramente representações ou registros visuais da experiência migratória, mas sim práticas enunciativas performativas que reconfiguram regimes de visibilidade marcados por exclusão, racialização e silenciamento. A partir da observação sistemática de postagens públicas realizadas entre fevereiro e maio de 2025, foram identificadas práticas visuais que desestabilizam narrativas hegemônicas sobre a figura do migrante. A análise funda-

1 Pós-doutora em Antropologia Social pela University of Cambridge (2013), Ph.D. em Estudos da Religião pela Lancaster University, Inglaterra (2009), possui mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004) e graduação em Ciências Sociais (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000). É fotógrafa profissional pelo SENAC São Paulo e especialista em Fotografia como Arte Contemporânea pelo SENAC São Paulo. É professora e vice-coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião da PUC/São Paulo e professora Assistente Doutor I da Universidade Presbiteriana Mackenzie, atuando como docente no Programa de Pós-graduação em Educação, Arte e História da Cultura da mesma universidade. É editora temática da Revista TRAMA, na seção de História da Cultura. Atuou como avaliadora na Comissão de Avaliação de Pós-Graduação no Avaliação Quadrienal da CAPES (2016-2020) e foi suplente do conselho fiscal da ANPTECRE (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião) em 2023-2024. É sócia-efetiva da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), membro da LASA (Latin American Studies Association), membro da ISSR (International Society for the Sociology of Religion) e membro da IVSA (International Visual Sociology Association). É líder do grupo de pesquisa CEMI - Centro de Estudos Interdisciplinares sobre Migração e Imagem. Mãe de duas filhas, esteve em licença maternidade em 2016 e 2020. Tem experiência na área de Antropologia da Religião e Antropologia Visual, com ênfase em Religião, Migração, Fotografia e Gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: antropologia visual, fotografia, perspectivas políticas da imagem, religião, migração e diáspora, migração e imagem, migração e gênero, missões e estratégias missionárias, religiões orientais no Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5629-1914>. E-mail: sucoutinho@gmail.com.



menta-se em três eixos interdependentes: a) a dimensão performativa das imagens; b) as estratégias de visibilidade e resistência; e c) as interpelações políticas inscritas nos conteúdos compartilhados. Com base em autores como Azoulay (2011), Mirzoeff (2017), Gago (2018), Rose (2016) e Coutinho & Hida (2024), argumenta-se que essas imagens constituem formas de insurgência visual cotidiana, através das quais os sujeitos migrantes afirmam sua agência e reivindicam novos modos de pertencimento e reconhecimento no espaço público digital.

Palavras – Chave: Migração; Imagens digitais; Resistência

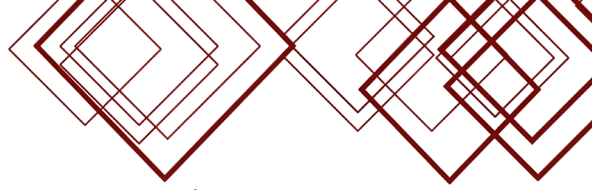
Abstract: This article critically examines the role of images produced by Venezuelan migrants residing in Brazil as devices of aesthetic and political resistance, particularly within the context of digital social networks such as TikTok and Instagram. The research departs from the hypothesis that such images are not merely representations or visual records of the migratory experience, but rather performative enunciative practices that reconfigure regimes of visibility marked by exclusion, racialization, and silencing. Based on a systematic observation of public posts published between February and May 2025, the study identifies visual practices that destabilize hegemonic narratives surrounding the figure of the migrant. The analysis is structured around three interdependent axes: (a) the performative dimension of the images; (b) strategies of visibility and resistance; and (c) political interpellations inscribed in the shared content. Drawing on authors such as Azoulay (2011), Mirzoeff (2017), Gago (2018), Rose (2016), and Coutinho & Hida (2024), it is argued that these images constitute everyday forms of visual insurgency through which migrant subjects assert their agency and claim new modes of belonging and recognition within the digital public sphere.

Keywords: Migration; Digital images; Resistance.

196

INTRODUÇÃO

As migrações atuais têm se estabelecido como uma articulação intrincada entre o deslocamento forçado, as limitações à mobilidade e a crescente utilização de tecnologias digitais, que atuam como mediadoras da vivência migratória. Em períodos caracterizados pelo acirramento de regimes de fronteira, fortalecimento de discursos xenofóbicos e proliferação de políticas segregacionistas, o corpo migrante se torna, ao mesmo tempo, objeto de vigilância e um agente silenciado. Neste contexto, a imagem digital desponta como um domínio de contenda primordial: um ambiente no qual se travam disputas simbólicas, se afir-



mam identidades e se desestabilizam narrativas hegemônicas.

A denominada “virada digital”, apresentada neste dossiê, diz respeito não somente ao aumento da presença das plataformas sociais na vida cotidiana das populações migrantes, mas também à mudança epistemológica que essa presença provoca. Plataformas como TikTok, Instagram, WhatsApp e Facebook não operam apenas como canais de comunicação entre indivíduos dispersos em diferentes localidades; elas configuram estruturas de visibilidade e intervenção política, por meio das quais vivências de mobilidade e (i) mobilidade são experimentadas, narradas, estetizadas e compartilhadas. Desse modo, a mediação digital das jornadas migratórias não apenas se sobrepõe aos processos transnacionais convencionais, mas também transforma as maneiras de existir e opor-se no mundo.

A partir dessa ótica, este artigo apresenta uma análise acerca da função política das imagens geradas e disseminadas por migrantes em plataformas digitais. Consideram-se essas imagens como mecanismos de resistência, cuja força está na capacidade de alterar as percepções estabelecidas acerca do “outro migrante” — frequentemente reduzido a representações estigmatizantes, desumanizadas e exploradas por narrativas de segurança. Propõe-se, ao contrário, examinar as imagens como manifestações de agência estética e epistêmica, que redimensionam a posição do sujeito migrante na esfera pública digital.

197

A problemática que embasa este artigo pode ser resumida da seguinte forma: como as representações veiculadas por migrantes nas mídias digitais atuam como formas de resistência e intervenções políticas frente aos atuais sistemas de exclusão e silenciamento? Ao analisarmos essa temática, promovemos um intercâmbio com o domínio dos estudos visuais críticos (Azoulay, 2011; Mirzoeff, 2017), da sociologia da



migração (Glick Schiller et al., 1992; Sassen, 2003) e da antropologia digital (Udupa & McDowell, 2019), articulando uma referência interdisciplinar voltada às epistemologias do Sul (Santos, 2019; Lander, 2000).

A investigação empírica foca em representações produzidas por migrantes venezuelanos residentes no Brasil, coletadas em plataformas digitais entre janeiro e maio de 2025. A escolha por esse conjunto baseia-se tanto na relevância geopolítica de suas trajetórias migratórias, quanto na abundância simbólica de suas narrativas visuais, frequentemente associadas a processos de racialização, precarização e resistência. Por meio de uma abordagem qualitativa, que se baseia na observação digital e na análise crítica de imagens, buscamos compreender como se dá a construção visual da própria identidade e da realidade por esses sujeitos.

198

Esta pesquisa também está relacionada a um esforço de reposicionamento metodológico no âmbito dos estudos migratórios, ao integrar a análise de imagens não apenas como mera ilustração ou apoio à narrativa textual, mas sim como uma fonte válida de conhecimento social. Nesse contexto, observamos as discussões recentes que promovem a aplicação de metodologias visuais como estratégias para abordar as desigualdades na produção do conhecimento (Rose, 2016). Em lugar de representar o migrante, deve-se ouvir e observar suas formas individuais de narrar e viver.

O ponto central de nossa argumentação reside na ideia de que a imagem, enquanto transita por ecossistemas algorítmicos e estruturados por lógicas mercadológicas (Zuboff, 2019), também se configura como um ponto de inflexão a partir do qual surgem formas de resistência. É neste jogo intenso entre vigilância e visibilidade que se con-

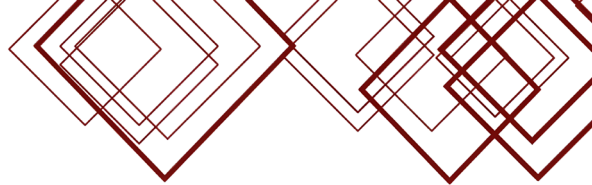


figura a política da imagem migrante no Sul Global. Neste artigo, essa reflexão foi desenvolvida a partir de uma introdução ao problema e à proposta analítica; do mapeamento do referencial teórico fundamentado em autores das pesquisas visuais críticas, da antropologia digital e das epistemologias do Sul; da descrição da abordagem metodológica e da discussão visual, com ênfase nas dimensões performativas, nas estratégias de resistência e nas interpelações políticas presentes nas visualidades migrantes. As conclusões destacam a importância da imagem como uma prática que reconfigura os regimes de visibilidade, além de atuar como uma linguagem desafiadora nas narrativas predominantes acerca de mobilidade, pertencimento e reconhecimento.

Perspectivas teóricas

Entender a migração contemporânea, especialmente no contexto do Sul Global, exige uma estrutura teórica capaz de interligar várias dimensões: políticas de (i)mobilidade, dinâmicas transnacionais, sistemas de visibilidade e estratégias de resistência. A literatura tradicional acerca da migração, durante várias décadas, teve a tendência de se basear na dicotomia entre mobilidade voluntária e forçada, frequentemente destacando os movimentos entre o hemisfério Sul e o hemisfério Norte a nível global. Pesquisadoras como Nina Glick Schiller, Linda Basch e Cristina Szanton-Blanc (1992) trouxeram uma mudança significativa ao apresentarem o conceito de transnacionalismo migrante, entendendo a migração não como uma separação entre locais de origem e de destino, mas sim como um processo relacional, sustentado por redes de conexões sociais, econômicas, religiosas e políticas que transpassam fronteiras nacionais. A concepção de transnacionalismo possibilita, assim, reevaluar a atuação dos indivíduos migrantes não apenas como

199

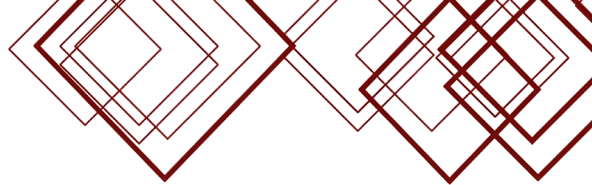


aqueles que “se deslocam”, mas também como criadores de realidades interligadas.

200

Entretanto, essa agência não atua em um vácuo. As modalidades de mobilidade contemporâneas são afetadas por hierarquias de poder que estabelecem quem tem autorização para se mover, em quais períodos e sob quais condições (Sassen, 2003). A “mobilidade global” possui traços de seletividade e racialização, sendo regulamentada por normas jurídico-administrativas que favorecem a movimentação de determinados indivíduos, ao mesmo tempo em que limitam a mobilidade de outros. A noção de (i)mobilidade, conforme discutida por Sheller e Urry (2006), se opõe de maneira substancial ao discurso que glorifica a era da mobilidade, uma vez que ressalta que, para um grande contingente de indivíduos, a imobilização se apresenta como uma imposição de natureza política, econômica e racial. No cenário da América Latina, o progresso de políticas conservadoras, o endurecimento das fronteiras e os deslocamentos gerados por crises humanitárias e ambientais, como nos casos da Venezuela e do Haiti, evidenciam a relevância do controle sobre a mobilidade como uma estratégia de governança. Dessa forma, ao tratar do fenômeno migratório sob a perspectiva política, é imprescindível compreender que o ato de deslocamento não diz respeito apenas ao espaço geográfico, mas também à reestruturação de sistemas de pertencimento, visibilidade e legitimidade.

A experiência migratória tem sido marcada por fenômenos de invisibilidade e/ou hipervisibilidade seletiva, muitas vezes afetados por narrativas veiculadas na mídia que retratam o migrante como uma ameaça, uma vítima ou um elemento superabundante. No presente contexto, as análises visuais críticas oferecem ferramentas eficientes para compreender a profundidade simbólica e política das representações visuais associadas à migração. Azoulay (2011), ao expor uma narrativa cí-



vica da fotografia, nos convida a modificar nossa percepção da imagem, que geralmente consideramos como um objeto de consumo ou uma representação estática, para compreendê-la como parte de um conjunto de interações entre o fotógrafo, o indivíduo fotografado e o público. Tal perspectiva é crucial para a análise das representações elaboradas por migrantes, pois desafia o papel passivo frequentemente conferido a eles nos discursos hegemônicos. A fotografia — ou, de forma mais ampla, a produção de imagens digitais — converte-se, nesse contexto, em um espaço de manifestação política.

Mirzoeff (2017) apresenta o conceito de contra-visão (*countervisuality*) para designar as práticas visuais que desafiam os regimes hegemônicos de visibilidade. Segundo a sua argumentação, o poder contemporâneo se revela através da visualidade — isto é, pela disposição do que é visível e pela maneira como isso deve ser interpretado. A resistência, assim sendo, manifesta-se também no âmbito das imagens, quando coletivos subalternizados criam e disseminam visões que questionam as formas estabelecidas de perceber e relatar o mundo.

201

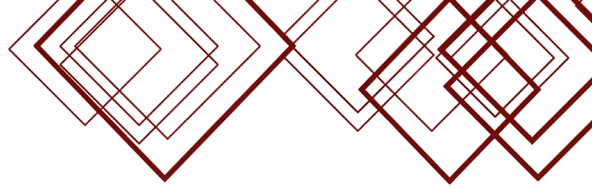
No contexto da migração, tais representações não apenas registram o deslocamento e a fragilidade, mas igualmente manifestam identidades, demandam reconhecimento e convocam expressões de solidariedade. Uma selfie registrada na fronteira, a gravação em vídeo da travessia e a veiculação de insatisfação em relação a um ato de racismo — todas essas manifestações visuais, embora frequentes, colaboram para um processo coletivo de formação de significado e de subjetividade política. Com a expansão das plataformas digitais, a imagem tornou-se um elemento essencial na constituição de sociabilidades, procedimentos comunicativos e manifestações identitárias.

No entanto, essas plataformas não demonstram imparcialidade.



Conforme demonstram Udupa e McDowell (2019), as mídias digitais se estabelecem como espaços de contestação política, nos quais se interconectam emoções, algoritmos, mecanismos de controle e hierarquias de poder. A investigação realizada por Zuboff (2019) nos ajuda a entender que a configuração do capitalismo de vigilância envolve a coleta, o armazenamento e a comercialização das imagens e informações geradas pelos usuários — incluindo os migrantes — muitas vezes sem a anuência de seus respectivos criadores. Esse debate se torna mais acirrado ao incorporarmos as contribuições teóricas da América Latina, que problematizam a colonialidade da percepção e do saber. Ruth Sautu (2003), ao refletir sobre as metodologias qualitativas na América Latina, destaca a importância de abordagens que levem em conta os contextos históricos e culturais distintos, sugerindo que a produção de conhecimento sobre migração deve englobar as experiências e as vozes dos próprios migrantes. Em consonância com essa perspectiva, Georgiou (2008), fundamentando-se no conceito de “potência plebeia”, analisa as formas pelas quais as populações marginalizadas — incluindo os migrantes — resistem, quotidianamente, às práticas neoliberais que visam o controle e a gestão da vida. A produção e a propagação de imagens por migrantes em ambientes digitais podem ser entendidas, nesse panorama, como uma tática estética de resistência, que se afasta das formas convencionais de representação institucional e revela as bases que sustentam a exclusão.

A produção estética de migrantes em meios digitais — caracterizada por performances, ironias e manifestações culturais — deve ser interpretada à luz de análises críticas latino-americanas acerca das visibilidades periféricas e das contendidas pela visibilidade. Coutinho (2021) sustenta que a “retórica visual” referente à migração demanda uma descolonização das formas de representação, rompendo com os estereó-



tipos veiculados pela mídia e permitindo a expressão das experiências marginalizadas. Segundo Coutinho, as imagens entrelaçam estética e política ao “desafiar a ordem política estabelecida, revelando o que foi intencionalmente ocultado” — um ato de resistência epistêmica que pressiona os regimes preponderantes de visibilidade. Nesse contexto, a atuação de migrantes haitianos ou venezuelanos nas redes sociais engendra práticas de “contra-regime” visual, uma vez que elaboram imagens que refutam a artificialidade das narrativas hegemônicas e afirmam uma existência complexa, multifacetada e resistente no âmbito da esfera pública digital.

Essa visão é ampliada pela pesquisa de Hida e Coutinho (2024), que investigam as representações visuais da migração venezuelana para o Brasil no âmbito da religião e da mídia. Ao articular essas perspectivas, constata-se que as visualidades periféricas desempenham um papel que vai além do mero reflexo, atuando como espaços dinâmicos de imaginação política. Ao criar e disseminar imagens de danças, orações ou atividades diárias, migrantes se posicionam contra os regimes de visibilidade que os limitam a estigmas ou a crises humanitárias. Eles rejeitam a passividade da vitimização e afirmam-se como protagonistas de sua própria narrativa visual — um ato de autonomia epistêmica que ecoa as propostas das epistemologias do Sul e da justiça visual.

203

A imagem, afastando-se de uma mera representação da realidade, exerce a função de mediadora de emoções, memórias e conflitos simbólicos. No âmbito da migração, as imagens digitais operam não apenas como arquivos, mas também como instrumentos que possibilitam a afirmação de identidade em um cenário marcadamente dividido, repleto de dor e em busca de validação. Assim, ao enfatizarmos as contribuições latino-americanas, reafirmamos a necessidade de uma teoria crítica da imagem e da mobilidade que não reproduza os paradigmas



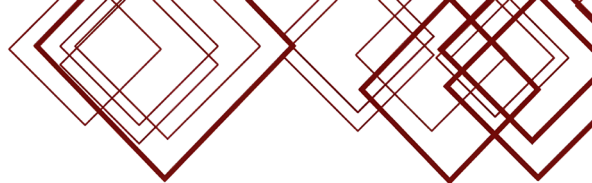
eurocêntricos, mas que se baseie na experiência concreta dos corpos em movimento no Hemisfério Sul.

É essencial entender a dualidade das plataformas: de um lado, elas disponibilizam oportunidades para o exercício da autonomia e da contestação; de outro, podem intensificar sistemas de monitoramento, estigmatização e censura. A avaliação crítica das imagens geradas por migrantes nas redes sociais deve, assim, considerar não apenas seu conteúdo, mas também as formas de difusão, os públicos que as recebem e os filtros algorítmicos que influenciam sua visibilidade. Sob essa ótica, a “virada digital” não deve restringir-se à incorporação de novas tecnologias, mas sim promover uma metamorfose nas maneiras de narrar, investigar e apreender a experiência migratória. Isso abarca o reconhecimento da primazia da imagem enquanto linguagem política, bem como a adoção de metodologias que considerem os conhecimentos e formas de expressão dos indivíduos migrantes.

204

A Imagem como Dispositivo de Resistência

A imagem presente neste contexto não é vista apenas como uma mera ilustração ou um recurso comunicativo, mas sim como um elemento essencial na constituição da subjetividade e na reorganização dos regimes de visibilidade que sustentam a experiência do migrante. A escolha metodológica baseou-se na abordagem proposta por Rose (2016), que indica que a análise crítica de imagens deve ser entendida como uma prática contextualizada, afetada por fatores vinculados ao poder, à autoria e ao ambiente de circulação. Partimos da premissa de que as imagens englobam diversas camadas de significados que vão além de sua aparência estética, não se limitando a servir como um mero elemento ilustrativo ou um suporte visual da vivência migratória, mas



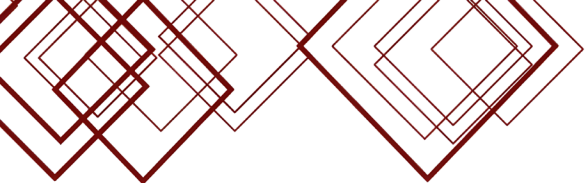
configurando-se como um artefato performativo capaz de constituir e transformar subjetividades, identidades e relações de poder. Baseando-se nas considerações de Coutinho (2021), em particular na proposta de “narrativas visuais migrantes”, este artigo tem como proposta uma análise crítica contextualizada de práticas visuais disseminadas por migrantes em plataformas digitais, com foco no TikTok e no Instagram.

De acordo com Coutinho e Santos (2022), a criação e a difusão de imagens pelos migrantes devem ser entendidas não somente como um registro ou representação de uma vivência, mas como uma prática política e existencial, impregnada de significados que transcendem um olhar meramente estético. A escolha do corpus foi fundamentada na análise de publicações públicas de perfis reconhecidos como pertencentes a migrantes venezuelanos que residem no Brasil, com ênfase particular em jovens adultos. A pesquisa foi conduzida entre fevereiro e maio de 2025, com ênfase em hashtags como #venezuelanstiktok, #venezuelanosnobrasil, #imigrante, #refugiados, dentre outras.

205

A investigação das imagens foi realizada com base em três eixos interligados: a) dimensões performativas das imagens (gestos, cenários, figurinos, legendas); b) estratégias de visibilidade e resistência (utilização de hashtags, confrontos simbólicos, códigos culturais); e c) interações políticas (mensagens diretas ou sutis direcionadas ao Estado, à sociedade receptora ou à comunidade transnacional). Esses eixos foram motivados pelas fundamentações teóricas discutidas anteriormente, como os conceitos de “imagem insurgente” (Azoulay, 2011), “contra-visão” (Mirzoeff, 2017) e “cosmopolitismo plebeu” (Georgiou, 2008).

É imprescindível destacar que, no contexto das migrações atuais, caracterizadas por deslocamentos forçados, racismo estrutural e políticas de criminalização da mobilidade, as imagens geradas por

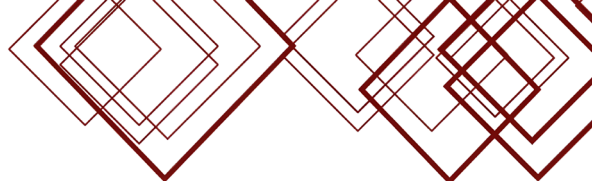


migrantes nas redes sociais não se apresentam como neutras ou isentas de implicações políticas. Em contrapartida, configuram-se como manifestações de agência e resistência simbólica, que reorganizam os regimes de visibilidade pelos quais esses indivíduos são representados (ou silenciados) nos discursos públicos e na mídia. Considerando os eixos metodológicos propostos, é possível perceber que essas imagens constituem uma estética de resistência, a qual desafia os mecanismos de exclusão e elabora contranarrativas acerca do significado de ser migrante no Brasil.

206

No âmbito das dimensões performáticas das imagens, observa-se uma predominância de publicações que dramatizam, com intensa carga estética e simbólica, o corpo do migrante como um espaço de expressão política. Em gravações compartilhadas no TikTok, que possuem as hashtags #venezuelanosnobrasil ou #imigrante, jovens oriundos da Venezuela aparecem vestidos com trajes formais, executando danças de canções populares brasileiras, ou engajando-se em tendências globais, utilizando legendas como “sou migrante, não sou ameaça”. O contexto urbano periférico, frequentemente observado, não é eliminado, mas assimilado à performance, reforçando a concretude da migração e da vida cotidiana. Com base na concepção de “narrativas visuais migrantes” proposta por Coutinho e Santos (2022), podemos considerar essas performances como manifestações de reinvenção da identidade do migrante: não se limita a uma simples exibição, mas sim à demonstração de agência e domínio sobre a própria visibilidade.

A estética da performance diária se entrelaça com os rituais de afiliação. Diversos vídeos examinados revelam manifestações religiosas, celebrações ou almoços comunitários que, ao serem divulgados, formam um “registro da vida migrante”, que contradiz a concepção do migrante como um indivíduo solitário, deslocado ou em desvantagem.



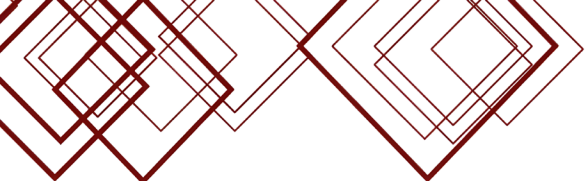
Conforme aponta Rose (2016), a avaliação crítica de imagens deve levar em conta não apenas o conteúdo visual, mas também os contextos sociais e espaciais nos quais são geradas e disseminadas. Esses vídeos geram uma política da intimidade, configurando-se como um meio de resistência.

O segundo eixo, referente às estratégias de visibilidade e resistência, expõe a utilização estratégica das plataformas e de seus códigos algorítmicos pelos migrantes. A apropriação de hashtags específicas, o uso de músicas populares com mensagens de teor político e o domínio em formatos digitais evidenciam um entendimento profundo das diretrizes da visibilidade no ambiente digital. Ao invés de se apresentarem unicamente como “vítimas” do processo migratório, numerosos indivíduos geram representações que desafiam essa categorização e redefinem sua posição no espaço público. Por exemplo, gravações que satirizam estratégias de ação policial ou que apresentam diálogos fictícios com agentes fronteiriços representam modalidades de resistência simbólica que ressignificam a violência institucional enfrentada por esses indivíduos.

207

Neste contexto, é pertinente reexaminar Mirzoeff (2017) e a ideia de “contra-visão”: os migrantes, ao criarem essas imagens, estabelecem novas formas de percepção que não apenas se opõem às visões predominantes, mas também tornam explícito o que anteriormente era ocultado. Refere-se a uma revolta visual que se manifesta em diversas dimensões — estética, afetiva, política — e que contesta os regimes de representação eurocentrados e de segurança. O corpo negro, juvenil e migrante, historicamente vinculado à noção de perigo, ressurge neste contexto como agente de inventividade, dignidade e resistência — uma reconfiguração essencial das fronteiras do que é perceptível.

O terceiro e último eixo analítico apresentado neste contexto,

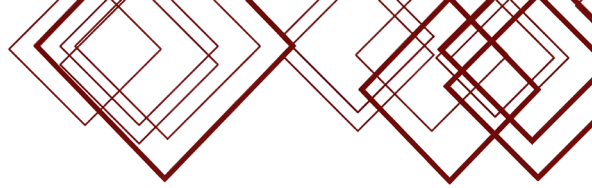


referente às interpelações políticas, revela de que maneira as imagens examinadas se relacionam com estruturas de poder determinadas, ainda que não ocorram de maneira sempre explícita. Diversas publicações não acusam diretamente o Estado ou órgãos migratórios, mas constroem narrativas que evidenciam as consequências de políticas restritivas, do racismo estrutural e das condições precárias enfrentadas. A frase “minha cor não é meu crime”, por exemplo, atua como uma interpelação ao sistema de segurança pública e aos discursos veiculados pela mídia que vinculam racialidade e periculosidade. Simultaneamente, gravações que evidenciam filas em abrigos, obstáculos relacionados ao idioma ou contextos de informalidade nas ocupações ilustram uma crítica à estrutura excludente da sociedade brasileira, sem recorrer a um discurso de vitimização.

208

Tal interpelação também se revela por meio de uma estética do cotidiano. Conforme evidenciam Coutinho e Hida (2024), a resistência não se manifesta apenas por meio de grandes ações ou denúncias explícitas, mas pela persistência dos corpos em existir, mesmo diante da precariedade. Ao compartilhar suas experiências, os migrantes inserem-se em um mapeamento afetivo que contesta as limitações nacionais e discursivas da cidadania. As imagens examinadas, nesse contexto, funcionam como estruturas simbólicas de pertencimento e solidariedade — e não meramente como documentação de deslocamento.

Ao considerarmos essas imagens como instrumentos de resistência, confirmamos sua habilidade não apenas de representar a migração, mas de configurá-la como uma prática performativa e política. Elas realizam uma dupla subversão: desestabilizam os regimes hegemônicos de visibilidade e, ao mesmo tempo, promovem novas formas de estética e sociabilidade. Isso não significa desconsiderar a precariedade ou a vulnerabilidade dos indivíduos migrantes, mas contextualizar sua agência



dentro das contradições das plataformas digitais — que, conforme assinala Zuboff (2019), são também áreas de vigilância, coleta de dados e comercialização do afeto. Essas estratégias não apenas interrogam as maneiras de invisibilização e criminalização desses indivíduos, como também estabelecem novas linguagens políticas no âmbito da imagem. Conforme ressalta Ariella Azoulay (2011), a imagem insurgente desafia o regime visual predominante ao gerar alterações nas interações entre o observador, o observado e o que é passível de ser visualizado.

A investigação das imagens geradas por migrantes em plataformas digitais revela que a busca por visibilidade transcende a mera presença no espaço público; trata-se de um confronto direto contra os mecanismos de silenciamento, controle e deslegitimação que permeiam a vivência migratória no Sul Global. Num contexto midiático predominantemente configurado por representações que vinculam a migração à crise, à ameaça ou à necessidade, os migrantes que constroem suas próprias imagens confrontam as formas hegemônicas de percepção e de relato. A imagem, nessas circunstâncias, não se restringe a uma mera representação; ela constitui a criação de presença e a elaboração de um universo. Conforme indicam Coutinho e Hida (2024), as visualidades migrantes constituem estratégias epistemológicas que desafiam a colonialidade da imagem ao transpor os migrantes da condição de objetos a serem representados para a de sujeitos que enunciam, desempenham e reconfiguram seus próprios regimes de visibilidade.

209

Considerações finais

Este artigo procurou refletir criticamente sobre o papel das imagens produzidas por migrantes em redes sociais digitais como dispositivos de resistência política e estética diante dos regimes de exclusão que

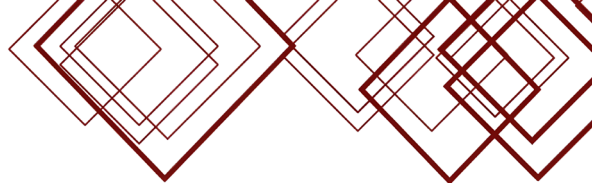


caracterizam o cenário migratório contemporâneo. Partimos da hipótese de que essas imagens não apenas representam experiências migratórias, mas constituem práticas enunciativas que interpelam a ordem visual dominante, produzem contranarrativas e reivindicam novas formas de pertencimento e reconhecimento. Nesse sentido, compreendê-las exige ir além da análise de conteúdo e adentrar os regimes de visibilidade, os circuitos afetivos e os dispositivos de poder que moldam sua produção, circulação e recepção.

210

A centralidade da imagem na experiência migratória atual revela o que autores como Ariella Azoulay (2011) e Nicholas Mirzoeff (2017) definem como uma disputa pelos regimes de visibilidade: quem pode aparecer, como, e com que efeitos. Buscamos demonstrar aqui que as imagens produzidas por jovens migrantes venezuelanos no Brasil e disseminadas por meio de plataformas como TikTok e Instagram constituem formas de insurgência visual cotidiana. Essas práticas visuais não assumem, em geral, o formato de confrontos diretos ou espetaculares, mas se expressam por meio de performances corporais, apropriações de estéticas populares e interpelações discretas, porém potentes. Ao fazê-lo, desestabilizam as formas hegemônicas de representação do sujeito migrante e instauram novas possibilidades de presença e reconhecimento na esfera pública digital.

A proposta de articulação entre estudos da migração, estudos visuais críticos e epistemologias do Sul mostrou-se fecunda para compreender essas práticas visuais não apenas como objetos de análise, mas como enunciados políticos situados. A inserção de contribuições latino-americanas, como as de Suzana Coutinho (2021; 2022; 2024) e Verónica Gago (2018), permitiu deslocar o foco da produção acadêmica hegemônica para perspectivas que valorizam o saber insurgente, os afetos periféricos e as narrativas visuais contra-hegemônicas. Ao fazer



isso, o artigo contribui para a construção de uma crítica visual decolonial, atenta às formas pelas quais sujeitos subalternizados constroem outras formas de ver, dizer e existir no mundo.

Do ponto de vista metodológico, a análise de imagens digitais requer abordagens sensíveis, éticas e comprometidas com o contexto de produção e circulação dos materiais. A escolha por imagens produzidas por migrantes e compartilhadas em espaços públicos ou semifechados, aliada à observação digital e à escuta atenta de coletivos e organizações de apoio, permitiu uma leitura situada, que busca respeitar os sentidos atribuídos pelos próprios sujeitos às suas práticas visuais. Mais do que interpretar, trata-se de escutar o que essas imagens dizem com e por meio dos corpos que as produzem.

As estratégias de visibilidade adotadas nos vídeos analisados (hashtags, trilhas sonoras, filtros, etc) revelam um domínio refinado das lógicas algorítmicas e comunicacionais das plataformas digitais. Nesse cenário, os migrantes não apenas “usam” as redes, mas as dobram a seus próprios interesses e necessidades, transformando-as em arenas de produção de sentido e de disputa política. Ainda que circunscritas por estruturas de vigilância e mercantilização, essas práticas visuais insurgentes escapam aos marcos institucionais da representação, operando por fissuras e brechas que desestabilizam as fronteiras entre o visível e o invisível, entre o legítimo e o marginal.

211

É importante reconhecer os limites e as contradições inerentes a esse campo de análise. As imagens migrantes circulam em ambientes digitais regidos por lógicas capitalistas, onde algoritmos modulam visibilidade e onde a estética da diferença é, muitas vezes, mercantilizada. No entanto, é justamente nesse campo tenso entre vigilância e visibilidade, que os sujeitos migrantes constroem suas resistências. Como demons-

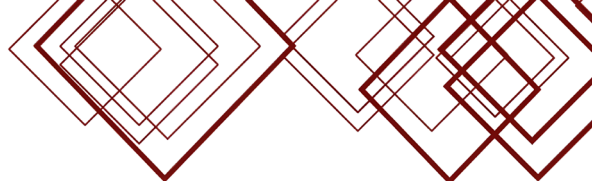


trado por Zuboff (2019), as plataformas digitais são também espaços de captura de dados e de biopoder. Mesmo assim, os migrantes as habitam de maneira estratégica e inventiva, exercendo o que Coutinho (2022) chama de retóricas visuais insurgentes.

Buscamos demonstrar aqui que a imagem migrante, quando produzida a partir da experiência pessoal não apenas reflete o mundo, mas o reconfigura. E é justamente nesse potencial de reconfiguração que reside sua potência de resistência. Reivindicar a centralidade da imagem nos estudos migratórios é, portanto, também um gesto de insurgência epistêmica: é reconhecer que outras formas de saber, de narrar e de existir são possíveis, necessárias e já estão em curso.

Referências bibliográficas

- 212 AZOULAY, Ariella. *The Civil Contract of Photography*. New York: Zone Books, 2011.
- COUTINHO, Suzana Ramos. Migração e imagem: perspectivas teóricas da retórica visual. *Cadernos CERU (USP)*, v. 32, p. 33-45, 2021.
- COUTINHO, Suzana Ramos; SANTOS, Jesner Ezequiel . Migration and Syrian Conflict: The Narrative Behind the Image. *REVISTA VISTA*, v. 9, p. 1-15, 2022.
- COUTINHO, Suzana Ramos; HIDA, Ricardo. Religion and Migration: Visual Representations of Venezuelan Migration in Brazil. *International Journal Of Latin American Religions*, v. 1, p. 1-14, 2024.
- GAGO, Verónica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante, 2018.
- GLICK SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; SZANTON-BLANC, Cristina. *Towards a definition of Transnationalism: Introductory*



- remarks and research questions. In: GLICK SCHILLER, Nina (ed.). *Towards a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity, and Nationalism Reconsidered* (Annals of the New York Academy of Sciences). New York Academy of Sciences, 1992.
- MIRZOEFF, Nicholas. *The Right to Look: A Counterhistory of Visuality*. Durham: Duke University Press, 2017.
- LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2000.
- ROSE, Gillian. *Visual Methodologies: An Introduction to Researching with Visual Materials*. London: SAGE Publications, 2016.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- SASSEN, Saskia. 'Globalization or Denationalization?', *Review of International Political Economy*, 10, pp. 1-22, 2003.
- SAUTU, Ruth. *El método biográfico: la reconstrucción del mundo interior de los actores sociales*. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1999.
- SHELLER, Mimi and URRY, John. The New Mobilities Paradigm. *Environment and Planning A*, vol. 38, issue 2, 207-226, 2006.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the Subaltern Speak? In: MORRIS, Rosalind (Ed.). *Can the Subaltern Speak? Reflections on the History of an Idea*. New York: Columbia University Press, 2010. p. 21-78.
- UDUPA, Sahana; McDowell, Stephen. *Media as Politics in South Asia*. London: Routledge, 2019.
- ZUBOFF, Shoshana. *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. New York: PublicAffairs, 2019.

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Likes, lutas e legados: mobilidades transnacionais de instrutores de Jiu-Jitsu e suas representações no Instagram

Likes, struggles, and legacies: transnational mobilities of Jiu-Jitsu instructors and their representation on Instagram.

João Júlio Gomes dos Santos Júnior¹

Resumo: Este artigo analisa as migrações globais de instrutores de Jiu-Jitsu nos meados do século XX, com foco nas narrativas produzidas pelo perfil @muito_antes_do_mma no Instagram. A proposta é investigar como o passado esportivo é reconfigurado no presente das redes sociais, com exaltações individuais e ausências contextuais. A partir da História Global Integrada, o estudo problematiza a falta de enquadramentos históricos nas postagens, que fetichizam trajetórias e obscurecem os processos sociais da época. Ao articular mobilidades transnacionais, plataformas digitais e memória esportiva, o artigo contribui para debates sobre história pública digital e os usos contemporâneos do passado nas mídias sociais. Por fim, propõe alternativas narrativas que poderiam conectar o passado do Jiu-Jitsu às estruturas históricas que os tornaram possíveis.

Palavras-chave: Jiu-Jitsu; Instagram; narrativas

Abstract: This article examines the global migrations of Jiu-Jitsu instructors during the early twentieth century, focusing on the narratives shared by the Instagram account @muito_antes_do_mma. It explores how the sporting past is reconfigured in today's social media, often through individual glorification and a lack of historical context. Drawing on the framework of Integrated Global History, the study critiques tendency to fetishize personal trajectories while overlooking the broader social processes of the time. By connecting transnational mobility, digital platforms, and sports

¹ Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e professor permanente dos Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e do ProfHistória. Doutor em História pela PUCRS com período *sandwich* na *Frei Universität Berlin*. Mestre em História pela PUCRS. Licenciado e Bacharel em História pela UFSM. Bolsista de pós-doutorado CAPES/PNPD junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-2627-5558>. E-mail: joao.junior@udesc.br.

memory, the article contributes to discussions about digital public history and the contemporary uses of the past on social networks. Finally, it proposes alternative narrative strategies that more effectively link the history of Jiu-Jitsu to the structural conditions that made it possible.

Keywords: Jiu-Jitsu; Instagram; narratives

Introdução

“Em 1906 o mestre japonês Kichisaburō Sasaki (1872-1924) chegou à Hungria para ensinar Jiu-Jitsu (Judô)”². É desta forma que o @muito_antes_do_mma, um perfil do Instagram dedicado a apresentar os pioneiros globais do Jiu-Jitsu, começa a publicação de 02 de julho de 2023. A postagem possui sete páginas em forma de “carrossel”, sendo que as duas últimas são apenas propagandas dos livros *Muito Antes do MMA: o legado dos precursores do Vale Tudo no Brasil e no mundo*, de autoria de Elton Silva e Eduardo Corrêa (SILVA; CORRÊA, 2020a, 2020b, 2020c). Na segunda página da postagem aparece mais informa-
ções sobre esse personagem:



2 https://www.instagram.com/p/CuNsXeWJRJ/-?img_index=1 [acessado em 9 de maio de 2025].



Figura 1: HUNGRIA – Jiu-jitsu. p. 2. Fonte: @muito_antes_do_mma³.

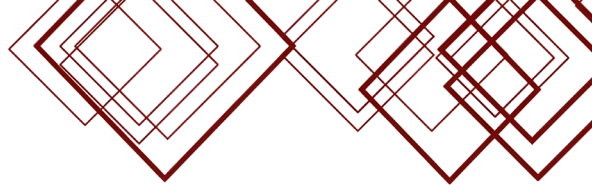
O perfil do Instagram em questão foi criado pelo próprio Eduardo Corrêa e representa um esforço de divulgação não acadêmica sobre a história global do Jiu-Jitsu⁴. São 82 postagens sobre uma miríade de instrutores de Jiu-Jitsu que migraram e circularam pelo mundo divulgando a arte marcial japonesa, tal qual Kichisaburô Sasaki que, como citado, depois de realizar a rigorosa seleção para formação de instrutores na Hungria, foi para Alemanha para ampliar seus estudos e chegou a dar aulas de Judô para realza alemã.

216 As publicações do perfil não seguem nenhum tipo de lógica, nem mesmo cronológica. Mesmo que exista uma preocupação estética na adoção dos dois tipos de padrões utilizados, o primeiro com tons claros e o segundo com tons escuros, não há intensão de regular a sequência das publicações (MANOVICH, 2016, p. 15). Elas cobrem um longo período histórico, desde o final do século XIX até meados da década de 1950. Nessas postagens são citados dezenas de países, alguns mais de uma vez, e há uma clara intensão de recuperar minimamente as trajetórias dos indivíduos que compõem o panteão de pioneiros do Jiu-Jitsu mundial.

A proposta deste artigo é problematizar a estrutura narrativa empregada por esse perfil do Instagram, discutindo as formas adota-

3 Disponível em: https://www.instagram.com/p/CuNsXeWJRJ-/?img_index=2 [acessado em 9 de maio de 2025].

4 O perfil @muito_antes_do_mma possui, atualmente, 82 publicações, 1409 seguidores e segue outros 157 perfis. Ver: https://www.instagram.com/muito_antes_do_mma/ [acessado em 9 de maio de 2025]. A discussão sobre a estrutura do Instagram enquanto rede social e formas de abordá-lo metodologicamente, assim como as demais características desse perfil, já foram objetos de reflexão. Para mais informações, ver: SANTOS JR., 2024.



das para representar a mobilidade desses instrutores de Jiu-Jitsu, que migraram e circularam pelo mundo divulgando a arte marcial japonesa. Ao considerar as representações do passado esportivo publicadas no Instagram como fontes de pesquisa para os historiadores no e do tempo presente, essa leitura oferece um caminho para refletir sobre os impactos da virada digital no ofício do historiador (ALMEIDA, 2011, p. 12; LUCCHESI; OLIVEIRA, 2024, p. 4; SILVEIRA, 2016, p. 280).

Para tanto, o artigo estará fundamentado na história global integrada (CONRAD, 2019) e será dividido em duas partes principais. A primeira parte do artigo envolve uma discussão em torno das condições históricas estruturais que possibilitaram que no Japão, no final do século XIX e início do século XX, diversos indivíduos pudessem migrar e estabelecer contatos transculturais a partir de um projeto de diplomacia cultural de divulgação do Jiu-Jitsu. Na segunda parte do texto será feita a análise de algumas postagens do @muito_antes_do_mma oferecendo elementos de contraposição. Com isso ficarão claras as escolhas narrativas empregadas pelo perfil, em especial a exaltação de trajetórias individuais baseadas no pioneirismo e conquistas pessoais, sem oferecer subsídios para compreensão dos processos históricos que atravessam essas migrações. Na última seção serão feitas algumas considerações finais e um esboço de alternativas narrativas para representar a circulação transnacional dos instrutores japoneses de Jiu-Jitsu no início do século XX.

217

O “momento global” japonês

O historiador alemão Sebastian Conrad é um defensor da história global integrada, que ele define como uma abordagem que leva em consideração fenômenos sincrônicos aliados a uma análise das transformações históricas estruturadas (CONRAD, 2019, p. 87). Isso significa



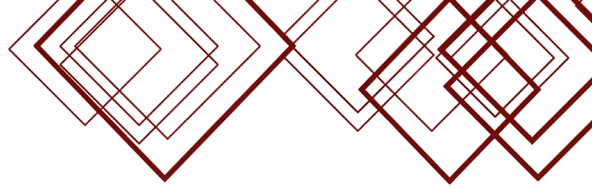
levar em consideração aspectos das condições estruturais que um determinado contexto histórico possui e buscar as manifestações do fenômeno que se está analisando sempre priorizando a simultaneidade dos eventos em diferentes espaços geográficos, como forma de escapar ao nacionalismo metodológico que prepondera em pesquisas históricas.

Contudo, de acordo com Conrad, alguns eventos são tão emblemáticos que eles acabam se tornando “globais” pela sua significação, alcance e influência:

Acontecimentos emblemáticos - como o 11 de setembro de 2001, as revoltas de 1989 ou os protestos de 1968, o crash de Wall Street de 1929, a vitória japonesa sobre a Rússia em 1905, ou até mesmo a erupção do vulcão indonésio Krakatoa em 1883 (que alguns historiadores chegaram a nomear como primeiro acontecimento midiático global da história) - têm sido interpretados como momentos globais, momentos que foram compreendidos de formas significativamente diferentes e, em alguns casos, contraditórias, mas que, ainda assim, foram apropriados e serviram como pontos de referência globais (CONRAD, 2019, p. 187).

218

A vitória japonesa sobre a Rússia czarista, em 1905, ser classificada como um desses “momentos globais” torna-se central para refletirmos sobre as condições históricas que possibilitaram que inúmeros indivíduos pudessem migrar para outros países e estabelecessem contatos transculturais a partir da oferta de instrução de Jiu-Jitsu nesses espaços. Em outras palavras, é preciso compreender as condições econômicas, sociais e políticas que possibilitaram que o Japão se tornasse um exemplo bem-sucedido de modernização, especialmente militar, e que passasse a servir de modelo até mesmo para importantes potências ocidentais que adotariam a arte marcial na formação e instrução das suas tropas (ROUSE, 2015, p. 468; TONOOKA, 2017, p. 96).

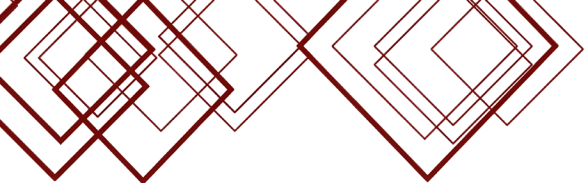


Nesse sentido, a vitória de 1905 representa o auge (militar) de um processo histórico de amplas mudanças que ficou conhecido como período Meiji (1868-1912). No período Tokugawa 1603-1867 (também conhecido como período Edo), a sociedade japonesa era dominada pelo poder provincial dos senhores (*han*) em seus territórios (*daimyo*), e o país estava longe de ter uma estrutura política centralizada para além do governo militar dos xogunatos (*bakufu*). A sociedade era segmentada em estamentos que se separavam um dos outros em termos de ofício, status, ocupação e com claras divisões de tarefas. Por exemplo, os samurais eram a classe guerreira e funcionária pública, sendo proibido para eles a posse da terra e a realização de atividades comerciais; os camponeses plantavam, colhiam e pagavam impostos; os comerciantes poderiam lucrar, mas integravam a classe mais baixa da sociedade (ORTIZ, 2000, p. 47–48).

219

Toda essa estrutura hierárquica vai ser reconfigurada a partir das reformas Meiji, tais como a nacionalização da terra, a abolição das quatro classes feudais (daimios, samurais, camponeses e comerciantes) e a adoção do serviço militar obrigatório, que retirou dos samurais o monopólio sobre a violência (CHESNEAUX, 1976, p. 44; HENSHALL, 2005, p. 143). A partir desse momento o Japão passa a adotar uma série de práticas ocidentais que serão introduzidas no âmbito político, nas forças armadas, na indústria, na economia e na sociedade em geral – como, por exemplo, adoção do calendário solar (1873); telégrafos (1869); serviço postal (1871); jornais modernos (desde início da década de 1870); vestuário ocidental obrigatório para autoridades governamentais (1872); etc. (HENSHALL, 2005, p. 114).

Os japoneses buscavam soluções estrangeiras para tudo, mas isso não quer dizer que esses padrões não seriam testados e adaptados, como mostra Renato Ortiz,

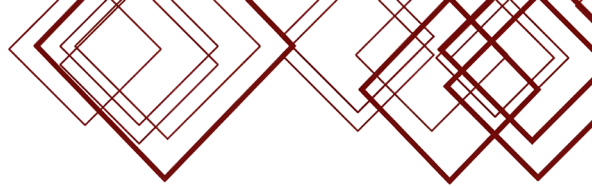


O que surpreende no caso japonês é a amplitude da importação sistemática e seletiva dessas ferramentas. Da Bélgica vem o modelo do Banco Japonês; da Alemanha o do exército; dos Estados Unidos, o da escola primária, do sistema bancário nacional; da França, o do exército, da escola primária, da polícia civil, da polícia militar, do sistema judiciário; da Grã-Bretanha, o da marinha, do sistema telegráfico, postal e de poupança. Os padrões importados são testados, algumas vezes trocados (o modelo do exército alemão prevalece sobre o francês), para em seguida ser colocados em funcionamento (Ortiz, 2000, p. 54).

220

Esse processo de intensa modernização e importações de soluções estrangeiras é o contexto histórico que transformou a maneira como as artes marciais eram consideradas no Japão. No período Meiji ocorreu uma rápida substituição das tradicionais artes marciais por exercícios militares europeus, até que Kano Jigoro, em 1882, reagisse a esse cenário e adaptasse o Jiu-Jitsu (*jujutsu*), um tradicional estilo de autodefesa sem armas praticados pelos samurais, transformando-o em um esporte nacional, o Judô (*judô*), que se tornaria símbolo da identidade nacional japonesa moderna (Mandell, 1984, p. 101; Shun, 1998, p. 163–164).

Com a criação da academia Kodokan, a invenção operada por Kano inaugurou um novo tipo de arte marcial mais apropriada para o mundo moderno, em que a cultura do corpo estava associada a identidade nacional japonesa (Shun, 1998, p. 169). Essa mudança foi acompanhada também em outras artes marciais que passaram a ser chamadas coletivamente de *budô*, tais como *kendô*, *karate-dô* e *aikidô*. A mudança semântica de “-jutsu” para “-dô”, criando *judô*, sinalizava que o novo esporte não era apenas uma técnica de autodefesa, mas sim uma ferramenta para o aperfeiçoamento próprio do indivíduo. E essa transformação do *budô* só foi possível porque ela estabelecia ligações com o *bushidô* (caminho do samurai), uma tradição inventada que coloca a ética samurai como um aspecto definidor do caráter nacional japonês – e que



continua sendo utilizado discursivamente até os dias de hoje (Benesch, 2014, p. 2; Carr, 1993, p. 173; Solmoe, 2024, p. 595).

O rápido crescimento da Kodokan, que pulou de 9 para 2755 alunos matriculados em um ano, só foi possível a partir da vitória dos seus estudantes em competições públicas contra outras escolas em eventos patrocinados pela polícia metropolitana de Tokyo. Esse destaque abriu espaços institucionais para Kano e seus pupilos se tornarem professores de judô em diversas instituições, como universidades, escolas e forças armadas (Shun, 1998, p. 166–167).

A institucionalização dessa nova arte marcial nos meios militares, somada ao alistamento militar obrigatório, foi interpretada como o segredo por trás do sucesso militar dos japoneses nas invasões imperialistas do período Meiji, como a vitória contra a China (1894-95), anexação de Taiwan (1895) e Coréia (1910), além da vitória contra a Rússia czarista (1904-05). De acordo com Benedict Anderson, essas vitórias militares “propagandeados através das escolas e da imprensa, foram de imensa valia para criar a impressão geral de que a oligarquia conservadora [Meiji] era uma representante autêntica da nação, enquanto os japoneses começavam a se imaginar membros dela” (Anderson, 2008, p. 144).

221

Essas vitórias despertaram um interesse renovado das potências ocidentais sobre o Japão – agora não mais como um “japonismo” típico da década de 1860, que refletia um entusiasmo sobre aquele império recluso por mais de duzentos anos (1639-1854), em uma perspectiva de construção do “outro” exótico oriental (DEZEM, 2005, p. 129; SAID, 2007, p. 27). O interesse agora girava em torno do sucesso japonês em diferentes áreas, incentivando projetos de reorganização militar e reformas educacionais no ocidente (TONOOKA, 2017, p. 96), mas



também causando ansiedades sobre aspectos como raça e masculinidade, em função da eficiência da arte marcial japonesa em comparação com outras modalidades ocidentais, trazendo à tona discussões sobre um “perigo amarelo” também associado as migrações transnacionais do período (DEZEM, 2005, p. 150; ROUSE, 2015, p. 450).

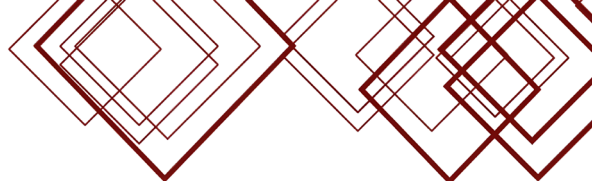
Esse movimento de instrutores de artes marciais japonesas, que circularam ao redor do mundo no início do século XX, são reflexos de um projeto de diplomacia cultural baseado na divulgação dos esportes. Aqui, entendo diplomacia cultural no mesmo sentido defendido por Glenn Solmoe (2024, p. 595), como “uma forma de diplomacia pública que visa influenciar a audiência estrangeira e aumentar o soft power de um país alavancando sua cultura” ⁵.

222 Na literatura acadêmica sobre diplomacia cultural, há esparsa pesquisa que enfoque atores que operem a margem do controle governamental (GRINCHEVA, 2024, p. 182). Contudo, o exemplo aqui evocado tanto por agentes oficiais do governo japonês (Kano Jigoro) quanto por pessoas sem ligações governamentais e institucionais, representam uma clara circulação espontânea de pessoas e ideias que favorecem o movimento de um “poder difuso” ⁶ de diplomacia cultural (SOLMOE, 2024, p. 595).

Um exemplo oficial pode ser visto na própria atuação de Kano Jigoro, que excursionou doze vezes ao redor do mundo entre 1889 e 1938 promovendo o Judô para torná-lo um esporte olímpico, além de enviar os seus pupilos para diversos lugares do mundo, como Reino

⁵ Tradução livre. No original: “Cultural diplomacy is a form of public diplomacy that aims to influence foreign audiences and increase a country’s soft power by leveraging its culture.”

⁶ Tradução livre. No original: “Despite this ‘scattered power’, it is still possible to identify trends in Japan’s cultural diplomacy that hints to long-term strategies regarding judo.”



Unido, França, Alemanha, Itália, Hungria, Romênia, Turquia, Egito, Estado Unidos e Canadá (SATO, 2013, p. 303–305; SVINTH, 2003, p. 56). Se o Judô representava uma forma de difusão formal da cultura japonesa, o Jiu-Jitsu, por outro lado, experimentou caminhos menos oficiais e muito mais diversos. Esse foi o caso, por exemplo, do norte-americano John O'Brien (1905, p. 1), que aprendeu Jiu-Jitsu no período que atuou como policial em Nagasaki e, depois que retornou aos Estados Unidos, se tornou professor do Presidente Theodore Roosevelt – sendo depois substituído por Yamashita Yoshiaki, um dos melhores pupilos de Kano Jigoro que havia sido contratado, originalmente, para dar aulas de Judô para o filho de um rico cidadão norte-americano, até que foi descoberto e recrutado pelo presidente (SATO, 2013, p. 307; SVINTH, 2003, p. 55). Outros exemplos podem ser encontrados na própria atuação de Kano que, ao longo das suas excursões mundiais, procurou recrutar para Kodokan emigrantes japoneses que davam aulas de Jiu-Jitsu em diferentes países, como os casos de Koizumi Gunji e Tani Yukio, da academia Budokwai de Londres, ou ainda Kawaishi Mikinosuke, que estava estabelecido em Paris (SOLMOE, 2024, p. 596).

223

O que chama atenção é que esse movimento de difusão subverteu aquele que a maioria dos esportes modernos percorreu, de surgimento no ocidente para posterior divulgação no resto do mundo. Aqui, os exemplos do Judô e do Jiu-Jitsu partem do oriente e se tornam globais alterando a lógica eurocêntrica difusionista (CONRAD, 2021, p. 110–111; SATO, 2013, p. 299).

Portanto, o que temos é um processo de circulação global de instrutores de Judô e Jiu-Jitsu no início do século XX. Esses migrantes se estabeleceram em diversos países; alguns criaram suas próprias academias para o ensino de artes marciais; outros encontraram empregabilidade nas forças armadas dos países ocidentais, que buscavam adotar



as novidades internacionais em termos de preparação técnica e física (CANCELLA, 2014, p. 37–38); os mais intrépidos lançaram-se em desafios públicos contra praticantes de outros esportes e artes marciais nacionais, quase sempre em disputas que envolviam dinheiro; muitos permaneciam um tempo em um país até aparecer algum tipo de convite, ou oportunidade, para migrar e tentar se estabelecer em outros lugares.

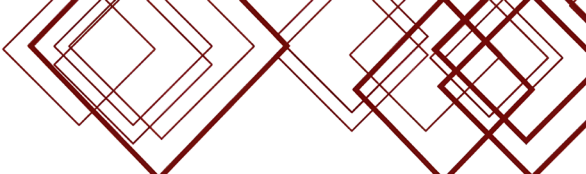
Essa diversidade de possibilidades de trajetórias está expressa nas publicações realizadas pelo @muito_antes_do_mma. No entanto, como veremos, as formas narrativas adotadas privilegiam a exaltação e feitos individuais, sem nenhum tipo de substrato contextual que possibilite compreender os processos históricos descritos na primeira parte deste artigo.

224

Trajetórias transnacionais

A maneira como Sebastian Conrad resolve a questão metodológica da história global a partir da perspectiva integrada pode ser vista no seu artigo sobre a trajetória de Eugene Sandow, o famoso fisiculturista que rodou o mundo e obteve sucesso internacional defendendo novos padrões de beleza e ideias de cultivo do corpo atlético. A estrutura argumentativa está assentada na seguinte explicação:]

Portanto, para avaliar os mecanismos que tornaram Sandow atraente para diferentes públicos, o próprio Sandow é o ponto de partida errado (assim como a recepção global do Judô não pode ser atribuída às viagens de Kano). Em vez disso, precisamos explorar os contextos que possibilitaram e moldaram sua recepção transnacional. Em vez de fetichizar sua mobilidade, o desafio analítico é compreender as condições sociais e culturais que tornaram suas viagens possíveis. Precisamos, em outras palavras, explicar a ressonância do fenômeno Sandow: o que explica seu apelo particular no início do século XX e o que



permitiu que ele se enraizasse nas sociedades onde se enraizou?
(CONRAD, 2021, p. 111–112)⁷

Para entender o sucesso global de Sandow, Sebastian Conrad indica quatro questões históricas fundamentais: a industrialização do local de trabalho; a ascensão das ciências modernas; as hierarquias imperiais; e os processos de construção das nações. A partir desses elementos contextuais, as diferentes manifestações nos ambientes locais tornam-se particularidades do desenvolvimento desses processos (CONRAD, 2021, p. 112). É dessa forma que a história global integrada possibilita a conexão de fenômenos sincrônicos em diferentes espaços.

Essa não é a forma de divulgação adotada pelo perfil @muito_antes_do_mma, que privilegia a atuação dos indivíduos, exalta os seus feitos pessoais e fetichiza suas trajetórias. Esse é o caso, por exemplo, da publicação de 9 de outubro de 2022, intitulada “Jiu-Jitsu Course Berkeley YMCA”.

225

⁷ Tradução livre. No original: “In order to assess the mechanisms that made Sandow attractive to different audiences, therefore, Sandow himself is the wrong place to start (just as the global reception of judo cannot be attributed to Kanô’s travels). Instead, we need to explore the contexts that enabled and framed his transnational reception. Rather than fetishizing his mobility, the analytical challenge is to understand the social and cultural conditions that made his travels possible in the first place. We need, in other words, to account for the resonance of the Sandow phenomenon: What explains its particular appeal in the early twentieth century, and what allowed it to take root in the societies where it did?”

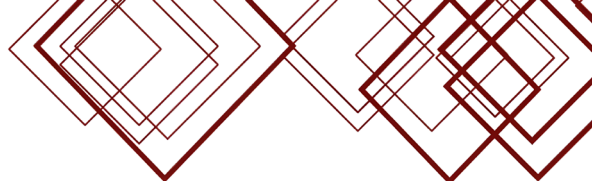


Figura 2: “Jiu-Jitsu Course Berkley YMCA”. Fonte: @multo_antes_do_mma⁸.

226

A postagem estilo “carrossel” de dez páginas (sendo que a última é a propaganda da trilogia supracitada), o administrador do perfil destaca que Risher W. Thornberry, um médico formado na Hiran Medical College, em Ohio, e também capitão da Military Police do exército estadunidense, teve a oportunidade de conhecer diversos países entre o final do século XIX e início do XX. Thornberry circulou por Cuba, durante a Guerra Hispano-Americana (1898), Filipinas e Japão. Em Nagasaki ele aprendeu Jiu-Jitsu (estilo *Tenshin-ryū Jūjutsu*) com o mestre Kishoku Inouye, instrutor da polícia local. Em 1907, já de volta aos Estados Unidos, ele abriu um curso de Jiu-Jitsu dentro da Associação de Cristãos Moços (Young Men’s Christian Association) da cidade de Berkeley, na Califórnia/Estados Unidos. De acordo com a postagem, a escola fez bastante sucesso com um público diversificado entre “jovens,

⁸ Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cjgxs_7Jv5w/?img_index=1 [acessado em 22 de maio de 2025].



mulheres e pessoas de meia idade (sic)”. Alguns anos depois, em 1917, Thornberry chegou a dar aulas de Jiu-Jitsu para os militares norte-americanos em Camp Lewis (Tacoma, Washington). A postagem indica, também, que ele escreveu vários livros sobre Jiu-Jitsu e defesa pessoal entre 1933 e 1935. Algumas imagens da obra *A General Course in Jiu-Jitsu* (1933) compõe as últimas páginas do “carrossel”⁹.

Por mais interessante que essa experiência individual seja, ela suscita uma série de questionamentos. O capitão Thornberry permaneceu quanto tempo no Japão treinando Jiu-Jitsu? Era alguma missão oficial da polícia/governo norte-americano? Ao abrir uma academia de Jiu-Jitsu dentro de uma Associação de Cristãos Moços na Califórnia, houve algum tipo de resistência cultural ou religiosa? Como se dava o treinamento das mulheres nesse período – havia instrutoras mulheres? O que aconteceu em termos de divulgação do Jiu-Jitsu nos dez anos que separam a abertura da academia e a posição que ele ocupou para dar aulas para os militares em Camp Lewis?

227

Essas são apenas algumas perguntas possíveis para explicar as ressonâncias do fenômeno. Poderíamos ampliar ainda mais o leque de questões, por exemplo, ao cruzar com a informação de que entre 1901 e 1908 os Estados Unidos vivenciaram o ápice da imigração irrestrita de japoneses, recebendo neste período algo em torno de 127 mil imigrantes. Além disso, a Califórnia foi o epicentro de uma cruzada antini-pônica que ajudou a consolidar a ideia de “perigo amarelo” (DEZEM, 2005, p. 182–186; ROUSE, 2015, p. 450). Ou ainda, se a abertura de uma academia dentro do YMCA pode ser considerada um esforço no sentido de adaptação das organizações religiosas para o desenvolvi-

9 Todas essas informações aqui descritas estão espalhadas nas dez páginas do “carrossel” publicado em de 9 de outubro de 2022. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cjgxs_7Jv5w/?img_index=1 [acessado em 22 de maio de 2025].



to proposto pela ideologia do Cristianismo Muscular (HURLEY, 2024, p. 399). Poderíamos ainda nos perguntar sobre qual o grau de comprometimento do capitão Thornberry com os ideais da Nova Mulher, que exigiam mais direitos e liberdades femininas. As praticantes norte-americanas eram ligadas de alguma forma ao movimento sufragista, tal qual o caso no caso das praticantes britânicas de Jiu-Jitsu? (CALLAN; HEFFERNAN; SPENN, 2018, p. 531; LOOSER, 2011, p. 5; ROUSE; SLUTSKY, 2014, p. 474).

228

Vejamos agora como o @muito_antes_do_mma apresenta os casos de dois japoneses que se estabeleceram na Inglaterra e se tornaram peças centrais na divulgação do Jiu-Jitsu no ocidente. Em 18 de julho de 2021, o perfil publicou a postagem intitulada “Escola Japonesa de Jiu-Jitsu de Londres” que, com apenas duas páginas, apresenta ao público o mestre japonês Yukio Tani (1881-1950), o responsável pela fundação de “uma das primeiras academias de Jiu-Jitsu do Reino Unido”. O texto explica que Tani experimentou grande fama na Europa “após derrotar, em confrontos mistos, inúmeros lutadores amadores e profissionais, provenientes das mais variadas artes marciais, como o **Boxe, o Catch, a Luta Greco-Romana** e até mesmo o Jiu Jitsu” ¹⁰.

Uma semana depois, no dia 25 de julho de 2021, o perfil publicou a postagem de duas páginas intitulada a “Escola Japonesa de Defesa Pessoal em Londres”, em que apresenta o mestre japonês Sadakazu Uyenishi que, em 1903, inaugurou a primeira academia de ensino de Jiu-Jitsu na Inglaterra – School of Japanese Self Defence. A publicação diz que “Raku, como ficou conhecido, venceu muitos desafios de

¹⁰ O texto termina com a indicação precisa do endereço da academia e uma sequência de sete hashtags: “Sua academia se localizava na 305, Oxford Street, W, em Londres. #bjj #yukiotani #tani #muitoantesdomma #wrestling #jiujitsu #japan”. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CRenwLIMFtT/?img_index=1 [acessado em 23 de maio de 2025].

lutas mistas pelo Reino Unido, Espanha e Portugal com suas temíveis chaves e estrangulamentos”. Em 1905 ele publicou o “revolucionário” *The Text-Book of Ju-Jitsu as practised in Japan. Being a simple treatise on the Japanese Method of Self Defense* (UYENISH (RAKU), 1905). O livro mostra “por meio de sequencias de fotos, cada passo da aplicação das principais técnicas de queda do Jiu Jitsu. Na mesma obra, Raku ensina algumas das principais técnicas da luta no chão”. A publicação ainda destaca que, em 1908, Uyenish passou o seu dojo para os alunos Willian e Edith Garrud, que se tornaram famosos no Jiu-Jitsu britânico¹¹.

EM 1903, O MESTRE JAPONÊS SADAKAZU UYENISHI (1880-?) INAUGURA A PRIMEIRA ACADEMIA EXCLUSIVAMENTE VOLTADA PARA O ENSINO DO JIU JITSU NA INGLATERRA.

Escola Japonesa de Defesa Pessoal em Londres



11 O texto também indica o endereço da academia e conclui com oito hashtags: “Localizava-se na 31, Golden Square, Picadilly Circus, em Londres. [...]#multoantesdomma #bjj #jiujitsu #raku #sadakazuuyenishi #england #japan #wrestling.” Disponível em: https://www.instagram.com/p/CRwMCyYMC8K/?img_index=1 [acessado em 22 de maio de 2025].

EM 1904, O MESTRE JAPONÊS YUKIO TANI (1881-1950) FUNDOU UMA DAS PRIMEIRAS ACADEMIAS DE JIU JITSU DO REINO UNIDO.

Escola Japonesa de Jiu Jitsu de Londres

MUITO ANTES DO MMA



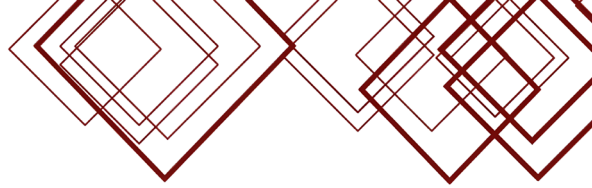
Figura 3 e 4: “Escola Japonesa de Defesa Pessoal em Londres” e “Escola Japonesa de Jiu-Jitsu de Londres”, respectivamente em destaque, Raku e Tani. Fonte: @muito_antes_do_mma¹².

230

A publicação sobre Tani não menciona o livro que ele publicou junto com Taro Miyake, intitulado *The Game of Ju-Jitsu: For the Use of Schools and Colleges* (MIYAKE; TANI, 1906), de onde foram retiradas as duas imagens que ilustram a publicação no Instagram. Taro Miyake, a propósito, também era instrutor na “Escola Japonesa de Jiu-Jitsu de Londres”, mas estranhamente não recebeu a devida atenção do @muito_antes_do_mma, que apenas o cita rapidamente uma única vez em outra postagem¹³. Já na publicação sobre Raku, há duas imagens, sendo

12 Figura 3 com os hashtags: #muitoantesdomma #bjj #jiujitsu #raku #sadakazuuyenishi #england #japan #wrestling. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CRwMCyYMC8K/?img_index=1 [acessado em 23 de maio de 2025]; figura 4 com os hashtags: #bjj #yukiotani #tani #muitoantesdomma #wrestling #jiujitsu #japan. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CRenwLIMFrT/?img_index=1 [acessado em 23 de maio de 2025].

13 Na publicação de 27 de Agosto de 2021, intitulada “Jiu-Jitsu School de Newcastle em Tyne”, é apresentado o britânico W. H. Collingridge, que inaugurou uma academia no nordeste da Inglaterra, em 1914, e foi um dos primeiros alunos de Yukio Tani



uma retirada do seu livro supracitado e uma outra imagem, que mostra o endereço onde estava localizada a academia, de origem desconhecida.

Outro ponto que chama a atenção na postagem sobre Raku é a ausência de qualquer referência ao fato de que Edith Garrud, citada como aluna de Uyenishi e herdeira do seu dojo, tenha sido uma das principais lideranças femininas na luta sufragista da Inglaterra e que ela tenha utilizado o Jiu-Jitsu para empoderar as mulheres nos enfrentamentos físicos contra as forças de segurança pública, adversários e agressores em geral (CALLAN; HEFFERNAN; SPENN, 2018, p. 531; LOOSER, 2011, p. 9–11; ROUSE; SLUTSKY, 2014, p. 491). Foi apenas um ano depois, no dia 22 de agosto de 2023, que o perfil @ muito_antes_do_mma deu o merecido destaque para Edith Garrud na publicação intitulada “Japanese Self-Defence for Ladies”. Essa é única postagem entre as 82 publicadas que possui uma mulher como destaque, embora existissem outras personagens que pudessem figurar pelo seu protagonismo, tais como Phoebe Roberts¹⁴, Sarah Mayer ou Diana Watts, para citar apenas algumas mulheres que se destacaram utilizando Jiu-Jitsu em diferentes dimensões da vida prática. A publicação indica que Edith Garrud foi a primeira professora britânica de Jiu-Jitsu e reconhece que ela “desempenhou um papel importantíssimo no ensino do Jiu-jitsu às participantes do Movimento Sufragista inglês para se defenderem da violência policial e de agressores”. Por fim, também traz a informação de que ela e o seu marido, Willian Garrud¹⁵, haviam

231

e Taro Miyake em Londres. Utiliza os hashtags: #bjj #Newcastle #collingridge #self-defense #jiujitsu #autodefesa #yukiotani #taromiyake. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CTGODllDRWq/?img_index=1 [acesso em 23 de maio de 2025].

14 Phoebe Roberts é apenas citada rapidamente na publicação de 7 de agosto de 2023, dedicada para Yuzo Hirano, intitulada “The Japanese School of Jujitsu – Londres, Inglaterra”, com a informação de que ela se apresentava com Hirano e que veio a se casar com ele em 1907. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cvp-A5a-JrZx/?img_index=1 [acessado em 23 de maio de 2025].

15 Willian Garrud também recebeu uma postagem específica no dia 7 de setembro



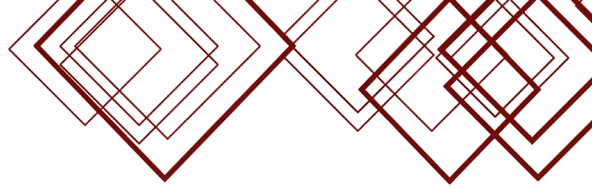
aprendido Jiu-Jitsu primeiro com Willian Barton, para depois ter aulas com Sadakazu Uyenishi e Yukio Tani¹⁶.

Edward Willian Barton-Wright (1860-1951) foi um dos pioneiros no processo de hibridização (CANCLINI, 2015, p. XIX) do Jiu-Jitsu com outras artes marciais, ao combinar a técnica que ele aprendeu no período em que viveu no Japão com elementos do boxe, *savate* e luta com bastão (stick fighting), porém ele não possui esse reconhecimento no @muito_antes_do_mma. Barton-Wright chamou a sua técnica de *bartitsu*, uma combinação do seu nome “Barton” com “*jujitsu*” e ganhou notoriedade ao publicar uma sequência de artigos na *Pearson's Magazine* apresentando o seu estilo de luta (MIKAMI, 2021a, 2021b). O estilo *bartitsu* parece ter influenciado Arthur Conan Doyle, no conto de Sherlock Holmes intitulado “a casa vazia” – quando Sherlock explica para Dr. Watson como escapou da luta corporal com Moriarty à beira de um precipício utilizando o “*baritsu*, tipo de luta japonesa, que mais de uma vez me tem valido” (DOYLE, 1982, p. 13).

Os exemplos elencados até aqui dão o tom das publicações do perfil @muito_antes_do_mma. Há uma série de méritos que precisam

de 2022 intitulada “The School of Japanese Self Defence”. Destaque para menção do livro de sua autoria *The Complete Jujitsuan* (GARRUD, 2010), publicado em 1914. A postagem utiliza os seguintes hashtags: #williangarrud #britishjujitsu #englishjujitsu #newaza #katamewaza #groundfight #leglock #raspagem #armlock #jujitsu #judo #judô #bjj #muitoantesdomma #valetudo #históriadojujitsu #históriadojudô #origensdojujitsu #kosenjudonomenkyu #budokast #arqueologiadojudô #jujitsuhistory #judohistory #memória_do_judô #goshinjutsukan #jujitsujudooldschool. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CiOBYe6JG7l/?img_index=1 [acessado em 23 de maio de 2025].

16 A publicação de Edith Garrud utiliza os hashtags: #edithgarrud #britishjujitsu #englishjujitsu #suffragettes #jujitsu #judo #judô #bjj #muitoantesdomma #valetudo #históriadojujitsu #históriadojudô #origensdojujitsu #kosenjudonomenkyu #budokast #arqueologiadojudô #jujitsuhistory #judohistory #memória_do_judô #goshinjutsukan #jujitsujudooldschool. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Chvj1cKp2LW/?img_index=1 [acessado em 23 de maio de 2025].



ser reconhecidos nesse projeto individual de história pública não acadêmica e que já foram pontuados em outro momento (Santos Jr., 2024). No entanto, é preciso compreender as consequências teóricas e metodológicas de escolher os indivíduos e suas trajetórias como destaque nas narrativas apresentadas no Instagram.

Do ponto de vista teórico há uma priorização da história dos grandes homens, dos seus feitos, trajetórias e conquistas pessoais. Esse tipo de enredo, como é sabido, é conservador na sua essência, pois trabalha pela manutenção de um panteão de heróis e pioneiros que mereceriam nosso reconhecimento e valorização no presente. Seria uma forma de manter o prestígio de indivíduos, grupos e escolas de artes marciais. Metodologicamente, como bem alertado por Sebastian Conrad no início desta seção, ao valorizar a mobilidade transnacional e fetichizar a trajetória desses indivíduos deixamos de lado as potencialidades que aqueles sujeitos e acontecimentos possuem para explicar fenômenos globais, tais como a ascensão militarista e expansionista japonesa; a diplomacia cultural do esporte ou ainda os impactos decorrentes das migrações japonesas no início do século XX.

233

Considerações Finais

A primeira parte deste artigo buscou traçar as condições históricas estruturais que possibilitaram a mobilidade e migração de instrutores de Jiu-Jitsu ao redor do mundo no início do século XX. Esses indivíduos circularam entre diferentes países e estabeleceram contatos transculturais a partir do interesse ocidental que as artes marciais despertavam em um contexto de ascensão militar, expansão imperialista e de diplomacia cultural japonesa. Uma vez que as condições históricas que possibilitaram essa circulação global foram expressas, foi possível

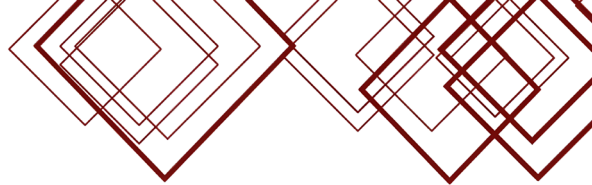


avaliar algumas trajetórias dos migrantes transnacionais expressas nas postagens do perfil do Instagram @muito_antes_do_mma.

A análise conduzida na segunda parte do artigo foi feita a partir da seleção de alguns exemplos de postagens que demonstraram o estilo narrativo adotado pelo perfil, nomeadamente de exaltação, celebração e fetichização das trajetórias, pioneirismo e conquistas dos indivíduos. Essa estratégia esvazia de significado e potencial explicativo as migrações de instrutores de Jiu-Jitsu nos meados do século XX, pois não leva em consideração condições sociais e culturais que possibilitaram o movimento dessas pessoas.

234 O Instagram pode ser um espaço interessante para projetos de divulgação científica (RIBEIRO, 2022) ou então de compreender as publicações como fonte de pesquisa (ISBAES, 2022). O perfil do Instagram que foi analisado neste artigo demonstra um potencial enciclopédico que merece ser saudado, mas ao celebrar mobilidades individuais deixa de lado o potencial explicativo das condições históricas que permitiram tais circulações transnacionais.

Nesse sentido, uma forma possível de superar esse problema de representação tradicional de exaltação dos indivíduos poderia ser a adoção de dois recursos estruturantes para classificar os 82 casos elencados. O primeiro seria uma análise geracional dos instrutores, para compreender quem são os primeiros divulgadores do Jiu-Jitsu no ocidente e qual o papel desempenhado pelos instrutores de segunda ou terceira geração. A segunda estratégia seria dividi-los em rotas de divulgação: América Latina, América do Norte, África, Ásia e Oceania, Europa Ocidental e Europa Central/Oriental. Essas duas estratégias somadas a uma análise contextual das condições históricas que possibilitaram essas migrações, seriam formas mais instigantes para não só divulgar personagens, mas



de explicar como foi possível que eles fizessem o que fizeram naquele tempo.

Referências

- ALMEIDA, Fábio Chang de. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da Internet como fonte primária para Pesquisas Históricas. *Revista Aedos*, v. 3, n. 8, 11 abr. 2011.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Tradução: Denise Bottmann. 1ª edição ed. [S.L.]: Companhia das Letras, 2008.
- BENESCH, Oleg. *Inventing the Way of the Samurai: Nationalism, Internationalism, and Bushidō in Modern Japan*. New York, NY: Oxford University Press, 2014.
- CALLAN, Mike; HEFFERNAN, Conor; SPENN, Amanda. Women's Jūjutsu and Judo in the Early Twentieth-Century: The Cases of Phoebe Roberts, Edith Garrud, and Sarah Mayer. *The International Journal of the History of Sport*, v. 35, n. 6, p. 530–553, 13 abr. 2018. 235
- CANCELLA, Karina. *O esporte e as Forças Armadas na Primeira República: das atividades gymnasticas às participações em eventos esportivos internacionais (1890-1922)*. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército, 2014.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo, SP: Edusp, 2015.
- CARR, Kevin Gray. Making Way: War, Philosophy and Sport in Japanese “Jūdō”. *Journal of Sport History*, v. 20, n. 2, p. 167–188, 1993.
- CHESNEAUX, Jean. *A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX*. São Paulo, Brazil: Pioneira, 1976.



CONRAD, Sebastian. *O que é a história global?* Tradução de Teresa Furtado e Bernardo Cruz. Lisboa: Edições 70, 2019. Tradução: Teresa Furtado; Tradução: Bernardo Cruz. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2019.

CONRAD, Sebastian. Globalizing the Beautiful Body: Eugen Sandow, Bodybuilding, and the Ideal of Muscular Manliness at the Turn of the Twentieth Century. *Journal of World History*, v. 32, n. 1, p. 95–125, 2021.

DEZEM, Rogério. *Matizes do “Amarelo”: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo, SP: Associação Editorial Humanitas, 2005.

DOYLE, Arthur Conan. A casa vazia. In: *A volta de Sherlock Holmes*. Tradução: Lígia Junqueira. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1982. p. 7–29.

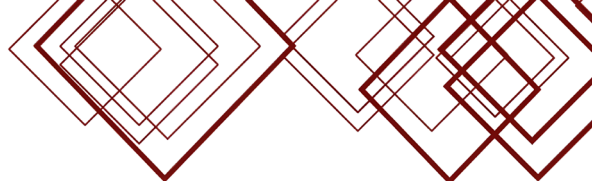
236 GARRUD, W. H. *The Complete Jujitsuan*. [S.l.]: Pierce Press, 2010.

GRINCHEVA, Natalia. The past and future of cultural diplomacy. *International Journal of Cultural Policy*, v. 30, n. 2, p. 172–191, 23 fev. 2024.

HENSHALL, Kenneth. *História do Japão*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2005.

HURLEY, Alec S. On the Origins of the Young Men’s Catholic Association as a Response to the Protestant Recreation Ethic in the United States, 1854–1909. *The International Journal of the History of Sport*, v. 41, n. 5, p. 398–417, 8 abr. 2024.

ISBAES, Gabriela. Acervos de museus nas redes sociais: as pinturas do Gabinetto Segreto no Instagram do Museu Arqueológico Nacional de Nápoles. In: NICODEMO, Thiago Lima; ROTA, Alesson Ramon; MARINO, Ian Kisil (Orgs.). *Caminhos da história digital no Brasil*. 1. ed. Vitória, ES: Editora Milfontes, 2022.



- LOOSER, Diana. Radical Bodies and Dangerous Ladies: Martial Arts and Women's Performance, 1900–1918. *Theatre Research International*, v. 36, n. 1, p. 3–19, mar. 2011.
- LUCCHESI, Anita; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. História digital: tecnologia e fazer historiográfico entre teoria e prática. *Locus: Revista de História*, v. 30, n. 1, p. 3–11, 26 ago. 2024.
- MANDELL, Richard D. Sport in pre-industrial high culture. In: MANDELL, Richard D. (Ed.). *Sport; a cultural history*. New York: Columbia University Press, 1984. p. 88–105.
- MANOVICH, Lev. Designing and Living Instagram Photography: Themes, Feeds, Sequences, Branding, Faces, Bodies. In: *Instagram and Contemporary Image*. [S.l.]: Creative Commons License, 2016.
- MIKAMI, Naoco. *Self-Defense with a Walking-Stick By E.W. Barton-Wright Vol.1 | BUDO JAPAN - Ttraditional Japanese martial-arts.* , 14 abr. 2021a. Disponível em: <<https://budojapan.com/feature-articles/20210414-2/>>. Acesso em: 22 ago. 2024
- MIKAMI, Naoco. *Self-Defense with a Walking-Stick By E.W. Barton-Wright Vol.2 | BUDO JAPAN - Ttraditional Japanese martial-arts.* , 14 maio 2021b. Disponível em: <<https://budojapan.com/feature-articles/20210514-2/>>. Acesso em: 22 ago. 2024
- MIYAKE, Taro; TANI, Yukio. *The Game of Ju-Jitsu: For the Use of Schools and Colleges*. 2. ed. London: Hazell, Watson and Viney, LD., 1906.
- MUITO ANTES DO MMA. Hungria – Jiu-jitsu. 02 jul. 2023. Instagram: @muito_antes_do_mma. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CuNsXeWJRJ-/?img_index=2 [acessado em 9 de maio de 2025].
- MUITO ANTES DO MMA. Jiu-Jitsu Course Berkley YMCA. 09 out.



2022. Instagram: @muito_antes_do_mma. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cjgxs_7Jv5w/?img_index=1 [acessado em 22 de maio de 2025].

MUITO ANTES DO MMA. Escola Japonesa de Defesa Pessoal em Londres. 25 jul. 2021. Instagram: @muito_antes_do_mma. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CRwMCyYM-C8K/?img_index=1 [acessado em 23 de maio de 2025]

MUITO ANTES DO MMA. Escola Japonesa de Jiu-Jitsu de Londres. 18 jul. 2021. Instagram: @muito_antes_do_mma. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CRenwLIMFrT/?img_index=1 [acessado em 23 de maio de 2025].

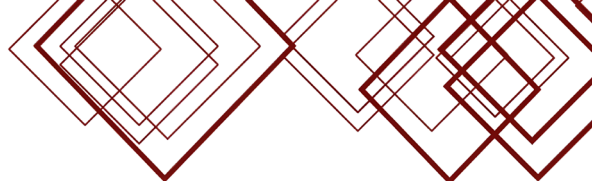
MUITO ANTES DO MMA. Jiu-Jitsu School de Newcastle em Tyne. 27 ago. 2021. Instagram: @muito_antes_do_mma. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CTGODlIDRWq/?img_index=1 [acesso em 23 de maio de 2025].

MUITO ANTES DO MMA. The Japanese School of Jujitsu – Londres, Inglaterra. 07 ago. 2023. Instagram: @muito_antes_do_mma. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cvp-A5a-JrZx/?img_index=1 [acessado em 23 de maio de 2025].

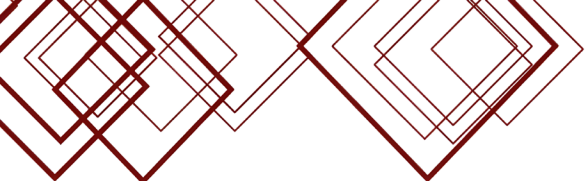
MUITO ANTES DO MMA. The School of Japanese Self Defence. 07 set. 2022. Instagram: @muito_antes_do_mma. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CiOBYe6JG7l/?img_index=1 [acessado em 23 de maio de 2025].

MUITO ANTES DO MMA. Japanese Self-Defence for Ladies. 26 ago. 2022. Instagram: @muito_antes_do_mma. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Chvj1cKp2LW/?img_index=1 [acessado em 23 de maio de 2025].

O'BRIEN, John J. *A complete course of Jiu-Jitsu and physical culture*. Boston, MA: Physicians' publishing company, 1905.

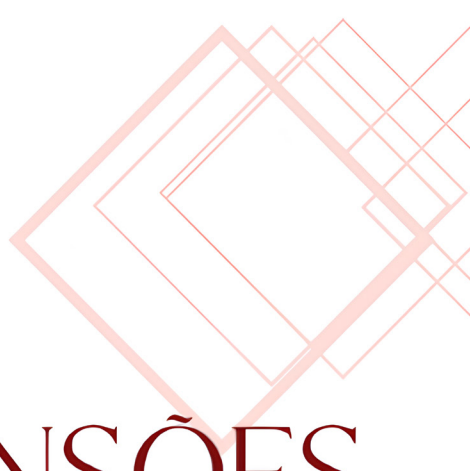


- ORTIZ, Renato. *O próximo e o distante: Japão e a Modernidade - Mundo*. São Paulo, Brazil: Brasiliense, 2000.
- RIBEIRO, Felipe Augusto. História Medieval no Instagram: relatos iniciais de um experimento em curso (2021-2022). *Revista História Hoje*, v. 11, n. 23, p. 180–208, 16 nov. 2022.
- ROUSE, Wendy. Jiu-Jitsuing Uncle Sam The Unmanly Art of Jiu-Jitsu and the Yellow Peril Threat in the Progressive Era United States. *Pacific Historical Review*, v. 84, p. 448–477, 15 out. 2015.
- ROUSE, Wendy; SLUTSKY, Beth. Empowering the Physical and Political Self: Women and the Practice of Self-Defense, 1890–1920. *The Journal of the Gilded Age and Progressive Era*, v. 13, n. 4, p. 470–499, out. 2014.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução: Rosaura Eichenberg. 1. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007.
- SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos. Explorando Caminhos Alternativos: Críticas e Possibilidades na Construção da História Global do Jiu-Jitsu no Instagram. *Varia Historia*, v. 40, p. e24007, 2024.
- SATO, Shohei. The sportification of judo: global convergence and evolution. *Journal of Global History*, v. 8, n. 2, p. 299–317, jul. 2013.
- SHUN, Inoue. The invention of the Martial Arts: Kano Jigoro and Kodokan Judo. In: VLASTOS, Stephen (Org.). *Mirror of Modernity: Invented Traditions of Modern Japan*. Los Angeles, CA: University of California Press, 1998. p. 163–173.
- SILVA, Elton; CORRÊA, Eduardo. *Muito antes do MMA: o legado dos precursores do Vale Tudo no Brasil e no mundo (Vol. 1. As artes marciais formadoras do Vale Tudo)*. [S.l.]: Print Replica: Edição dos Autores, 2020a. v. 1



- SILVA, Elton; CORRÊA, Eduardo. *Muito antes do MMA: o legado dos precursores do Vale Tudo no Brasil e no mundo (Vol. 2. Choque e sincretismo marcial entre Ocidente e Oriente)*. [S.l.]: Print Replica: Edição dos Autores, 2020b. v. 2
- SILVA, Elton; CORRÊA, Eduardo. *Muito antes do MMA: o legado dos precursores do Vale Tudo no Brasil e no mundo. (Vol. 3. A consolidação do Grappling e do Vale Tudo no Brasil)*. [S.l.]: Print Replica: Edição dos Autores, 2020c. v. 3
- SILVEIRA, Pedro Telles da. As fontes digitais no universo das imagens técnicas: crítica documental, novas mídias e o estatuto das fontes históricas digitais. *Antíteses*, v. 9, n. 17, p. 270–296, 6 set. 2016.
- SOLMOE, Glenn Eilif. Martial Arts Diplomacy: Japanese Judo Delegations and ‘Martial Arts Missionaries’ in Norway, 1945–1980. *The International Journal of the History of Sport*, v. 0, n. 0, p. 1–23, 2024.
- SVINTH, Joseph R. Professor Yamashida goes to Washington. In: GREEN, Thomas A.; SVINTH, Joseph R. (Orgs.). *Martial Arts in the Modern World*. Westport, CT: Praeger Publishers, 2003. p. 47–59.
- TONOOKA, Chika. Reverse emulation and the cult of Japanese efficiency in Edwardian Britain. *The Historical Journal*, v. 60, n. 1, p. 95–119, mar. 2017.
- UYENISH (RAKU), S. K. *The Text-Book of Ju-Jutsu as practised in Japan. Being a simple treatise on the Japanese Method of Self Defense*. London: Health and Strength, 1905.

Artigos Livres



DIMENSÕES
Revista de História da Ufes

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

AIB e PRP: considerações sobre a cultura política no Espírito Santo

AIB and PRP: Considerations on Political Culture in Espírito Santo

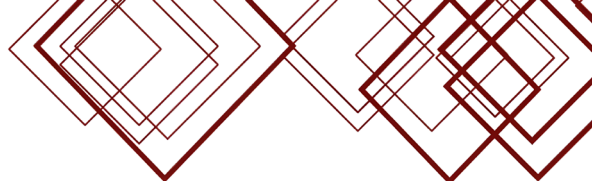
Jefferson Ferreira Alvarenga¹

Resumo: O presente artigo propõe-se a investigar a Ação Integralista Brasileira (AIB) nas décadas de 1930 e 1940 e sua congênere nas décadas de 1950 e 1960, ou seja, o Partido de Representação Popular (PRP), no estado do Espírito Santo. Com o objetivo de compreender ambas as organizações, adotamos o conceito de cultura política. Apesar das críticas a que esse conceito está sujeito, ele é amplamente utilizado por cientistas políticos e historiadores para analisar a dinâmica política e cultural entre grupos humanos. Partimos da hipótese de que a AIB desenvolveu uma cultura política em alguns municípios capixabas, resultando em bons desempenhos eleitorais no pleito de 1935. Da mesma forma, o PRP, herdeiro do integralismo, aproveitou elementos dessa cultura política herdada para mobilizar eleitores, favorecendo seu sucesso eleitoral nas décadas seguintes. As fontes utilizadas neste estudo incluem documentos oficiais do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), disponíveis no site <https://www.tre-es.jus.br/>, e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), acessíveis em <https://www.tse.jus.br/eleicoes>, além de estudos locais. A partir desses materiais, identificamos elementos explicativos sobre a atuação do integralismo e do PRP no estado do Espírito Santo.

Palavras-chaves: Integralismo. Cultura política. PRP. Eleições. Extrema-direita.

Abstract: This article aims to investigate the Brazilian Integralist Action (AIB) in the 1930s and 1940s and its counterpart in the 1950s and 1960s, namely the Popular Representation Party (PRP), in the state of Espírito Santo. To understand both organizations, we adopt the concept of political culture. Despite the criticisms this concept faces, it is widely used by political scientists and historians to analyze the political and cultural dynamics among human groups. We start from the hypothesis that the AIB developed a political culture in some municipalities of Espírito Santo, resulting in

¹ Doutor em História Social das Relações Políticas, pela Universidade Federal do Espírito Santo e membro associado do Laboratório de História do Tempo Presente, na mesma universidade. Atualmente atua como docente da rede pública estadual de Ensino do estado do Espírito Santo. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-2128-3970>. E-mail: jeffersoncs@gmail.com.



strong electoral performances in the 1935 election. Similarly, the PRP, as the heir to integralism, leveraged elements of this inherited political culture to mobilize voters, contributing to its electoral success in the following decades. The sources used in this study include official documents from the Regional Electoral Court of Espírito Santo (TRE-ES), available at <https://www.tre-es.jus.br/>, and from the Superior Electoral Court (TSE), accessible at <https://www.tse.jus.br/eleicoes>, in addition to local studies. Based on these materials, we have identified explanatory elements regarding the activities of integralism and the PRP in the state of Espírito Santo.

Keywords: Integralism. Political culture. PRP. Elections. Far-right.

1. Introdução

Em geral, o conceito de cultura política é originário da obra *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, de Gabriel Almond e Sidney Verba (1963). O objetivo dos autores era compreender os fatores relacionados à estabilidade e manutenção da democracia liberal, em oposição à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). De acordo com eles, a cultura política pode ser definida como “orientações especificamente políticas, em relação ao sistema político com seus diferentes elementos e processos sociais” (ALMOND; VERBA, 1963, p. 30). Para os autores, a cultura política de uma nação refere-se aos conhecimentos, sentimentos e valores que sua população desenvolve em relação ao sistema político.

243

Há três tipos ideais deste conceito: a cultura paroquial, a súdita e a participante. Na primeira, o indivíduo está inserido em círculos tradicionais, como família, escola e igreja – ou seja, em esferas próximas à sua vida cotidiana. Na segunda, há um círculo autoritário e centralizado, em que o indivíduo limita-se a ser um mero espectador. Na terceira, trata-se da estrutura democrática, na qual o sujeito participa ativamente do sistema político (CASTRO et al., 2022, p. 12-13). Além disso, Almond e Verba (1963) ressaltam que, na prática, esses três tipos ideais tendem a se combinar.



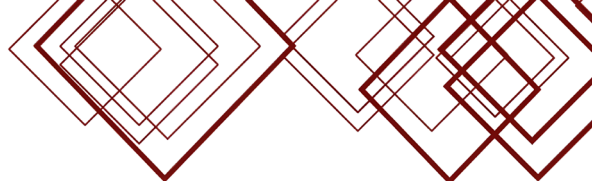
Em geral, os pesquisadores entendiam que o desenvolvimento econômico propiciava elementos positivos à democracia, pois, segundo essa visão, a modernização econômica resultaria na difusão de valores democráticos (NESPOLI, 2015, p. 362).

Esse conceito é multidisciplinar, pois incorpora aspectos subjetivos das orientações políticas. No entanto, ele também envolve armadilhas teórico-epistemológicas. Atualmente, para considerá-lo, é preciso reconhecer que cada sociedade possui história e cultura específicas, revelando formações sociais distintas e experiências políticas heterogêneas – o que gera variados desenvolvimentos da cultura política. Isso não significa que a cultura política seja uma chave capaz de responder a todas as questões, mas sim uma ferramenta para analisar certos aspectos do comportamento humano.

244

Há diversas críticas ao conceito de cultura política, as quais não aprofundaremos neste estudo, mas destacamos alguns questionamentos fundamentais. Em primeiro lugar, Almond e Verba (1963) não consideraram a heterogeneidade das culturas nacionais. Além disso, os autores partiam da premissa de que as nações passariam por etapas lineares de desenvolvimento antes de se tornarem uma cultura cívica democrática (GOULART, 2015, p. 6).

Do ponto de vista de Berstein (1998), a cultura política seria uma “espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais amplamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política” (BERSTEIN, 1998, p. 350). Em síntese, o investigador concebe a cultura política como um conjunto de normas, valores, tradições, práticas e representações difundidas e compartilhadas pelos indivíduos na sua experiência num dado ambiente histórico e cultural (SOARES; BAPTISTA, 2020, p. 129).



Esse conceito, à semelhança do proposto por Almond e Verba (1963), suscita diversas críticas e questionamentos, cuja discussão detalhada extrapola os limites deste estudo. Ademais, o autor destaca que uma nação abriga múltiplas culturas políticas, as quais podem compartilhar elementos comuns vinculados à identidade nacional. Tais culturas, para além de estabelecerem relações de significados simbólicos, são internalizadas por meio de processos de socialização – como os que ocorrem na família, na educação, na igreja, entre outros (SOARES; BAPTISTA, 2020, p. 130; MOTTA, 2014, p. 23).

Portanto, alguns estudiosos entendem que o conceito de cultura política deve sempre enfatizar o plural, isto é, culturas políticas.

Por sua vez, Carneiro e Kuschnir (1999) definem cultura política como um conjunto integrado de atitudes cognitivas, crenças valorativas e sentimentos afetivos que conferem ordem e significado ao processo político, explicitando as regras e pressupostos que fundamentam o comportamento dos atores políticos (CARNEIRO; KUSCHNIR, 1999, p. 227).

245

Segundo essa perspectiva, a cultura política envolve igualmente o reconhecimento dos valores e normas culturalmente institucionalizados na sociedade, processo que pode se desenvolver ao longo de extensos períodos históricos.

Em perspectiva complementar, Motta (2014) conceitua cultura política como um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas compartilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva, oferece interpretações comuns do passado e inspira projetos políticos futuros (MOTTA, 2014, p. 21).

O autor ressalta ainda que as culturas políticas não constituem realidades estáticas, estando sempre sujeitas a disputas hegemônicas



e tentativas de controle estatal. Ademais, destaca-se que tais culturas são intrinsecamente dinâmicas, transformando-se ao longo do tempo e adaptando-se às realidades sociais em que se inserem.

Para analisar a cultura política no estado do Espírito Santo, adotamos o conceito de Rodrigo Motta (2014), em razão de sua abordagem multidimensional, que possibilita uma análise mais abrangente da Ação Integralista Brasileira (AIB) e do Partido de Representação Popular (PRP) no contexto estadual.

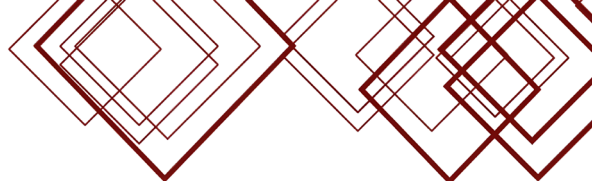
2. A cultura política integralista no Espírito Santo

246

Em geral, no Espírito Santo, a AIB encontrou campo fértil para disseminar suas ideias políticas. Esse fato está relacionado especialmente à realização, em Vitória, do primeiro Congresso Nacional Integralista, em 27 de fevereiro de 1934, no Teatro Carlos Gomes, onde se definiu a estrutura organizacional do movimento. O evento contou com a presença de importantes lideranças, como Plínio Salgado, Madeira de Freitas, Jeová Mota, Olbiano de Mello e Miguel Reale.

Em frente ao hotel em que Plínio Salgado estava hospedado, houve cerimônias de boas-vindas, incluindo um desfile da milícia integralista e a execução do hino nacional (FAGUNDES, 2011a, p. 2). O evento foi marcado pelos tradicionais lemas do movimento — “Deus, pátria e família” e “Pelo bem do Brasil” —, que ecoavam por todo o local. Na mesma ocasião, consolidou-se definitivamente a liderança nacional de Plínio Salgado no movimento.

Durante o evento, destacaram-se os principais integralistas capixabas, entre eles Jair Etienne Dessaune, Arthur Schneider, Octaviano Santos, Theodoro Schmambach, Arnaldo Magalhães e Archilau Viva-



cqua. Este último, juntamente com José Cola, integrava a Câmara dos Quatrocentos, importante órgão do movimento integralista (ALVARENGA, 2024, p. 60).

O congresso estabeleceu definitivamente a identidade partidária da AIB, instituindo a obrigatoriedade de total submissão dos militantes ao chefe nacional. A partir desse momento, todos os integralistas passaram a seguir rigorosamente as normas e rituais do movimento. Entre esses elementos disciplinares, destacava-se o uniforme padrão: os militantes masculinos usavam camisas verdes com gravatas pretas, adornadas com o símbolo sigma², além de adotarem a saudação “anauê”³. Esse conjunto simbólico — composto por vestimentas padronizadas, insígnias e saudações ritualísticas — concretizava os ideais de unidade e hierarquia que fundamentavam a AIB, reforçando tanto sua identidade coletiva quanto a disciplina interna do movimento.

247

Cabe salientar que, no Espírito Santo, a militância integralista era composta principalmente por agricultores, funcionários públicos e profissionais liberais (FAGUNDES, 2011a, p. 8). Em contrapartida, Silvia Regina Ackermann (2009) considera que as lideranças integralistas no estado recrutavam-se, sobretudo, entre as classes médias urbanas e rurais. Entre seus membros, identificam-se comerciantes, engenheiros, advogados, padres, médicos, empregados do comércio, tabeliães, estudantes e pequenos e médios proprietários rurais, com destaque para os descendentes de imigrantes europeus.

A AIB divulgava seus ideais políticos por meio da *Revista Vida Capichaba*, principal veículo de informação presente no estado, que ti-

2 O sigma (Σ) na matemática é utilizada para realizar o cálculo integral, numa alusão à necessidade de integrar todos os brasileiros (FAGUNDES, 2011a, p. 4).

3 O sigma (Σ) na matemática é utilizada para realizar o cálculo integral, numa alusão à necessidade de integrar todos os brasileiros (FAGUNDES, 2011a, p. 4).



nha como editor e proprietário Jair Etienne Dessaune, influente liderança integralista. Na publicação, observa-se a presença de rituais seguidos pelos militantes, os quais deveriam ser obedecidos rigorosamente por todos — estendendo-se a cerimônias de casamento, batizados e até mesmo a mobilizações dos camisas-verdes no estado.

Além disso, seus militantes realizavam paradas e desfiles cívicos usando camisas verdes; sua saudação característica era feita com o braço estendido e a pronúncia da palavra de origem indígena “anauê”, que significa “você é meu irmão” (FAGUNDES, 2011b, p. 89).

Cabe ressaltar que Fagundes (2011b), em seu artigo, relata ter encontrado na *Revista Vida Capixaba* diversas fotografias que evidenciavam ações integralistas, inclusive com a participação de crianças, jovens e mulheres devidamente uniformizados e presentes em reuniões dos núcleos.

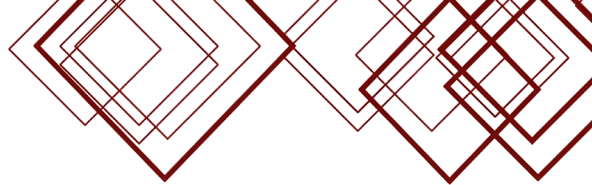
248

Também se observam no periódico valores como ordem, hierarquia, coletividade, união, patriotismo, família, religiosidade, além de padrões e normas que propunham um novo estilo de vida.

O primeiro núcleo do integralismo em terras capixabas foi fundado em 8 de agosto de 1933, sob o comando de Arnaldo Magalhães⁴, auxiliado por Theophilo Costa, Adhemar Santos Neves, Arlindo Sodré, o diretor da Faculdade de Odontologia e Farmácia, professor Elpidio Pimentel, e o cônsul da Itália, Dr. Politti.

A AIB, de certo modo, atuou em conjunto com a intelectualidade capixaba, recebendo inclusive homenagens do Instituto Histórico e Geográfico e do Grêmio Literário Rui Barbosa (STANGER, 2014, p.

⁴ O primeiro Chefe local da AIB, Arnaldo Magalhães, era farmacêutico e, com proximidade à política estadual, em 1931 foi escolhido por João Punaro Bley para fazer parte do Conselho Consultivo do Estado (STANGER, 2014, p. 50).



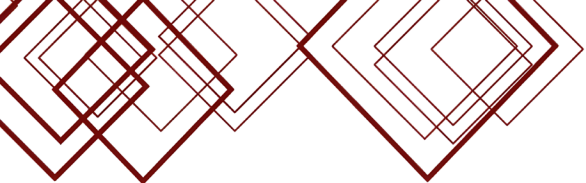
50).

Conforme os dados do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), constituíram-se núcleos integralistas nos seguintes municípios: Vitória, Itaguaçu, Cariacica, Viana, Domingos Martins, Guarapari, Cachoeiro de Itapemirim, Calçado, Siqueira Campos (atual município Guaçuí) e João Pessoa (atual município Mimoso do Sul).

O segundo líder integralista no estado foi João Linhares, figura destacada da sociedade capixaba e engenheiro da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Em 15 de maio de 1935, sob sua liderança, fundou-se o núcleo da AIB em Cachoeiro de Itapemirim, com a presença das principais lideranças integralistas do Espírito Santo.

Outras lideranças destacaram-se no território capixaba, principalmente nos núcleos municipais e distritais, como Lastênio Calmon Júnior, Emílio Favaro, João Dias, Antônio Pagani, Silvério Del Caro, Izidorio Binda, João Gurizatto, Manoel Barbosa, José Caldas, Arthur Coutinho de Alvarenga, José Vescovi, Gil Vieira do Nascimento, Enrico Ildebrando A. Ruschi, Norberto Van de Camp, Alcebíades de Paula Castro, Epiphanio Zamprogno, Angelo Franchiani, Bazílio Mendes de Vasconcelos, Ricardo Bucker, Corintho Souza, Jair Etienne Dessaune, Obed Emmerich, Eustorgio Paula Moraes, Octaviano Santos, Octávio Gogenheimer, Manoel Antônio Stein, Emílio Stringer, Franz Stockel, Santos Papin Netto, Sylvio Maneglia, Darcy Pereira, João Gava, Gerônimo Moreira de Souza, Fernando Mocon, João Calabrez, Luiz Scaramussa, Adelino Brunoro, Alfredo Romão, José Pomponet, Guerino Calvo, Antônio Schein, Innocêncio Baroni, Paschoal Dan, Antônio Passim, Hermínio Pontini, Catolino Fardin, Oriente Grillo, Egisto Pontini, Antônio Secchin Filho, Irineu Norberto Salvador, Francisco Dadalto, Pedro Souza, José Colla, Aurélio Gomes, Torquarto Marchini, Jovino

249



Goulart, Gustavo Falleiro, Florisbello Lopes, Cícero Carmo Baptista, Bento Teixeira de Macedo, Guilherme Cirillo, Francisco Binardi, José Mariano Godoy, Alberico Rombalducci, Antônio Rodrigues Barreto, Theodoro Paiva, Noradim Pavan, Victorino Pacheco de Souza, Leonidas Pacheco, Eduardo Ewald, Manoel Salustiano de Souza, Arnaldo Gareau Moreira, Francisco de Assis Costa, Theophilo Gaudio Barbosa, Ormino Rocha, Emílio Soares da Silva, Dusdedit Coutinho, José Werneck, Angelo Rogo, Attilio A. Chiesa, Alcyro José Pimentel, Sebastião Brasil (ALVARENGA, 2024, p. 61-68).

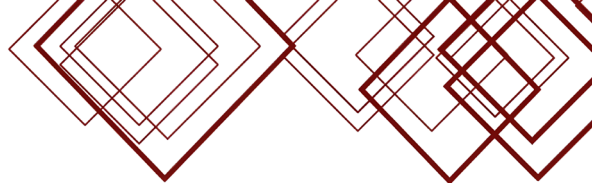
Segundo Stanger (2014), a AIB no Espírito Santo era uma organização fortemente hierarquizada, dotada de um robusto aparato burocrático interno, o que possibilitava a reeducação política dos militantes com base em regras, princípios e normas constitutivas do cerne doutrinário do movimento (STANGER, 2014, p. 58).

250

Além disso, o autor identificou, nos documentos do APEES, fotografias que evidenciam aproximações entre os integralistas e os partidos Nazista e Fascista no Espírito Santo — o que demonstrava uma convergência conceitual e ideológica com esses movimentos de extrema direita.

Alguns dados sobre o integralismo em território capixaba são marcantes. Em 1936, o movimento alcançou o número de 23.518 adeptos, com destaque para os municípios de Santa Teresa, Castelo e Colatina, que contavam com 5.480, 3.449 e 3.150 integrantes, respectivamente, enquanto Itapemirim possuía 30 adeptos, e João Pessoa, Rio Pardo e Calçado registravam menos de 100 inscritos cada (STANGER, 2014, p. 51).

Cabe esclarecer que, nessas três cidades, havia um contingente significativo de imigrantes, especialmente alemães e italianos, o que



favoreceu a adesão desses grupos ao integralismo. As razões para essa simpatia são diversas, incluindo a influência de líderes religiosos luteranos e católicos em território capixaba. É o caso de pastores alemães em missão no estado, bem como de padres de origem italiana atuantes no Espírito Santo.

Outro fator relevante foi a aproximação entre os princípios da AIB e os valores religiosos, em especial os preceitos católicos. Entre os motivos para a adesão, destacaram-se: o convite de pessoas influentes nas comunidades locais que já integravam o movimento e, por fim, o medo do comunismo.

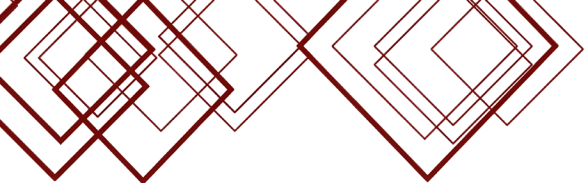
Essas razões são corroboradas pelo padre Ponciano Stenzel dos Santos, que, em entrevista a Héglio Trindade, afirmou que a presença integralista era marcante nos municípios de Santa Teresa e Colatina devido ao temor do comunismo e às tradições religiosas profundamente enraizadas nessas localidades.

251

Portanto, os descendentes de imigrantes identificavam-se com o movimento, uma vez que este propagava ideais anticomunistas, valores católicos e manifestava certa simpatia pelo nazifascismo (ALVARENGA, 2024, p. 74-76).

Por outro lado, observa-se que autoridades civis e religiosas demonstravam certa tolerância em relação ao integralismo. Stanger (2014) calcula que os integralistas no estado representavam 3% da população total, ou seja, 23.518 membros. Entretanto, nas eleições municipais de 1935 e 1936, contabilizaram-se 6.508 eleitores integralistas, o que, segundo Stanger (2014), correspondia a 10% do eleitorado capixaba – evidenciando a força política do movimento no estado (STANGER, 2014, p. 55).

Enquanto organização política, a AIB disputou suas primeiras



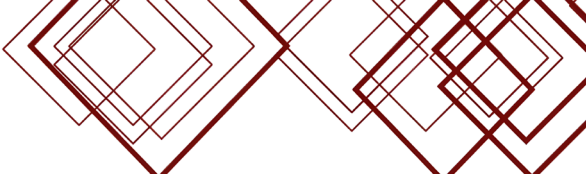
eleições entre novembro de 1935 e fevereiro de 1936 – as eleições municipais. A legenda elegeu 26 vereadores e dois prefeitos: Henrique Hildebrando (Santa Teresa) e Otaviano dos Santos (Domingos Martins).

Cabe ressaltar que ambas as regiões apresentavam uma quantidade significativa de imigrantes italianos e alemães.

De certo modo, a expansão dos valores integralistas no cenário sociopolítico regional permitiu que simpatizantes se identificassem com a organização, convertendo seu apoio em votos. Conforme dados do Fundo da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES), compilados a partir de documentos do APEES, essa era a composição do eleitorado integralista.

252

QUADRO 1. ELEITORES ATÉ 19 DE OUTUBRO DE 1935			
ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM DEZEMBRO DE 1935			
Nº DE ORDEM	ZONAS	ELEITORES INTEGRALISTAS	TOTAL
1	VICTÓRIA	894	11.273
2	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	1.709	13.408
3	ALEGRE	460	6.079
4	JOÃO PESSOA	28	4.136
5	COLLATINA	660	3.191
6	AFFONSO CLÁUDIO	30	1.986
7	SANTA LEOPOLDINA	–	877
8	CALÇADO	35	2.852
9	SANTA THERESA	1.012	1.141
10	ALFREDO CHAVES	228	1.847
11	SIQUEIRA CAMPOS	290	3.811
12	PAU GRANDE	393	2.048
13	DOMINGOS MARTINS	623	1.654
14	ITAGUASSÚ	45	1.665
15	ANCHIETA	90	1.710



16	RIO PARDO	–	968
17	MUNIZ FREIRE	–	1.248
18	SANTA CRUZ	–	540
19	SÃO MATEUS	–	1.800
20	ITAPEMIRIM	11	1.458
TOTAL		6.508	63.692

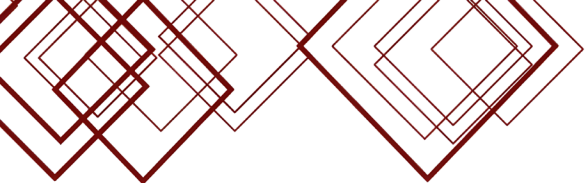
(ALVARENGA, 2024, p. 110)

O Quadro 1 indica que o eleitorado integralista concentrou-se principalmente em Cachoeiro de Itapemirim e Santa Teresa, com menor presença em Itapemirim e João Pessoa (atual município de Mimoso do Sul). Dessa forma, evidencia-se que o principal reduto eleitoral integralista localizava-se na região sul do estado.

Além disso, esses dois municípios abrigavam núcleos significativos da AIB. Vale destacar que, em Santa Teresa, foi eleito um prefeito integralista. Desse modo, as eleições evidenciaram um desempenho expressivo do movimento na política estadual.

253

QUADRO 2. PREFEITURAS E VEREANÇAS INTEGRALISTAS		
MUNICÍPIOS	PREFEITOS	VEREADORES
COLLATINA	–	SEBASTIÃO CÉSAR RESENDE
		JOÃO DIAS
		ANTÔNIO MATTOS
SANTA THERESA	ENRICO ILDEBRANDO AURÉLIO RUSCHI	ALBERTO PRETTI
		JOÃO SIQUEIRA
		AUGUSTO DE FRANCESCO
		ALFREDO ALCANTRARA
		BASÍLIO VASCONCELLOS

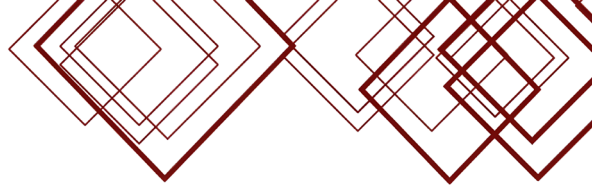


CASTELLO	–	ROBERTO FEITOSA
		LUIS MACHADO
		ARCHILAU VIVÁCQUA
		JOSÉ COLA
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	–	DALTON PENEDO
SIQUEIRA CAMPOS	–	BENTO TEIXEIRA DE MACEDO
PAU GRANDE	–	LASTÊNIO CALMON JÚNIOR
		MANOEL BARBOSA
VICTÓRIA	–	JAIR ETIENNE DESSAUNNE
		PE. PONCIANO STENZEL
VIANNA	–	EUTURGIO PAULA MORAES
DOMINGOS MARTINS	OCTAVIANO SANTOS	ARTHUR GERHARDT
		JOSÉ GOGENNEIMER
		JOÃO FRANCISCO STEIN
ALFREDO CHAVES	–	PEDRO SECCHIN
ICONHA	–	LOURIVAL SERRÃO
RIO NOVO		ILDEFONSO SOUZA
GUARAPARY		EMÍLIO SOARES

(ALVARENGA, 2024, p. 115)

Se, por um lado, houve receptividade aos princípios integralistas na sociedade capixaba, por outro, o governo de João Punaro Bley coexistiu com o movimento inicialmente, mas passou a persegui-lo após a decretação do Estado Novo. Apesar do fervoroso anticomunismo — princípio fundamental da AIB, que inclusive levou a confrontos armados entre integralistas e comunistas no estado —, a organização foi combatida tanto por Getúlio Vargas quanto pelo interventor João Punaro Bley, que alegavam sua proximidade com movimentos nazifascistas.

Como demonstra Silvia Regina Ackermann (2009), os integralistas sofreram intensa perseguição em vários municípios, incluindo



assassinatos, espancamentos e prisões. Essas represálias decorriam da acusação de que os camisas-verdes representavam simpatia pelas ideologias estrangeiras. Houve ainda diversos inquéritos para apurar atividades suspeitas de ex-lideranças integralistas. Em 1938, por exemplo, a polícia investigou o padre Ponciano Stenzel dos Santos por supostas reuniões subversivas em sua residência, onde foram encontradas armas enterradas, resultando em inquérito policial (ACKERMANN, 2009, p. 57).

Em 1938, o interventor João Punaro Bley determinou o uso exclusivo da língua nacional nas escolas. Outras restrições atingiram as igrejas luteranas, às quais foi proibida a realização de cultos em língua germânica, além de haverem intensas perseguições a grupos de imigrantes alemães e italianos. Nesse sentido, o secretário do Interior e Justiça solicitou que os indivíduos suspeitos de pertencer ao integralismo fossem recolhidos no Hospital Getúlio Vargas e no Instituto Agrícola de Maruípe. Naquele momento, essas instituições foram transformadas em presídios para pessoas identificadas como simpatizantes do Eixo. Em outras palavras, eram vistos como uma ameaça à soberania nacional.

255

Com o fim do Estado Novo, o processo de democratização acompanhou os rumos da conjuntura política nacional, sendo Jones dos Santos Neves nomeado interventor estadual em 1943. Em 1945, o Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio, permitiu a organização e o registro dos partidos políticos nos Tribunais Regionais Eleitorais, abrindo espaço tanto para as disputas políticas no Espírito Santo quanto para a fundação do Partido de Representação Popular (PRP), herdeiro do integralismo.

Nesse contexto, o ex-líder da AIB, Plínio Salgado, redefiniu seu



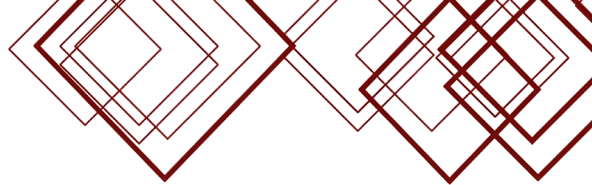
discurso político e passou a defender o modelo de governo do português Antônio de Oliveira Salazar, cujas convicções aproximavam-se da doutrina social católica de Leão XIII - articulação que servia à defesa de um governo autoritário de inspiração católica. A reconfiguração do pensamento político de Plínio Salgado constituiu-se, portanto, como resultado da derrota dos regimes nazi-fascistas na Europa e, simultaneamente, da transformação do regime político no Brasil.

Salgado incorporou ao PRP elementos para a concretização de uma nova cultura política, mantendo, contudo, seus preceitos mais profundos, remanescentes da AIB. Desse modo, o discurso anticomunista, a manutenção dos preceitos espiritualistas cristãos, a incorporação do conceito de democracia cristã e sua vinculação ao integralismo foram mobilizados para defender o caráter democrático do PRP e, ao mesmo tempo, combater as doutrinas autoritárias não cristãs, como o fascismo, o nazismo e o comunismo.

256

É importante destacar que o modelo de democracia cristã concebido pelos perrepistas era restritivo, uma vez que acreditavam que as massas populares eram incapazes de exercer plenamente a democracia. Por outro lado, defendiam com firmeza o direito à propriedade privada e o patriotismo.

No Espírito Santo, os preceitos do PRP/ES foram os mesmos incorporados em nível nacional; contudo, em sua gênese, a agremiação não foi integralmente constituída por ex-membros da AIB. Alguns dos principais fundadores do partido em terras capixabas não pertenceram às fileiras da organização integralista. Ainda assim, seu nascimento deveu-se, em boa parte, ao destacado comprometimento do Padre Ponciano Stenzel dos Santos, que se tornou o principal líder da legenda no estado, certamente auxiliado por antigos militantes da AIB nos muni-



cípios. A base social do PRP/ES continuou assentada sobretudo nos pequenos proprietários rurais, incluindo imigrantes ou seus descendentes, além de profissionais liberais, todos mobilizados pelo lema “Deus, Pátria e Família”, que se mostrou particularmente efetivo no interior do estado (ALVARENGA, 2024, p. 90).

Na formação do partido destacaram-se os nomes de Antenor Hermínio Bassini, Lino Ceotto e Angelo Perim, em Castelo; Sebastião da Silva Marreco, Henrique Ruschi, Angelo Frechiani e Luiz Gasparini, em Santa Teresa; José Fávaro, Silviano Possato, Lastênio Calmon Júnior, Silvério Del Caro e Antônio Barroso Gomes, em Ibiraçu; Pergentino Vasconcelos, Henrique Santana, Josaphá dos Santos, Alberto Ceolim, Guerino Camata, Pedro Ceolim, Moacir Soeiro, entre outros, em Colatina, Marilândia e Bananal (SILVA, 1986, p. 175).

De um certo ponto de vista, o desempenho eleitoral do PRP/ES foi exitoso no estado do Espírito Santo, já que a organização política conseguiu destacar-se em todas as eleições estaduais, inclusive apoiando as candidaturas de Carlos Lindenberg, em 1947, e de Francisco Lacerda de Aguiar, em 1954 e 1962, além de obter a direção de algumas secretarias estaduais e eleger membros para cargos de deputados estaduais, federais e senadores. Com o intuito de demonstrar a relevância política do PRP/ES e sua relação com a AIB, traçamos o seguinte quadro eleitoral:

257

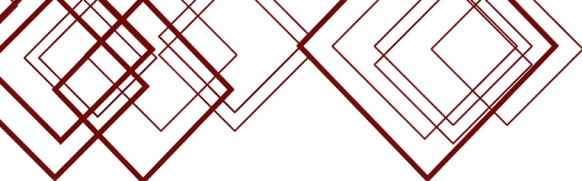
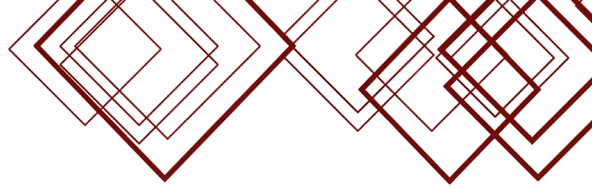


Tabela 1. Desempenho eleitoral da AIB e o PRP pelo total de votos obtidos nas eleições de 1935, 1947, 1950, 1954, 1955, 1958 e 1962

(continua)

MUNICÍPIO	AIB NAS ELEIÇÕES DE 1935	PRP NAS ELEIÇÕES DE 1947	PRP NAS ELEIÇÕES DE 1950	PRP NAS ELEIÇÕES DE 1954	PRP NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1955**	PRP NAS ELEIÇÕES DE 1958	PRP NAS ELEIÇÕES DE 1962
VITÓRIA (VICTÓRIA)	894	–	351	252	1.465	–	1.404
CACHOEIRO DE ITAPEMIIRM	1.709	–	672	211	2.391	–	1.113
(conclusão)							
MUNICÍPIO	AIB NAS ELEIÇÕES DE 1935	PRP NAS ELEIÇÕES DE 1947	PRP NAS ELEIÇÕES DE 1950	PRP NAS ELEIÇÕES DE 1954	PRP NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1955**	PRP NAS ELEIÇÕES DE 1958	PRP NAS ELEIÇÕES DE 1962
ALEGRE	460	–	228	7	658	–	1.122
MIMOSO DO SUL (JOÃO PESSOA)	28	193	142	1	461	–	44
COLATINA (COLLATINA)	660	1.442	1.937	3.326	4.749	–	3.586
AFONSO CLÁUDIO (AFFONSO CLÁUDIO)	30	-	1	5	271	–	33
SANTA LEOPOLDINA	–	-	45	296	1.080	–	85
SÃO JOSE DO CALÇADO (CALCADO)	35	-	8	10	664	–	136
SANTA TERESA (SANTA THERESA)	1.012	-	1.261	624	1.938	–	1.226
ALFREDO CHAVES	228	-	264	248	479	–	583
GUAÇUI (SIQUEIRA CAMPOS)	290	-	67	13	757	–	94
IBIRASSÚ (PAU GRANDE)	393	-	1.344	1.213	2.410	–	1.277
DOMINGOS MARTINS	623	-	54	117	–	–	131
ITAGUASSÚ	45	-	101	44	1.631	–	471
ANCHIETA	90	44	8	0	–	–	363
IÚNA (RIO PARDO)	–	–	0	0	63	–	70
MUNIZ FREIRE	-	-	98	0	418	–	408
ARACRUZ (SANTA CRUZ)	-	-	226	278	467	–	471
SÃO MATEUS	–	1	46	60	344	–	367
ITAPEMIRIM	11	-	22	203	256	–	37
CASTELO	-	-	1.288	2.206	2.273	–	1.889
BAIXO GANDU	-	-	7	0	78	–	42
BARRA DE SÃO FRANCISCO	-	-	25	40	168*	–	651
GUARAPARI	-	-	4	3	352	–	145



LINHARES	-	-	334	0	1.039	-	855
RIO NOVO DO SUL	-	-	-	3	-	-	75
MUQUI	-	-	-	4	159	-	27
BAIXO GANDU	-	-	-	9	78	-	42
ICONHA	-	-	-	62	-	-	98
FUNDÃO	-	-	-	15	-	-	102
VILA VELHA	-	-	-	64	732	-	734
CONCEIÇÃO DA BARRA	-	-	-	0	-	-	240
MUCURICI	-	-	-	0	-	-	16
SERRA	-	-	-	-	17	-	94
CARIACICA	-	-	-	-	205	-	220
JERÔNIMO MONTEIRO	-	-	-	-	-	-	152
APIACÁ	-	-	-	-	-	-	5
VIANA	-	-	-	-	-	-	117
MANTENÓPOLIS	-	-	-	-	-	-	65
NOVA VENÉCIA	-	-	-	-	-	-	111
ECOPORANGA	-	-	-	-	-	-	45
LEGENDA	-	-	-	-	-	-	15
TOTAL	6.508	6.417***	8.533	9.314	25.603	17.619	18.761

*Foram somados os totais de votos válidos de Barra de São Francisco e Mantenópolis.

** Considerou-se apenas os votos válidos no candidato Plínio Salgado para presidente da República.

*** Nestas eleições, o TRE disponibilizou a apuração apenas para esses municípios; no entanto, o total de votos obtidos pelo partido foi de 6.417.

(ALVARENGA, 2024, p. 264)

De maneira geral, o PRP/ES obteve o melhor desempenho eleitoral no período democrático (1945-1965) em comparação a outros partidos políticos. Em outras palavras, foi a única organização política que cresceu em todos os pleitos eleitorais. Nas eleições de 1947, contou com um total de 6.417 votos, enquanto em 1962 obteve 18.761 votos. Dito de outra forma, a associação perrepista triplicou seu número de votos entre 1947 e 1962.



Vale ressaltar que, especificamente durante a candidatura presidencial de Plínio Salgado, a instituição política obteve 25.603 votos no Espírito Santo. Esse fenômeno se explica pelo fato de que os eleitores de Plínio Salgado não votavam necessariamente no PRP/ES.

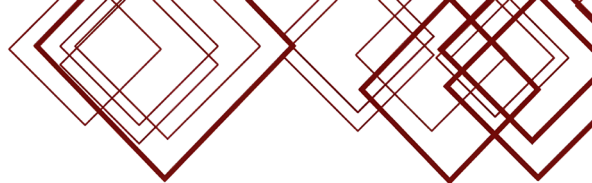
Por outro lado, sua relação com a AIB é notável, considerando que os municípios com maior número de votantes do PRP/ES coincidiam, em geral, com os antigos núcleos da AIB. Destacam-se os municípios de Colatina, Santa Teresa, Ibirapu, Castelo, Alegre, Cachoeiro de Itapemirim e Vitória. Desse modo, podemos afirmar que a cultura política implementada nesses núcleos integralistas foi efetiva, surtindo efeito ainda durante o período democrático. Ademais, o PRP/ES ampliou seu eleitorado para além dos antigos núcleos da AIB, porém com menor força política, ainda que relevante no território regional.

260

Em seus primeiros anos de existência, o PRP/ES teve de lutar pela memória do integralismo, uma vez que os órgãos de imprensa ligados a outras agremiações políticas buscavam associá-lo ao movimento nazifascista. Para defender-se dos ataques, a organização perrepista utilizou seus próprios periódicos para divulgar suas ideias, entre as quais a defesa do caráter democrático do partido.

O PRP/ES conquistou espaço na administração estadual em duas gestões: na de Carlos Lindenberg (1947-1951), com a Secretaria de Estado de Saúde e Assistência Social; e na de Francisco Lacerda de Aguiar (1955-1958), com as Secretarias de Estado de Agricultura, Terras e Colonização e de Governo. Tais posições possibilitaram à agremiação política ampliar seus diretórios pelos municípios do Espírito Santo, bem como de influir no eleitorado capixaba por meio de benesses políticas.

Na Assembleia Legislativa estadual, o PRP/ES defendeu de forma inconstante seus princípios e sua cultura política – herança da AIB. Para



tal, valia-se de uma justificativa democrática, apresentando-se como partido defensor da democracia e crítico de modelos autoritários. Assim, em 1947, o deputado eleito Josaphá dos Santos Gomes, membro do PRP/ES, propôs a entronização da imagem de Cristo crucificado no recinto das sessões legislativas, ação alinhada às determinações do Diretório Nacional do partido.

Além disso, a agremiação defendia sistematicamente o engrandecimento do país, desde que alcançado por intermédio de princípios cristãos. Dessa forma, mantinha seu discurso espiritualista: a defesa da pátria deveria ser sustentada pela defesa do cristianismo.

Outra estratégia adotada pela associação perrepista consistiu em defender suas bases eleitorais nos municípios. Para tanto, inúmeros recursos foram enviados a essas localidades com o objetivo de beneficiar os munícipes. Paralelamente, o anticomunismo permanecia como um dos princípios do PRP. Em várias ocasiões, seus deputados discursavam contra movimentos comunistas no Brasil e alertavam quanto à necessidade de defender a pátria contra essa doutrina política.

261

A partir de 1951, os deputados perrepistas passaram a retomar seu discurso em torno do integralismo, especialmente os deputados estaduais Oswaldo Zanello e Clóvis Stenzel. Ambos agentes políticos declararam em plenário o caráter integralista do partido e seu pertencimento a essa doutrina política, evidenciando o discurso contra a doutrina comunista e nazista e valorizando o espiritualismo em oposição ao materialismo. Desse modo, a associação política se colocava em uma posição diferente das doutrinas citadas; ou seja, o integralismo, na visão desses deputados, tinha um caráter democrático, enquanto as outras doutrinas, não.

Um ponto debatido ferozmente pelos deputados perrepistas foi a



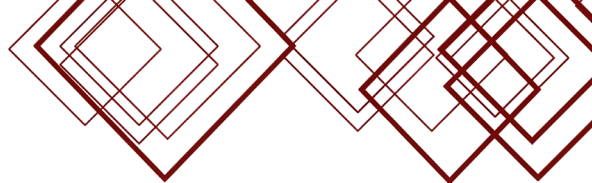
implementação do divórcio no Brasil. As argumentações do deputado Clóvis Stenzel passavam pela defesa da família brasileira e pela contrariedade à moralidade que o divórcio poderia trazer à sociedade, bem como pela defesa da instituição católica, a qual se colocava como seu perpétuo defensor. Em certo sentido, o pilar “Deus, pátria e família”, sustentado pela AIB nas décadas de 1930 e 1940, agora era defendido pelos perrepistas.

Alinhados aos interesses dos municípios, os deputados do PRP/ES defenderam diversas vezes os agricultores – que eram, primordialmente, o eleitorado que mantinha a base da organização partidária nessas localidades.

262 Entre 1959 e 1965, os deputados do PRP/ES — a saber, Jamil de Castro Zouain, Henrique Del Caro e Lúcio Merçon — defenderam prioritariamente a agricultura capixaba. Além disso, protegeram seus redutos eleitorais ao enviar recursos aos municípios. Essa medida tornou-se primordial para propagar os princípios integralistas, os quais, ainda que presentes nos discursos dos agentes políticos, mantinham-se de forma contida.

Considerações finais

Em geral, o questionamento deste artigo foi o de entender como a cultura política criada pela AIB resultou em índices eleitorais expressivos para a própria AIB e, posteriormente, para o PRP/ES. Para tanto, partimos da hipótese de que a agremiação integralista desenvolveu uma cultura política em alguns municípios do estado, o que resultou em bons resultados eleitorais no pleito de 1935, e de que, subsequentemente, o PRP, como herdeiro do integralismo, obteve melhores índices eleitorais graças à cultura política por ele herdada.



Embora haja inúmeros conceitos de cultura política e, consequentemente, diversas críticas, em razão dessa polissemia, objetivamos analisar profundamente o objeto de estudo, optando pelo conceito elaborado por Rodrigo Patto Sá Motta (2014), por considerarmos que ele atende melhor à realidade estudada.

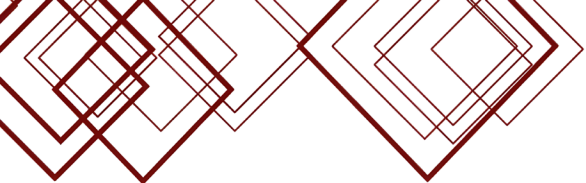
Observamos que o estado do Espírito Santo foi um campo fértil para a disseminação dos princípios integralistas, visto que na cidade de Vitória ocorreu o primeiro Congresso Nacional Integralista, com a presença dos principais líderes nacionais, que puderam institucionalizar elementos da cultura política integralista em território estadual. Assim, os integralistas capixabas internalizaram símbolos, valores, normas e rituais que cimentaram o universo integralista no estado. Inclusive, o movimento foi homenageado por diversas instituições intelectuais.

Ademais, a cultura política da AIB permitiu sua expansão pelos municípios estaduais, notadamente nas regiões de colonização europeia com forte influência católica e protestante. Somava-se a isso sua estrutura hierárquica e burocrática, que possibilitava a reeducação dos militantes nos princípios, ideias e valores integralistas.

263

Vale destacar que a AIB reunia predominantemente segmentos das classes média urbana e rural, incluindo comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais e pequenos proprietários rurais. Essa base social explica a expressiva capilaridade do movimento, que chegou a congregar 3% da população e 10% do eleitorado capixaba.

O desempenho eleitoral integralista nas eleições municipais entre 1935 e 1936 revelou que o movimento foi exitoso, pois elegeu 26 vereadores e 2 prefeitos. Quando observamos o número de eleitores integralistas no estado, entendemos que a cultura política sedimentada no discurso de “Deus, pátria e família”, somada ao anticomunismo e ao



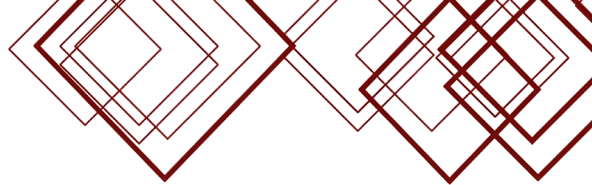
catolicismo, foi eficaz, especialmente nas regiões de Cachoeiro de Itapemirim, Vitória, Santa Teresa e Colatina. Vale destacar que boa parte do eleitorado integralista concentrava-se nas regiões de imigração alemã e italiana.

Apesar da perseguição aos integralistas com a instauração do Estado Novo, sua cultura política sobreviveu no PRP, que se tornou um partido político a partir da década de 1940. Todavia, a organização redefiniu seu discurso político, criando uma nova cultura política sem, contudo, desligar-se do integralismo. Dessa forma, o PRP passou a defender o anticomunismo, a manutenção dos preceitos espiritualistas cristãos, a incorporação do conceito de democracia cristã e a vinculação deste ao integralismo, argumentando possuir um caráter democrático. Contudo, essa democracia era restrita, uma vez que os perrepistas acreditavam que as massas populares eram incapazes de exercer uma democracia plena.

264

Desse modo, o PRP incorporou a mesma base social da AIB: em outras palavras, pequenos proprietários rurais, incluindo imigrantes ou seus descendentes e profissionais liberais. Devemos ressaltar que os militantes constituintes nos primeiros anos do PRP/ES não pertenciam diretamente à AIB. Tudo indica que esses membros, em sua maioria, eram simpatizantes do integralismo.

O PRP/ES, entre 1945 e 1965, obteve o melhor desempenho eleitoral em comparação a outros partidos políticos, sendo a única agremiação que cresceu em todos os pleitos. Esse resultado eleitoral certamente tem seu êxito enraizado na cultura política disseminada pela AIB em território capixaba. Isto é claro quando observamos que os municípios com maior número de votantes do PRP/ES curiosamente foram antigos núcleos da AIB, reforçando a nossa hipótese de que o PRP/ES



herdou a cultura política disseminada pela AIB, além de ampliá-la para outras cidades que não foram redutos integralistas.

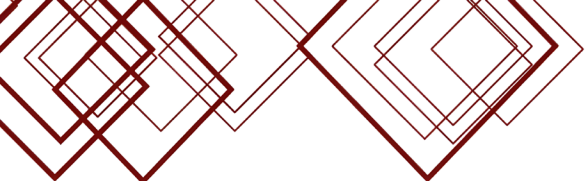
Além disso, o PRP/ES lutou significativamente para preservar a memória integralista, uma vez que os órgãos de imprensa dos partidos de oposição constantemente acusavam-no de ser semelhante aos movimentos nazista e fascista. Por isso, a associação política defendeu-se por meio da sua própria imprensa, inclusive evidenciando o seu caráter democrático.

Mesmo após conquistar espaço político estadual – inclusive com o comando de secretarias, o que facilitou a troca de favores e a expansão dos diretórios municipais –, o PRP/ES manteve a defesa de seus princípios na Assembleia Legislativa. Tais princípios, significativamente, reproduziam a cultura política da AIB: anticomunismo, cristianismo, defesa da família, patriotismo e destinação de recursos a municípios de base integralista.

265

Em seus últimos anos de legalidade, o PRP/ES minimizou os valores e princípios herdados da AIB, visto que seus deputados procuraram defender, prioritariamente, seus redutos eleitorais em vez de sustentar os valores constituídos da organização política. Porém, o destino dos partidos políticos do breve período democrático foi o mesmo: todos foram extintos com o Ato Institucional Número 2, em 27 de outubro de 1965.

Em síntese, o PRP/ES, entre 1945 e 1965, ampliou seu desempenho eleitoral no Espírito Santo, como demonstrado nos gráficos acima, o que conferiu à agremiação política importância significativa na vida regional.



Referências

Obra completa:

ACKERMANN, Silvia Regina. *Quando preferir um samba ao hino nacional é crime: Integralismo, etnicidade e os crimes contra o estado e a ordem social (Espírito Santo – 1934-1945)*. Tese (Doutorado) –UFSCar/ Universidade Federal de São Carlos/Programa de pós graduação em Sociologia, 2009. 335 f.

ALMOND, Gabriel. A; VERBA, Sidney. *La Cultura Civica: Estudio sobre la participación política democratica en cinco naciones*. Euramerica S.A Madrid, Madrid, 1963.

ALVARENGA, Jefferson Ferreira. *O Partido de Representação Popular e a política do Espírito Santo. (1945-1965)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, 2024. 321f.

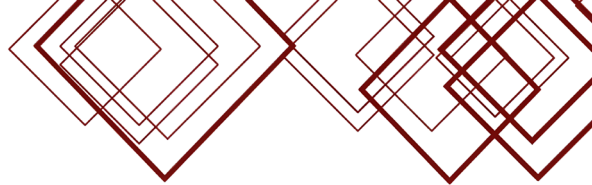
SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo: Estado, interesse e poder*. 2v. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

STANGER, Diego. *O sigma sob suspeita: a polícia política e a repressão ao Integralismo no Espírito Santo (1933-1942)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFES/Universidade Federal do Espírito Santo/ Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, 2014. 110f.

TRINDADE, H. *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

Capítulo de obra:

BERSTEIN. Serge, A Cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editó-



rial Estampa, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Desafios e possibilidades na apropriação da cultura política pela historiografia*. In: MOTTA, Rodrigo Patto de Sá (org). *Culturas políticas na história: novos estudos*. 2ª edição, Belo Horizonte, Editora Fino Traço, 2014.

Artigos:

BORBA, J. *Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro*. Opinião Pública, v. 11, n. 1, p. 147–168, mar. 2005.

CARNEIRO, Leandro Piquet; KUSCHNIR, Karina. *As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política*. Revista Estudos Históricos, dossiê: Cultura política, v. 13, n. 24, 1999.

CASTRO, H. C. de O. de; SANTOS, D. de O.; BEAL, L. 267

I. *A armadilha da cultura cívica revisitada: a persistência dos limites analíticos no campo da cultura política*. Revista Debates, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 9–28, 2022. DOI: 10.22456/1982-5269.126192. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/126192>. Acesso em: 5 maio 2025.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. *Os integralistas e as eleições de 1935 no ES*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina, PR. Anais [...]. São Paulo: Associação Nacional de História, 2005. p. 1-8.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. *Os integralistas no Estado do Espírito Santo (1933-1938)*. Revista Ágora, Vitória/ES, n. 14, 2011a. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/5024>. Acesso em: 6 jun. 2025.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. *Revista Vida Capichaba*



(1934-1937): as imagens fotográficas a serviço dos integralistas do Estado do Espírito Santo. Em *Tempo de Histórias*, [S. l.], n. 15, 2011b. DOI: 10.26512/emtempos.v0i15.20006. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/20006>. Acesso em: 4 jun. 2025.

GOULART, B. *O conceito de cultura política nas ciências sociais e as especificidades brasileiras. Século XXI* – Revista de Ciências Sociais, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 111–133, 2015. DOI: 10.5902/2236672519651. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/19651>. Acesso em: 3 jun. 2025.

NÉSPOLI, José Henrique Songolano. *Cultura política, história política e historiografia*. Revista História e Cultura, Franca, v. 4, n. 1: Dossiê História e Relações Internacionais, p. 361–376, mar. 2015. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1341>. Acesso em: 9 maio 2025.

268

SOARES, C. da S.; BAPTISTA, L. *O conceito de cultura política: das origens na ciência política norte-americana à historiografia contemporânea*. Revista Escripturas, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 118–141, 2020. Disponível em: <https://periodicos.upe.br/index.php/revis-taescripturas/article/view/270>. Acesso em: 7 maio 2025.

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Artur Barrio e a visualidade da violência: da (im) possibilidade da memória do autoritarismo no Brasil

Artur Barrio and the viscosity of violence: the (im)possibility of the memory of authoritarianism in Brazil

Alan Crhistian Quadros Alvão¹

Resumo: O artigo analisa o trabalho *Situações TT1* do artista visual Artur Barrio (1945-atual), realizado no ano de 1970 em Belo Horizonte (MG), durante o auge da violência da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). A revista dos materiais imagéticos produzidos a partir da obra do artista, sob o prisma das discussões da memória, evidencia os aspectos que representam as implicações das políticas de esquecimento na história recente, além da contribuição da arte para pôr em questão os discursos oficiais e o empenho na produção da memória coletiva.

Palavras-chave: Artur Barrio. Ditadura civil-militar. Memória.

Abstract: The article analyzes the work *Situações TT1* by visual artist Artur Barrio (1945-present) created in 1970 in Belo Horizonte (MG), during the apogee of the violence of the civic-military dictatorship in Brazil (1964-1985). The review of imaginative materials produced from the artist's work, from the perspective of discussions on memory, highlights the aspects that represent the implications of the policies of the forgotten in recent history, in addition to the contribution of art to the questioning of them official speeches and the commitment to the production of collective memory.

Keywords: Artur Barrio. Military Civil Dictatorship. Memory.

1 Doutorando em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Licenciado em Ciências Naturais pela Universidade Federal do Pará. Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisa e escreve sobre temáticas relacionadas às memórias, trabalho, pesca artesanal, e mais recentemente, sobre a Educação de Jovens e Adultos e a relação com a velhice. Professor de Ciências da Secretaria de Educação de Taquari, Prefeitura Municipal de Taquari/RS. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7815-3363>. E-mail: alanquadrosalvao@gmail.com.



Introdução

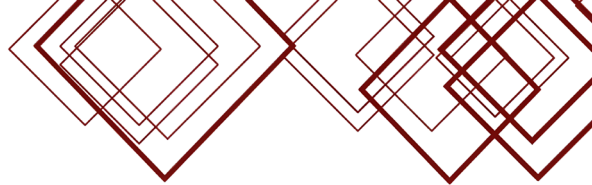
“Quando eu falava dessas cores mórbidas
Quando eu falava desses homens sórdidos
Quando eu falava desse temporal
Você não escutou”.
(Lô Borges e Milton Nascimento, 1972).

270

Visualizar as obras aqui analisadas talvez exija mais estômago do que olhos. Exige sensibilidade sem a qual jamais teriam sido feitas. Olhar os retratos de corpos triturados, papéis higiênicos atirados, excreções do corpo ou as carnes que tonalizam os tecidos brancos com seu líquido carmim. Visualizar as coisas miúdas e asquerosas do dia a dia integrando espaço/tempo numa produção artística que brinca com o convencional, horroriza os espectadores, desperta os observadores, atíça as autoridades... e que, além de tudo, contamina a memória. Aquilo que, como diz Conceição Evaristo, incomoda o sono dos injustos.

A análise do trabalho do artista Artur Barrio levanta questionamentos sobre o que pode a arte contra as práticas que normalizam a violência e abrandam as memórias traumáticas. Propomos pensar a imagem como uma forma de materialização visual da memória social, isto é, como meio de perturbação dos enquadramentos realizados pelas políticas de memória instauradas na sociedade brasileira na ditadura e na construção de sentidos posteriores.

Artur Barrio destaca-se no cenário das artes visuais no Brasil pela introdução de tendências do cenário internacional, incorporando em suas obras as transformações que são características da passagem do período moderno ao contemporâneo ao materializar e corporificar a precariedade, as violências vinculadas à sua experiência de marginalização,



colocando em tensão as convenções em torno das noções hegemônicas de “obra de arte”.

Para tanto, dividimos o texto em dois momentos. No primeiro, buscamos conceituar o nosso entendimento de memória, mais especificamente, apresentar as discussões sobre a produção das memórias da ditadura militar para colocar em evidência as operações instauradas no âmbito político.

No segundo momento, apresentamos aspectos gerais da trajetória de Artur Barrio e uma leitura crítica e atenta da obra *Situações TT1*, realizada no ano de 1970 em Belo Horizontes (MG). Nossa crítica reforça o vínculo da obra ao momento ápice da violência implantada pelo governo militar. Assim, investigamos aspectos do trabalho do artista que, se não denunciam a violência daquele período apenas, provocam olhares para as brutalidades permanentes e atualizadas no processo de formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, discutimos a política de transição que segue o término da ditadura civil-militar marcada por tentativas de apagamento dos crimes cometidos a partir de uma “política de reconciliação” (Bauer, 2014).

271

A metodologia deste estudo compreende uma leitura de aspectos formais das obras (produção, espaço, materiais, temporalidade, entre outros) e a vinculação social e histórica na qual foram produzidas. Por via da análise de seus aspectos conceituais, refletimos sobre as escolhas estéticas, espaciais e políticas do artista para questionar elementos naturalizados e convencionados no campo político, artístico e social. Dessa maneira, este estudo se justifica pela apresentação de uma tentativa de dar visibilidade a uma obra que contesta a gestão da “memória oficial” que se empenhou em inviabilizar as “memórias subterrâneas” (Pollak, 1989) do autoritarismo brasileiro.



Memória e esquecimento: a produção da desmemória social no Brasil

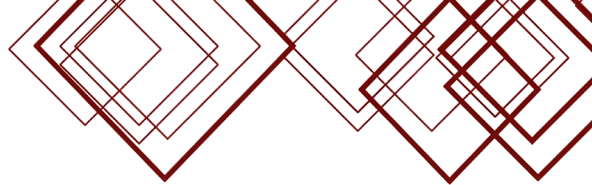
O termo “desmemória social” refere-se à forma como a historiadora Caroline Silveira Bauer² denominou as práticas políticas de esquecimento do passado. E isto se dá por meio de intervenções, ainda no contexto democrático, de amortecimento das dissonâncias que colocam em questão a democracia e os projetos vindouros. Neste primeiro momento nos concentramos em aspectos que contribuem para a construção da memória e suas implicações sociais. O foco recai sobre esforços coletivos empregados no apagamento de outras determinadas memórias, ou seja, lembranças que não interessam às classes dominantes, especialmente sobre períodos e fatos que estas desejam deixar na escuridão.

272

Bauer, em sua obra *Brasil e Argentina: Ditaduras, Desaparecimentos e Políticas de Memória* (Bauer, 2014), compreende que as leis de anistia e o longo período de transição política que, no caso Brasil, estende-se dos anos de 1979 a 1986, contribuíram para a imposição de uma normalização social dos atos de violência praticados, justificando os crimes de sequestro, tortura e, em muitos casos, de morte, como uma necessária medida de saneamento moral.

Segundo Carlos Fico (2004), foi construída a ideia de crise moral para viabilizar uma intervenção higienizadora. O discurso moralista do governo militar projetou a imagem de que somente um Estado militarizado poderia conduzir, correta e serenamente, o Brasil para o futuro. Na época, eram veiculados comerciais que mostravam relações familiares

2 A historiadora Caroline Silveira Bauer direciona sua pesquisa às ditaduras que são implantadas no Brasil e na Argentina, transição do regime militar ao democrático, e suas problematizações como as políticas de apagamento da memória dos crimes de lesa humanidade cometidos pelos governos autoritários.



idealizadas e vendiam a ideia de progresso, prosperidade e segurança. Tratava-se de instaurar modelos de cidadania comprometidos com o autoritarismo para manutenção da ordem diante dos riscos que ameaçavam a nação, como o comunismo.

Segundo Bauer (2014), para desvincular a abertura política, o esquecimento foi tomado com uma espécie de processo de cicatrização semelhante ao que ocorre em cortes na pele, por via da imagem da perda e da melancolia. Para continuar a vida se fez necessário esquecer. O fato que fica no passado desvincula-se, então, da memória, gerando um estranhamento ao revisitá-lo.

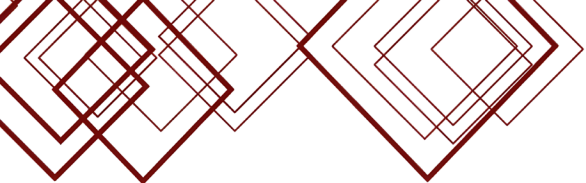
Essa sensação difere do sentimento despertado pela arte, que desestabiliza o lugar comum, dando-lhe destaque, criando desconforto ao impedir que dores passem despercebidas, como a luta contra a naturalização de práticas violentas por mais ínfimas que elas sejam. A arte desperta novas formas sensíveis de perceber e de recortar os processos políticos e sociais, e objetiva “a criação de equivalentes sensíveis, em que sua potência reside em afetar ou não” (Soares; Barbalho, 2015, p. 312).

273

Governos autoritários se valem de deslocamentos de sentido nos processos de transição política que cooperaram para a construção de uma desmemória acerca dos fatos, dentre os quais podemos destacar a subtração da militância, a construção de uma representação de uma guerra civil com equivalência entre adversários e uma ideia de que a sociedade nunca ofereceu apoio ou legitimou o regime militar (Bauer, 2014).

A Lei de Anistia³, um dos pontos iniciais da transição do governo militar para a abertura política, absolveu sujeitos considerados “culpa-

3 Lei Nº 6. 683 de 28 de agosto de 1979. Resultado de forte mobilização popular que concedeu perdão aos perseguidos políticos.



dos” pelo regime – leia-se: os cidadãos que se opuseram ao regime, artistas que protestaram, os presos políticos, exilados e torturados. Em contrapartida também absolveu os torturadores, perseguidores e assassinos.

Apesar deste trabalho sobre a memória oficial⁴, os “cadáveres insepultos”, como cita Carlos Fico (2004), continuam nos assombrando. Dessa maneira, a saída “à brasileira” do regime ditatorial nos deixou à mercê de um fantasma que parece assombrar a sociedade contemporânea. Trata-se de uma reconciliação extorquida, baseada no esquecimento (Bauer, 2014). Em outro texto, Caroline Bauer pôs em debate a justiça de transição a partir da continuidade de práticas brasileiras na resolução de conflitos no âmbito de uma ideologia da reconciliação.⁵

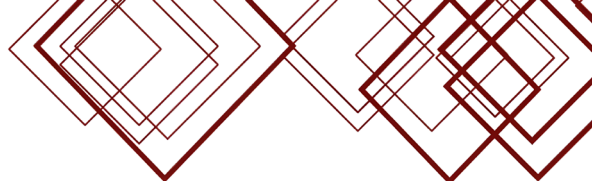
274

Tais intervenções, ancoradas em tal ideologia, podem ser compreendidas a partir da produção de um “enquadramento da memória” (Pollak, 1989) que conduz para atravessamentos que complexificam a discussão sobre a memória. Para Halbwachs a memória é considerada como um fenômeno social que deve ser tratado como uma reconstrução do passado a partir de referenciais do presente (Schmidt, 2006). Nesse sentido, a construção da memória coletiva envolve o pertencimento a “quadros sociais” fundamentais para a produção de sentidos compartilhados.

De acordo com esse autor, as memórias que nascem dentro de um grupo apoiam-se umas às outras. Cada membro é definido por seu lugar e a duração de tal memória limita-se à força das coisas, na duração do grupo, e se reforçam no caso de haver pontos de contato com outros

4 Conceito discutido por Michael Pollak para tratar das intervenções e produções de uma memória coletiva comprometida com um projeto de nação.

5 A autora utiliza o conceito do historiador catalão Ricard Vinyes em referência as ações estatais de “equiparação ética e de impunidade equitativa em relação a crimes cometidos em conjunturas autoritárias, como a ditadura brasileira” (BAUER, 2014b, p. 151).



pequenos grupos, a quem também interesse determinado fato (Halbwachs, 2006). Portanto, considera-se a memória como um fenômeno que envolve indivíduo e as coletividades das quais este faz parte, além das condições sociais em que está inserido, em um permanente conflito entre esquecer e lembrar (Pollak, 1989).

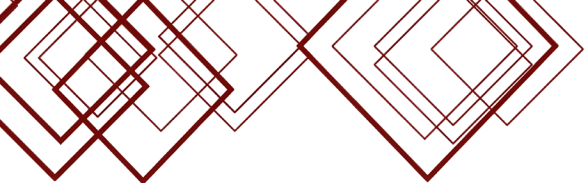
Ainda segundo Halbwachs (2006), é necessário que a memória daquele determinado sujeito continue concordando com a memória do grupo para que possa encontrá-la. Ademais, complementa o autor:

Que me importa que os outros ainda estejam dominados por um sentimento que eu experimentava com eles outrora, e que não experimento hoje mais? Não posso mais despertá-lo em mim, porque, há muito tempo, não há mais nada em comum entre meus antigos companheiros e eu. Não é culpa nem da minha memória nem da deles. Porém uma memória coletiva mais ampla, que compreendia ao mesmo tempo a minha e a deles desapareceu (HALBWACHS, 2006, p. 34).

275

Contudo, Pollak (1989) coloca em questão o silêncio e o esquecimento provocados pelo “desapego ao grupo” como proposto por Halbwachs, de modo que os entende como formas de gestão do que pode ser dito e do “não-dito” em cada época (Pollak, 1989).

Considerando que o nível da recordação se apoia também no nível de engajamento do sujeito com o fato, para uma maioria, influenciada pela promessa do país do futuro, a memória de uma minoria que sonha com justiça social pode não encontrar pontos de apoio suficientes para sustentar-se sozinha na dinâmica que a história faz entre jogos de poder. Apesar disso, o silêncio de grupos minoritários sobre o passado está longe de conduzir ao esquecimento, ou de ser totalmente diluído na memória oficial. De acordo com Pollak (1989), as lembranças dissidentes circulam em regimes limitados de alguns grupos apontando



certos limites dos discursos oficiais.

As memórias sufocadas pelos investimentos oficiais permanecem entre os grupos minoritários na forma de memórias subterrâneas que geram dissonâncias locais até que condições políticas amplas permitam que emergjam e entrem em disputas mais amplas. Deste modo “... essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (Pollak, 1989, p. 4).

276

A ausência de políticas de memória e reparação, durante os governos transicionais, configuraram as políticas de desmemória e esquecimento como características desse período (Bauer, 2014). Coube às famílias das vítimas o ônus da prova sobre a responsabilidade do Estado nas mortes e nos desaparecimentos. Nesta perspectiva, a autora ainda sustenta que não devemos considerar vítimas somente os torturados, mortos ou os desaparecidos, uma vez que é imprescindível estender essa condição a toda a sociedade pois foi imposto um limite de viver (ou morrer) em um regime autoritário.

Em diálogo com a socióloga Irene Cardoso podemos dizer que o esquecimento imposto pela Lei de Anistia configura um “inexistencialismo”, isto é, uma realidade que passa a não existir por intervenção dos “assassinos da memória”, conforme a expressão cunhada pelo historiador francês Pierre Vidal-Naquet. Assim, apontando os limites da reconciliação da justiça de transição e suas estratégias apaziguadoras, pode-se indagar como a arte se constituiu como forma de resistência para dar contornos à memória social, produzindo certa visualidade estético-política. Assim, desenhamos a nossa análise da obra de Artur Barrio como uma memória subterrânea, ainda que disposta em espaços institucionais. O surgimento de sua obra parece irromper contra as violências



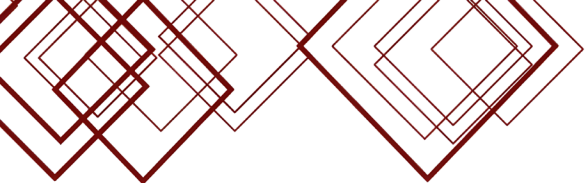
estruturais da sociedade brasileira, reafirmadas em um período marcado por um golpe de Estado, a formação de um governo militar que contou com amplos apoios da sociedade civil brasileira e urdiu formas de apagamento da memória e da história frente às forças provenientes de diferentes setores da sociedade civil, inclusive no campo artístico.

Artur Barrio e a visualidade da violência

Artur Alípio Barrio de Sousa Lopes nasceu na cidade de Porto em Portugal no ano de 1945 e chegou ao Brasil dez anos depois, passando a viver no Rio de Janeiro. Iniciou seu percurso nas artes visuais com desenhos no ano de 1966 e, no ano seguinte, ingressou na Escola Nacional de Belas Artes, onde permaneceu por um curto período. A saída do artista se deu por discordâncias com as disciplinas componentes do currículo, de modo que a sua linguagem estética precocemente se afastou das linguagens convencionais de representação visual (Enciclopédia Itaú, 2022).

277

O artista despontou no cenário da arte brasileira com experimentações artísticas que questionaram e expandiram o conceito formal do que é arte, intervindo criticamente sobre a estrutura institucional artística. Na análise de Freitas (2014), os trabalhos de Barrio não estavam descolados da insubordinação deliberada em relação aos valores artísticos da época como uma afronta à “previsível permanência das obras de artes”. E isso se deu pela valorização do precário, pela apreciação de temporalidades e uso do “próprio corpo como dispositivos poéticos” (Freitas, 2014, p. 186). Desse modo, Freitas (2014) apontou elementos importantes da crítica feita ao “objeto da arte” do período de efervescência contracultural da nova vanguarda dos anos 1960 e 1970.

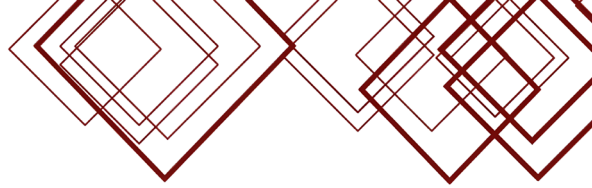


No contexto dos anos 1960 e 1970, houve uma depreciação generalizada do objeto de arte: uma espécie de transgressão estética e ideológica que se baseava na superação das determinações econômicas e no caráter pretensamente conservador das instituições culturais. Vistas como simples fantoches do mercado, pinturas e esculturas foram profundamente criticadas e deliberadamente substituídas por propostas artísticas inventáveis, porque centradas na dimensão temporal, na implosão da contemplação, na incorporação do espectador e na precariedade dos materiais efêmeros (Freitas, 2014, p. 178).

278

Artur Barrio estava amplamente situado e comprometido com valores de seu tempo – ou de uma certa experiência do tempo, proveniente da contracultura e o movimento revolucionário que eclodiu com as ideias e apostas de Maio de 1968, ganhando o mundo afora –, ainda que se trate de valores marginais diante da moral que se estabelece na ditadura militar e nas Belas Artes. Com trabalhos fundamentalmente provocativos e transgressores, suas intervenções e *happenings* causaram grande impacto. O aspecto violento e a utilização de materiais não convencionais como papel higiênico, detritos humanos e materiais orgânicos, como carne putrefata, interferem no espaço urbano fazendo dele um espaço político e artístico. O espaço de produção artística foi ampliado, pois “propondo a sujeira e a incorporação de materiais precários, incluindo resíduos orgânicos e a utilização do banheiro como um local de produção e de exposição, o artista igualou este último aos espaços do museu e da galeria” (Pequeno, 2012, p. 725).

As obras do autor se caracterizam por experiências e situações em temporalidades e em espaços específicos, o que limita a atividade do pesquisador. Como analisa Fernanda Pequeno, “muitas vezes o contato sensorial com o trabalho é vedado ao espectador e embora os registros fotográficos, sonoros e filmográficos permaneçam enquanto documentação, não substituem a experiência direta com o trabalho” (Pequeno,



2012, 727). Por isso, ao assumirmos a limitação sensorial das situações criadas por Artur Barrio para a nossa análise, abrimos possibilidades de leituras de seus *Cadernos Livros*, das imagens e de outras materialidades documentais, pois estes também nos afetam em nossos espaços e temporalidades.

A obra *Situação T/T, 1* (1^a/2^a/3^a PARTES) foi realizada na cidade de Belo Horizonte (MG) em 1970. Ela faz parte do trabalho/situação do artista desenvolvido em três momentos distintos que se particularizam em suas formas entre os anos de 1969 e 1970 impregnado pelo contexto político do país (Soares & Barbalho, 2015). Portanto, o artista iniciou a série com uma atuação na cidade do Rio de Janeiro em 1969, em atividade no Salão da Bússola do Museu de Arte Moderna, com a obra intitulada: *Situação Orhhhh....OU.....5000.....T.E..... Em NY.....City*, que se dividiu em duas fases: a interna e a externa.

279

Na primeira fase, o artista insere em um saco de papel com pedaços de jornais, espuma de alumínio, cimento velho, que foi depositado por ele no local onde permaneceu por trinta dias. Ao longo deste tempo a obra foi sofrendo alterações com a participação do público que depositou mais detritos sobre o material disposto. Após o término da exposição, o material foi levado para a parte externa do Museu e, sem qualquer informação, acabou por gerar um rebuliço entre os vigias e transeuntes (Baldisserotto, 1999). Para Soares e Barbalho, o que estava em jogo na crítica do artista seria a noção de “obra acabada” predominante no campo artístico.

No ano seguinte, Artur Barrio deu continuidade a série de produção de “abjetos” com os quais interferiu no espaço urbano. Na situação o autor encheu 500 sacos plásticos com diversos detritos humanos, como sangue, restos de unha, saliva, cabelos, urina, fezes, ossos e outras



secreções humanas, além de materiais como papel higiênico e absorvente feminino. Destes 500 sacos, vinte por cento continham o nome do artista e a data, o material foi deixado em pequenas quantidades em diferentes ruas da cidade do Rio de Janeiro (Baldiasserotto, 1999). Se por um lado o artista buscava interagir com o espaço urbano, por outro ele trouxe para um lugar de crítica o valor dos “objetos-abjetos” que no deslocamento do museu para a “rua” perdem a valorização institucional (Pequeno, 2012).

No terceiro episódio da série, temos a obra que analisaremos mais detalhadamente, a *Situação T/T, 1*. O artista preparou e deflagrou 14 objetos denominados *Trouxas Ensanguentadas* (T.E.) em um rio-esgoto que atravessa o parque central da cidade mineira. Esse episódio ocorreu durante a mostra *Do Corpo à Terra*⁶, organizada pelo crítico de arte Frederico de Moraes na ocasião da inauguração do Palácio das Artes (Freitas, 2012).

A primeira etapa da obra se refere a preparação das 14 trouxas de tecido preenchidas com componentes orgânicos como carne, ossos e dejetos, que posteriormente foram amarradas; a segunda etapa concerne à deflagração destes volumes no rio; e por fim, a terceira parte do trabalho acontece quando o artista desenrola 60 rolos de papel higiênico, com o auxílio de transeuntes, na paisagem local.

O artista chamou o primeiro momento da obra de 14 Movimentos, referindo às ações de preparação das trouxas e ao registro escrito de suas sensações no processo que denominou de “abjetos” (Barrio apud Baldiasserotto, 1999) (Fig. 1). Com certa liberdade podemos descrevê-la em seus conteúdos, suas formas e cores. Por um meio de cores

⁶ Mostra realizada com a curadoria do crítico de arte Frederico Moraes, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, no ano de 1970, com proposta de práticas artísticas realizadas no local.

monocromáticas, vemos um homem negro com luvas e sacos brancos dispostos em um espaço igualmente branco. Aos poucos, e imaginando os movimentos de preenchimento dos sacos e do espaço, idealizamos a sujeira, os líquidos, o odor tomando o ambiente a partir do piso (chão, base, superfície). O corpo que dobra para baixo, a mão que toca a imundície, o manuseio de estruturas moles e duras, secas e molhadas. O corpo que excreta é o corpo que manuseia, que organiza, que dá o valor dos objetos, das coisas e, conseqüentemente, da obra.

Figura 1: Artur Barrio, *SITUAÇÃO T/T1 1ª parte*, 1970.



Fonte: Barrio ([entre 2008 e 2022]). Disponível em: [https://arturbar-](https://arturbarrio.com.br/)



rio-trabalhos.blogspot.com/. Acesso em: 15 jan. 2023.

A obra já não se dispõe na tela branca em cavaletes a altura dos braços e dos olhos. Ela exige do artista o dobramento do corpo, uma mão que adentre a sujeira que esse corpo produz e sinta as texturas, um olhar que se jogue pelo precipício de uma estatura para notar as cores mais baixas. Essas questões estavam no horizonte do autor, como se percebe na imagem de Barrio preparando as trouxas. De acordo com Pequeno (2012), o trabalho de Barrio com o “abjeto” se trata de uma crítica à subjetividade, uma vez que a constituição desta tem a ver com a linguagem,

Ele é o que foi expulso do corpo e transformou-se em elemento alheio, estabelecendo os limites do corpo – que são mantidos pela regulação social e o controle –, mas também os do sujeito. Abjetar é negar, rejeitar algo como sendo baixo, ignóbil, asqueroso. À abjeção, portanto, está ligada a aversão, a repulsa, o nojo, a náusea (Pequeno, 2012, p. 720).

282

A segunda parte da obra consiste em conduzir e deflagrar os “abjetos” (Fig. 2), em um rio/esgoto no Parque Municipal na cidade de Belo Horizonte no início da manhã. Os registros fotográficos que constituem os catálogos e o acervo do próprio artista foram realizados às 15h quando os volumes encontram a margem. Primeiramente a polícia chega ao local, mais tarde é chamado o corpo de bombeiros (Barrio, 2022).

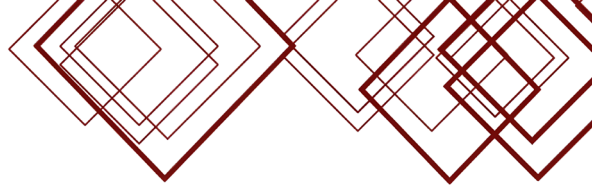


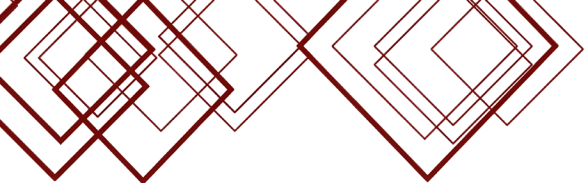
Figura 2: Artur Barrio, *SITUAÇÃO T/T, 1 2ª parte*, 1970.



283

Fonte: Barrio ([entre 2008 e 2022]). Disponível em: <https://arturbarrio-trabalhos.blogspot.com/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

Na figura 3 podemos perceber que o artista não se encontra, mas nem por isso deixa-se de imaginar outro corpo. Em tal cena, o “abjeto” passa a informar uma “coisa” reconhecida pelos agentes públicos de segurança, por transeuntes da cidade, qual seja, o “corpo-abjeto”. As formas que se desenham no tecido fortemente amarrado por cordas, e as tonalidades do vermelho que colore o tecido branco são familiares às imagens da cidade. A aposta em uma ética da contestação do artista na obra analisada propõe um tratamento de choque à indiferença da sociedade civil diante do autoritarismo e violência do regime de governo da época. De forma transgressora e política dissolve os limites



entre linguagens, promovendo atravessamentos entre símbolos gráficos e visuais, entre a obra de arte, artista e o espaço público.

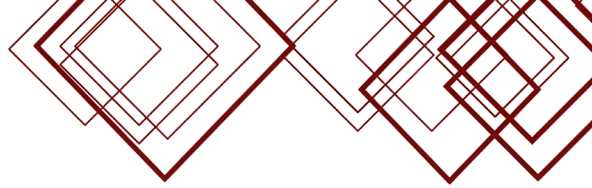
Figura 3: Fotografia do público.



284

Fonte: Barrio ([entre 2008 e 2022]). Disponível em: <https://arturbarrio-trabalhos.blogspot.com/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

No entanto, temos de estar atentos às reduções que podem ocorrer no diálogo entre arte e política em uma análise, pois de acordo com Pequeno (2012, p. 720) “apesar de lidar com aspereza ou desmaterialização, sua poética não se reduz a comentários políticos. É claro que a negatividade dessas obras também se deve à atmosfera política, social e cultural adversa, mas são mais do que reflexos”. Assim, a autora situa como parte dos interesses do artista “fluxos e refluxos energéticos que mantêm o universo em movimento e, consequentemente, possibilitam



a vida humana” (Pequeno, 2012, p. 723). Com isso, pretendemos diagnosticar que se por um lado a obra aponta as violências da ditadura, por outro a ditadura encontra com um fazer artístico pulsante e brutal.

A parte final da obra foi realizada às margens do Ribeirão Arrudas onde o artista desfez rolos de papel higiênico e espalhou pela paisagem (Fig.4). O ambiente perturbado momentaneamente por linhas brancas de papel que atravessavam em sentidos misturados expunham os nervos precários de uma sociedade projetada sobre o descartável, sobre o “abjeto”.

Figura 4: Artur Barrio, *SITUAÇÃO T/T 1, 3ª parte*, 1970.



285

Fonte: Barrio ([entre 2008 e 2022]). Disponível em: <https://arturbarrio-trabalhos.blogspot.com/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

Um material ordinário, utilizado para a higiene do que o corpo expulsa, ou seria uma analogia à miserabilidade de um país de terceiro

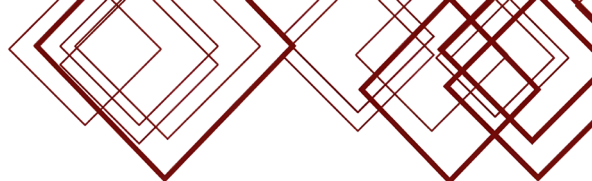


mundo? Conceito também mobilizado por Glauber Rocha no cinema novo, onde expunha as contrariedades de um país subdesenvolvido com estruturas precárias que idealizava um primeiro mundo americanizado. Dessa maneira, Barrio, assim como Glauber e Hélio Oiticica⁷, leu Franz Fanon, o que o tornava crítico das contradições de um país colonizado e dos empreendimentos de um projeto de nação desejoso de higiene e ancorado nos privilégios da branquitude. O artista esteve consciente de sua posição de homem negro e artista subversivo em uma sociedade normativamente branca (Freitas, 2014).

Assim como Oiticica problematiza a miséria trazendo os Parangolés da favela para dentro do museu, o artista atua no limite tensional entre arte e política, dando visibilidade aos restos sociais que o governo militar deixava para o país. O volume de panos ensanguentados em alguma medida denuncia corpos calados, esvaziados de palavras e eliminados, de modo semelhante, os materiais precários denunciam a precariedade que devora a liberdade do indivíduo:

Partindo desse aspecto socioeconômico, faço uso de materiais perecíveis, baratos, em meu trabalho, tais como: lixo, papel higiênico, urina, etc. É claro que a simples participação dos trabalhos feitos com materiais precários nos círculos fechados de arte provoca a contestação desse sistema em função de sua realidade estética atual. Devido ao meu trabalho estar condicionado a um tipo de situação momentânea, automaticamente o registro será a fotografia, o filme, a gravação etc. Portanto, por achar que os materiais caros estão sendo impostos por um pensamento estético de uma elite que pensa em termos de cima para baixo, lanço em confronto situações momentâneas com o uso de materiais perecíveis, num conceito de baixo para cima (Barrio apud Canongia, 2002, p. 145).

7 Hélio Oiticica trata-se de um artista performático, visual e escultor com obras caracterizadas por experimentações situadas no período contemporâneo que esfacelam os projetos modernos no Brasil. Cf: (Faveretto, 1992)

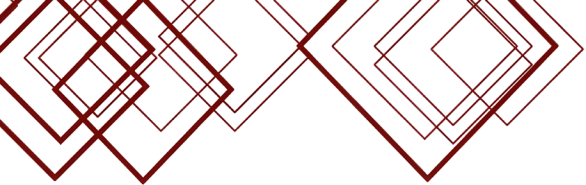


Tal análise corrobora com as proposições de Pequeno (2012) de que as trouxas e o descarte do papel higiênico por se tratar de materiais sem utilidade e sem uma aplicação prática se comparam aos “lixos anônimos” dos “cidadãos de bem”. De modo similar podem ser comparadas aos “presuntos desovados”, isto é, as vítimas de práticas comuns de violência do regime militar. A partir dessas considerações nos perguntamos sobre os propósitos do artista ao envolver a paisagem com um material ordinário desenhando pequenos espaços e linhas através dos elementos locais, pedras, terra, água, vegetação e o vento.

Naquele momento, entre o fim dos anos 60 e início dos anos 70, o país vivia um crescimento econômico, no qual o lema “Nunca fomos tão felizes” foi *slogan* amplamente utilizado para legitimar ações do governo militar e proteger o país da famigerada ameaça comunista propagada pelos militares (Napolitano, 2014). Apesar do desenvolvimento, a maior parte da sociedade não tinha acesso aos seus frutos, de modo que as desigualdades nesta distribuição se tornaram objeto de algumas produções visuais, cinematográficas e musicais que contestavam o “milagre econômico”, o lugar do Brasil na geopolítica mundial e na divisão internacional do trabalho e da produção no capitalismo.

287

Desde o golpe de 1964, o país enfrentava o período mais opressor e violento do regime militar após a instituição do Ato Inconstitucional nº 5, o AI 5, no dia 13 de dezembro de 1968. Este dispositivo jurídico cassava uma série de direitos civis e políticos, bem como institucionalizou a censura à imprensa. O direito ao *habeas corpus* por crimes políticos foi extinto e, assim, foi instaurada a censura prévia a músicas, filmes e peças de teatro (Memorial da Democracia, 2015). Desse modo, certamente a obra e a atuação de Artur Barrio se deu a partir do “campo de possibilidades” de sua época, de modo a negociar “realidades” de um mundo de relações bastante complexas (Velho, 1995). O artista



esteve atento às mudanças no campo artístico, nas condições políticas de marginalização que se tornou mais severa com a industrialização e urbanização, além das violências dos governos golpistas.

A obra de Artur Barrio para além da imagem, precisa ser vista pela multiplicidade e convergência de meios, tais como: a inserção do corpo do artista, escolha dos materiais, o uso das palavras, a escolha do espaço de inserção. Nessa multiplicidade devemos permitir ser afetados pelas experimentações do artista em meio aos conflitos da vida urbana para produzir espaços de criação, pois, segundo Soares e Barbalho, ele “potencializa o uso desses espaços como territórios de criação e circulação” (Soares; Barbalho, 2015, p. 316).

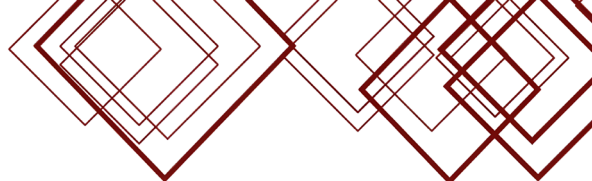
288

Como afirma Jacques Rancière “[...] as artes podem ser percebidas e pensadas como artes e como formas de inscrição do sentido da comunidade.” (Rancière, 2009, p. 18). Dentro do violento contexto, os volumes ensanguentados poderiam ser qualquer coisa, inclusive corpos de torturados e desaparecidos, remetendo ao Esquadrão da Morte⁸.

A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo. É a partir dessa estética primeira que se pode colocar a questão das “práticas estéticas”, no sentido em que entendemos, isto é, como formas de visibilidade das práticas da arte, do lugar que ocupam, do que “fazem” no que diz respeito ao comum. As práticas artísticas são “maneiras de fazer” que intervêm na distribuição geral das maneiras de fazer e nas suas relações com maneiras de ser e formas de visibilidade (Rancière, 2009, p. 16-17).

Neste sentido, a arte de Barrio ocupa-se da política, da ética da

⁸ Esquadrão da morte foi um grupo paramilitar organizado com o objetivo de capturar e torturar pessoas consideradas inimigos potenciais do regime ditatorial. Cf.: Nascimento (2019).



denúncia dos fétidos porões subalternos da ditadura civil militar, feitas de carne morta, sua obra denuncia uma realidade viva, mas paradoxalmente mortificante.

Não é fácil eliminar um corpo. Uma vida é fácil. Uma vida é cada vez mais fácil. Mas fica o corpo, como lixo. Um dos problemas desta civilização: o que fazer com o próprio lixo. As carcaças de automóveis, as latas de cerveja, os restos de matanças. O corpo boia. O corpo vai dar na praia. O corpo brota da terra, como na Argentina (Veríssimo apud Bauer, 2014, p. 30).

Os volumes de carne, ossos e sangue, denunciam o desaparecimento como implantação do terror, como cita Caroline Bauer (2014) uma estratégia de governos militares na elaboração das políticas de desmemória e esquecimento, mas não se esgotam neste aspecto, trata da transição de objetos de desejo a descartes, o transitório, expelido pela sociedade. Existe uma relação íntima entre os objetos criados pelo artista e nós, a arte nos ensina muito sobre nosso próprio universo, como observa Jorge Coli (2017).

289

A obra materializa aspectos violentos e precários da vida social dentro de um regime ditatorial, expondo cruamente aspectos de uma realidade que se desejava esconder, o que nos remete ao sentido da estética na obra de Rancière,

A palavra “estética” não remete à uma teoria da sensibilidade, do gosto ou do prazer dos amadores de arte. Remete, propriamente, ao modo de ser específico daquilo que pertence à arte, ao modo de ser dos seus objetos. Esse sensível, subtraído a suas conexões ordinárias, é habitado por uma potência heterogênea, a potência de um pensamento que se tornou ele próprio estranho a si mesmo (Rancière, 2009, p. 32).

Uma obra radical, transgressora e potente. O artista não se sub-



traí de seu comprometimento ético-político, direcionando seu trabalho ao resgate de uma sociedade da inércia, da apatia quanto a sua situação de povo silenciado. Produziu uma arte de confronto que hoje mobiliza e abre condições possíveis para que novas memórias subterrâneas emergam e para a produção de novas leituras do passado.

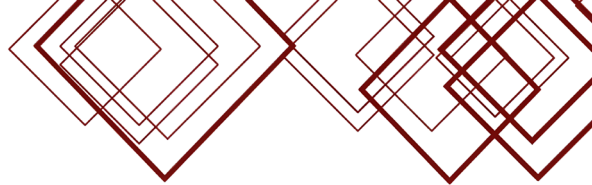
Considerações Finais

290

As memórias sobre o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) ainda estão sendo disputadas na sociedade brasileira. Ainda que fortes intervenções políticas tenham direcionado para a construção de um cenário pretérito marcado pela reconciliação, como a análise da Lei de Anistia demonstrou, as memórias das vítimas de tortura, de familiares de desaparecidos, e de pessoas críticas ao regime lutam para se afirmar. Na batalha de lembrar, os espaços são disputados por instituições, movimentos sociais, políticos e o Estado. O enquadramento da memória oficial expõe os seus limites a partir de múltiplas experiências, dentre as quais destacamos as experimentações artísticas de Artur Barrio.

Diversos processos de resignificação constituem essas memórias, como afirma a socióloga Elisabeth Jelin. A autora aponta as complexidades envolvidas pela subjetividade na formação de memórias sobre episódios sociais traumáticos, de modo que “novas conjunturas sociais e políticas não deixam de produzir modificações nos marcos interpretativos na compreensão de experiências passadas e para construir expectativas futuras” (Jelin, 2002, p. 13, tradução nossa)⁹. Nesse sentido, o

⁹ Texto original: “Nuevos procesos históricos, nuevas coyunturas y escenarios Sociales y políticos, además, no pueden dejar de producir modificaciones em los marcos interpretativos para la comprensión de la experiencia pasada y para construir expectativas futuras” (JELIN, 2002, p 13).



passado possui forte relação com as condições atuais da lembrança.

Propomos essa análise como uma narrativa para questionar a arte como uma potência na elaboração de múltiplos olhares e vivências de um mesmo evento. Questionamos a condução “amistosa” pela qual o Brasil retomou seu processo de redemocratização marcada por uma série de continuidades e rupturas. A permanência dos militares com participação da sociedade civil no governo por mais de duas décadas implica sérios desafios para a manutenção da democracia até os dias atuais, como o golpe de 2016 contra a presidente Dilma Rousseff e a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro, assim como a crise política e institucional desencadeadas pelas “Jornadas de Junho” de 2013 demonstram claramente.

A Comissão de Anistia, criada em 2001, prossegue com seu objetivo de buscar a reparação dos direitos humanos violados em políticas de Estado entre 1946 e 1988. Através destas reparações é que se reconhece a violência do Estado. No entanto, a responsabilização de idealizadores e executores desses atos ainda não foi efetivada. Isto não implica que os governos tenham convivido tranquilamente, pois muitas lutas simbólicas e materiais se estabeleceram para agitar as estruturas e os enquadramentos sociais da memória coletiva como a pressão de ONGs, das Comissões de Mortos e Desaparecidos Políticos, das Comissões de Direitos Humanos, entre outros, pela abertura dos arquivos da ditadura e por reparação. Deste modo, Ansara (2012) aponta outros elementos que competem nessa disputa política da memória como a resistência das classes populares, a preservação dos monumentos da ditadura, o combate a repressão policial e o desmonte dos mecanismos de institucionalização da memória social.

291

As reflexões apresentadas pelos autores que abordam a constru-

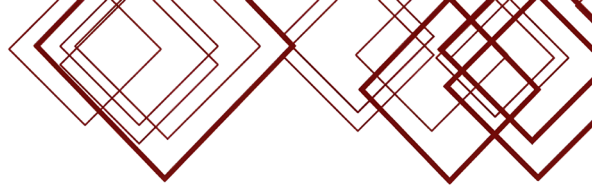


ção de um projeto de apagamento dessas memórias nos possibilitam o entendimento de fatores que contribuíram para o esquecimento dos crimes cometidos e do trauma que deixou em nossa sociedade. O discurso de que o país vivia uma crise moral pautou o terreno social para o golpe, o que, por sua vez, promoveu a fragilidade dos laços familiares e sociais, tornando marginal o sujeito que era contrário ao autoritarismo e que, de alguma forma, afrontava os valores do regime.

O Estado perseguiu e prendeu cerca de 50 mil pessoas, matou mais 400 e deixou um saldo de 434 mortos e desaparecidos, segundo dados do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2015). Diante disso, entendemos que não é possível seguir adiante em nosso processo democrático sem o devido esclarecimento dos fatos e reparação às vítimas, pois, sob a impunidade, o desaparecimento se torna uma arma muito eficaz (Bauer, 2014). No entanto, é preciso, ao menos, imaginar a potência artística no Brasil, sem a censura e a violência assombrando seus criadores, como alerta a pesquisadora Claudia Calirman, na obra *Arte Brasileira na Ditadura Militar*,

Ainda que os trabalhos comentados neste livro tenham surgido de um desejo de resistir ao regime, de provocá-lo e de denunciar os horrores cometidos em seu nome, seria absurdo dar qualquer crédito à ditadura como um estímulo à produção artística pode-se somente imaginar a Riqueza da produção artística que poderia ter florescido no Brasil não fosse o medo da repressão e se o país não estivesse sido subjugado pelos militares (Calirman, 2013, p. 143).

Artur Barrio expande as fronteiras da arte ao tratar de novas corporeidades e outras temporalidades em sua obra. Ao explorar novas formas de linguagem e expressão, denuncia a violência e a precariedade da vida de forma ampla, e especificamente durante o regime militar. Denuncia, ainda, a morte e o desaparecimento por meio de suas expe-



rimentações urbanas.

Propondo uma nova estética visual, o seu trabalho explora novas linguagens e formas de expressão, rompendo com os paradigmas da produção artística em voga. Ele instaura, através de seus manifestos, uma relação de proximidade com o público, contrariando as instituições e seus princípios como o “dispositivo museológico” especializado em congelar as obras aspirantes à eternidade (Freitas, 2014) e o Estado com seus valores conservadores e autoritários evidenciar as trouxas sangrentas descartadas no espaço público. Acreditamos, com Freitas (2014), que o autor profanou espaços e temporalidades. Ele produziu formas sensíveis de rememoração que enfrentaram a violência da ditadura militar e as políticas de reconciliação posteriores.

A arte afeta as lembranças de múltiplas formas podendo mobilizar ou paralisar indivíduos e grupos. A arte afeta as ações, mesmo aquelas pequenas, como a que desenhamos nesse espaço. O pensamento é uma forma de agir e de se afetar pela arte que se coloca de forma tão brutal e visceral como a obra de Artur Barrio. De acordo com Soares e Barbalho (2015), uma potência que produz e mobiliza memórias indissociavelmente políticas e estéticas que fazem do presente um espaço/tempo de estranhamentos.

293

Referências

- ANSARA, Soraia. Políticas de Memória X Políticas do Esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. *Revista Psicologia Política*, v. 12, n. 24, p. 297-311, 2012.
- BALDISSEROTTO, Ana Flávia. *Artur Barrio*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- BARRIO, Artur. Blog do Artista, [entre 2008 e 2022]. Disponível em:



<https://arturbarrio-trabalhos.blogspot.com/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BARRIO, Artur. Livro de Carne. In: BALDISSEROTO, Ana Flavia. Artur Barrio. Porto Alegre: *Pinacoteca Barão de Santo Ângelo Instituto de Artes* – UFRGS, 1999.

BARRIO, Artur. *Situações: Artur Barrio: registro*. Rio de Janeiro, RJ: Centro Cultural Banco do Brasil, 1996. 63 p.

BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina: Ditaduras, Desaparecimentos e Políticas de Memória*. 2 ed. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

BAUER, Caroline Silveira. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. **Dimensões**, n. 32, p. 148-169, 2014.

CALICCHIO, Vera. *Atos Institucionais*. FGV CPDOC, [S.l.], 2022.

294 Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

CALIRMAN, Claudia. *Arte Brasileira na Ditadura Militar. Antônio Manoel, Artur Barrio e Cildo Meireles*. Rio de Janeiro: Reptil, 2013.

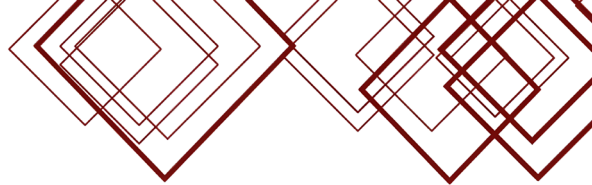
CANONGIA, Ligia. *O Legado dos anos 60 e 70*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. *Artur Barrio*. [S.l.], 29 ago. 2022. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa47/artur-barrio>. Acesso em: 15 jan. 2023.

FAVARETTO, Celso Fernando. *A invenção de Hélio Oiticica*. Edusp, 1992.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FREITAS, Artur. O tempo como profanação: “Situações Mínimas” de



- Artur Barrio. *História: Questões & Debates*, v. 61, n. 2, 2014.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- LEVITSKY, Steve; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2018.
- MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Museu multimídia dedicado à luta pela democracia no Brasil. Instituto Lula, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/>. Acesso em: 6 mar. 2023.
- MEMÓRIAS DA DITADURA. O maior acervo online sobre a história da Ditadura no Brasil. Site Memórias da Ditadura, [S.l.], 202-. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/>. Acesso em: 15 junho. 2023.
- MORAIS, Frederico. Contra a arte afluyente: o corpo é o motor da obra. *Revista de Cultura Vozes*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 64, jan./fev. 1970. 295
- NASCIMENTO, Aline de Jesus. *O Esquadrão da Morte no clipping e nas revistas semanais da Editora Abril (1968-1985)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista. 2019.
- PEQUENO, Fernanda. Artur Barrio: historicizando situações e experiências. *Comitê Brasileiro de História da Arte*. 2012.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Entre a filosofia e a sociologia: matrizes teóricas das discussões atuais sobre história e memória. *Estudos ibero-americanos*. Porto Alegre. Vol. 32, n. 1 (jun. 2006), p. 85-97, 2006.
- SOARES, Sabrina Késia de Araújo; BARBALHO, Alexandre Almeida. Modos de dizer sobre a ditadura civil-militar brasileira: arte política nas intervenções de Artur Barrio e do Coletivo Aparecidos



Políticos. In: GORCZEVSKI, Deisimer (org.). *Arte que inventa afetos*. Fortaleza: Imprensa Universitária. 2015.

VELHO, Gilberto. Estilo de vida urbano e modernidade. *Revista Estudos Históricos*, v. 8, n. 16, p. 227-234, 1995.

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Autenticidade e inovação da “voz do morro”: as bem escritas linhas da Carta do Samba (1962)

Authenticity and innovation of the true brazilian music: the well-written lines of Carta do Samba (1962)

Wilton Carlos Lima Silva¹

Resumo: Em finais de 1962, no Rio de Janeiro, realizou-se o I Congresso Nacional do Samba, evento que a partir da presença de artistas, estudiosos e lideranças ligadas à música popular buscava discutir de que maneira o samba, o ritmo urbano, popular e de origem africana, que se tornara um símbolo nacional, deveria ter defendida sua “tradição” frente aos interesses e transformações da sociedade brasileira os quais agenciavam sua “modernização”. Os debates realizados em tal evento culminaram com a edição de um documento, a “Carta do Samba”, que elencava iniciativas que foram deliberadas e propostas por representantes do Estado e de diversos setores da sociedade civil, visando “coordenar medidas práticas e de fácil execução para preservar as características tradicionais do samba sem, entretanto, lhe negar ou tirar espontaneidade e perspectivas de progresso.” O documento problematiza o gênero musical enquanto manifestação cultural popular e símbolo de identidade nacional, mas também enquanto objeto de consumo e discute de que maneira a questão mercadológica poderia afetar sua transformação ou “evolução”. Uma releitura do documento, mais de cinquenta anos depois, permite mapear algumas das tensões e propostas que se fizeram presentes em sua redação e identificar as bases e os limites das ideias apresentadas.

Palavras-chave: Carta do Samba, Carnaval, Escola de samba, Edison Carneiro, Indústria Cultural.

Abstract: At the end of 1962, in Rio de Janeiro, the 1st National Samba Congress was held, an event that, with the presence of artists, scholars and leaders linked to popular music, sought to discuss how samba, the urban music, popular and of African origin and which had become a national symbol should have defended its “tradition” in the face of the interests and transformations of Brazilian society and which were responsible for its “modernization” or “degeneration”. The debates held at this event culminated in the publication of a document, the “Carta do Samba”, which listed initiatives

¹ Doutor em História, pela Unesp, Campus de Assis, Professor Titular no Departamento de História da Unesp, Campus de Assis. ORCID ID <http://orcid.org/0000-0002-1507-8017>. E-mail: wilton.silva@unesp.br.



that were deliberated and proposed by representatives of the State and various sectors of civil society, aiming to “coordinate practical and easily implemented measures to preserve the traditional characteristics of samba without, however, denying or taking away its spontaneity and prospects for progress.” The document problematizes the musical genre as a popular cultural manifestation and symbol of national identity, but also as an object of consumption and discusses how marketing issues could affect its transformation or “evolution”. A re-reading of the document, more than fifty years old, allows us to map some of the tensions and proposals that were present in its writing and identify the bases and limits of the ideas presented.

Keywords: Carta do Samba, Carnival, Samba school, Edison Carneiro, Cultural Industry.

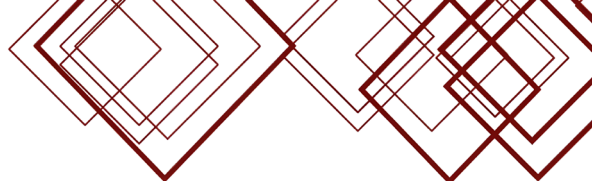
“Eu sou o samba
A voz do morro, sou eu mesmo sim Senhor
Quero mostrar ao mundo que tenho valor
Eu sou o rei dos terreiros

Eu sou o Samba
Sou natural daqui do Rio de Janeiro
Sou eu quem leva a alegria
Para milhões de corações brasileiro...”

(Zé Kéti, *A voz do morro*, 1955)

A voz do morro, o clássico de Zé Keti, gravado em 1955 por Jorge Goulart, com um arranjo orquestral impactante de Radamés Gnattali², fez parte da trilha sonora do filme *Rio 40 Graus*, de Nelson Pereira dos Santos. A música fora lançada alguns meses antes de sua gravação

2 “No selo do disco 17197, o crédito para o acompanhamento da gravação histórica do samba de Zé Kéti – Vero e Sua Orquestra – traz o pseudônimo que o maestro Radamés Gnattali usava para os trabalhos que fazia com sambas, choros e outros gêneros populares. Codinome que Radamés bolou a partir do nome de sua esposa, a pianista Vera Bieri, e que retrata um tempo em que música popular não era ambiente para a gente da música de concerto.” (MALTA, 2021) O registro sonoro, mantido pelo site Discografia Brasileira, do Instituto Moreira Sales está disponível neste link: <https://discografiabrasileira.com.br/fonograma/94411/a-voz-do-morro> Visitado em 03/11/2023.



comercial na quadra da pequena escola de samba União de Vaz Lobo, localizada no pé do Morro do Juramento, na zona norte do Rio de Janeiro, em um período de ruptura do compositor com a Portela.

É identificada por alguns como um manifesto nacionalista em um contexto cultural que se fazia cada vez mais dominado pelos referenciais norte-americanos, e afirma de forma autorreferente e explícita algumas das marcas do gênero musical desde suas origens: a sua dimensão popular, a luta pela aceitação social, sua nobreza à brasileira te, ainda, a sua procedência carioca.

A identidade do gênero e as tensões decorrentes dela já se faziam presentes em décadas anteriores, quando, por exemplo, no início dos anos de 1930 ocorreram dois fatos bastante importantes na história do samba, o primeiro desfile das escolas de samba no Rio de Janeiro, em 1932³, e a publicação de um livro com um tema original, *Samba: sua história, seus poetas, seus músicos e seus cantores*, de Orestes Barbosa (1893-1966), pela Livraria Educadora em 1933.

299

Sobre o carnaval de 1932 Alencar (1965, p. 193) afirma:

“Perto de cento e cinquenta composições carnavalescas apareceram nesse ano, o primeiro carnaval oficializado. (...) A oficialização foi sempre motivo de discussão. Alegam muitos que a intervenção oficial tiraria parte da espontaneidade da festa. De

3 No espaço urbano carioca nas décadas iniciais do século XX identificavam-se duas manifestações populares no interior do carnaval, os ranchos carnavalescos e as escolas de samba. Sendo que os ranchos reuniam grupos sociais diversos, vindo dos subúrbios se apresentavam com músicas próprias e recebiam seguidos elogios da imprensa por sua música, dança e apresentações. A cada ano apresentavam-se com um tema específico, que era articulado a partir de um enredo, com música e coreografias ensaiadas ao longo de todo o ano. (GONÇALVES, 2003 e 2007) Mas com o tempo “o rancho, de base pequeno-burguesa, sustentado pelo comércio, entrava em decadência. A base social da escola, proletária, e mesmo plebeia, e o ritmo vigoroso do samba, que ditou a substituição da orquestra convencional do rancho por instrumentos de percussão, fizeram toda a diferença” (CARNEIRO, 1982, p. 87).



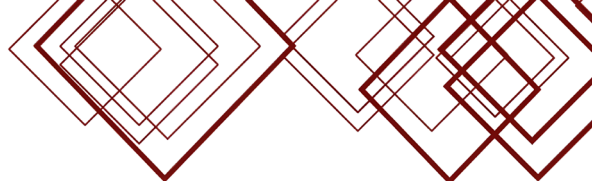
fato há procedência em algumas das restrições. A parte crítica das composições e dos prêmios recebeu rude golpe. Subvencionado ou premiando, o governo é poupado nas sátiras, que sempre foram um dos ângulos pitorescos do carnaval carioca. A intromissão se verifica até na obrigação imposta às escolas de samba de apresentarem seus desfiles à base de enredos histórico-nacionais, de terem alas de índios, de baianas, etc. Mas não se pode negar, por outro lado, o prestígio que o poder público deu ao carnaval, instituindo bailes oficiais, fazendo a propaganda, inclusive no estrangeiro., imprimindo-lhe força turística, ornamentando a cidade, auxiliando, premiando e estimulando entidades particulares, etc. Bom seria que tudo isso fosse feito, sem a menor coação à crítica livre. Mas seria esperar muito. De subvencionadores e subvencionados.”

300

Se o gênero musical ainda despertava preconceitos sociais e culturais na população, sendo alvo, em décadas anteriores, de processos de repressão policial e de estigmatização racial, social e cultural enquanto “ritmo de negros”, “som do morro” e “vozes do samba, do espan-to e da superstição”, a oficialização do desfile das escolas de samba no Rio de Janeiro foi saudada de forma bastante particular pela imprensa da época, que convocava a população para assistir ao evento na Praça Onze, no qual seria possível observar sons “formidáveis” que surgiriam de instrumentos “bárbaros”, “prodigiosos” e “mal conhecidos”, formando o “espetáculo mais estranho deste ano”, como se as agremiações e seus membros fossem “de outro mundo e não da mesma cidade”. (CABRAL, 1978, p. IX)

Por sua vez, Orestes Barbosa foi o jornalista que durante a década de 1920, com publicações nos jornais *A Manhã*, *A Notícia* e *Crítica*, tornou-se reconhecido como um dos mais importantes cronistas da cidade do Rio de Janeiro⁴, tanto que em 1932 foi jurado do primeiro concurso

⁴ O jornalista, escritor, cronista e compositor desde sua experiência no jornalismo policial convivia com boêmios, sambistas, seresteiros e marginais, sendo que um de seus primeiros livros, *Na prisão* (1922), apresentava um relato de histórias e experiências dos presos da casa de Detenção – onde foi preso duas vezes, condenado por



das Escolas de Samba na Praça Onze, e publicava o livro como desdobramento de material acumulado a partir de publicações suas na coluna *Rádio*, do jornal *A Hora*, e no jornal *Avante!*, desde meados de 1933, em que promoveu intensa divulgação da música popular e entrevistou cantores, compositores e sambistas (como Wilson Batista, Cartola, da Estação Primeira de Mangueira, e Baiaco, do Estácio de Sá).

No prefácio, assinado por Martins Castello⁵ (1906-1970) aponta-se a relação umbilical entre o samba e a capital carioca e afirma que o livro seria uma “obra definitiva”, escrita por um “repórter da cidade” e que se tornou um dos criadores do samba urbano, capaz de incorporar as nuances dos contrastes entre o morro e a cidade, em uma demonstração de apreço pelo gênero, mas também pelo lugar:

“Nem a magnificência da sua natureza, nem o esplendor das suas avenidas, nem a febre do seu progresso ultrapassam, no Rio, este patrimônio que é o genuíno sentimento carioca palpitando no samba. Cidade líder do Brasil, se a nossa metrópole não possui autonomia política, tem ao menos o direito de dizer, pela pena de um dos seus grandes cronistas, que é a legítima dona do pandeiro e do tamborim. O samba vai começar...” (BARBOSA, 1978, p. 10)

301

Em edição de 1978, editada pelo MEC/FUNARTE, a apresentação do livro é de Ary Vasconcelos, que o saúda mas também delimita sua real importância, identificando o livro como um volume dedicado

injúria – caracterizado por um estilo que adotava a língua falada e uma estrutura de parágrafos de uma só frase, com o resultado de fala coloquial, que se tornou sua marca registrada. Em outro livro, *Ban-ban-ban!* (1923), narra o mundo dos morros e favelas, dos bordéis e da macumba – oferecendo inclusive, como anexo, um glossário de gírias cariocas da época. Juntamente com Francisco Guimarães (1875/1880?-1946), o Vagalume, jornalista negro que lançou no *Jornal do Brasil* a primeira coluna a retratar o carnaval no país e que escreveu a obra pioneira *Na roda do samba* (1933), inaugura uma historiografia sobre o gênero musical.

5 José Ribamar Martins Castello Branco, repórter político do jornal O Globo.



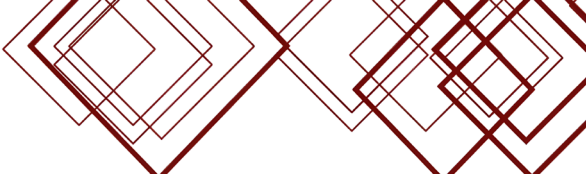
à “música popular carioca”, que não seria nem “a obra definitiva sobre o samba” e nem “um estudo sobre a melodia carioca”, mas “uma sucessão de pensamentos, conceitos, impressões, anedotas, flagrantes, colocações, pontos de vista”, mas que apesar de fragmentário é ainda “indispensável por fornecer informações preciosas sobre os nomes que dominavam, então, no rádio e no disco”, como “Francisco Alves, Mario Reis, Araci Cortes, Noel Rosa, Jesi Barbosa, Carmem Miranda, Pixinguinha, Sílvio Caldas, Ismael Silva, Zé com Fome (mais tarde, Zé da Zilda), Nonô, Custódio Mesquita, Ary Barroso, etc.” e que fixa um momento da música e da cidade do Rio de Janeiro. (BARBOSA, 1978, p. 5)

302

Essa “topofilia” em relação à capital carioca é uma característica recorrente nos trabalhos que se dedicam ao gênero musical, particularmente na extensa bibliografia sobre o samba e sua vertente carioca, e que vai culminar na sua coroação como a “música popular brasileira”.

Garcia (2017, p. 70) aponta que a consagração do samba carioca como o gênero que simboliza e sintetiza a música popular brasileira se inicia com a

“escrita memorialística, nos anos 1930 – *Na Roda de Samba*, de Francisco Guimarães; *Samba: sua história, seus poetas, seus músicos e seus cantores*, de Orestes Barbosa –, segue, na mesma década, com *O Brasil Sonoro*, de Mariza Lira; passa pela *Revista da Música Popular*, editada por Lúcio Rangel, e pelos programas radiofônicos de Almirante, nos anos 1950; e culmina, na década de 1960, com uma nova safra de obras em torno do tema, como *Sambista e Chorões*, de Lúcio Rangel, *Música Popular, um tema em debate*, de José Ramos Tinhorão, *Panorama da Música Popular Brasileira*, de Ary Vasconcelos e *No tempo de Noel*, de Almirante. Data também da década de 1960 a criação do Museu da Imagem e do Som (MIS), primeira instituição pública, vinculada ao estado da Guanabara, dedicada à *museificação* do passado musical carioca. Nos anos 1970, durante a ditadura militar, caberia à Fundação Nacional de Arte, especificamente ao Departamento de Música Popular e



aos projetos implementados por Hermínio Bello de Carvalho, a coroação do samba carioca como patrimônio da cultura nacional.”⁶

É no interior deste processo, no início da década de 1960, quando o Brasil era governado por João Goulart e tinha como titular do Ministério da Educação e Cultura o antropólogo Darcy Ribeiro, o mesmo personagem que em 1984, como vice-governador do Rio de Janeiro no mandato de Leonel Brizola, vai idealizar e inaugurar a “Passarela do Samba”, e que em 1987 recebeu oficialmente o seu nome e ficou popularmente conhecida como “sambódromo” (neologismo por ele inventado)⁷, que ocorrerá um evento sempre referenciado

Naquele ano foi publicado um documento, a Carta do Samba, pelo Ministério da Educação, durante o governo João Goulart, no qual o titular da pasta era o antropólogo Darcy Ribeiro, como parte da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro⁸, criada em 1958, no governo de

303

6 Por outro lado, essa a dimensão geográfica do gênero musical colocou em paralelo a questão das escolas de samba e fomentou um debate crescente. As discussões sobre a pureza, a autenticidade e a tradição no mundo do samba era assunto recorrente na imprensa carioca, que sempre manteve uma relação próxima com os desfiles durante a cobertura do carnaval na cidade, inclusive patrocinado diversos eventos, mas na década de 1960 o debate se acirra a partir do lançamento do livro *História do Carnaval Carioca* (1958), de Eneida de Moraes, e *Escolas de Samba em desfile, vida paixão e sorte* (1969) de Hiram Araújo e Amaury Jório (ligado a CBES), *As Escolas de Samba - o que, quem, onde, como, quando e porque* (1974), de Sérgio Cabral, e ainda, *Escola de Samba, Árvore que Esqueceu a Raiz* (1978), de Candeia e Isnard Araújo, demonstrando a amplitude do debate.

7 Uma das obras mais conhecidas de Darcy Ribeiro (1922-1997), que inclusive deu origem a um primoroso documentário com dez episódios, de 2000, com direção de Isa Grinspum Ferraz e a luxuosa narração de Chico Buarque e a participação de inúmeros artistas, intelectuais e militantes de causas sociais e ambientais, é *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (1995).

8 Segundo à contracapa do livreto, o Conselho Nacional de Folclore era presidida pelo Ministro da Educação (Darcy Ribeiro), e tinha como membros Renato Almeida (1895-1981), Luis da Câmara Cascudo (1898-1986), Théo Brandão (1907-1981), Guilherme Santos Neves (1906-1989), Joaquim Ribeiro (1907-1964), Manuel Die-



Juscelino Kubitschek, e durou até 1979.⁹

As questões que se colocam é quais os objetivos de tal documento e em que contexto este se insere para ser publicado naquele momento. Edison Carneiro (1912-1972)¹⁰, que ocupava o cargo de Diretor Executivo do Conselho Nacional do Folclore, afirma em um preâmbulo que a carta “representa um esforço (sic) por coordenar medidas práticas e de fácil execução para preservar as características tradicionais do samba sem, entretanto, lhe negar ou tirar espontaneidade e perspectivas de progresso.” (MEC, 1962, p. 3)

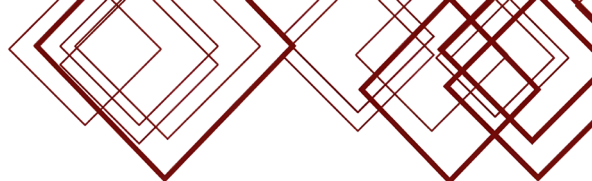
Surgida como um documento oficial do I Congresso Nacional do Samba, realizado entre 28 de novembro e 2 de dezembro de 1962, na Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, atual Câmara Municipal do Rio de Janeiro, que contou com a presença de artistas, estudiosos e lideranças ligadas à música popular, como Pixinguinha, Ari Barro-

304

gues Júnior (1912-1991), Oneyda Alvarenga (1911-1984), Rossini Tavares de Lima (1915-1987), José Loureiro Fernandes (1903-1977), Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978) e Edison Carneiro (1912-1972) que fez a redação do texto daquela publicação). A Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro foi criada pelo Decreto n. 43.178, de 5 de fevereiro de 1958, no governo de Juscelino Kubitschek, sofreu repressão e desestímulo durante a ditadura civil-militar e é extinta em 1979. (Vide Almeida, 1967; Vilhena, 1997 e Oliveira, 2011) Seus objetivos eram “promover registros, pesquisas e levantamentos, cursos de formação e de especialização, exposições, publicações, festivais”, “proteger o patrimônio folclórico, as artes e os folguedos populares”, organizar museus, bibliotecas, filmotecas, fonotecas e centros de documentação”, “manter intercâmbio com entidades congêneres” e, ainda, “divulgar o folclore do Brasil”. (MEC, 1962, contracapa)

9 A Carta do samba é um documento já bastante conhecido por pesquisadores que se dedicam aos estudos sobre música popular e a identificam como reflexo de um longo movimento que buscava afirmar o gênero como representante musical da nação. (NAPOLITANO; WASSERMAN, 2000) Os trabalhos de Sandroni (2001), Wasserman (2002) e Fenerick (2005) abordam ações que se relacionam a tal movimento em período que antecede o documento.

10 Intelectual comunista, jornalista e um dos pioneiros nos estudos etnográficos e históricos sobre a religiosidade e as práticas culturais de matriz africana no Brasil, assim como sobre folclore e cultura popular.



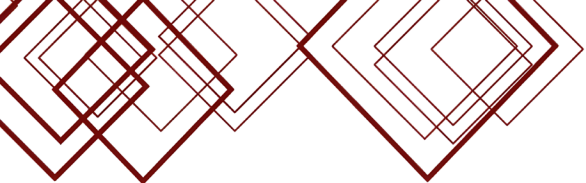
so, Donga, Aracy de Almeida, Paulo Tapajós, Haroldo Costa, Marília Batista, Almirante, Jota Efegê, José Ramos Tinhorão, Sergio Cabral, Paulo Lamarão (presidente da extinta Confederação Brasileira das Escolas de Samba - CBES), Servan Heitor de Carvalho (Presidente da extinta Associação Brasileira das Escolas de Samba - ABES), o maestro José Siqueira (presidente da Ordem dos Músicos), entre outros, era um sintoma das tensões entre a defesa de uma tradição e os desejos de modernização do samba e do carnaval carioca.

O documento representa uma resposta a uma ameaça de descaracterização do samba e do carnaval, a partir do embate entre a tradição e a modernização, que transformava o gênero musical e a festa do carnaval através de demandas comerciais que se apresentavam nas mudanças das coreografias e da música para ampliar a dimensão performativa e espetacular.¹¹

305

No mesmo período as escolas de samba também sofrem grandes mudanças, ao deixar de ser uma instituição cultural da população negra marginalizada para se tornar o principal símbolo do carnaval no país, inclusive incorporando cada vez um maior contingente de indivíduos de classe média e assistir uma crescente influência de colaboradores com

11 A década de 1960 já havia assistido um debate entre Renato Almeida e Edison Carneiro, ambos folcloristas, sobre o enquadramento das escolas de samba como manifestações folclóricas, em um contraste no qual o primeiro afirmava que a formalização dos desfiles, sua institucionalização e a regulamentação dos concursos distanciava tal manifestação da espontaneidade e da integração orgânica que caracterizariam o folclore, enquanto o segundo, mesmo reconhecendo suas particularidades e criticando as distorções, enfatizava que mais do que uma expressão folclórica descaracterizada ou corrompida era, inquestionavelmente, uma expressão comunitária, popular e dinâmica. (VILHENA, 1997) No ano de 1962, no qual nasce a Carta do samba, inicia-se a cobrança de ingressos para assistirem os desfiles das escolas de samba, um sinal claro do processo de mercantilização do carnaval, e um incidente chamou especial atenção naquele ano, quando Ismael Silva, um dos sambistas que criou a Deixa Falar, considerada a primeira escola de samba do Brasil, em 1928, foi barrado no acesso aos desfiles por não ter dinheiro para comprar o tiquete.



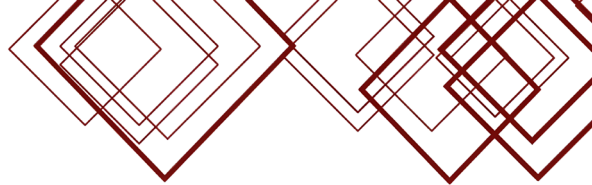
formação artística de natureza acadêmica em relação às fantasias, adereços e carros alegóricos, que ampliavam a sofisticação estética, maximizavam o impacto visual, incorporando a visão cenográfica, coreográfica e cromática, e fundamentavam uma crescente profissionalização da festa.¹²

Um exemplo claro de tal transformação das escolas de samba pode ser reconhecida na trajetória da Acadêmicos do Salgueiro, criada em 1953, e que em 1958 rompe com a tradição das agremiações que apresentam enredos sobre políticos e militares da história nacional e traz o tema, “Viagem pitoresca e histórica ao Brasil”, baseado na obra do pintor francês Jean-Baptiste Debret, que foi elaborado pelos figurinistas Dirceu e Marie Louise Nery, e no ano seguinte, 1960, apresentou um enredo sobre um personagem marginalizado, Zumbi dos Palmares, com criação de Fernando Pamplona, Arlindo Rodrigues e Nilton Sá, oriundos do teatro. (SANTOS, 2006; GUIMARÃES, 1992 e 2006)

Como afirma Santos (2006, p. 45):

“A chegada do casal Nery ao Salgueiro e a posterior incorporação do desenhista e aderecista Nilton Sá, além de Fernando Pamplona e Arlindo Rodrigues, oriundos da Escola Nacional de Belas Artes, deram àquela escola de samba a possibilidade de realizar a ‘revolução espetacular’ que marca sobremaneira sua trajetória no carnaval dos anos sessenta.”

12 O próprio Edison Carneiro, em 1956 e 1957, já identificava as escolas de samba como uma associação voltada para a participação popular no carnaval, frisando a centralidade da questão espacial no contraste entre os subúrbio e os morros, identificando em ambos a presença da música popular urbana, do samba de roda trazido da Bahia e dos ranchos de Reis, embora aponte que “nas escolas se produz a música não folclórica com influência do rádio e das melodias estrangeiras” e , mas reforça também “o retorno à modinha e aos gêneros anteriores” Nas suas palavras, “seguem as exigências da hora, mas também realizam o samba-cantado e dançado à maneira antiga, como o partido alto”. (CARNEIRO, 2008, p. 79).



Por sua vez, o próprio Pamplona afirma a dificuldade que enfrentou, ao apresentar o enredo e os esboços para 1960, em convencer os membros do Salgueiro sobre a importância de referenciar Zumbi dos Palmares ao invés de “grandes vultos”:

“Difícil foi encontrar alas que aceitassem figurinos de indumentárias africanas: ‘Pô, cara, este risco é muito feio. Meu Carnaval não é só desfile. Com chapéu de arminho, capa, espada, vestido de nobre, bacana, o pessoal me respeita, aí chego na Saens Peña e todo mundo diz: Puxa crioulo, tu tá bacana paca! Segunda e terça, quando o risco é bacana mesmo, vou pra Madureira pra sacanear aqueles suburbanos metidos à besta.’ (...) Expliquei a importância da luta dos quilombos pela liberdade ainda não definitivamente conquistada, o quanto a luta social no Brasil devia aos negros, que a roupa negra era linda e não havia sido usada por nenhuma escola, que as fotos iriam sair em todos os jornais e revistas, o que definitivamente aconteceu, e muito mais blá-blá-blá... Como último apelo, reuni as alas e pedi voluntariado. O Marrom, chefe da ala dos ‘Importantes’, que disputava com a ala dos ‘Lordes’ a condição de ala mais rica do Salgueiro, topou a parada. Atrás dele, ou por causa dele, outras alas também importantes se apresentaram. Estava salvo o enredo.” (PAMPLONA, 2013, p. 58-59)

307

Essa mudança é narrada por Cabral (1978, p. X-XI) como se as escolas tivessem sido invadidas, “tomadas de assalto”, pelas classes médias:

“Figurinistas famosos encontraram nelas um novo campo de trabalho e de experiências profissionais. Participantes dos desfiles de fantasias de luxo do baile do Teatro Municipal passaram a misturar-se com os sambistas, numa promiscuidade que só fez atrapalhar a beleza da apresentação das escolas de samba. Os jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão abriram seus espaços para o acontecimento – e a passarela era bem maior. Um prato cheio para todas as vaidades.”

Inclusive como reação a tal processo, em meados da década de 1970, Candeia, que era membro importante da Portela, fundou a Qui-



lombo, Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba, com o objetivo de valorizar a “arte popular, banida das escolas de samba”. E realizando desfiles alternativos, fora do carnaval oficial, e com sambas-enredos (assinados por Luiz Carlos Vila, Nei Lopes, Wilson Moreira, Zé Luis do Império, entre outros) com claro viés político. (LOPES, 2021, p. 233)

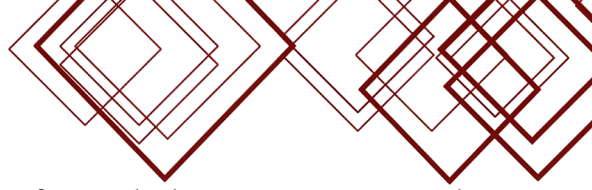
Edison Carneiro, no referido preambulo da Carta, aponta que o I Congresso do Samba ao mesmo tempo em que reconhece a evolução do samba, como expressão de alegrias e tristezas populares, deseja vincular tais transformações as transformações do cotidiano e no ritmo dos costumes populares, sem concessões às ameaças de perda da autenticidade.

308 A publicação apresenta ainda uma descrição minuciosa do evento realizado entre novembro e dezembro de 1962, identificando sua base institucional¹³, sua estrutura de funcionamento¹⁴ e os membros de suas comissões e subcomissões.

Há um consenso entre os participantes do evento de que havia uma tensão crescente entre tradição e modernização do gênero musical (e da festa do carnaval), de modo tal que buscava-se a manutenção da autenticidade frente às inovações, sem abdicar da perspectiva do samba como herança cultural da ancestralidade africana, com a necessária utilização de instrumentos de percussão e cordas que se vinculavam às

13 Com participação da Confederação Brasileira das Escolas de Samba, CBES, da Associação Brasileira de Escolas de Samba, ABES, da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, do Conselho Nacional de Cultura e da Ordem dos Músicos do Brasil. (MEC, 1962, p. 5)

14 Eram seis comissões, sendo a primeira delas dividida em cinco sub-comissões: 1) Preservação das características tradicionais do samba: a) aspectos positivos e negativos da comercialização, b) instrumentação e orquestração, c) autenticidade, estilização e adaptação, d) documentação, e e) escola de samba; 2) Coreografia; 3) Possibilidade de fusão das organizações de escolas (ABES e CBES) num organismo único; 4) Proteção aos direitos de autor; e 5) Criação do Palácio do Samba. (MEC, 1962, p. 5)



origens do gênero, assim como as formas de dança e a manutenção do patrimônio cultural da ala das baianas e do casal de mestre-sala e porta-bandeira nas escolas de samba.

As disputas entre autenticidade e inovação no universo do samba não só não é recente como se mantém até a atualidade¹⁵, derivando das questões culturais e raciais, assim como institucionais e comerciais que as populações envolvidas, a indústria cultural – particularmente no turismo e na mídia - e a ação de agentes culturais e de órgãos e instituições governamentais.¹⁶

A “Carta do Samba” foi o resultado de debates, sugestões e recomendações apresentadas por um grupo formado por compositores, intérpretes, sambistas, estudiosos e agentes culturais, apontando caminhos que assegurassem a manutenção da tradição e não impedissem as inovações derivadas das transformações das comunidades e populações envolvidas (“que essa evolução se processe com naturalidade, como reflexo real da nossa vida e dos nossos costumes”), ao mesmo tempo que

309

15 “Há mais de cinquenta anos se fala na decadência do carnaval carioca. E o carnaval continua, variando de aspectos, mudando roupagens, mas com a mesma animação que o fez famoso em todo o mundo. Houve tempo em que essa animação era medida pela presença alegre do povo na Avenida Rio Branco, como antes o fora na rua do Ouvidor. Era um carnaval centralizado. Hoje, além de outra grande artéria – a Avenida Presidente Vargas – o carnaval se espraia pelos subúrbios, pelos bairros, com suas festas de rua e de salão. Descentraliza-se.” (ALENCAR, 1965, p. 477)

16 “Aos poucos, o samba foi perdendo sua rusticidade e passou por um processo de refinamento e intelectualização. Alvo de preconceitos de intelectuais e setores da classe média em décadas anteriores, foi se transformando, gradativamente, de ‘símbolo étnico’ em ‘símbolo nacional’. O discurso dominante nacional-popular marcado pelas ideias de identidade cultural brasileira, brasilidade, nacionalidade etc., chega, por inúmeras mediações, ao mundo da música popular. O comentário de Ary Barroso sobre o momento em que compôs *Aquarela do Brasil*, exemplo maior do samba exaltação, é revelador: ‘fui sentindo toda a grandeza, o valor e a opulência da nossa terra’. É como se o compositor popular também atingisse o que Mário de Andrade definiu como o último estágio da formação do músico nacionalista; “a fase da *inconsciência nacional*”. (ZAN, 2001, p. 110-111)



minimizar as influências externas identificadas como ameaçadoras.¹⁷

A questão é como, efetivamente, mensurar “pureza” e “autenticidade” assim como dificultar ou impedir “desvirtuamentos” e “degenerações” em uma manifestação cultural extremamente ampla e dinâmica, com uma enorme diversidade regional que envolve distintas formas de interação social?¹⁸

O próprio documento reconhece a dimensão dinâmica e diversificada do gênero:

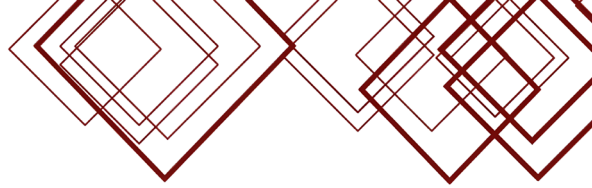
“O samba, coreografia e música, assume diferentes formas e nomes no território nacional. Esta variedade demonstra, ainda que a um ligeiro exame, que o samba, legado do negro de Angola trazido para o Brasil pela escravidão, se encontra num processo de adaptação que está longe de ter se estabilizado em constâncias definitivas ou finais.” (MEC, 1962, p.7)

310

O samba, música urbana que a partir da década de 1930 passa a ser referenciada como um dos símbolos da cultura nacional, é identificado com origens geográficas distintas, o que estabelece linhagens, enfatiza práticas e enfoca personagens que consolidam uma memória social extensa e movente que tornam imprecisas muitas das definições sobre suas origens, a importância real ou atribuída aos seus personagens, as suas transformações ao longo do tempo, entre outras questões.

17 Também pode-se assinalar o contexto intelectual, na década de 1960, em que tanto eram intensos os esforços para caracterizar o samba como representação musical da nação como também a legitimação de quem teria legitimidade para falar sobre o gênero, pois o movimento folclorista, em meio às redefinições de alguns de seus conceitos fundamentais, era duramente questionado quanto as suas pretensões e abordagens pelos cientistas sociais (vide, p. ex., FERNANDES, 1978).

18 É a plasticidade e a permeabilidade do gênero que permitiu a existência de variados desdobramentos no interior do gênero musical ao longo do tempo, como samba-canção, samba-enredo, samba de quadra, samba de breque, samba funk, bossa nova e samba reggae, entre outros.



A perspectiva adotada pela Carta do Samba tinha clara confluência com a dimensão colecionista e patrimonialista do movimento folclorista, que entedia o “fato folclórico” como as “maneiras de pensar sentir e agir de um povo” que eram preservadas pela tradição popular e pela imitação, ao mesmo tempo que, para dar conta de um fenômeno cultural urbano como o samba, incorporava a ideia de “folclore nascente” que era legitimado enquanto herança ancestral africana¹⁹, além da defesa, enquanto urgentes e necessários, de diversos processos de intervenção e regulamentação tanto pelo Estado como por instituições diversas, como a Ordem dos Músicos.

A diversidade do gênero era algo totalmente secundário e, efetivamente, carnaval e samba quase são tomados como sinônimos – ou pelo menos siameses – ao longo do texto, como se somente a existência do primeiro fosse capaz de justificar a presença do segundo, quando a lógica faz supor que é a música que precede a dança.²⁰

311

O documento se estrutura a partir de alguns tópicos que identificam questões fundamentais, como mercado fonográfico e os arranjos do gênero, o necessário predomínio da percussão no ritmo em arran-

19 Sobre a separação entre a música folclórica e a música popular, vide Leal (2015) e Moraes (2010).

20 Exceção é um parágrafo que alinha matrizes distintas do gênero, mas que é seguida pela reafirmação da primazia do samba carioca e das escolas de samba: “Em toda parte, a coreografia do samba se caracteriza pelo passo de deslize, de iniciativa individual e, portanto, sem outra regra fixa senão aquela de que é no pé que se *diz*, que se exprime, tudo o que o sambista sente. No tambor de crioula do Maranhão, no tambor do Piauí, no bambelô do Rio Grande do Norte, no samba de roda da Bahia, no samba e no partido alto da Guanabara, no jongo do Estado do Rio e de São Paulo, no batuque e no samba-lenço paulistas, no caxambu fluminense e mineiro, esta é a forma tradicional de expressão coreográfica daquilo que chamamos samba. Também acontecia o mesmo nas formas antigas, em especial, o lundu e o baiano. Excetua-se o côco do Nordeste Oriental, sapateado, que sofreu uma evolução diversa da das (sic) outras espécies. A escola de samba, quer nos ensaios, quer nos desfiles de Carnaval, tem mantido a esta coreografia uma fidelidade que lhe faz honra.” (MEC, 1962, p. 11)



jos e orquestrações, que garante ao samba “força, caráter e estatura” ao manter suas origens²¹, e a maneira correta de se preservar o samba enredo.

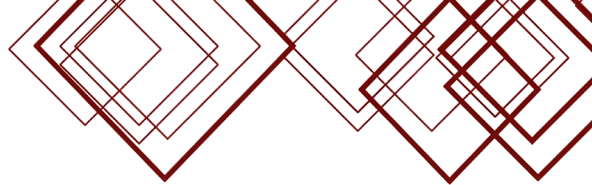
Sobre a questão fonográfica aponta-se o desequilíbrio entre a produção fonográfica de música brasileira e estrangeira no país, em prejuízo do produto nacional, assim como nas empresas de rádio e de televisão que pouco divulgam os artistas e ritmos locais.

Essa relação mercadológica é apontada por Alencar (1965) quando se refere aos compositores carnavalescos na década de 1960, pois estes estão parando de compor porque encontram grandes dificuldades.

“Gravadoras e até intérpretes não selecionam seus autores. Visando apenas ao sucesso comercial, exigem que as composições sejam *trabalhadas*. Se o compositor por mais famoso e respeitável que o seja não assume formal compromisso de *cavar* a divulgação de sua produção, de levá-la ao rádio, aos clubes, à televisão, etc. não a verá gravada. Não vale a qualidade e nem o nome do compositor =é recomendação. O essencial é que haja quem garanta o *trabalho*. Editores e cantores nada farão se o compositor não arranjar *parceiro* para a caitetagem. Ou isso, ou nada feito.” (ALENCAR, 1965, p. 477-478)

A carta recomendava então que compositores e intérpretes do samba priorizassem gravadoras nacionais ou as estrangeiras que realmente oferecessem a valorização do produto nacional, mesmo que a remuneração não fosse a mesma oferecida pelas outras empresas, e que a Ordem dos Músicos do Brasil pressionasse pela criação de lei que estabelecesse cota mínima de 60% de gravação de artistas e ritmos na-

21 Em tópico sobre adaptações e estilizações de músicas estrangeiras no país é proposto que “o estilizador e o adaptador se mantenham conscientemente próximos aos ritmos fundamentais do samba, preferindo, no caso da adaptação, adaptar outros gêneros ao samba – e não o samba a outros gêneros.” (MEC, 1962, p. 10)



cionais²² pelas gravadoras atuantes no país, e de igual percentual para a divulgação de músicas no rádio e na televisão local.

Quanto ao samba enredo é apresentada uma clara delimitação de suas características e autenticidade, como o “tom apaixonado, lânguido e lamentoso” e a presença de “graça, brejeirice e senso de oportunidade”, e cuja conservação, é “um dever realmente patriótico, já que redundará na defesa serena, inteligente e compreensiva, mas vigilante e enérgica” de traço fundamental da nacionalidade:

“O samba produzido pelas escolas guarda comovedora fidelidade às suas origens. Que o compositor cante sozinho em primeiro lugar; que a escola o aprenda para cantá-lo em coro; que os compositores submetam à aprovação geral, em concurso, as suas produções – são hábitos que se não devem perder, num momento como o atual em que desejamos, preservando as características tradicionais do samba, permitir que se desenvolva em paz, imune às pressões da impaciência real ou fictícia de nossa hora. Recomenda-se que o samba de *enredo* seja simples e direto, fácil e inteligível, sem frases grandiloquas e bombásticas, e não pretenda resumir em palavras, necessariamente e poucas, o que a escola diz nas alegorias, nas fantasias, nas evoluções, em todo o desfile.” (MEC, 1962, p. 10)

313

Há, inclusive, severa recomendação sobre como devem se colocar as escolas de samba, tanto para impedir que suas formas de coreografia sejam substituídas por “formas gastas, estéreis, estagnadas ou pretensiosas, que nada têm a dizer”, quanto para manter a tradição, mantendo “intransigentemente, as baianas, o abre-alas, a porta-bandeira e o bali-za; que defendam a exclusividade da percussão na bateria; que prestigiem as suas alas masculinas e femininas, ampliando a sua autonomia”. (MEC, 1962, p. 12)

22 Essa dimensão legitimamente nacional se daria quando se apresentasse obra “de autor, de inspiração e de ritmo brasileiros, gravada no Brasil por orquestra ou conjunto nacional, de acordo com padrões de orquestração e instrumentação igualmente brasileiros”. (MEC, 1962, p. 9)

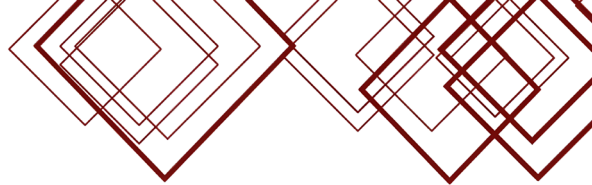


É apontada ainda a necessidade das escolas de samba integrem-se ao carnaval carioca para além dos certames dos desfiles, com proposições que apostam em uma contenção do processo de ampliação da manifestação como espetáculo e atração turística: a recusa das escolas em receberem prêmios e classificações (que deveriam ser substituídos por uma distribuição equitativa dos recursos entre as agremiações), que as alegorias deveriam ser de um tamanho que pudessem serem transportadas por duas ou três pessoas (e não por carretas), uma ampliação das pistas dos desfiles para além das avenidas tradicionalmente utilizadas, a apresentação da escola de samba não só no concurso oficial, mas também no bairro em que tem sede, e a junção em uma única entidade a Associação e a Confederação de Escolas de Samba do Rio de Janeiro. (MEC, 1962, p. 12)

314

A referência aos conflitos e as cisões entre as agremiações, reconhecida por diversos estudos (CABRAL, 1996; VALENÇA, 1996; FERNANDES, 2001; CUNHA, 2001)²³, é expressa de forma explícita pela referência às duas organizações das escolas de samba, a Associação Brasileira das Escolas de Samba e a Confederação Brasileira de Escolas de Samba:

23 Carneiro (2008, p. 81) afirma que “o encontro das escolas na Praça Onze onde resolviam suas divergências, a faca, a pau, a pernada, a pandeiro de tarraxa” e que tais disputas se ampliavam pela concessão de premiações e que foram amenizadas com o surgimento da a seriam acentuadas pela concessão de prêmios feita por juízes venais e amenizada com a criação da Associação das Escolas de Samba da Cidade do Rio de Janeiro em 1952, embora parte das escolas a ela não aderissem. Cunha (2001) aponta de que forma o próprio processo de competição entre as escolas, que se desenvolve desde as primeiras décadas do século XX, trazem tensões e disputas, mas também espaços de negociações: “Através delas – as frestas do carnaval – poderá se espiar uma rica miríade de práticas, linguagens e costumes, desvendar disputas em torno de seus limites e legitimidade, ou da atribuição de significados, e sentir as tensões latentes sob as formas lúdicas. Apurando o ouvido, será capaz de captar manifestações de dor, revolta, alegria, presentes nos dias de festa como nos dias comuns, e testemunhar reconciliações ou desentendimentos que, para o historiador, têm sempre um gosto único e inconfundível”. (p. 12).



“(ambas) não tem, nem jamais tiveram, motivos verdadeiros para manter cindida a família do samba. Não desconhecemos que houve, em passado remoto, dissensões e divergências, que poderíamos qualificar de pessoais e políticas, dando em resultado a criação de duas agremiações diferentes. Mas tais dissensões e divergências não prevaleceram, dado o seu caráter artificial, tanto pela substituição natural dos elementos que as sustentavam como pelo enfraquecimento a que condenaram os esforços gerais dos sambistas.” (MEC, 1962, p. 13)

As tensões entre as escolas existem mesmo desde antes do início dos desfiles, derivadas de questões geográficas e identitárias, assim como do próprio processo competitivo entre as agremiações.

A presença no evento que dá origem à Carta do Samba das duas mais importantes agremiações daquele período é apontada como uma possibilidade de confluência de interesses e de superação das animosidades e tensões.

315

Fernandes (2001) aponta que a Confederação Brasileira das Escolas de Samba (CBES) surgiu em setembro de 1951 com o nome de Confederação das Escolas de Samba, derivando da União Cívica das Escolas de Samba (UCES), que nasceu em 1950, com apoio da Mangueira e da Portela que se recusavam a participar tanto do desfile da Federação Brasileira das Escolas de Samba (FBES), fundada em 1947 e presidida por um simpatizante do Império Serrano, tendo entre as maiores escolas somente o Salgueiro como membro, embora contasse com o apoio do poder público, como daquele organizado pela União Geral das Escolas de Samba (UGES, posteriormente chamada de UGESB pelo acréscimo de um “do Brasil” ao final do nome), entidade fundada em 1934 com o nome de União das Escolas de Samba (que se torna a União Geral das Escolas de Samba, UGES, em 1939) e que acompanhou a oficialização dos desfiles e das escolas, mas que na década de 1940 essa agremiação



se aproximou do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e passou a ser boicotada pela prefeitura em relação às verbas.

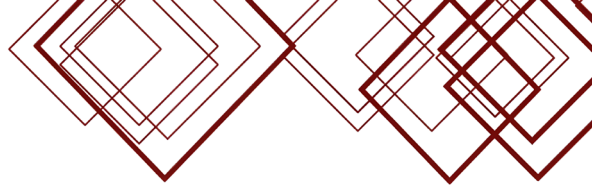
A tensão entre as escolas no período era de tal nível que em 1949 aconteceram dois desfiles de escolas de samba separados, um organizado pela FBES, considerado oficial pela prefeitura e vencido pelo Império, e outro realizado pela UGES, vencido pela Mangueira, e em 1950 a Mangueira foi campeã pela UCES e o Império Serrano foi novamente campeão pela FBES, enquanto a UGESB promoveu um desfile no qual empataram a Prazer da Serrinha e a Unidos da Capela. Em 1952 houve um carnaval unificado e UGESB e FBES se fundiram, dando origem à Associação das Escolas de Samba da Cidade do Rio de Janeiro, com a qual a CBES recusou a se fundir, e conflitos dessa natureza se estendem até os dias atuais.

316

Sugere-se naquele momento a união das duas agremiações, que participavam do evento que originou o documento, e que sua organização seja administrada de forma colegiada, com alternância de lideranças entre os dois grupos enquanto fosse necessário.

O documento ainda enfatiza a importância de que “compositores, cantores, instrumentistas, intérpretes, harmonizadores, orquestradores, etc.” se filiem à Ordem dos Músicos, para a garantia dos seus direitos de propriedade intelectual e artística e do “apoio esclarecido e militante que mereçam”, assim como propõe a construção de um “Palácio do Samba”, voltado a apoiar o gênero e as organizações e indivíduos envolvidos em sua manutenção.

Como o próprio documento reconhece, seu objetivo era apresentar os problemas enfrentados pelo samba, com observações, tendências e desejos, mais do que encontrar soluções ou ditar normas, buscando equilibrar-se entre a tradição e a inovação.



(IN)CONCLUSÕES

Após mais de cinco décadas, com inúmeras transformações na música e no campo cultural, percebe-se que os dilemas ainda são os mesmos: Como definir tradição, mudança e degeneração de uma manifestação cultural? Qual relação deve a cultura popular manter com a indústria cultural e com as questões da mercantilização? Considerando a relação direta entre samba e carnaval, como pensar as dinâmicas possíveis entre o gênero e as demandas do grande espetáculo e da competitividade entre as agremiações? E tais questões continuam não tendo respostas definitivas.

A densidade do tema se mantém na atualidade e o documento atesta a perplexidade e os receios de um número significativo de expressivos atores no campo cultural do período, com distintas visões e diferentes discursos, sobre o papel da tradição e da modernidade frente às manifestações culturais de origem popular, ao mesmo tempo em que novas forças influenciavam uma reorganização da vida cultural local e nacional.

317

A própria diversidade do gênero – assim como a sua identificação direta com as escolas de samba – colocavam um desafio ampliado para esses gestores, intelectuais e produtores culturais na definição de sua real dimensão, ao mesmo tempo em que afirmam tanto a legitimidade de sua diversidade interna quanto a necessidade de sua preponderância em relação a outros gêneros ou sobre criações híbridas, propostas que buscam evitar o reducionismo, a descaracterização do samba e a afirmação de uma cultura local e nacional.

É nesse terreno de um projeto nacionalista que o ritmo se definiria por sua rítmica sincopada, com o uso majoritário dos instrumentos de percussão e tendo nas escolas de samba as verdadeiras guardiãs de



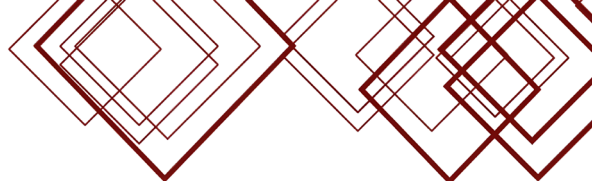
uma tradição, motivo pelo qual deveriam superar suas divergências associativas.

Se ainda se fazem presentes algumas concepções do movimento folclorista, como a perspectiva missionária e a monumentalização, também são apontadas as preocupações e alguns caminhos possíveis frente as dinâmicas impostas pela indústria cultural, claramente afirmado que se fazia necessário um compromisso ético-político voltado para a “defesa serena, inteligente e compreensiva”, mas “vigilante e enérgica” da nacionalidade, enquanto um dever patriótico, baseada em um patrimônio cultural movente, ainda não consolidado, mas já capaz de definir a nacionalidade e o popular na sociedade brasileira.

318 Se por um lado há uma dimensão de incertezas quanto a própria concretude das propostas, por outro é valorosa a sua defesa da construção de uma identidade de nação e povo a partir de uma manifestação tão ampla quanto múltipla, mas que inegavelmente se vincula a uma herança africana como sua matriz criativa.

Os diferentes atores que participaram do congresso e que validaram a carta, superando suas heterogeneidades, tinham claro que a definição do conceito de nação se vinculava de forma direta ao conceito de povo, sendo que a música popular uma das formas basilares da afirmação da nacionalidade ao se colocar como amálgama cultural e identitário, além de símbolo compartilhado.

Assim, o documento expressa uma média de opiniões dos congressistas em suas distintas identidades e interesses, fato que nos fez evitar sua referência a partir da autoria recorrentemente atribuída a Edison Carneiro, e que permite caracterizá-la como uma manifestação polifônica e polissêmica, irmanada pela ideia de que o samba ao mesmo tempo em que estava em transformação, nas tensões entre a tradição e



a inovação, também era capaz de se apresentar como símbolo musical do Brasil.

Um dos principais méritos do documento é perceber o samba não só enquanto manifestação cultural popular e símbolo de identidade nacional, mas também como objeto de consumo (que atingia uma “clientela” cada vez maior e diferente da original) e, ainda, como a questão mercadológica poderia afetar sua transformação ou “evolução”.

A dualidade coreografia-música coloca a escola de samba em uma posição central sobre o debate a respeito da relação tradição-inovação, pois é identificada como a matriz genética do gênero e a sua dimensão mais permeável aos trânsitos culturais com valores culturais exógenos

A amplitude e multidimensionalidade de tal manifestação cultural colocava, portanto, as escolas de samba como campo privilegiado para o resguardo da “tradição” em meios aos muitos desafios que enfrentavam nas tensões entre suas origens e propósitos iniciais, nas disputas internas entre seus grupos e agremiações, nas relações com o Estado e a sociedade na totalidade e, ainda, nos ditames da indústria cultural.

319

Mas também nos resta, favorecidos pelo tempo que nos distancia de seu texto, apontar a limitação da concepção teleológica daquela visão sobre a evolução histórica do gênero, que efetivamente ora se aproximou e afastou de suas heranças africanas, ora o fez em relação a outros gêneros, nacionais e internacionais, em relações dinâmicas e complexas com a indústria cultural e a ação de agentes diversos, no campo público e privado, e que tornaram ilusória qualquer pretensão de reducionismo, predição e controle sobre um fenômeno movente e complexo como o samba, que ocupa parte significativa na constituição da memória musical nacional desde os inícios do século XX.



BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Edigar de. *O carnaval carioca através da música*. 2 vol. Rio de Janeiro: Livraria Freita Bastos, 1965.

ALMEIDA, Renato. Avaliação das atividades da Comissão Nacional de Folclore, do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, nos seus primeiros vinte anos de existência. (1947-1967). *Revista Brasileira de Folclore*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 19, p. 230-238, set./dez. 1967.

BARBOSA, Orestes. *Samba*. Rio de Janeiro: MEC/FUNARTE, 1978.

CABRAL, Sérgio. *As escolas de Samba do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lumiar, 1996.

CABRAL, Sérgio. Apresentação, In: CANDEIA (Filho), Antônio; (Araújo), ISNARD. *Escola de Samba: árvore que esqueceu a raiz*. Rio de Janeiro: Lidador/Secretaria Estadual de Educação e Cultura - RJ, 1978, p. VII-XI.

CARNEIRO, Edison. *A Sabedoria Popular*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

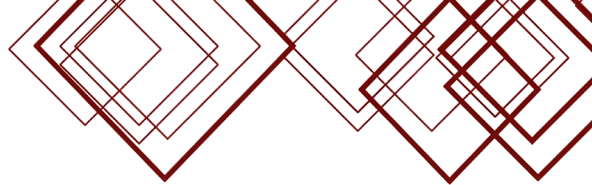
CARNEIRO, Edison. *Folguedos tradicionais*. Rio de Janeiro: Funarte/INF, 1982.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia: uma História Social do Carnaval Carioca entre 1880 e 1920*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FENERICK, José Adriano. *Nem do morro, nem da cidade: as transformações do samba e a indústria cultural (1920-1945)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005.

FERNANDES, Florestan. *O folclore em questão*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

FERNANDES, Nélson da Nóbrega. *Escolas de Samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados*. Rio de Janeiro: Coleção Memória



Carioca, vol. 3, 2001.

GARCIA, Tânia da Costa. Afinidades eletivas: a Funarte e o samba carioca como patrimônio da cultura nacional Revista *Tempo e Argumento*. Florianópolis: UDESC, vol. 9, núm. 22, pp. 70-92, 2017.

GONÇALVES, Renata de Sá. Cronistas, folcloristas e os ranchos carnavalescos: perspectivas sobre a cultura popular. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, n. 32, p. 89-105, 2003.

GONÇALVES, Renata de Sá. Edison Carneiro e o samba: reflexões sobre folclore, ciências sociais e preservação cultural. *Anuário Antropológico*, v.38 n.1, 2013. Disponível em <https://journals.openedition.org/aa/438#ftn1> Visitado em 04/11/2023.

GONÇALVES, Renata de Sá. *Os ranchos pedem passagem*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Secretaria de Cultura, 2007.

GUIMARÃES, Helenise Monteiro. *A Batalha das Ornamentações: a Escola de Belas Artes e o Carnaval Carioca*. Tese (Doutorado em Artes Visuais). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2006. 321

GUIMARÃES, Helenise Monteiro. *Carnavalesco, o profissional que “faz escola” no carnaval carioca*. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1992.

LEAL, Luã Ferreira. Panoramas da escrita da história da música popular brasileira. *Interseções*. Rio de Janeiro: UERJ, v. 17 n. 2, p. 503-530, dez. 2015.

LOPES, Nei. SIMAS, Luiz Antônio. *Dicionário da história social do samba*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MALTA, Pedro Paulo. *O samba em primeira pessoa: era uma vez a obra-prima do centenário Zé Kéti*. Discografia Brasileira. Instituto Moreira Sales, 2021. Disponível em <https://discografiabrasileira>.



com.br/posts/244389/o-samba-em-primeira-pessoa-era-uma-vez-a-obra-prima-do-centenario-ze-keiti Visitado em 03/11/2023.

MEC (Ministério da Educação e Cultura). *Carta do Samba*. Rio de Janeiro: EDFOLCLORE, 1962.

MORAES, José G. Vinci de. Entre a Memória e a História da Música Popular. In.: *História e Música no Brasil*. São Paulo, Alameda, 2010, p. 217-265.

NAPOLITANO, Marcos; WASSERMAN, Maria C. Desde que o samba é samba: a questão das origens no debate historiográfico sobre a música popular brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v.20, n.39, p.167-189, 2000.

OLIVEIRA, Vânia Dolores Estevam de. *Museu de Folclore Edison Carneiro*: Poder, resistência e tensões na construção da memória da cultura popular brasileira. (Tese de Doutorado em Memória Social) Rio de Janeiro, UFRJ, 2011.

PAMPLONA, Fernando. *O encarnado e o branco*. Rio de Janeiro: Nova Terra, 2013

SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente*: transformações do samba no Rio de Janeiro, 1917-1933. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Ed. UFRJ, 2001.

SANTOS, Nilton Silva dos. “*Carnaval é isso aí. A gente faz para ser destruído!*”: Carnavalesco, individualidade e mediação cultural. Tese (Doutorado em sociologia e antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

VALENÇA, Rachel. *Carnaval*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ UFRJ, 2002.

VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e missão*: o movimento folclórico brasileiro (1947/1964). Rio de Janeiro: Funarte / FGV, 1997.



- WASSERMAN, Maria Clara. *“Abre a cortina do passado”: A Revista de Música Popular e o pensamento folclorista*. Rio de Janeiro, 1954-1956. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.
- ZAN, José Roberto. Música Popular Brasileira, Indústria Cultural e Identidade. in *EccoS Revista Científica*. Ano 1, volume 3. São Paulo: UNINOVE, p. 105-122, 2001.

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Os arquivos médicos e sua importância para a História das Doenças: o caso do Leprosário de Itanhenga

Medical Archives and Their Importance for the History of Diseases: The Case of the Itanhenga Leprosarium

Maria Aparecida Stelzer Lozorio¹

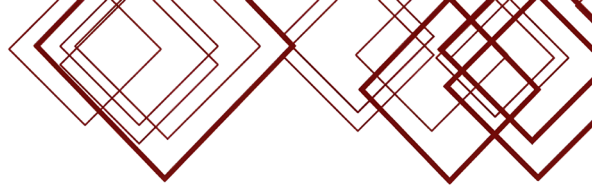
RESUMO: O artigo explora a importância dos arquivos médicos, principalmente os do Leprosário de Itanhenga, fundado em 1937 no Espírito Santo, como fonte essencial para a História das Doenças. Ressalta a necessidade de organizar e preservar esses documentos, que retratam o isolamento compulsório de doentes no Brasil, uma política pública vigente no século XX. A digitalização parcial do acervo foi uma medida crucial para evitar sua deterioração, garantindo acesso a pesquisadores e preservando a memória dos internos, marcados pelo estigma e exclusão social. O estudo evidencia o papel desses arquivos na compreensão das políticas públicas, da evolução do tratamento da lepra e das complexas relações sociais envolvidas.

Palavras-chaves: Leprosário de Itanhenga; Acervos Médicos; Preservação.

ABSTRACT: This article explores the importance of the medical archives, especially those of the Itanhenga Leprosarium, founded in 1937 in Espírito Santo, as an essential source for the History of Diseases. It highlights the need to organize and preserve these documents, which portray the compulsory isolation of patients in Brazil, a public policy in force in the 20th century. Partial digitization of the collection was a crucial measure to avoid restrictions, guaranteeing access to researchers and preserving the memory of inmates, marked by stigma and social exclusion. The study highlights the role of these archives in understanding public policies, the evolution of leprosy treatment and the complex social relations involved.

Keywords: Itanhenga Leprosarium; Medical Archives; Preservation.

¹ Bacharel em Biblioteconomia (UFES), Bacharel e Licenciada em História (UFES) e mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente é professora voluntária no Departamento de Biblioteconomia da UFES e funcionária pública pela prefeitura de Vitória-ES. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-0091-9995>. E-mail: stelzovsky@gmail.com.



INTRODUÇÃO

Os acervos documentais sempre figuraram entre as principais fontes de pesquisa, para historiadores, arquivistas, bibliotecários e profissionais de diversas áreas. Para que essas pesquisas possam ser realizadas é necessário que os acervos estejam organizados e em condições de acesso. A deterioração desses acervos são ameaças constantes, por tanto, muitas vezes se faz necessário realizar algumas intervenções de restauração e conservação, além de uma efetiva política de preservação efetuada pela instituição mantenedora do acervo.

Segundo Santos (2014), a digitalização parcial ou total, tem sido prática recorrente em arquivos, bibliotecas e centros de documentações, como técnica de acesso à informação, mas também como forma de preservação do conteúdo informacional e mesmo dos documentos originais.

325

Os arquivos médicos têm sido importantes fontes de pesquisas para a escrita da História, fornecendo uma visão detalhada sobre práticas de saúde, com dados que permitem não apenas a escrita sobre a doença em si e os procedimentos de cura, mas também das complexas relações que perpassam toda essa temática, em seus mais diversos recortes históricos, temporais, sociais, entre outros. Intrinsecamente trazem elementos que podem servir de base para pesquisas em políticas públicas, mudanças de tratamentos, além de fornecer informações sobre a evolução do conhecimento científico em determinada área.

Dentro do campo da História das Doenças, os registros dos leprosários e colônias de isolamento compulsório de doentes, têm se mostrado como importantes fontes de pesquisa. O Brasil contou com várias colônias, construídas na primeira metade do século XX. O Espírito Santo inaugurou a Colônia de Itanhenga em 1937. Desde a inaugura-



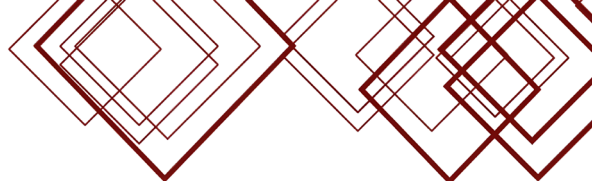
ção até o efetivo abandono deste tipo de segregação social, um grande número de documentos administrativos e prontuários médicos foram gerados por estas instituições. Os acervos médicos dos leprosários carregam um forte componente histórico e social, tendo relação direta com o preconceito e a exclusão dos internos e de seus familiares.

Para este trabalho utilizaremos o nome lepra e não hanseníase, por entender e concordar com Silva e Franco (2018), que o nome lepra traz consigo um estigma que a segunda metade do século XX e a nova nomenclatura para a doença, não conseguem dimensionar a segregação social e o preconceito que atravessou séculos.

326 Realizaremos uma Análise de Conteúdo, elaborada por Laurence Bardin (2016), uma revisão de literatura, que nos permitirá uma contextualização sobre a importância dos acervos médicos para a História das Doenças, assim como conhecer o Leprosário de Itanhenga e suas atividades. Almejamos também compartilhar a importância da digitalização de parte do acervo documental do Leprosário de Itanhenga, realizada pelo Professor Dr. Sebastião Pimentel Franco, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em um projeto desenvolvido pelo mesmo, onde realizou intensas pesquisas, entrevistas, um levantamento da documentação administrativa e médica, que se encontrava ainda na instituição, mas em condições precárias de acondicionamento e guarda, além da digitalização desta documentação.

HISTÓRIA DAS DOENÇAS E OS ACERVOS MÉDICOS

Sempre que uma doença acomete uma determinada população, traz consigo várias modificações, desenvolvimentos e desafios científicos, podendo gerar crises econômicas, sanitárias e humanitárias entre outras. A História também acompanha essas modificações, e principal-



mente com as mudanças epistemológicas na historiografia, ocorridas após a década de 1970, a chamada “nova história”, a História das Doenças passa a ser analisada, discutida e registrada assim como os acontecimentos que giram em torno desse fenômeno social.

Le Goff afirma que as doenças pertencem à história pois são mortais, pertencendo não apenas a história superficial (progressos científicos e tecnológicos), como também “[...] à história profunda dos saberes e das práticas ligadas as estruturas sociais, às instituições, às representações, às mentalidades” (LE GOFF, 1985, p. 7-8).

O campo de pesquisa História das Doenças permite problematizar e entender esta área como um fato social e um objeto de estudo da História, cuja existência vai depender do tempo, do espaço, das características dos indivíduos e grupos atingidos. Segundo a coordenadora da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)

327

Esta área de pesquisa se insere no debate historiográfico por meio das discussões travadas, sobretudo, nos campos da história social e cultural, em torno da noção de representação social/coletiva em sua associação com práticas e intervenções na vida social. Vem reunindo estudos sobre as concepções e práticas relativas a doenças específicas, bem como sobre as ações por parte de instituições médicas, do poder público e de organizações e grupos da sociedade civil tendo em vista seu controle, prevenção e tratamento. (NASCIMENTO, 2022)

Para Le Goff a história das doenças traz muitas vezes as histórias de sofrimentos, que revelam de tempos em tempos o horror dos sintomas ligados intimamente com o “[...] pavor de um sentimento de culpabilidade individual e colectiva: lepra, peste, sífilis, tísica, cancro e, num pequeno território fortemente simbólico a SIDA” (LE GOFF, 1985, p. 8).

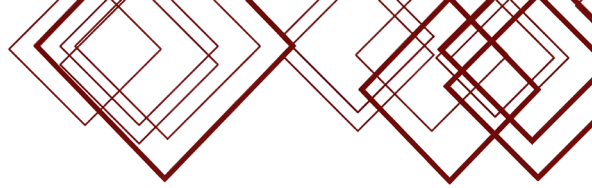


Segundo Araujo (2018), a doença como campo de pesquisa histórica mescla informações sobre modo de viver, marcados pelo tempo e espaço no qual estão inseridos, além dos dados sobre o aspecto biológico. A autora afirma ainda que, a lepra tem se apresentado como um campo de suma importância para análises de comportamentos e práticas sociais, e permite estudos de representações, crenças, costumes, políticas públicas e organizações sociais.

328

Os chamados acervos médicos dentro do campo História das Doenças são imprescindíveis tanto para o entendimento do comportamento das doenças, como para o estudo das práticas de cura, mas também se mostram importantes para o entendimento e o estudo de várias outras áreas, temáticas, acontecimentos, comportamentos, além das complexas relações que perpassam toda essa temática, em seus mais diversos recortes históricos – formas de contágio, população mais atingida, regiões mais atingidas, profilaxia, medicamentos, terapias, fenômenos socioculturais, fenômenos socioeconômicos, políticas públicas, comportamento educacionais, preconceitos, estigmas, etc. Os prontuários médicos são importantes fontes para essas pesquisas, e sabemos que o valor de um documento está intrinsecamente ligado a informação que ele contém, e a instituição que o gerou.

A Resolução do Conselho Federal de Medicina, nº 1.638 de 9 de agosto de 2002, definiu os itens que devem compor um prontuário médico, considerando-o um documento de arquivo passível de uma tabela de temporalidade e classificação, como determina a legislação arquivística brasileira, e um documento valioso para o ensino e a pesquisa. Sabemos que muito antes dessa resolução, as instituições médicas já realizavam um trabalho extremamente minucioso quanto ao preenchimento dos prontuários, e sempre se buscou uma organização dos acervos nas instituições médicas.



Franco (2021) identifica a importância dos acervos e prontuários médicos, salienta que o uso destes na pesquisa em História, no Brasil, é relativamente novo. O autor sublinha que este tipo de acervo possui certas limitações, já que são produzidos dentro de uma lógica médica-administrativa, contudo, se configuram como fontes significativas de pesquisa.

Os pesquisadores, através dos arquivos médicos podem consolidar pesquisas focadas em diferentes épocas, podendo compreender as evoluções médicas em relação a doença pesquisada, as formas de diagnósticos, tratamentos e transições das práticas médicas conforme a evolução científica. Os acervos dos antigos leprosários, podem ser vistos como ótimas fontes de pesquisa de políticas públicas de saúde, permitindo entender não apenas como foi a evolução da doença e do tratamento, mas também o papel do Estado neste contexto.

329

Outro ponto importante a destacar são os estudos da lepra e sua estigmatização dos doentes, como os pacientes eram tratados e o impacto do isolamento compulsório das colônias, esses documentos podem permitir traçar uma relação entre a saúde e a marginalização social, oferecendo um retrato dos estigmas e da exclusão que os internos enfrentaram ao longo de sua vida.

Segundo Nibert Elias (2000) a estigmatização leva a exclusão social e ao controle dos indivíduos de grupos que estão fora das normas estabelecidas como normal pela maioria da sociedade ou pelos grupos que estão no poder. A dicotomia entre “estabelecidos” e “outsiders” descrita por Elias (2000) é passível de ser verificada nas antigas colônias de leprosos, como o Leprosário de Itanhenga, onde os “estabelecidos” na figura das autoridades médicas e governamentais, tinham o poder de determinar quem deveria ser segregado e mantido longe da sociedade,



no caso os leprosos (“*outsidres*”) pois eram considerados uma ameaça ao bem-estar coletivo.

Há ainda inúmeros outros pontos que podem ser explorados nos arquivos médicos dos leprosários, como: mudanças éticas e legais; aspectos que envolvam as áreas sociais e culturais; saúde mental. Esses acervos são fundamentais para se construir uma discussão crítica do passado, entendendo os erros e acertos neste campo da saúde e no momento histórico vivido por estas instituições e internos.

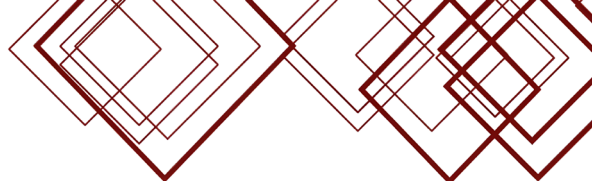
O LEPROSÁRIO DE ITANHENGA

330

A Lepra e sua história ao longo dos séculos, sempre carregada de medo e preconceito, marcou seus portadores pelo estigma de uma doença que deformava e acabava por isolá-los da sociedade. A primeira metade do século XX, no Brasil, foi marcada pela construção de leprosários, que poderiam ser colônias agrícolas ou não, onde as pessoas diagnosticadas com a doença eram internadas compulsoriamente. Acreditava-se que o isolamento do doente era a solução para barrar o contágio.

Segundo Franco e Silva (2019), o Espírito Santo foi um dos estados brasileiros que teve em seu território uma colônia de isolamento, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas. Ainda segundo os autores, o leprosário construído no estado teve como o principal idealizador, o médico Pedro Fontes, que tendo assumido a Inspetoria de profilaxia da lepra e de Doenças Venéreas, organizou um “censo” para levantamento estatístico de pessoas contaminadas com a lepra e casos suspeitos da doença.

Foi o relatório com os resultados deste levantamento que fomentou a defesa da construção de um leprosário no Espírito Santo, e docu-



mentos que a lepra no estado era um problema sanitário a ser resolvido. O Leprosário de Itanhenga, localizado no município de Cariacica, foi criado através de decreto nº 5.967 de 7 de março de 1935, mas só foi efetivamente instalado em 1937, onde foram internadas pessoas contaminadas e sob suspeita de contaminação, num regime de colônia agrícola.

No Brasil o recolhimento compulsório dos contaminados pela lepra se tornou uma política pública na década de 1930, para Franco e Araujo (2021) essa política encontrava-se sustentado em três dispositivos – os leprosários, os preventórios e os dispensários² – devendo atuar para o controle da doença, mantendo a vigilância das pessoas com suspeita de estarem infectados, contato com os doentes, retirando-os do convívio social. Os filhos dos leprosos também sofriam controle do estado, tanto os doentes como os sadios.

331

Em 1935 iniciou-se a primeira etapa de construção do leprosário e segundo Franco e Barros (2015) as outras etapas das obras foram realizadas em dois anos e amplamente divulgadas na imprensa. A inauguração ocorreu em 1937, contando com a presença do Ministro da Educação e da Saúde, Gustavo Capanema.

Jornais de outros estados publicaram vários artigos, notas e anúncios falando das obras e da inauguração do Leprosário de Itanhenga. Uma busca na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional nos permite acompanhar em jornais da época a movimentação em torno das obras

2 Leprosário – local de isolamento compulsório dos doentes; Preventório – local para apoio aos leprosários, para onde eram levados os filhos saudáveis dos pacientes internos; Dispensário – local para monitoramento dos familiares e das pessoas que tinham contatos com os doentes. Cf. SANTOS, Vicente Saul Moreira. Entidades filantrópicas e políticas públicas no combate à lepra: Ministério Capanema (1934-1945). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em Histórias das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.



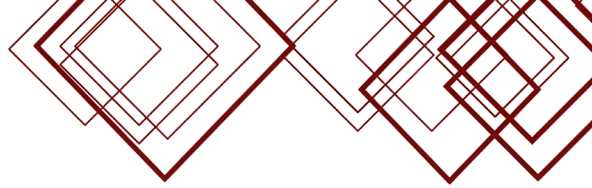
realizadas. No jornal *A Nação*, do Rio de Janeiro, publicado em 15 de janeiro de 1936, a manchete dizia “Serviços de Profilaxia da Lepra. O Estado do Espírito Santo e seus serviços organizados para debelar o mal. [...] A colônia de Itanhenga é modelo de Leprosário [...]” (A NAÇÃO, 1936, p. 11).

Além das instalações médicas os leprosários contavam com construções que os tornavam pequenos vilarejos, com casas, igreja, delegacia, área destinada aos funcionários, área separada para as crianças, cemitério, lavanderia, além da parte das instalações médicas e destinadas a alimentação, locais para plantio e criação de animais.

332

Criado para ser uma colônia agrícola, diminuindo assim os custos de manutenção, o leprosário de Itanhenga foi idealizado para ser um modelo desse tipo de instituição – moderno e econômico. Inicialmente a colônia tinha capacidade para a tender a 380 internos, mas chegou a ter mais de 500 internações. Conforme documentação constante no acervo do Leprosário de Itanhenga, havia internos não apenas da região próxima a capital e interior do estado, mas também foram encontrados dados de doentes de outros estados que foram trazidos para a Colônia de Itanhenga.

O levantamento realizado anteriormente a pedido do médico Pedro Fontes, facilitou o ingresso imediato dos doentes na colônia, pois além de saber quem eram, também se tinham o registro dos seus endereços. Franco e Araujo (2021) explicam que desta forma nos primeiros cinco meses de funcionamento o leprosário já contava com 230 internos. O leprosário era dividido em três zonas – sadia, intermediária e doente – e havia também o Preventório Alzira Bley, construído em 1937, que após a desativação da colônia, foi transformado em uma escola.



Em sua tese de doutorado Araujo (2020) levantou dados nos arquivos no Hospital Pedro Fontes sobre o ingresso na Colônia de Itanhenga entre os anos de 1937 e 1999, tendo sido registrado um ingresso constante de pacientes mesmo após 1962, quando foi abolido no Brasil o isolamento como forma de profilaxia. E mesmo após três década de findado a internação compulsória, o Leprosário de Itanhenga registra no período de 1990 a 1999 a internação de 179 pessoas, as vésperas do século XXI ainda se registra a política de isolamento dos doentes de lepra.

Com o avanço das práticas médicas e a introdução de novas medicações e tratamentos, a lepra, aqui já chamada de hanseníase, passou a ser tratada sem o isolamento obrigatório, e em todo o Brasil essas instalações foram sendo desativadas ou transformadas em outras instalações médicas. Assim também ocorreu aqui no Espírito Santo.

333

Desativada, a Colônia de Itanhenga teve suas instalações aos poucos abandonadas. Recebeu ao longo dos anos uma preservação inadequada de parte de sua documentação administrativa e médica, reforçando a necessidade da manutenção dos arquivos para manutenção dessa história (da instituição e seus atores sociais). Segundo entrevista do Professor Dr. Sebastião Pimentel Franco, “a carga, o peso, o estigma da doença não se dissiparam da sociedade com o fim da internação. Por isso, muitos trocaram de nome quando saíram dali e criaram outras narrativas, histórias de vida para viver em sociedade” (Campos, 2023).

Bourdieu (1989) descreve como o poder simbólico e o habitus operam através da aceitação inconsciente dos valores dominantes na sociedade. A ideia do isolamento foi legitimada pelo governo e pela medicina, de tal forma que a população passou a aceitar esse isolamento e o estigma desta doença como “natural” e totalmente necessário. A inter-



nalização do estigma dessa doença levou muitos internos a se sentirem inferiores, acabando por se resignarem e em esse lugar de excluído, de marginalizado, como seu único destino.

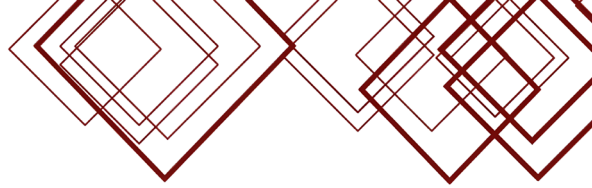
No caso do Leprosário de Itanhenga, quando a colônia foi desativada os doentes permaneceram morando no local, tendo inclusive se formado ao redor da colônia dois bairros, onde os antigos internos e seus familiares ainda hoje residem.

PRESERVAÇÃO DE ACERVOS

334 Castro (2008) afirma que a preservação de itens documentais e bibliográficos nem sempre foram pensados como atitudes de salvaguarda de acervos. Até 1966, antes da enchente do rio Arno³, em Florença, na Itália, a conservação e restauração de acervo em papel era delegada a segundo plano, pois os esforços estavam empregados na salvaguarda de obras de arte e artefatos museológicos. Esse incidente atingiu quase um milhão de itens bibliográficos e documentais, e é considerado o marco inicial do despertar mundial para a importância da salvaguarda dos acervos em suporte papel,

Tal catástrofe é, portanto, considerada um divisor de águas no que se refere ao desenvolvimento de ações, técnicas e pesquisas de conservação e restauração dos acervos bibliográficos e documentais danificados. Ao longo das décadas subseqüentes (sic) ao desastre natural, verificou-se um avanço significativo na área

3 Florença foi berço do Renascimento contando com acervos riquíssimos, depositados em museus, bibliotecas e arquivos. A enchente de 1966 afetou a cidade e diversas instituições de salvaguarda destes acervos, sendo necessário chamar a Florença profissionais de diversas áreas para que o resgate desses acervos fosse efetivado. Décadas depois da enchente ainda havia acervos para serem tratados. Foi só a partir desta catástrofe que a preservação de acervos foi tida como necessária. Anteriormente apenas a conservação e a restauração eram consideradas como ações efetivas de salvaguarda de acervos.



seja por meio da produção de livros e artigos científicos, seja no reconhecimento da necessidade dos planos de emergência e na importância da interdisciplinaridade com premissa de trabalho a ser adotada na conservação e restauração de papel (CASTRO, 2008, p. 50)

A conservação e a restauração fazem parte de uma ação maior que é a preservação. Esta pode ser definida como

[...] toda e qualquer ação que, recorrendo à plataforma tecnológica disponível, aos conhecimentos técnico-científicos existentes e às políticas institucionais, visa garantir estabilidade química e resistência mecânica aos materiais que compõem os suportes onde está registrada a informação. O seu impacto vai muito além da obra e do acervo (SILVA, 2005, p. 32)

Assim a preservação de acervos se dá de forma administrativa, ou seja, ocorre no âmbito das tomadas de decisões, definições de políticas e ações a serem realizadas para uma ampla salvaguarda dos documentos. Uma boa política de preservação é construída interdisciplinarmente, ouvindo cada profissional envolvido com o acervo, para se obter uma ampla visão das necessidades de acesso e salvaguarda do referido acervo.

335

Inicia-se desde a escolha do local de guarda do acervo, passa pela escolha dos profissionais que iram trabalhar no manuseio dos documentos, permeando toda a vida do acervo, seja ele de guarda temporária, intermediária ou permanente. A preservação conta com a conservação, a restauração e a digitalização como parte de ações de salvaguarda do acervo.

A conservação é necessária quando o acervo já sofreu algum dano, mas sem perda de suporte ou de informação. Ações de conservação devem ser realizadas constantemente para que o acervo mantenha sua integridade física. A não realização desta etapa pode levar a uma



necessidade de restauração futuramente.

Já restauração ocorre quando o documento já sofreu um dano mais severo, onde já ocorreu perda de suporte ou informação. São diversas as causas de danos mais graves: ação do tempo; manuseio incorreto; manuseio excessivo; vandalismo; ataques de insetos e/ou microbiológicos; acondicionamento e guarda feitos de forma errônea, umidade, variações de temperatura. A necessidade de restauração indica que o acervo não recebeu medidas eficazes de salvaguarda, e retardá-la pode representar a perda do acervo.

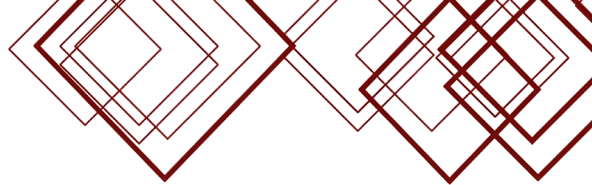
336

A digitalização hoje é prática constante nas instituições mantenedoras de acervos, quer seja para a salvaguarda do item digitalizado, do conteúdo informacional, ou para permitir o acesso *on-line* dos documentos para usuários e pesquisadores. Há várias formas e formatos utilizados para a digitalização, em muitos casos essa prática segue protocolos internacionais de compartilhamento de dados.

A digitalização feita com parte do acervo documental do Leprosário de Itanhenga foi uma ação emergencial, pois estes documentos se encontravam na eminência de perda total por ação da umidade e fungos. O acervo físico se encontra sob custódia da Secretaria de Estado de Saúde, que é sua instituição geradora, mantenedora e quem deve salvaguardar seus arquivos.

A DIGITALIZAÇÃO DE PARTE DO ACERVO DO LEPROSÁRIO DE ITANHENGA

O Professor Dr. Sebastião P. Franco, pesquisador do campo da História das Doenças e do Leprosário de Itanhenga, em um projeto de pesquisa, digitalizou em mais de 1800 imagens – correspondências,



prontuários, documentos cartoriais, entrevistas, relatórios, entre outros – relacionados ao Leprosário de Itanhenga, e ao Educandário Alzira Bley, que atendia os filhos dos internos da colônia. Os documentos foram gerados no decorrer das atividades administrativas e médicas do leprosário. Mais que obter dados para pesquisas, a preservação de parte dessa documentação permite conhecer e dar visibilidade as pessoas que vivam e trabalhavam na colônia.

Foi no arquivo contendo as digitalizações documentais que o Dr. Sebastião P. Franco realizou, que a equipe do Laboratório Saberes e Sabores – História da Alimentação e das Práticas de Cura, do curso de História, da UFES, coordenado pela Professora Dr^a Patrícia Maria S. Merlo e pelo Professor Dr. Sebastião Pimentel Franco, realizou uma organização.

Os trabalhos contaram com a assessoria de uma Arquivista, res-
peitando princípios básicos da Arquivologia, como a unicidade, defini-
da por Bellotto (2002, p. 21) como um princípio de que “não obstante
forma, gênero, tipo ou suporte, os documentos de arquivo conservam
seu caráter único, em função do contexto em que foram produzidos”,
ou seja, cada documento é único e sendo isso mais um indicativo de
que a preservação se faz necessária. Outro princípio foi o da organi-
cidade que indica que “as relações administrativas orgânicas se refletem
nos conjuntos documentais. A organicidade é a qualidade segundo a
qual os arquivos espelham a estrutura, funções e atividades da entidade
produtora/acumuladora em suas relações internas e externas” (Bellotto,
2002, p. 21).

337

Foram seguidas regras de organização, catalogação e indexação arquivísticas, descritas na Norma Brasileira de Descrição Arquivística, a NOBRADE (Brasil, 2006). Para catalogação utilizamos as 8 áreas de



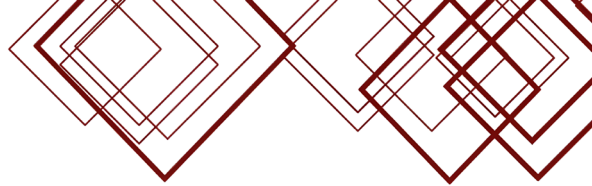
descrição da NOBRADE:

- 1-área de identificação;
- 2-área de contextualização;
- 3-área de conteúdo e estrutura;
- 4-área de condições de acesso e uso;
- 5-área de fontes relacionadas;
- 6-área de notas;
- 7-área de controle da descrição;
- 8-área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

338

Foi realizada a catalogação geral do fundo do Leprosário de Itanhenga, a catalogação de cada dossiê e a descrição de cada item documental que compunham o acervo. Foram tratados documentos cartoriais relacionados aos terrenos que compunham a colônia; correspondências trocadas entre a colônia e órgão oficiais do governo; um livro de causas criminais, com registro de fugas e atos de desordem ocorridos na colônia; ficha social dos internos; prontuários dos doentes; relatórios dos anos de 1946 e 1949 com dados principalmente da produção agrícola da colônia; um livro de registro de entrada de crianças e adolescentes no Educandário Alzira Bley; uma agenda onde foram registrados os nascimentos de crianças dentro da colônia; e transcrição de algumas entrevistas realizadas com ex-internos do leprosário.

O acervo documental do leprosário permite pesquisas em diversas áreas do conhecimento. É presença marcante neste acervo, a segregação e o controle social, o preconceito e o estigma, o esquecimento e a memória. O livro de causas criminais gerado no dia a dia da delegacia do leprosário, em sua maioria relata fugas de internos, reforçando o



controle do confinamento compulsório, e necessidade de manutenção da ordem interna, com a proteção da estrutura e dos funcionários, mas também como instrumento de disciplina e controle social, assim como uma imposição do estigma, reforçando assim o controle simbólico.

Outro item do acervo, o livro de registro de entrada de crianças e adolescentes no Educandário Alzira Bley, se revela uma fonte de pesquisa quando observamos como pano de fundo além do estigma e preconceito, o controle da disseminação e da prevenção da doença, o controle da maternidade das pessoas infectadas e o impacto na saúde mental e afetiva dessas mães e filhos(as).

O trabalho de catalogação transcorreu sob a supervisão da Professora Dr^a Patrícia Maria da Silva Merlo, tendo na equipe uma Bibliotecária/Restauradora, e alunos de Iniciação Científica do curso de História da UFES, e membros do Laboratório Saberes e Sabores – História da Alimentação e das Práticas de Cura (UFES).

339

CONSIDERAÇÕES FINAIS

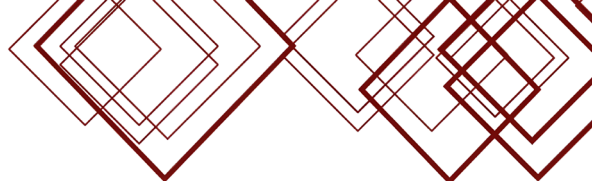
Diante do exposto, consideramos que a preservação de parte do acervo documental do Leprosário de Itanhenga, e sua organização, foi de suma importância para que essa parte da História não se perdesse, e principalmente para que se dê voz a história de cada um interno da Colônia de Itanhenga. Internos que tiveram suas vidas modificadas, marcadas e invisibilizadas pelo estigma da lepra. Trabalhos como esses são imprescindíveis não apenas para o registro da História das Doenças e seus procedimentos de cura, mas também para resgatar do esquecimento histórico, indivíduos que em muitos casos foram separados de suas famílias e amigos.



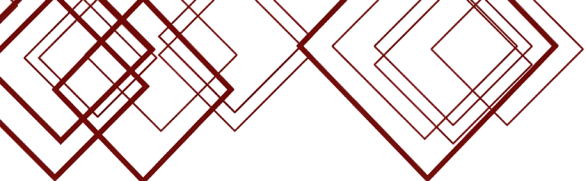
Assim terminamos com a certeza de que o trabalho realizado foi parte fundamental para manter estes documentos disponíveis para futuras pesquisas. Neste caso específico a digitalização foi o procedimento necessário e possível para a preservação do referido acervo. Os dados existem e são amplas as possibilidades de pesquisas, os documentos digitalizados estão prontos para serem acessados e para trazerem à baila as histórias e memórias de pessoas que passaram pelo Leprosário de Itanhenga. Sabemos que a digitalização por si só não finda com o problema da preservação destes documentos, mas por hora permite o acesso de pesquisadores aos seus conteúdos, e garante que o acervo físico não será exaustivamente manipulado o que certamente diminuiria sua vida útil.

340 REFERÊNCIAS

- A NAÇÃO (Jornal). Rio de Janeiro, edição 0925, p. 11, de 15 de Janeiro de 1936. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=120200&pasta=ano%20193&pesq=itanhenga&pagfis=11659>. Acesso em: 9 set. 2022.
- ARAUJO, Tania M. de. Vivos no campo de esquecimento: a instalação do leprosário Colônia de Itanhenga no estado do Espírito Santo, 1937. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 15., 2016. Florianópolis, *Anais eletrônicos...* Disponível em: https://www.15snhct.sbhct.org.br/resources/anais/12/1471005815_ARQUIVO_SNHCT_SC2016-TaniaAraujo-Vivosnocampodeesquecimento-final1208.pdf. Acesso em: 15 jul. 2022.
- ARAUJO, Tania M. de. Isolamento compulsório de leprosos no Espírito Santo: notas sobre a implantação da Colônia de Itanhenga



- (1937) e a experiência da segregação. In: SEMANA DE HISTÓRIA DA UFES, 11, 2018, Vitória. *Anais eletrônicos...* Vitória, UFES, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/semana-dehistoria/article/view/23118>. Acesso em: 22 ago. 2022.
- ARAUJO, Tania M. de. *Vivos no campo de esquecimento: a instalação do leprosário Colônia de Itanhenga no estado do Espírito Santo (1920-1962)*. 2020. 255 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, LDA, 2016.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivística: objetivos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.
- CAMPOS, Mikaela. *Colônia dos excluídos: a história da “cidade” no Espírito Santo construída para isolar pessoas com hanseníase*. Vitória: A Gazeta, 2023. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/colonia-dos-excluidos-a-historia-da-cidade-construida-no-es-para-isolar-pacientes-com-hanseniose-0123>. Acesso em: 15 set. 2024.
- CASTRO, Aloísio A. Nunes de. *A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil*. 2008. 172f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=110736. Acesso em: 20 out. 2022.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Resolução nº 1.638, de 9 de agosto de 2002*. Brasília, 2002. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2002/1638_2002.pdf. Acesso em: 1 out. 2024.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FRANCO, Sebastião P.; BARROS, Luiz A. A. A lepra no Espírito Santo: da fagueira ilusão a Colônia de Itanhenga. *Dimensões*, Vitória, v. 34, p. 228-254, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/11117>. Acesso em: 17 ago. 2022.

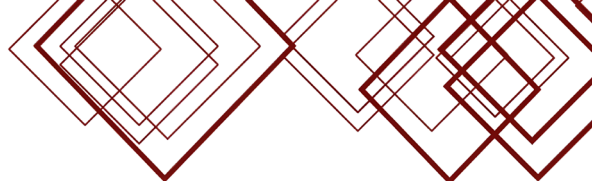
FRANCO, Sebastião P.; SILVA, Simone S. de A. “Se eu estou doente, eu não posso ir embora pra lá” – A lepra e as sensibilidades de um ex-interno da Colônia de Itanhenga no Espírito Santo. *Khronos*, São Paulo, n. 6, p. 65-78, dez. 2018.

342

FRANCO, Sebastião P.; SILVA, Simone S. de A. Os relatórios administrativos do leprosário de Itanhenga no Espírito Santo: possibilidades de se conhecer o cotidiano de uma colônia agrícola para leprosos. *Embornal* – ANPUH-CE, Fortaleza, v. 10, n. 19, jan./jun., p. 21-38, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/embornal/article/view/3207/2719>. Acesso em: 10 jul. 2022.

FRANCO, Sebastião P. A hanseníase no Espírito Santo a partir dos prontuários dos internos da Colônia de Itanhenga. *Diálogos*, Maringá/PR, v. 25, n. 2, p. 44-67, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/60245>. Acesso em: 10 ago. 2022.

FRANCO, Sebastião P; ARAUJO, Tania M. de. Isolar e assistir: desafios do tratamento dos doentes de lepra na Colônia de Itanhenga.



ga – Espírito Santo. *Dimensões*, Vitória, n. 47, p. 31-43, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/36748>. Acesso em: 15 set. 2022.

LE GOFF, Jacques. *As doenças têm histórias*. Lisboa: Terramar, 1985.

NASCIMENTO, Dilene R. N. *História das Doenças*. Biblioteca Virtual em Saúde. Disponível em: <http://hpcs.bvsalud.org/vhl/temas/historia-das-doencas/#:~:text=A%20%C3%A1rea%20de%20pesquisa%20Hist%C3%B3ria,entendimento%20como%20um%20fato%20social%2C>. Acesso em: 1 set. 2022.

SANTOS, Karina F. da S. *Desafios da preservação digital: uma perspectiva orientada aso documentos digitalizados do Arquivo Científico Tropical Digital*. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e da Documentação). Faculdade de Ciência Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/13635/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20DE%20KARINA%20SANTOS.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2022.

343

SANTOS, Vicente Saul Moreira. *Entidades filantrópicas e políticas públicas no combate à lepra: Ministério Capanema (1934-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em Histórias das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. A preservação da informação. *Páginas a&b*. Lisboa, v. 15, p. 29-39, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES). Saberes e Sabores, História da Alimentação e das Práticas de Cura. Vitória: UFES, 2021. Disponível em: <https://saberesesabores.ufes.br/memorial-do-leprosario-de-itanhenga>. Acesso em: 1 jul. 2022.

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Investigar, publicar e reparar: a virada memorial das Comissões Universitárias da Verdade no tempo presente brasileiro (2012-2025)

Investigating, publishing, and repairing: the memorial turn of University Truth Commissions in contemporary Brazil (2012-2025)

Pedro Ernesto Fagundes ¹

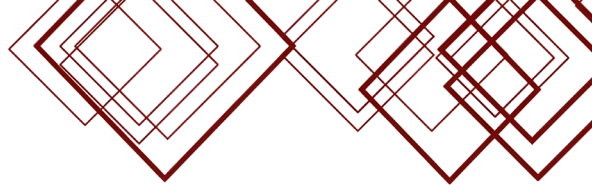
Resumo: Neste artigo, analisamos os desdobramentos das atividades das Comissões Universitárias da Verdade (CUVs) e seu papel no processo de reconstrução da memória sobre a repressão política nas universidades brasileiras. Atualmente, as ações das CUVs consolidam uma tripla inscrição sobre as instituições de ensino: durante a ditadura, as universidades foram simultaneamente espaços de resistência e de repressão; na conjuntura atual, configuram-se como lugares privilegiados de reparação histórica. Nesse sentido, enfatizamos aspectos e legados que marcaram, e continuam a marcar, as duas fases da trajetória dessas comissões setoriais.

Palavras-chaves: Comissões Universitárias da Verdade; Comissão Nacional da Verdade; História do Tempo Presente; História Pública.

Abstract: This article examines the unfolding of the activities carried out by the University Truth Commissions (CUVs) and their role in the process of reconstructing collective memory concerning political repression within Brazilian universities. At present, the initiatives undertaken by the CUVs inscribe a threefold dimension upon higher education institutions: during the dictatorship, universities simultaneously functioned as sites of resistance and instruments of repression; in the contemporary context, they have emerged as privileged arenas for historical reparation. We highlight aspects and legacies that have shaped — and continue to shape — the two phases of these Commissions' trajectory.

Keywords: University Truth Commissions; National Truth Commission; history of the present time; Public History

¹ Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/UFES). Bolsista de Produtividade em pesquisa da CNPq. Foi bolsista Pesquisador Capixaba FAPES (2023-2025). Essa pesquisa também contou com recursos do Edital Universal da CNPQ (Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023) e do Edital Universal da FAPES (Edital Fapes Nº 28/2022). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1419-1130>. E-mail: pedroernestoufes@gmail.com.



Introdução

A criação das Comissões Universitárias da Verdade (CUVs) no Brasil, na década passada, representa um marco fundamental na construção de políticas de memória no ambiente universitário. Esses organismos surgiram como resposta à instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2012, desempenhando um papel central na investigação de violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar (1964-1985).

A CNV e as comissões setoriais² despertaram interesse e fomentaram discussões nos meios institucionais, na imprensa, no mundo acadêmico e em diferentes espectros políticos, ainda que seus legados e lacunas tenham sido alvos constantes de análises e críticas.

Exemplo disso foi a publicação, em 2016, da coletânea *As Recomendações da Comissão Nacional da Verdade: Balanços sobre a sua implementação dois anos depois* (Jo Westhrop et al, 2016), organizadas pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER). A obra já destacava as dificuldades para efetivar a maioria das recomendações do Relatório Final da CNV. (Brasil, 2014).

345

Em 2016, essa publicação mencionava que, enquanto o acesso aos arquivos da repressão e as políticas de memória teriam avançado modestamente, temas como reforma das estruturas de segurança pública, responsabilização por violações dos direitos humanos e mudanças na “cultura do sigilo” – especialmente nas Força Armadas – permaneciam inalterados.

2 As denominadas comissões setoriais foram estabelecidas em diferentes esferas, abrangendo os níveis estadual, municipal, sindical, parlamentar e as universidades. Para saber mais, ver em: BUARQUE DE HOLLANDA, C., & Israel, V. P. (2020). Panorama das Comissões da Verdade no Brasil: uma reflexão sobre novos sentidos de legitimidade e representação democrática. *Revista De Sociologia E Política*, 27(70), 1–21.



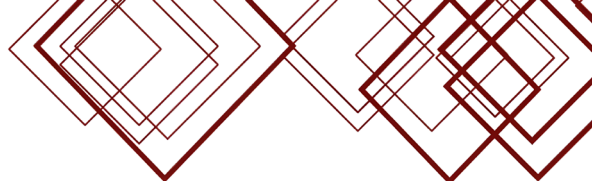
Em março de 2023, sete anos depois da publicação do ISER e onze anos após a criação da CNV, o Instituto Vladimir Herzog (IVH) divulgou a primeira edição do relatório *Fortalecimento da Democracia* (Schincariol; Abreu, 2023), sintetizando em números as dificuldades e, sobretudo, os retrocessos na implementação das recomendações: 14 não foram realizadas (48%) e 7 retrocederam (24%). O total de recomendações não efetivas soma 72% (Schincariol; Abreu, 2023), o que evidencia a manutenção da impunidade quase uma década após a publicação do Relatório Final da CNV.

Dois anos depois, em novembro de 2025, num evento que contou com a participação de parlamentares e representantes do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), o IVH publicou a 2ª edição do relatório *Fortalecimento da Democracia*. Esse texto, através de dados, destacou o *estado de retrocesso* em torno das recomendações.

346

Os números apresentados nos relatórios do IVH refletem o recente cenário político brasileiro. Esse curto período – 2016 a 2025 – foi marcado por profundas mudanças: o golpe contra a ex-presidente Dilma Rousseff, o governo de Michel Temer (2016-2018), a ascensão eleitoral da extrema-direita com Jair Bolsonaro (2019-2022), a pandemia global e o retorno de Lula da Silva à Presidência (2023), seguida pela tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023.

Em paralelo, observou-se um recrudescimento de manifestações e discursos ancorados no negacionismo histórico e na exaltação de figuras associadas ao regime ditatorial. Nesse contexto, o processo de estagnação das políticas públicas de memória, iniciadas no governo Temer, foi aprofundado na gestão Bolsonaro. Como consequência, a implementação das recomendações das comissões da verdade foi diretamente comprometida, permanecendo em estado de latência institucional.



E mais, entre 2019 e 2022, projetos, programas e políticas públicas voltadas para as discussões sobre o passado recente foram deliberadamente desmobilizados. Como casos emblemáticos podemos citar: a extinção da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e o desmonte de políticas arquivísticas do Arquivo Nacional (AN), especialmente as vinculadas ao Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas.

A partir de 2023, houve uma mudança significativa na implementação de medidas simbólicas previstas no capítulo temático “Violações dos direitos humanos nas universidades”, do Relatório Final da CNV (Brasil, 2014) e presente na maioria dos relatórios das CUV’s. A assimetria observada na implementação das medidas reparatórias contribuiu para consolidar as universidades brasileiras como espaços privilegiados de elaboração e de efetivação de atos de memória.

347

Decorrida mais de uma década desde a criação das primeiras CUVs, identificam-se duas fases distintas nessa trajetória. A primeira, denominada fase de investigação, foi impulsionada pelos trabalhos da CNV, considerando que a maioria dessas comissões setoriais (a incluir as universitárias) foi instituída a partir de 2012. Nesse período inicial, os trabalhos das CUVs foram marcados, sobretudo, pelo levantamento de novas fontes, pela constituição de acervos documentais e testemunhais, bem como pela elaboração de seus respectivos relatórios finais.

A segunda etapa, que pode ser caracterizada como fase de reparação, emergiu em um novo contexto político, especialmente motivado pela efeméride dos 60 anos do golpe civil-militar de 1964 (em 2024) e pela reação democrática aos atos golpistas ocorridos em 8 de janeiro de 2023. Esse novo cenário foi determinante para que as universidades – como destacaremos a seguir – se mobilizassem com vista à implemen-



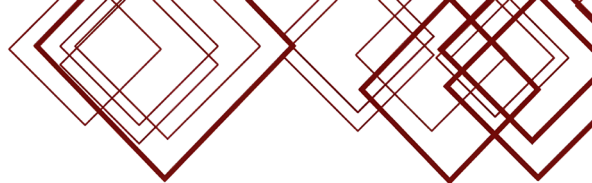
tação de algumas das medidas reparatórias propostas em seus relatórios finais, até aquele momento não efetivadas.

Para abordar essa recente mobilização, este texto está estruturado em dois momentos. No primeiro, apresenta-se as características e os dados que definiram a fase inicial de criação das comissões universitárias. No segundo momento, discute-se as iniciativas institucionais que marcaram – e ainda marcam – a chamada segunda fase das trajetórias das CUVs nas diversas regiões brasileiras.

A criação das Comissões Universitárias da Verdade: dos desencontros iniciais às reparações históricas

348 Em 25 de fevereiro de 2013, o Centro de Convenções Israel Pinheiro, no Distrito Federal (DF), foi palco da chamada “Reunião Ampliada com Comissões da Verdade e Instituições Parceiras” – evento organizado pela coordenação da CNV. O objetivo do encontro, segundo documento distribuído aos participantes, era apresentar as iniciativas da Comissão Nacional nos seus primeiros meses de atividades. Além disso, pretendia-se dialogar sobre as propostas apresentadas pelos representantes das comissões setoriais e entidades participantes, entre elas a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), os fóruns de memória, as Centrais Sindicais, etc.

Entretanto, a disposição dos membros da CNV para o diálogo ficou restrita a alguns setores. Apesar da presença de representantes das comissões universitárias da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Comissão da Verdade da UNE, a coordenação da CNV, naquele momento, não demonstrou interesse em criar um grupo de trabalho (GT) especí-



fico sobre a repressão nas universidades. Contudo, no encontro foram criados diversos outros GT's.³

Apenas em dezembro de 2013, após contatos e tratativas independentes de representantes das comissões universitárias, houve uma iniciativa da coordenação da CNV. Esse primeiro gesto partiu de integrantes da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. O encontro, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), em 18 de dezembro, contou com a participação de diversas comissões universitárias.⁴

Essa informação é relevante para compreendermos a dimensão do movimento das comissões universitárias da verdade. Apenas em janeiro de 2014, quase 20 meses após sua instalação, a CNV indicou uma pesquisadora sênior – a historiadora Angélica Müller – para acompanhar as atividades da CUVs. Embora tardia, a medida foi essencial para as atividades das comissões.

349

Dessa forma, a partir de fevereiro de 2014 foram realizados novos encontros, reuniões de trabalho, visitas técnicas e, sobretudo, a formalização de diversos acordos de cooperação entre a CNV e as CUVs. A advogada Rosa Maria Cardoso da Cunha, integrante da coordenação da Comissão Nacional, acompanhou duas reuniões com as comissões universitárias. Contudo, é importante destacar que essas iniciativas ocorre-

3 A CNV organizou grupos de trabalho (GT), inicialmente, as temáticas de pesquisa eram as seguintes: Golpe de 1964; Estrutura de repressão; graves violações de Direitos Humanos (torturados, mortos e desaparecidos); Violações no campo; Violações de direitos de indígenas; Araguaia; Operação Condor; Violações contra estrangeiros e violações fora do Brasil; Ditadura e Sistema de Justiça; Papel das igrejas durante a Ditadura; Perseguição a militares; O Estado Ditatorial-Militar; Ditadura e Gênero.

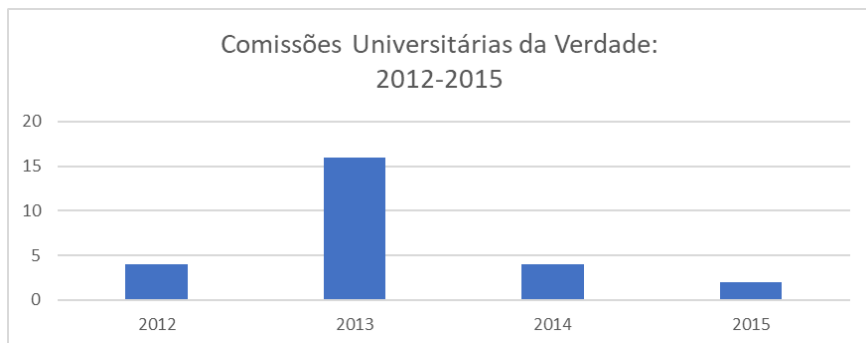
4 Entre elas: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e UFES.



ram, principalmente, devido a pressões exercidas pelos integrantes das comissões setoriais das universidades.

Entre 2013 e 2015, após superar os desencontros iniciais, foram instaladas, segundo Monica Tenaglia (2019), um total de vinte e seis (26) comissões universitárias. Conforme indicado na Figura 1, a maioria das CUVs foi criada em 2013, representando cerca de 25% das iniciativas em âmbito nacional.

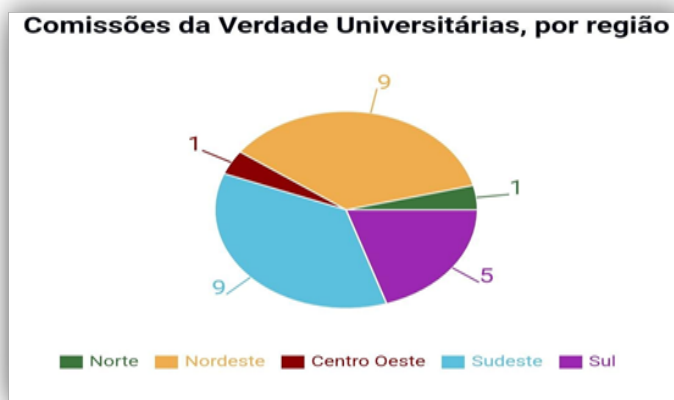
Figura 1 – Comissões Universitárias da Verdade no Brasil



Fonte: Dados da pesquisa (2025) – elaboração do autor

Conforme a Figura 2, a seguir, é possível afirmar que, nessa primeira fase, a instalação de comissões nas universidades permitiu que os debates públicos sobre a ditadura se difundissem – simultaneamente – por todas as regiões. Por exemplo, na região Norte e na região Centro-Oeste registraram a instalação de duas CUVs, respectivamente, uma na Universidade Federal do Pará (UFPA) e a outra na UnB. Por sua vez, a região Sul totalizou cinco (05) comissões

Figura 2 – Comissões Universitárias por região do Brasil



Fonte: Dados da pesquisa (2025) – Elaboração do autor

Se comparadas as quantidades de comissões universitárias em relação aos números gerais levantados por Tenaglia (2019), é possível observar, que em regiões como a Centro-Oeste, as CUVs representaram 50% das comissões instaladas. Por sua vez, a região Sul registrou a criação de oito (8) comissões setoriais, sendo a maioria – cinco (05) – comissões universitárias. Na região Sudeste foram instaladas nove (09) CUVs num quantitativo de trinta e sete (37) comissões setoriais.

351

A região Nordeste totalizou dezessete (17) comissões setoriais. Destas, mais de 50% foram universitárias – nove (09), no total. Tal dado é mais relevante se averiguarmos que no Nordeste foram instaladas o mesmo número de comissões universitárias que no Sudeste.

No decorrer das atividades da primeira fase, as comissões universitárias apresentaram algumas características peculiares. Primeiro, a experiência das comissões da verdade no Brasil possibilitou, que em diferentes estados, de forma assimétrica e descentralizada, fossem pesqui-



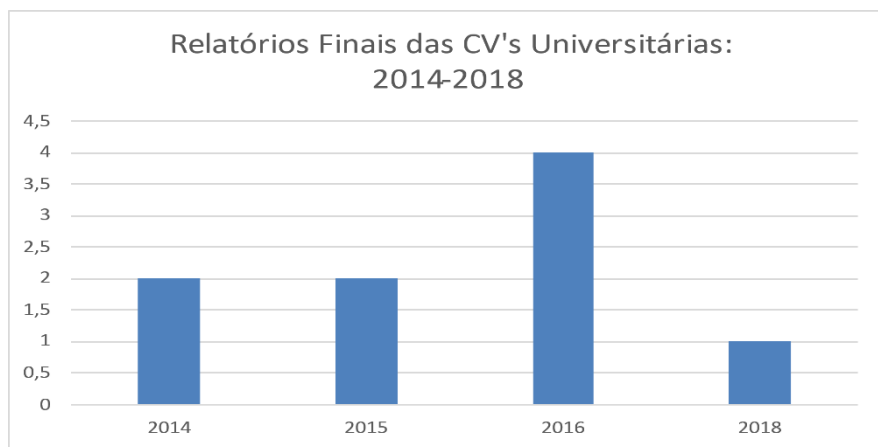
sados, analisados e publicadas uma novíssima literatura sobre a ditadura militar. Uma bibliografia que privilegiou todos os sotaques, ampliando o conhecimento sobre novos personagens e cenários. Essa característica foi fundamental para acrescentar uma versão descentralizada da “história consagrada” da ditadura, que antes era protagonizada especialmente por personagens e capítulos vivenciados no eixo Rio-São Paulo (Fagundes, 2025).

Uma segunda característica foi a relação autônoma que muitas comissões universitárias estabeleceram com as reitorias, direções e órgãos institucionais. Essa situação foi fundamental para alcançar os objetivos das CUVs. Uma das variáveis para mensurar essa situação foi a produção dos chamados relatórios finais. Ao observar a Figura 3, podemos constatar que, entre 2014 e 2018, as CUVs produziram nove (09) relatórios finais.⁵ Houve ainda a iniciativa da Comissão César Leite de Memória e Verdade da UFPA que, apesar de não publicar um Relatório Final, empenhou-se na organização do acervo documental digital que registrou os casos de repressão contra a comunidade universitária paraense.⁶

5 Universidade Federal da Bahia (UFBA); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Universidade de São Paulo (USP).

6 Disponível em: < <https://memorialcesarleite.com.br/> >. Acesso em: 17 mai. 2025.

Figura 3 – Relatórios Finais das Comissões da Verdade Universitárias



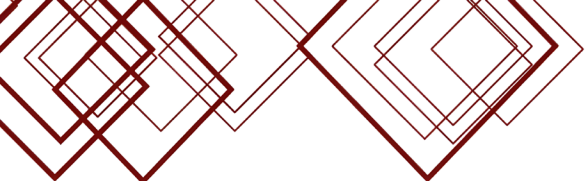
Fonte: Dados da pesquisa (2025) – elaboração do autor

Essas experiências acumuladas na fase inicial das comissões universitárias, especialmente a ampliação das fontes de pesquisa e a produção de seus relatórios finais, têm sido fundamentais para espelhar as atividades das novas CUVs, criadas recentemente. Ainda nesse momento inicial aconteceram ações que pretendiam implementar as recomendações das comissões através de reparações históricas.

353

A efeméride dos 50 anos do golpe de 1964, em 2014, mobilizou diversas atividades que pretendiam “descomemorar” a data. No contexto, destacam-se três iniciativas que evidenciaram a persistência dos legados autoritários nas Instituições de Ensino Superior.

A primeira surgiu a partir da solicitação da Comissão da Verdade da UFES (CV UFES). Em 1º de abril de 2014, na sala de sessões dos Conselhos Superiores – o espaço mais importante da instituição – ocorreram dois atos históricos. O primeiro foi a retirada da placa em homenagem ao ex-presidente general Humberto Castelo Branco



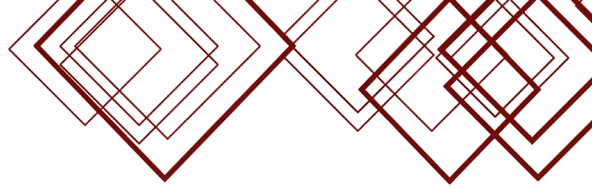
(1964-1967), originalmente instalada em 1966.

Durante a cerimônia, a placa foi retirada por Laura Coutinho e Ângela Milanez, ambas ex-alunas da UFES, que sofreram graves violações de direitos humanos durante a ditadura. No lugar da antiga placa, foi afixada uma nova, em homenagem aos membros da “comunidade universitária que atuaram em defesa das liberdades democráticas durante a ditadura militar”. Essa cerimônia constituiu, no âmbito das atividades da CUVs, a concretização de uma das primeiras ações de reparação histórica realizadas no interior de uma universidade brasileira.

354

Em seguida, foi realizada a posse simbólica do ex-reitor Manoel Xavier Paes Barreto Filho, empossado em 1963 e exonerado logo após o golpe, em abril de 1964. O ex-dirigente foi representado por seu filho, Marcelo Paes Barreto. Estiveram presentes no ato, o reitor, diretores, discentes e docentes da UFES. Reitero: esse evento inaugurou um conjunto de intervenções – retirada e substituição de placas e posse simbólica – que se espalhariam, na década atual, por diferentes universidades brasileiras.

A segunda iniciativa foi provocada por integrantes da Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni”, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), criada a partir da Portaria GR 111/2013, de 20 de setembro de 2013. Essa comissão foi formada, majoritariamente, por docentes da instituição e encerrou seus trabalhos em 2015. Data da entrega oficial de seu Relatório Final. Os integrantes da comissão, em 2014, aproveitando os debates públicos sobre o cinquentenário do golpe de 1964, solicitaram cassação do título de *Doutor Honoris Causa* concedido, em 1973, ao coronel Jarbas Passarinho – ex-ministro da Educação durante o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).



Apesar de a solicitação ter sido apreciada e debatida pelo Conselho Universitário da Unicamp (CONSU), a proposta não obteve o número mínimo de votos necessários para a revogação do título. Refletindo as disputas internas da instituição, a manutenção do título prevaleceu em agosto de 2014, com 49 votos favoráveis à revogação, 10 contrários a retirada da homenagem e 10 abstenções. Apenas em 2021, uma nova solicitação de cassação do título de *Doutor Honoris Causa* foi analisada e, desta vez, aprovada por unanimidade.

Em sessão ordinária realizada em 10 de dezembro de 2015, o Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Rio de Janeiro decidiu, por unanimidade e aclamação, revogar o título de *Doutor Honoris Causa* concedido em 1972 ao então general-presidente Médici (1969-1972). A proposta de revogação foi apresentada pela comunidade universitária em conjunto com a Comissão Memória e Verdade da instituição (CMV/UFRJ). Este episódio constituiu o primeiro caso de ação de memória bem-sucedida que resultou na retirada do título honorífico anteriormente atribuído a um ex-agente do estado atuante durante a ditadura.

355

As três iniciativas mencionadas evidenciam que as reivindicações por reparações históricas – retirada de homenagens, atos simbólicos de posse e cassação de títulos – dos grupos atingidos pela repressão política já integravam, desde a fase inicial, a agenda das CUVs. Nesse sentido, torna-se fundamental contextualizar de que maneira as mudanças no cenário político, especialmente após 2016, repercutiram nas atuais políticas de memória, com destaque para a ampliação das iniciativas de reparação a partir de 2023.



Reparar: a segunda fase das CUV's

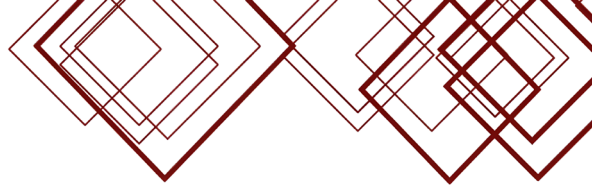
A segunda fase das CUV's é caracterizada principalmente pelas ações de reparação, intensificadas desde o início da década de 2020. Entre os fatores decisivos para essa nova conjuntura, destacam-se a ampliação das fontes documentais e testemunhais que, em conjunto com os relatórios finais das comissões setoriais da primeira fase, foram fundamentais para embasar, no período pós-2022, as atuais ações de memória nas universidades.

356

O protagonismo das universidades deve ser compreendido à luz das restrições orçamentárias e das tensões institucionais que marcaram a gestão federal entre 2019 e 2022. Como consequência, a autonomia das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) foi tensionada por práticas que subverteram ritos democráticos: quase duas dezenas de universidades enfrentaram o impedimento de reitores eleitos e a nomeação de interventores sem respaldo das comunidades acadêmicas e, em alguns casos, a completa negação da nomeação de dirigentes (Parentoni, 2022). Tais episódios evidenciam uma tentativa da extrema-direita de instrumentalização política e de cerceamento de espaços historicamente voltados à produção científica e ao exercício democrático.

Contudo, o compromisso com a democracia foi reafirmado, especialmente no âmbito da comunidade universitária, a partir dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Nessa data, a sociedade brasileira testemunhou a mais grave ameaça à democracia nas últimas décadas. O episódio, juntamente com seus desdobramentos – como o inédito indiciamento e prisões de integrantes e ex-integrantes das Forças Armadas por tentativa de golpe de Estado – recolocou no debate público os legados e as permanências do autoritarismo no Brasil.

A atual segunda fase, a partir do acúmulo memorial detectado na



fase anterior, tem orientado as atividades das novas Comissões Universitárias. Essa etapa é caracterizada por um conjunto de iniciativas simbólicas e reparações históricas. Se, como destacamos, os anos recentes foram marcados por um acirramento das disputas políticas em torno do passado ditatorial, essas novas batalhas de memória resultaram no momento em um notável crescimento das políticas de memória.

Nos últimos anos, por exemplo, foram instaladas sete novas comissões da verdade: uma na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), em abril de 2024, e outra na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em dezembro. Ainda no mesmo ano foi criada a Comissão da Verdade, Memória, Justiça e Reparação “Luiz Renê Silveira e Silva” (CVMJR), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

No Nordeste, foram instituídas mais três comissões. Em 2024, na Universidade de Pernambuco (UPE). Mais recentemente, em março de 2025, foram criadas duas comissões: a Comissão da Verdade da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e a Comissão da Verdade, Memória e Reparação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).⁷

357

Em março de 2025, foi instalada a chamada Comissão de Memória, Verdade e Justiça da Associação de Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso (CV- ADUFMAT). Entre seus objetivos constam: levantar informações sobre a repressão política contra a comunidade e criar espaços de memória dentro da UFMT.⁸

Aproveitando a efeméride dos 60 anos do golpe de 1964, houve

7 As informações estão disponíveis em: <https://www.cbnrecife.com/artigo/upe-realiza-pesquisa-sobre-estudantes-e-servidores-atingidos-pela-ditadura-de-1964>. Acesso em: 11 nov. 2025.

8 Disponível em: <https://www.adufmat.org.br/portal/index.php/comunicacao/2023-11-11-14-06-07/noticias/item/7576>. Acesso em: 29 out. 2025.



um crescimento nas ações de reparação visando criar espaços de memória. Assim, em 1º de abril de 2024, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) concedeu o título de Doutor *Honoris Causa* (*post mortem*) ao ex-presidente João Goulart (1961-1964).⁹

O Conselho Universitário da Universidade de Brasília (Consuni/UnB) aprovou, em sessão solene realizada em 7 de junho de 2024, por aclamação, a concessão do diploma póstumo de geólogo a Honestino Guimarães – egresso da instituição, ex-presidente UNE e reconhecido como desaparecido político desde 1973.¹⁰

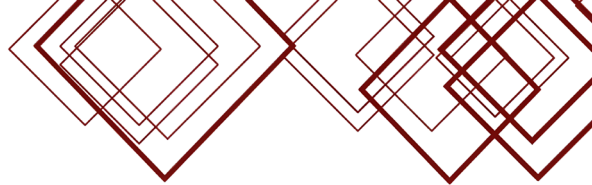
358 Visando atender as demandas de memória, diversas instituições de ensino federal, entre 2024 e 2025, cassaram *diplomas honoris causa* de ex-dirigentes da época da ditadura. Entre as universidades que adotaram essas iniciativas podemos citar: a UFPR, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a UFPel e a Universidade Federal de Rio Grande (FURG).

Nesse contexto, em 27 de fevereiro de 2025, o Conselho Universitário da UFES (Consuni/UFES) decidiu, por unanimidade, cassar os títulos de *Doutor Honoris Causa* concedidos a dois ex-presidentes da ditadura militar brasileira – Emílio Garrastazu Médici e Humberto de Alencar Castelo Branco – além do ex-ministro da Educação, Rubem Carlos Ludwig. A decisão teve como base as recomendações do Relatório Final CV-UFES, publicado em 2016 (Fagundes, 2025).

Com o mesmo propósito, o Conselho Universitário da UFRN (Consuni/UFRN) aprovou, também por unanimidade, em 25 de abril de 2025, a revogação das resoluções que haviam concedido o título

9 Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2024/04/02/60-anos-do-golpe-ufjf-concede-titulo-de-doutor-honoris-causa-a-joao-goulart>. Acesso em: 29 out. 2025.

10 Disponível em: <https://noticias.unb.br/institucional/7379-unb-concede-diploma-de-geologo-a-honestino>. Acesso em: 29 out. 2025.



de *Doutor Honoris Causa* ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, em 1966, e ao general Emílio Garrastazu Médici, em 1971.¹¹ Essa iniciativa atendeu igualmente às recomendações do Relatório Final da CV-UFRN (2015). No mesmo ano, medidas semelhantes foram adotadas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)¹² e na Universidade Federal Fluminense (UFF).¹³

Ao longo de 2025, a Universidade de São Paulo (USP) promoveu uma série de cerimônias para conceder diplomas honoríficos aos estudantes mortos durante o regime autoritário.¹⁴ Com o mesmo objetivo, em 1º de abril de 2025, a UFAL realizou uma sessão solene em homenagem aos integrantes da comunidade universitária perseguidos durante a ditadura militar.¹⁵ A Universidade Federal do Ceará (UFC), em 16 de maio, concedeu, em caráter *post mortem*, o diploma de bacharel em Química ao estudante Bergson Gurjão Farias.¹⁶

359

A Comissão da Verdade, Memória, Justiça e Reparação da UNIRIO, em agosto de 2025, elaborou um relatório indicando os motivos para a cassação dos títulos de *Doutor Honoris Causa* concedidos pela instituição, em 1973, aos ex-ministros da Educação Tarso de Moraes

11 Disponível em: <https://www.ufrn.br/imprensa/noticias/89807/ufrn>. Acesso em: 11 nov. 2025.

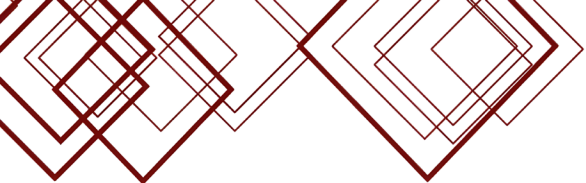
12 Disponível em: <https://www.uerj.br/noticia/conselho-universitario-da-uerj-revoga-titulo-de-doutor-honoris-causa>. Acesso em: 11 nov. 2025.

13 Disponível em: <http://aduff.org.br/site/index.php/notocias/noticias-2025/item/6578>. Acesso em: 11 nov. 2025.

14 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/03/28/usp-promove-diplomacao-de-estudantes-mortos-na-ditadura-militar>. Acesso em: 10 out. 2025.

15 Disponível em: <https://www.andifes.org.br/2025/04/02/ufal>. Acesso em: 10 out. 2025.

16 O estudante Bergson Gurjão Farias é um dos desaparecidos da chamada guerrilha do Araguaia. Mais informações, em: <https://www.ufc.br/noticias/noticias-da-reitoria/19429-ufc-diploma-bergson-gurjao-farias>. Acesso em: 11 nov. 2025.



Dutra (1967-1969) e Jarbas Gonçalves Passarinho (1969-1974).¹⁷ Em 3 de outubro de 2025, a Comissão da Verdade da Universidade Estadual de Londrina (UEL) entregou ao Conselho Universitário o seu Relatório Final, resultado de um trabalho iniciado em 2015.¹⁸

Tabela 1 – Ações das Comissões Universitárias da Verdade

Ano	Número de ações
2014	3
2015	1
2021	1
2022	1
2023	3
2024	12
2025	6

Fonte: Dados da pesquisa (2025) – elaboração do autor.

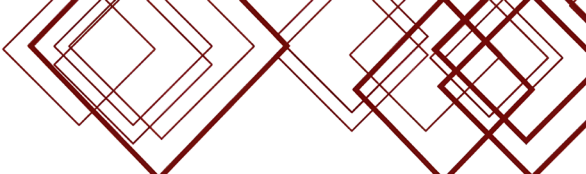
360

Em seu conjunto, essas iniciativas da segunda fase das CUVs, atendem a uma série de demandas históricas relacionadas ao passado recente. Apenas para comparação, como indica a Tabela 1, entre 2012 e 2022 foram realizadas nove ações de reparação histórica. Contudo, no contexto de 2024 e 2025, esses novos usos dos espaços públicos ganharam impulso, resultando em 18 atividades simbólicas, honoríficas e na instalação de novas comissões universitárias.

Esses dados reforçam nossos argumentos ao evidenciar que os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023 – somados à efeméride dos 60

17 Disponível em: Comissão da Verdade apresenta relatório sobre títulos concedidos a ex-ministros da ditadura militar - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Acesso em: 19 nov. 2025.

18 Disponível em: <https://redelume.com.br/2025/10/03/comissao-da-verdade-da-uel-entrega-relatorio-final-sobre-repressao-na-ditadura/>. Acesso em: 17 out. 2025.



anos de 1964, em 2024, e o acúmulo memorial da primeira fase das CUVs – atuaram como catalisadores para a difusão e ampliação dos debates públicos sobre democracia e políticas de memória, em especial, no âmbito das universidades brasileiras.

Tabela 2 – Ações de reparações nas universidades brasileiras

Tipo de ação de reparação	Frequência/ universidades
Cassação de título de <i>Doutor Honoris Causa</i>	11
Diplomação honorífica (<i>post mortem</i>)	10
Criação de comissões universitárias da verdade	7
Substituição de placas/homenagens simbólicas	2
Inauguração de monumentos	2

361

Fonte: Dados da pesquisa (2025) – elaboração do autor

Nos dados apresentados na Tabela 2, destacam-se atividades de memória realizadas pelas universidades. É importante frisar que os processos de reparação foram contabilizados por instituição. Ao todo, dez universidades fizeram diplomações honoríficas *post mortem*. Essa explicação é relevante, visto que a USP, desde 2023, desenvolve o chamado “Projeto Diplomação da Resistência”,¹⁹ que já conferiu homenagens a 39 estudantes, seis professores e dois ex-funcionários, todos atingidos pela violência política durante a ditadura.

19 Maiores informações, disponíveis em: <https://prip.usp.br/projetos/diplomacao-da-resistencia/>.



Lugares de memória e as disputas pelo passado: a virada memorial

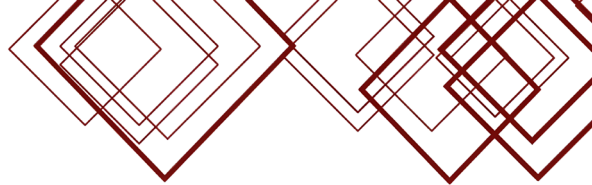
A entrega de relatórios finais, a criação de novas CUVs e, sobretudo, a cassação de homenagens a ex-agentes da ditadura, intensificadas recentemente, são o resultado da chamada virada memorial que baliza a segunda fase das comissões universitárias. Entre as reparações históricas, uma prática consolidou-se: as revogações de títulos de *Doutor Honoris Causa*.

Essa iniciativa se insere no movimento contemporâneo das políticas de memória e história pública que, no Brasil e no exterior, questiona homenagens a figuras ligadas a passados opressivos. Esse movimento, fortalecido internacionalmente nos últimos anos, manifesta-se no contexto brasileiro como um desdobramento das atividades das comissões da verdade, em especial das comissões universitárias.

362

As disputas em torno dos chamados lugares de memória, conforme Pierre Nora (1993), surgem porque esses espaços não são neutros. Suas definições e permanências refletem relações de poder e projetos políticos. Por isso, diferentes grupos sociais podem disputar o reconhecimento, a interpretação ou até mesmo a existência de certos lugares de memória.

Construir estátuas, confeccionar bandeiras, preparar cerimônias fúnebres, demarcar datas cívicas, inaugurar monumentos, enfim, há um conjunto de símbolos construídos ao longo da história (Nora, 1993). É preciso demarcar que esses vestígios servem para recontextualizar as controvérsias sobre o passado. Esses artefatos carregam uma intenção de lembrar e celebrar determinados fatos e personagens. Igualmente, todos os monumentos são “porta-vozes” de um discurso que colabora para o esquecimento de outros fatos históricos “incômodos”. Em momentos de ressignificação política esses lugares de memória se tornam cenários



de controvérsias.

A nomeação de logradouros públicos com nomes de ex-presidentes que chegaram ao poder por meio de golpes pode ser vista como uma forma de legitimar determinadas manifestações das disputas pelo passado. Em contrapartida, a retirada de placas ou a cassação de homenagens também são formas de reconfigurar a memória pública, muitas vezes impulsionadas por movimentos sociais que questionam tributos a figuras controversas – antigos escravocratas ou ditadores – ou, como vimos, por recomendações das comissões da verdade.

Durante a ditadura militar, tornou-se comum, como forma de demarcar a intervenção autoritária nos ambientes universitários e de expressar adesão ao projeto político-militar, que dezenas de Instituições de Ensino Superior – em todas as regiões do país – concedessem títulos de *Doutor Honoris Causa* a agentes públicos, como ex-presidentes e ex-ministros.

363

Ao contrário das celebrações relacionadas à mudança de nomes de logradouros públicos – geralmente fruto de uma intervenção direta do Poder Executivo ou Legislativo, sobretudo no âmbito municipal – os títulos honoríficos concedidos durante a ditadura refletem a correlação de forças internas e o contexto político das universidades entre as décadas de 1960 e 1980.

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2014), as Instituições de Ensino Superior foram alvos centrais da comunidade de informação durante a ditadura militar, especialmente por meio da criação de dezenas de Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESIs). Em resposta à crescente repressão, diversos setores institucionais adotaram posturas mais pragmáticas como estratégia de sobrevivência. Nesse cenário, tornou-se recorrente, segundo o autor, a adoção de atitudes de acom-



dação e adesão dentro das universidades, revelando uma dinâmica que se consolidou como uma das principais atitudes sociais ao longo da ditadura.

Destaca-se o fato de que, mesmo décadas após o fim da ditadura, essas honrarias ainda persistem. Foi necessária uma combinação de pressões internas – militantes estudantis e recomendações das comissões da verdade – e externas – como a atuação do Ministério Público Federal (MPF) – para que tais tributos aos ex-dirigentes do período ditatorial fossem finalmente cassados.

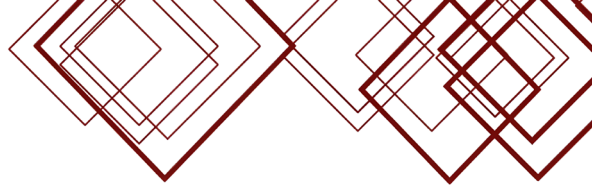
Entre avanços e retrocessos

364

Os incontornáveis debates e controvérsias sobre os legados e lacunas da CNV permanecem presentes nos debates públicos. Como destacamos, as duas edições do Relatório do Instituto Vladimir Herzog (IVH), em 2023 e 2025, afirmaram que – uma década após o encerramento das atividades da Comissão Nacional da Verdade – o panorama da implementação de suas recomendações, bem como da maioria das comissões setoriais correlatas encontra-se em “estado de retrocesso”.

Por outro lado, a partir de 2023, é possível constatar que diversos segmentos – institucionais, governamentais, acadêmicos e dos movimentos sociais – mobilizaram-se em torno da retomada dessa pauta. Nesse contexto, o próprio IVH publicou as duas edições de seu relatório. No campo acadêmico, a efeméride da criação da CNV e das atividades das comissões setoriais motivou um novo conjunto de publicações.²⁰ Esses trabalhos recentes indicam que, uma década depois, a experiência das comissões setoriais da verdade fomentou a ampliação

20 Ver entre outros: Gallo; Del Río; Maia (2023); Perlatto (2023) e Fagundes et al (2024).



dos estudos sobre a história pública e a história do tempo presente no Brasil.

Indo além do âmbito universitário, a partir de 2023 – com o início do novo governo Lula da Silva, ganharam impulso diversas iniciativas que revigoraram os debates públicos sobre as memórias do golpe e da ditadura militar. Entre elas, destacam-se: a recriação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP);²¹ as cerimônias públicas de entrega de certidões de óbito retificadas para pessoas mortas e desaparecidas durante a ditadura;²² o tombamento de antigos espaços de repressão;²³ e projetos voltados ao mapeamento de locais históricos da ditadura em diferentes estados brasileiros.²⁴ Essas iniciativas foram promovidas, sobretudo, pela Comissão Nacional da Anistia e pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

No mesmo sentido as CUVs, objeto de análise deste artigo, continuam a surgir e a acumular ações de reparação histórica, mantendo vivo o debate democrático nos espaços acadêmicos e públicos, como evidenciam as recentes iniciativas. Na década de 2020, esse movimento tem contribuído para a reativação das propostas de reparação e reafirma o compromisso das universidades com as pautas de memória e justiça.

365

A atual visibilidade gerada pelas CUVs tem sido notável: as manifestações por memória, a grande audiência das reuniões dos Conselhos Universitários nos dias das votações das cassações dos títulos, os atos simbólicos para ratificar a retirada das homenagens ganharam

21 Maiores informações, disponíveis em: <https://adusp.org.br/memoria/cemdp/>.

22 Maiores informações, disponíveis em: <https://assuntos/noticias/2025/outubro/governo-federal-entrega-63-certidoes-de-obito-retificadas>.

23 Maiores informações, disponíveis em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-11/iph-an-prova-tombamento-da-antiga-sede-do-dops-no-rio-de-janeiro>.

24 Entre essas iniciativas podemos citar: Projeto Lugares de memória e consciência (2023), Lugares de Memória da Ditadura Militar (MDHUC, 2025).



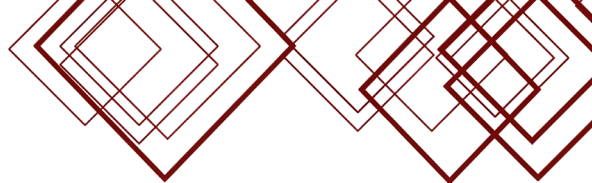
amplo espaço na mídia e nas redes sociais. Nesse cenário, em resposta ao contexto de arbitrariedade recentemente encerrado, as universidades consolidaram-se como locais privilegiados para a implementação de intervenções voltadas à retirada do espaço público das inscrições materiais e simbólicas do passado autoritário.

Tais ações de memória devem ser compreendidas como reflexos da correlação de forças presente na sociedade. Nesse novo cenário, a extrema direita brasileira mobilizou a defesa do passado autoritário como forma de justificar seu projeto político-partidário. O período de funcionamento da CNV, entre 2012 e 2014, foi marcado por intensas polêmicas e disputas em torno do legado da ditadura militar. Nesse contexto, debates sobre o passado – antes restritos ao meio acadêmico, a grupos de familiares de desaparecidos políticos e a representantes de militares da reserva – ganharam visibilidade pública, evidenciando as múltiplas controvérsias acerca da ditadura e da história do Brasil.

Os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 – e as tentativas de mitigar seus propósitos autoritários – podem ser analisados sob a chave do negacionismo histórico. Observa-se que as disputas políticas em torno da memória, intensificadas entre 2016 e 2022, articularam-se em duas frentes principais: em primeiro lugar, pela “simples” negação histórica; em segundo, pela estagnação das políticas públicas. Somadas, essas estratégias contribuíram para a asfixia das medidas de Justiça de Transição no Brasil. Mas, recentemente, os debates públicos sobre o passado autoritário foram intensificados por diversas ações de memória.

Considerações finais

Atualmente, as intervenções memoriais não apenas denunciam as graves violações de direitos humanos ocorridas no pretérito, como



também promovem uma tripla inscrição nas instituições de ensino: durante a ditadura, as universidades foram simultaneamente espaços de *resistência* e de *repressão*; na conjuntura atual, configuram-se como lugares privilegiados de *reparação histórica*. Nesse sentido, a História do Tempo Presente constitui uma ferramenta fundamental para orientar os historiadores diante dessa complexa conjuntura.

François Bédarida (1998) é uma importante referência para refletirmos sobre os pressupostos centrais da História do Tempo Presente e do papel do historiador diante das disputas que marcam o momento atual. Segundo o autor, cabe ao historiador assumir plena responsabilidade na elaboração de interpretações sobre acontecimentos historicamente sensíveis. Enfatiza, sobretudo, a dimensão cívica dessa atuação, destacando a presença dos historiadores nos debates públicos em resposta às demandas sociais da História.

367

No Brasil, Marieta de Moraes Ferreira (2012; 2018) foi uma das primeiras pesquisadores a problematizar o novo cenário e os desafios em torno das atividades da CNV. Segundo a historiadora, a Lei de Acesso à Informação e a criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011, representaram a “grande virada” para a História do Tempo Presente no Brasil. Esses mecanismos não apenas impulsionaram novas pesquisas sobre a ditadura militar, como também trouxeram desafios teórico-epistemológicos, éticos e políticos aos historiadores.

Sobre a participação dos historiadores nas comissões da verdade, Rodrigo Patto Sá Motta (2013) argumenta que há um crescente interesse público e político pelo tema, impulsionado pelas demandas por justiça e pelo legado de Estados autoritários e repressivos. O autor sustenta que a presença dos historiadores é indispensável e decisiva, uma vez que sua formação profissional e experiência oferecem uma contribuição



específica e essencial para a compreensão do passado recente.

De acordo com Angélica Müller (2024), o “momento CNV” – período compreendido entre 2012 e 2014, marcado pelos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade – abriu espaço para uma série de reflexões e diálogos sobre a posição dos profissionais da história. Essa autora considera esse acontecimento como um ponto de virada (*turn point*) para o debate acadêmico em torno do tempo presente brasileiro.

Assim, a historiografia brasileira, impulsionada pelo “momento CNV”, tem buscado definir um novo campo para a História do Tempo Presente, baseado na renovação metodológica (interdisciplinaridade e novas temporalidades), no compromisso ético-social e no engajamento público dos historiadores.

368

Ainda segundo Angélica Müller (2024), a conjuntura atual, marcada pelo tensionamento entre a função social e científica da história, evidenciam uma virada da historiografia para a responsabilidade do historiador e para pensar uma história do tempo presente a partir do Sul. Essa permanente tensão política entre as temporalidades, como observa a autora, é fundamental para moldar a noção de passado e de presente.

Esse fato evidencia um aspecto central das pesquisas sobre as comissões da verdade no Brasil, em especial das CUVs: seu caráter “inacabado”. Tal característica, como observa Christian Delacroix (2018), constitui um dos principais desafios da História do Tempo Presente.

No contexto atual, considerando que a CNV e as demais comissões setoriais tiveram prazos definidos, as comissões universitárias permanecem como as únicas ainda ativas. Essa continuidade evidencia uma característica central da temporalidade desse fenômeno no Brasil: seu caráter de “não fechamento”. Nesse cenário, temas relacionados às ditaduras militares e aos contextos políticos atuais ganham destaque e



contribuem para a reformulação da prática historiográfica.

Essa continuidade permite que as universidades elaborem novas interpretações, ampliem o alcance dos debates públicos e, sobretudo, reforcem seu compromisso com a defesa da democracia. O desafio colocado aos historiadores do tempo presente – e que também se configura como uma questão para futuras pesquisas – consiste em compreender de que modo o movimento de reparações históricas nas universidades poderá se sustentar, tensionando continuamente os limites entre lembrança e esquecimento, democracia e autoritarismo e memória e justiça.

Referências bibliográficas

- BÉDARIDA, F. As responsabilidades do Historiador expert. In: BOUTIER, J.; JULIA, D. (Org.). *Passados recompostos: campos e cantos da História*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. FGV, 1998, p. 145-153.
- BRASIL. *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.
- BUARQUE DE HOLLANDA, C., & Israel, V. P. (2020). Panorama das Comissões da Verdade no Brasil: uma reflexão sobre novos sentidos de legitimidade e representação democrática. *Revista De Sociologia E Política*, 27(70), 1–21.
- DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018.
- FERREIRA, M. M. Demandas sociais e História do Tempo Presente. In: VARELLA, F. et al. (Org.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- FERREIRA, M. M. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e



a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./ mar. 2018.

FAGUNDES, P. E. Da monumentalização do passado às Comissões da Verdade: história e historiografia da Ditadura Militar no Estado do Espírito Santo. In: FAGUNDES, P. E.; GOMES, P. C.; DUARTE, A. R. F.; ALMEIDA, A. S.; JOFFILY, M. *A Ditadura fora do eixo*. Serra: Identidade Editorial, 2025, p. 533-555.

FAGUNDES, P. E.; BATISTA, A. C.; BERNARDES, B. S.; OLIVEIRA, E. F. *Brasil e as disputas do tempo presente: da Ditadura Militar às Comissões da Verdade (1964-2024)*. Serra: Identidade Editorial, 2024.

FAGUNDES, P. E. (Org.). *Relatório Final da Comissão da Verdade*. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES/Supecc, 2016.

370

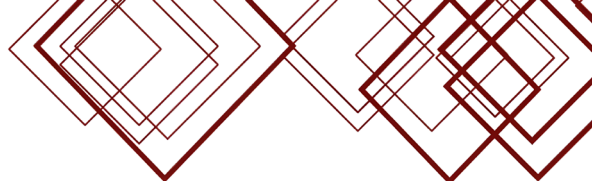
GALLO, C. A.; DEL RÍO, A.; MAIA, T. A. *Ecos do comissionismo no Brasil*. As comissões estaduais da verdade, seus desafios e legados. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2023.

JO WESTHROP, A.; GARRIDO, A. G.; PARREIRA, C. G.; SANTOS, S. M. P. (Org.). *As Recomendações da Comissão Nacional da Verdade: Balanços sobre a sua implementação dois anos depois*. 1. ed. Rio de Janeiro: ISER, 2016.

MOTTA, R. P. S. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, R. P. S. História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. *Patrimônio e Memória (UNESP)*, v. 9, p. 56-70, 2013.

MÜLLER, A. Responsabilidade da história, responsabilidade do historiador: o “momento CNV” como *turn point* da historiografia da história do tempo presente e seus novos desafios. *Tempo e Argumento*, v. 16, n. 43, p. 2-25, 2024.



- NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [s. l.], v. 10, 1993.
- PARENTONI, M. F. C. (Org.). *Intervenções nas instituições federais de ensino: reitoras e reitores eleitos e não empossados - nossa luta, nossa história*. Campos dos Goytacazes: Encontrografia Editora, 2022.
- PERLATTO, F. *Múltiplos olhares sobre as comissões da verdade no Brasil: disputas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Autografia, 2023.
- SCHINCARIOL, R. L. F. C.; ABREU, G. O. *Fortalecimento da Democracia: monitoramento das recomendações da Comissão Nacional da Verdade*. 1. ed. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2023.
- SCHINCARIOL, R. L. F. C.; ABREU, G. O. *Fortalecimento da democracia: monitoramento das recomendações da Comissão Nacional da Verdade*. 2. ed. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2025. 371 [livro eletrônico].
- TENAGLIA, M. *As comissões da verdade no Brasil: contexto histórico legal e reconstrução das estratégias e ações para o acesso aos arquivos*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Comissão da verdade da UFRN. *Relatório Final*. Natal: Ed. da UFRN, 2015.